



Classes, Políticas e Culturas de Classe

CAPITAL, TRABALHO E CLASSES INTERMÉDIAS

Organização Manuel Carlos Silva e João Valente Aguiar

LUZS

Classes, Políticas e Culturas de Classe

CAPITAL, TRABALHO E CLASSES INTERMÉDIAS

CLASSES, POLÍTICAS E CULTURAS DE CLASSE
Capital, Trabalho e Classes Intermédias

Organização: Manuel Carlos Silva e João Valente Aguiar

Capa: Gonçalo Gomes

Director de colecção: Manuel Carlos Silva

© Edições Húmus, Lda., 2012
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Telef. 252 301 382 Fax: 252 317 555
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1.ª edição: Dezembro de 2012
Depósito legal: 353110/12
ISBN: 978-898-8549-51-8

Colecção: Debater o Social – 22

Classes, Políticas e Culturas de Classe

CAPITAL, TRABALHO E CLASSES INTERMÉDIAS

Manuel Carlos Silva
João Valente Aguiar

Organização

UMUS



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais

Introdução

Manuel Carlos Silva e João Valente Aguiar

Se, durante os anos noventa do século XX e a primeira década do século XXI, em particular desde a designada ‘viragem cultural’, o tema das classes foi sobreposto por outros de recorte pós-moderno, havendo mesmo quem tenha preanunciado o fim ou a ‘morte’ das classes (Pakulski e Waters 1993), eis que nos últimos anos ressurgiu o tema das desigualdades, nomeadamente de classe, com várias publicações de cariz teórico e empírico. Pouco a pouco vai sendo reconhecido que as sociedades de hoje continuam a ser fortemente moldadas pela estrutura e dinâmica das classes sociais, como as desigualdades de classe, a par de outras, vêm marcando a agenda política e académica a nível internacional e nacional, sem deixar de serem apontadas reconfigurações de classes nas formações sociais concretas, designadamente em Portugal¹. Em suma, os estudos sobre desigualdades de classe continuam a ser um campo que detém e apresenta contributos heurísticos de elevado alcance para a compreensão das sociedades e dos comportamentos dos diversos tipos de atores sociais.

Se nos parece relativamente consensual a noção de que a cultura reveste o conjunto da produção de sentido no seio de processos sociais (A. Silva 1994), consideramos igualmente que essa produção simbólica não ocorre no vazio. Por outras palavras, a espessura dos fenómenos culturais e simbólicos é percorrida pela própria matriz de processos sociais que são perpassados por contradições e lutas sociais, a nível quer global, quer nacional e local. Não obstante os diferentes aspetos e diversas abordagens em torno das classes sociais, ressalta neste livro a imbricação dos processos sociais de natureza socioeconómica e das dimensões culturais de produção de identidades, de discursos e/ou representações sociais, evitando ver como estanques ou incomunicáveis os diversos campos disciplinares. Foi tendo em conta esta

¹ Cf. nomeadamente Bertaux 1977, Bourdieu 1979, Wright 1985 e 1997, Bader e Benschop 1988, Goldthorpe e Marshall 1992, Benschop 1993, Crompton 1998, Almeida 1986, Martins 1998, Silva 1998 e 2009, Costa 1987 e 2012, Costa *et al.* 2007, Estanque e Mendes 1997, Estanque 2012, Pereira 2005.

imbricação na problematização entre o social e o simbólico-cultural que neste livro reafirmamos, na esteira de Pinto (1985), Lopes (2001) e Pereira (2005), a relação entre estas duas dimensões através dos conceitos de classe social e os processos de produção simbólico-ideológica. Nesse sentido, os contributos dos vários autores neste livro buscam, de um modo plural e dialogante, acrescentar novas pistas de investigação. Estamos cientes de que esta problemática pode e deve não só ser prosseguida a partir de desafios colocados à Sociologia como ampliada e confrontada com estudos em áreas de fronteira entre diferentes especializações.

Este livro concretiza mais um conjunto de contributos, com perspectivas diferenciadas, sobre questões de enorme relevância teórica e política atual. No capítulo 1 Manuel Carlos Silva, perante os impasses da atual situação económica e política do país, em crise económica e financeira e sob protetorado, constata o relativo desajustamento entre gravosas condições objetivas de vida de grande parte dos cidadãos e, não obstante algumas greves e maciças manifestações em base sindical ou por iniciativa semiespontânea de cidadãos, a não correspondente ação coletiva organizada, necessária para derrubar um governo legítimo pelo voto mas deslegitimado pelas práticas, incumprimento do seu programa e promessas e até pela violação da Constituição da República Portuguesa. Para tal, o autor convoca e discute os vários modelos explicativos da ação coletiva (ou sua ausência ou insuficiência): o cultural-funcionalista, o sociopsicológico, o de poder, o marxista e o da economia moral. Após rebater e criticar os três primeiros, ainda que de modo diferenciado, procura articular o modelo da economia moral assente no princípio da segurança e o modelo marxista, temperado pelo pensamento weberiano em torno da natureza e grau de poder de disposição, controlo de recursos ou 'poder tático'. Esta reflexão poderá contribuir para um relevante exercício de discussão teórica e empírica sobre as condicionantes que estão na base dos processos de mobilização e desmobilização política, sindical e cívica, concluindo pela necessidade de as diversas forças de esquerda, a nível sindical e partidário, debaterem divergências e, na base de denominadores comuns, convergirem e estabelecerem plataformas de entendimento e governação.

No capítulo 2 José Nuno Matos analisa as mudanças na era do chamado capitalismo cognitivo, em que as modalidades pelas quais o capital humano exigido por cada vez mais empresas se coaduna com a formação de uma força de trabalho adaptável às demandas qualificacionais e cognitivas do capitalismo toyotista. O autor começa por criticar o que denomina por *economia política da verdade*. Ou seja, a reflexividade exigida ao cientista social deverá colocar em questão os lugares-feitos da competitividade e da flexibilidade laboral tidos como inevitáveis. Desse modo, a abordagem crítica das categorias

discursivas típicas da generalidade dos departamentos de Recursos Humanos inscreve-se num esforço analítico de ruptura com o senso comum gestor. Ao mesmo tempo, o autor procura inscrever o questionamento das noções de capital humano numa ótica que dê conta da integração de sujeitos sociais que partilham uma mesma condição socioeconómica na relação de ampliação da mercadorização. Por outras palavras, o capital humano repercute uma readaptação da clássica integração da classe trabalhadora na mecânica de produção e acumulação de capital. Todavia, não se trata aqui de uma recuperação de denominações conceptuais passadas mas, pelo contrário, de incorporar a compreensão das recomposições do tecido produtivo e socioprofissional numa relação social definidora de traços fundamentais da contemporaneidade: a relação do trabalho assalariado com o capital.

Nos seguintes capítulos, a dimensão simbólica e valorativa é enquadrada e interpretada na base da articulação entre classes, trabalho e cultura. No capítulo 3 João Valente Aguiar oferece-nos um quadro conceptual sobre classes, valor e cultura com uma focalização sobre identidade coletiva, os princípios relacionais da auto e hetero-organização e a recomposição social, económica e cultural em novos sectores da classe trabalhadora. Baseando-se no princípio de que a uma auto-organização das classes dominantes corresponde uma hetero-organização da classe trabalhadora, o autor vai interrogar a pertinência do conceito de classe média. Em vez da valorização do conceito no seio de uma localização objetiva de classe, o autor procura abordar alguns dos vectores simbólicos e culturais subjacentes ao universo de classe média, enquanto operador simbólico-ideológico de desorganização e des-classificação da classe trabalhadora. Na sequência da reconfiguração socioprofissional e cultural da classe trabalhadora, o autor procura elucidar que o universo cultural da classe média permite agregar simbólica e ideologicamente segmentos dos trabalhadores dos serviços às práticas e valores provenientes e difundidas por camadas intermédias da classe dos gestores. Sintomático deste fenómeno é a maior afinidade de práticas e de valores entre segmentos de empregados executantes e de quadros técnicos e científicos com estratos intermédios de gestores e de supervisores, apesar da partilha de uma mesma condição assalariada de classe com o operariado industrial.

Seguidamente, Nuno Nunes, perspetivando a ação coletiva como um problema sociopolítico e sociológico central a partir das desigualdades de classe, ancora a sua reflexão no quadro da sociologia da estratificação e das classes sociais mas interligando estas com os valores, os contextos culturais e as práticas de cidadania. Para além da problematização e revisitação teórica em torno das relações entre estrutura social, cultura e ação coletiva, o autor empreende um notável estudo empírico na base de dados obtidos numa

investigação aprofundada, avançando novos indicadores, nomeadamente o indicador das práticas de ação coletiva (IPAC), para avaliar os vários tipos, formas, graus e intensidade destas práticas de ação coletiva a nível não só nacional como europeu com base nos dados do inquérito internacional da *European Social Survey*. Esta operação metodológica permite-lhe explicitar os modos como os contextos culturais e os valores se imbricam nos lugares e nas (re)composições das classes no quadro das estruturas sociais, dando lugar a determinadas regularidades nas ações coletivas, cujos agentes não só sofrem os condicionamentos estruturais através do *habitus*, dos processos de socialização e sistemas de educação e comunicação (Costa *et al.* 2000: 41; Costa, Machado e Almeida 2007: 15), como mobilizam e configuram as próprias práticas da ação coletiva ou mesmo movimentos sociais, velhos ou novos. Com efeito, estas, podendo ir ou não ao encontro das propriedades e/ou características das ‘classes em si’, os valores culturais e práticas de ação coletiva constituem elementos coestruturantes dos esquemas de apreciação, representação e ação social e inclusive dos respetivos posicionamentos face às demais e às diversas questões emergentes e, em particular, das atitudes de conservadorismo ou abertura à mudança e autotranscendência e de autopromoção com abertura à mudança.

Na segunda parte são apresentados quatro capítulos, três dos quais apresentam como objeto de estudo as ditas classes médias, resgatando a discussão em torno destas classes intermédias com particular ênfase na articulação entre estas classes e uma vasta panóplia de dimensões empírica e teoricamente pertinentes. Logo no capítulo 4, Elísio Estanque traz a debate uma velha questão sobre a classe média, convocando as perspetivas weberiana e marxista, e, em particular, debruça-se sobre a classe de serviço, bem como sobre os processos conducentes a novas formas de luta de classes no plano político e reivindicativo. O marxismo tradicional, que tende a evitar o termo *classe média*, aceitando quando muito o conceito descritivo de camadas intermédias, considera que tais classes intermédias devem ser definidas por relação com as principais classes e frações de classe pertencentes ou à burguesia ou ao proletariado, sendo remetidas para o conceito de pequena-burguesia, velha ou nova e, como tal, destinada a desaparecer na lógica de concentração de capital. Por seu turno, a corrente (neo)weberiana não só reconhece as classes médias como procura interpretar os seus comportamentos pela relativa condição de mobilidade social, ora ascendente, ora descendente. Ora é justamente nesta fecunda contraposição que Elísio Estanque, considerando a importância das ditas classes médias para a coesão social e reforço da democracia, retoma a centralidade do tema na medida em que tais princípios e objetivos são afetados no quadro da atual

estagnação económica, cortes substanciais de salários e pensões, elevada taxa de desemprego e ataques ao Estado social e à própria democracia. Por seu turno, o capítulo 5, da autoria de Rosário Mauritti e Susana da Cruz Martins sobre a classe média, bem-estar e valores culturais, constitui um rigoroso exercício de enquadramento dos vetores de subjetivação das experiências de acesso ao consumo e dos variáveis índices de bem-estar e qualidade de vida que atravessam as classes (inter)médias. Este texto é simultaneamente uma reflexão sobre os impactos da austeridade económica e social nos níveis de consumo da classe média portuguesa e as tensões entre expectativas de mobilidade ascendente e as dificuldades no acesso a certos padrões de consumo. Nesse seguimento, os dados relativos à evolução do bem-estar e da qualidade de vida adquirem uma forte pertinência na medida em que se observa uma diferenciação de classe relativamente à forma como famílias pertencentes a distintas classes sociais substantivam a sua situação no último ano. Todavia, se uma abordagem mais fina verifica a existência de uma diferenciação de classe nos dados observados, importa não esquecer a relativa transversalidade de um sentimento coletivo de deterioração das condições de vida. Ainda no plano das representações dos inquiridos, valerá a pena que o leitor se fixe atentamente nos usos e consumos de bens alimentares, de bens tecnológicos e de práticas de lazer. Neste âmbito, valoriza-se o resgate de uma sociologia das classes sociais que se imbrica com um estudo minucioso de comportamentos e de representações culturais significativas nos tempos atuais. Na sequência deste estudo empírico de ordem quantitativa em que são visíveis os impactos da crise sobre camadas das classes médias, particularmente as menos providas, é apresentado o capítulo de Alice Duarte sobre o mesmo objeto de estudo com base numa metodologia mais de ordem qualitativa: a subida e queda de padrões de consumo de membros das classes médias em Portugal. Se em 2007 as narrativas dos entrevistados pela autora no *NorteShopping* no Porto apontavam para uma tensão entre as aspirações de ascensão social e as dificuldades de acesso a determinados padrões de consumo, em 2012 os efeitos das políticas de austeridade económica e social nos níveis de consumo de franjas da classe média portuguesa tornar-se-iam mais visíveis. Ainda que com base numa amostra restrita de 24 entrevistados e centrada em indivíduos ou famílias urbanas ocupadas no sector de serviços, a autora, tendo constatado uma elevação do nível de vida e consumo nas décadas subsequentes ao 25 de Abril de 1974, fazendo engrossar certos segmentos das ditas classes médias, caracteriza os diversos e heterogéneos segmentos destas classes na base de seis domínios de consumo: casa e recheio, alimentação, descendentes, apresentação pessoal, lazer e cultura e presentes. A autora conclui que, devido à crise, membros

destas classes (inter)médias, em vez de realizarem expectativas de ascensão, conhecem não só uma improvável consolidação das práticas de consumo como uma regressão significativa dos níveis de vida, conseguindo, quando muito, manter-se no patamar de ‘remediado’ com privação em matéria de alimentação, o que obrigaria a reproblematicar o próprio conceito de classe média atribuída a algumas destas camadas ou franjas.

A terminar, Adriano Codato apresenta no último capítulo um interessante estudo de caso sobre a subjetivação política das classes dirigentes de São Paulo ao longo das quatro primeiras Repúblicas do Estado brasileiro, evidenciando as afinidades eletivas entre o liberalismo e o autoritarismo no Brasil. O autor demonstra como ideologias políticas aparentemente antagónicas se compatibilizaram no trabalho de recomposição dos estratos mais elevados da sociedade paulista. Segundo o autor, o caso das classes dirigentes paulistas articulou uma paulatina expansão das relações de mercado na formação social brasileira com um conservadorismo e mesmo um autoritarismo político no seio das elites. O caso porventura mais patente de uma coexistência entre liberalismo económico e autoritarismo político pode ser vislumbrado na integração das classes dirigentes paulistas no ‘Estado Novo’ de Getúlio Vargas (1937-45). Em termos analíticos, esta coexistência ou compatibilização entre o liberalismo oligárquico e o estatismo autoritário não só marcou a evolução da política como incorpora dados pertinentes para a compreensão de um traço ainda hoje presente na estrutura social no Brasil. Não obstante o enorme espaçamento temporal, é o maior ou menor sucesso da articulação, complexa e contraditória, entre um Estado economicamente interventor e uma economia liberal largamente privatizada que continua a modelar as possibilidades de uma expansão económica no Brasil.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*, Amesterdão: Het Spinhuis.
- BERTAUX, Daniel (1977), *Destinos Sociais e Estrutura de Classe*, Lisboa: Moraes Editora.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit.
- COSTA, António Firmino da (1987), “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais” in *Análise Social*, vol. XXIII, 98: 635-686.
- COSTA, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa: Mundos Sociais.

- COSTA, António, MAURITTI, Rosário, MARTINS, Susana, MACHADO, Fernando L. e ALMEIDA, João F. de (2000), “Classes sociais na Europa” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34: 9-46.
- COSTA, António Firmino, MACHADO, Fernando e ALMEIDA, João Ferreira (2007), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional” in A. F. Costa, F. L. Machado e J. F. Almeida (orgs.), *Sociedade e Conhecimento*, vol. II de *Portugal no Contexto Europeu*, Lisboa: Celta, pp. 5-20.
- CROMPTON, Rosemary (1998), *Class and Stratification. An Introduction to Current Debates*, Cambridge: Polity Press.
- ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.
- ESTANQUE, Elísio (2012), *A Classe Média: Ascensão e queda*, Lisboa: Francisco Manuel dos Santos.
- GOLDTHORPE, J. H. e MARSHALL, G. (1992), “The promising future of class analysis: a response to recent critiques” in *Sociology*, 26 (3): 381-400.
- MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- LOPES, João Teixeira (2001), “Itinerário teórico em torno da produção dos fenómenos simbólicos” in *Sociologia*, 11: 27-78.
- PAKULSKI, Jan e WATERS, Michael (1993), *The Death of Class*. Thousand Oaks: Sage.
- PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses: Classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*, Porto: Edições Afrontamento.
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (1994), *Tempos Cruzados*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais: Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- WRIGHT, Eric Olin (1985), *Classes*, Londres e Nova Iorque: Verso.
- WRIGHT, Eric Olin (1997), *Class Counts, Comparative Studies in Class Analysis*, Nova Iorque: Cambridge University Press.

1. Classes, crise e ação coletiva: pressupostos, desfasamentos e precondições

Manuel Carlos Silva

1. Introdução: da situação de emergência ao problema

Em 2008-09 o colapso dos mercados financeiros trouxe à superfície uma crise, que consubstanciou a conjugação da especulação financeira e do colaboracionismo institucional político-estatal. Vários Estados vieram em socorro dos bancos, o que representou uma transferência de dinheiro dos contribuintes para privados e uma sobrecarga da dívida pública. Alguns Estados, como Grécia, Portugal e Irlanda, viram-se na contingência de solicitar assistência financeira à chamada Troika (FMI, BCE e CE), de modo a fazer face a encargos correntes. No caso português, como é sabido, a Troika impôs condições de austeridade, a que se foram somando as provenientes da lavra ideológica do governo PSD/CDS com obstinada orientação ultraliberal e tecnocrata. Com os sucessivos programas de austeridade, verificou-se uma recessão com diminuição de procura de bens e do próprio Produto Interno Bruto (PIB) e, conseqüentemente, uma redução de receitas fiscais; ao mesmo tempo, não se cumpriram as metas propostas, elevando-se o défice para 4,8% em vez dos anunciados 3%, com aumento da dívida soberana de 103% para 123% e com uma taxa de desemprego a disparar para 18% em vez dos previstos 13%. Neste quadro emerge a questão: de que modo Portugal, como aliás outros países do Sul da Europa, pode sair deste impasse e potenciar o desenvolvimento? Será questão de simples ajustamento, prorrogação do tempo de pagamento da dívida ou renegociação e diminuição desta? Ou impõe-se uma rutura mais profunda perante uma crise sistémica?

Os economistas convencionais, assumindo como fatal e irreversível o curso da economia no atual processo de globalização, vêm hoje falar da crise como um fenómeno inelutável, transcendente às vontades políticas ou à própria condição humana. O termo *crise* banalizou-se, mas nem por isso deixam de ser marcantes os seus impactos, assim como dramáticos e devastadores os seus efeitos para determinadas classes e grupos sociais, sobretudo os mais desprovidos.

Assumindo a crise como uma inevitabilidade, raramente os arautos do atual sistema se detêm sobre as causas da crise ou, quando muito, fixam-se em

aspectos secundários, ainda que reais. Uns avançam a falta de liderança à altura, passando pelas ineficiências de gestão ou desperdícios dos Estados, até à desgastada tese de as populações viverem “acima das suas possibilidades”. Outros, porém, apontam, e com alguma sustentabilidade, os níveis de corrupção e sobretudo a ausência de um poder regulatório a nível europeu e mundial – o que, sendo verdade, exigiria uma contenção da lógica do sistema –, a que acresceria a interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instâncias similares como o Banco Central Europeu (BCE) e a União Europeia (UE), no caso da Europa.

Os observadores e analistas de conjuntura e, em particular, os economistas da corrente dominante, além de não terem previsto a crise do alto da sua ciência económica convencional, espantam-se das proporções e dos efeitos da mesma, mas, passados dois anos, já gradamente apontavam em 2012 o novo mito da recuperação da economia para breve, designadamente no horizonte de 2013-2014. No entanto, com cortes nos subsídios, pensões e salários, com o crescente empobrecimento e com a eventual quebra das margens de poupança e o congelamento do crédito, as empresas e as famílias entre 2011 e 2012 foram tendo cada vez maiores dificuldades de fazer face a despesas correntes e, hoje, os ditos economistas já alargam para longos anos o período de recuperação.

Para além das referidas interpelações, e das gerais mas prementes considerações, um outro feixe de questões será objeto deste texto, podendo equacionar-se deste modo: se as políticas de austeridade impostas pela Troika e pelo Governo, para além de não terem alcançado as metas propostas, comportam degradações salariais na ordem dos 30%, aumento de impostos, desemprego maciço de novecentos mil cidadãos, empobrecimento crescente – como se compreende que até este momento o governo se tenha mantido relativamente incólume, apesar de cada vez mais fragilizado e desacreditado? Verificando-se um forte agravamento das condições objetivas de vida, como se explica a relativa capacidade de resiliência e sofrimento da população portuguesa, sem que, não obstante algumas manifestações maciças, tenha havido mais e persistentes levantamentos no país?

Até setembro de 2012, o governo, além de permitir-se elogiar o ‘espírito de resignação’ do ‘bom’ povo português, considerava-se em roda livre para decretar sucessivas medidas gravosas, mesmo que à revelia das suas próprias promessas eleitorais, deslegitimando-se deste modo e pouco a pouco perante os portugueses e, em particular, os seus próprios eleitores. Foi necessário um anúncio desastroso de uma medida politicamente imoral, por parte do primeiro-ministro, em torno da transferência de contribuição dos trabalhadores para o capital por via da Taxa Social Única (TSU) para suscitar uma onda de indignação generalizada na manifestação quase espontânea

de 15 de setembro. Para além de algumas manifestações mais expressivas, greves sectoriais e gerais ao longo de 2012, em regra coordenadas pelas estruturas sindicais, as recentes manifestações maciças sob o lema “Que se lixe a Troika. Queremos de volta as nossas vidas”, exprimem a acumulação de descontentamento e frustração, de ressentimento e indignação ou mesmo de raiva e revolta perante a atual situação. Para forças políticas que visam a alteração da situação, este ingrediente sociopsicológico é necessário e imprescindível, mas será suficiente para se desenhar uma alternativa política? Então, o que será preciso para conseguir uma real viragem política? Se para esta viragem as condições objetivas de vida parecem estar amadurecidas, que condições e requisitos serão necessários para que se verifique não uma simples alternância mas uma alternativa de poder? Como alterar ou, pelo menos, atenuar as condições externas impostas pela Troika, de modo a criar condições para a retoma do crescimento e, sobretudo, de um desenvolvimento sustentado? Como, utilizando a terminologia marxista, passar de “classes em si” exploradas e oprimidas, empobrecidas e dependentes para uma aliança de classes organizadas com “consciência para si”, predispostas a gizar uma coligação ou plataforma política e sustentar uma ação coletiva continuada até alcançar, ainda que gradual e parcelarmente, os seus objetivos de curto e médio prazo, tais como a renegociação da dívida, a diminuição do desemprego, o crescimento e uma repartição mais equitativa de rendimentos, a defesa e o reforço do Estado Social, a renacionalização de empresas públicas estratégicas?

No que concerne os comportamentos sociopolíticos, se fizermos uma análise retrospectiva na maior parte das sociedades, o que ressalta mais e em primeiro lugar, como refere Scott (1976: 203 ss), é a regra do consentimento das populações em relação aos poderes políticos, a nível ora local e regional, ora nacional e internacional. As situações de revolta ou levantamento maciço são a exceção. Mais, quanto mais desprovidas de recursos de poder se encontrem determinadas classes sociais, maior dificuldade têm em organizar-se e alcançar os seus objetivos. E, mesmo quando haja sentimentos de descontentamento e raiva, a mobilização, a organização e a consequente resposta não são diretas, espontâneas ou automáticas.

Começando pelas sociedades rurais, nomeadamente camponesas, salvo situações excecionais de revolta e revolução, têm predominado situações e atitudes de aparente consentimento, aquiescência ou, quando muito, de resistência passiva. Ilustrando com o caso português, contrariamente às práticas e atitudes de resistência, contestação e luta dos assalariados (industriais) e rurais do Sul, as dos camponeses do Norte e do Centro e respetivos apoios maioritários a forças conservadoras, lideradas por elementos eclesiásticos e

outros caciques de direita, foram um dado histórico prevalecente e recorrente, tal como o constatou e explanou Silva (1998) numa perspetiva plurinível e pluricausal¹.

Nas sociedades industriais e modernas, nomeadamente em contexto urbano, embora se tenham verificado, em maior número e dimensão, protestos, manifestações e greves, têm prevalecido, a nível geral e nos locais de trabalho, ora situações de negociação entre trabalhadores e empresários, ora processos de imposição unilateral de desvantajosas condições de trabalho e salariais e de discricionariedade em despedimentos por parte de entidades patronais, ora ainda processos de relativa passividade perante medidas políticas de austeridade. Por outro lado, para além de certa segmentação laboral por género e sobretudo do predomínio de homens em postos de chefia, verifica-se, por parte das organizações sindicais, a incapacidade e/ou dificuldade de se agregarem os trabalhadores desempregados ou precários. Acresce que, a par de manifestações de solidariedade, se infere, por parte de trabalhadores e suas organizações nos países centrais, um alheamento e/ou preconceito acerca dos trabalhadores dos países do Sul. Ou seja, em vez de se assistir à unidade dos trabalhadores independentemente da nacionalidade, da pertença de género, étnica ou outra, afloram clivagens nacionais ou interétnicas nomeadamente entre trabalhadores autóctones e migrantes em torno do trabalho, da habitação e dos direitos sociais, considerando os estrangeiros como concorrentes ou adversários².

¹ No pós-25 de Abril de 1974 pude, juntamente com um grupo de nove colegas estudantes de Antropologia e Sociologia da Universidade de Amesterdão, experienciar um trabalho de campo, no âmbito da Reforma Agrária no sul, em unidades coletivas de produção, da minha parte primeiro na Cooperativa Torre Bela e, posteriormente, no Brinçal em Azambuja.

A experiência de trabalho no campo com os trabalhadores rurais foi altamente gratificante como aprendizagem não só investigativa como política. Pude então constatar como os trabalhadores evidenciavam práticas denotativas de uma tensão entre as estratégias de ordem familiar e as coletivas. Em todo o caso, sobrepunha-se, em grau razoável, um sentimento de classe coletivo, que se manifestava na concordância da ocupação das herdades, não só porque lhes proporcionava os meios de subsistência, como porque tornava produtivas terras que os donos deixavam sem cultivar.

Confrontando estas atitudes e comportamentos com as dos camponeses do Norte e respetivos apoios maioritários a forças conservadoras e mediadores eclesiásticos e outros caciques de direita, foi-se instalando a pergunta sobre o porquê do comportamento sociopolítico destes camponeses nortenhos que contrastava fortemente com os dos assalariados rurais do Sul, questão esta, presente desde a parte final do curso e dissertação de *master* (Silva e Van Toor 1984) e que me levou a aprofundar em tese de doutoramento (Silva 1998), indagando sobre os diversos fatores do referido comportamento passivo, alegadamente conservador.

² Tais fenómenos têm-se verificado e com maior intensidade em países como a Suíça, a Áustria e a França, em que uma percentagem não desprezável de trabalhadores assalariados autóctones vota em partidos de extrema-direita, xenófobos, como ocorre em França com a *Front Nationale* de Marie Le Pen.

Constatadas algumas situações embaraçosas para quem assume a utopia emancipatória, quais as respostas das ciências sociais e da sociologia em particular? Se sobre revoltas e revoluções há um notável legado teórico no campo das ciências sociais, já sobre as atitudes de aparente consentimento, aquiescência e relativa passividade há pouco trabalho empírico e teórico, sendo em todo o caso claramente reconhecido o problema por diversos teóricos da economia moral, desde Thompson (1978), passando por Wolf (1974) e Scott (1976: 203), nomeadamente em relação aos camponeses, mas também por Burawoy (1979) em contexto fabril, urbano.

Ontem como hoje, quando nos debruçamos sobre classes sociais, suas culturas e políticas, uma das questões mais intrigantes reside no facto de uma grande parte dos membros das classes exploradas e dominadas, quer em Portugal, quer noutros países, continuar a apoiar social e/ou eleitoralmente partidos e programas (liberais, sociais-democratas, democratas-cristãos), que, embora façam pequenas ou parciais concessões a reivindicações de classes subalternas, acabam por não contrariar ou até mesmo defendem e favorecem sobretudo os interesses estabelecidos das classes dominantes.

Diversos autores liberais (cf. Dahl 1989), começando por separar a economia e a política, a sociedade e o Estado, partem do pressuposto de que os interesses socioeconómicos são externos ao sistema político ou a ele se ajustam, funcionando este como uma entidade neutra em consonância com as regras do sistema democrático. Nesta ótica, os indivíduos, no quadro dos parâmetros da democracia representativa, seriam relativamente livres e iguais perante o poder político e, como tal, estariam em condições de assumir a opção mais conveniente aos seus interesses e, por isso, poderiam mobilizar os seus recursos, entre os quais o voto, para realizar os seus objetivos e influenciar o curso da política. A ascensão ao poder por um partido ou coligação de partidos na base dos resultados eleitorais teria por missão defender os interesses gerais da sociedade.

Já, porém, do ponto de vista tradicional marxista (Lenine 1975), a política não é analisada separadamente da economia e dos interesses das classes existentes na sociedade e, neste sentido, ela articula-se com a economia, não sendo o Estado um árbitro ou entidade neutral acima das classes, mas antes um instrumento das classes dominantes. No entanto, esta conceção instrumental viria a ser reequacionada por alguns marxistas como Poulantzas (1975), segundo o qual o Estado, subordinando-se estrategicamente aos interesses das classes dominantes, manteria todavia uma relativa autonomia, posição em Portugal partilhada por Santos (1993) e Silva (1989, 1998), entre outros.

Ora, a questão que surge com pertinência poderia colocar-se do seguinte modo: primeiro, como se compreende que classes exploradas e dominadas apoiem partidos cujos programas e práticas recorrentemente implementam políticas favoráveis a classes mais providas de recursos; segundo, como é que, perante partidos que não cumprem promessas, os eleitores voltam a apoiá-los e a votar neles? Por outras palavras, como se compreende que a maioria dos membros de classes exploradas e/ou dominadas apoiem partidos e organizações com políticas contrárias aos seus interesses? Não seria expectável que essas classes se unissem e organizassem de modo adequado, passando, na expressão de Marx (1975: 143, 1991: 152), de uma “classe em si” para uma “classe para si”? Por que é que tal não ocorre ou, se e quando ocorre, trata-se mais de situações de exceção do que de regra, como foi referido?

Se a teoria da escolha racional considera que os atores dão a melhor resposta ou optam pela solução mais conveniente em função dos seus interesses individuais, a tradicional resposta marxista remete para processos de alienação e de manipulação político-comunicacional, identificando-os, enfim, como manifestações de “falsa consciência”. Ora, a discrepância entre a condição objetiva e a subjetiva – a consciência de classe – não poderá ser tratada deste modo expedito, mas exige uma reflexão mais cuidada e uma análise dos vários fatores em jogo, sendo provavelmente mais ajustada a assunção da necessidade de uma abordagem pluricausal de inspiração weberiana. Donde, a questão permanece em aberto: qual ou quais os fatores e mecanismos que explicam este desajustamento? E, se em termos de consciência de classe, se mantém em regra a discrepância entre o ser social e a consciência social, ocorrerá o mesmo nas demais questões como sejam as de género ou étnicas?

Qual o papel da política e do simbólico-cultural nestes processos? Até que ponto se verifica a incorporação das formas culturais e ideológicas dominantes pelo *habitus*, legitimando a dominação? Como se compreende que prevaleça a luta pela classificação competitiva, pela distinção ou obtenção do melhor lugar social, preferindo olhar para a diferença específica em relação ao mais próximo, em vez de confrontar e contestar os interesses antagónicos dos dominantes?

Se nalguns países e regiões os camponeses na história participaram mais em revoltas e revoluções, noutros, nomeadamente em Portugal, denotaram ora um relativo alheamento em relação ao poder político ora mesmo e não raro um alinhamento com o bloco conservador (cf. Silva 1984, 1998) ou, em excecionais levantamentos (*v. g.*, Maria da Fonte), tal esteve estreitamente ligado a líderes eclesiásticos, monárquicos, predominantemente miguelistas. Porém, mais recentemente e circunscrevendo-nos ao caso português, não são

apenas os camponeses, mas outras classes sociais que revelam comportamentos defensivos: camadas das classes trabalhadoras qualificadas, diversas franjas do sector terciário, desde os funcionários públicos, passando por outros trabalhadores dos serviços e do comércio, até importantes segmentos das classes trabalhadoras assalariadas na indústria, nomeadamente os mais precários e vulneráveis. Como compreender e explicar este comportamento sociopolítico?

É certo que, a par ou em contraponto às atitudes defensivas e de relativa passividade, são também constatáveis movimentos de protesto e maciças manifestações, ora mais espontâneas, ora mais coordenadas por sindicatos, associações e organizações de diversos sectores, os quais dão clara conta da rota de colisão com os poderes instituídos. Todavia, a nível partidário, à esquerda não se verificam plataformas ou propostas de convergência com denominadores mínimos comuns, nem se esboçam alternativas políticas. Porque é que, contrariamente à direita, que consegue unir-se, não se verifica uma unidade de esquerda perante a atual situação de emergência e urgência, prenhe da necessidade de uma alternativa política?

2. Entre a revolta e a relativa passividade: principais modelos explicativos

Uma primeira observação em torno da abordagem deste problema é a de que não há convergência sobre qual ou quais os fatores determinantes para explicar estes tipos de comportamento e, de modo geral, o desfazamento entre a condição objetiva de vida e os chamados fatores de ordem subjetiva, nomeadamente em termos organizativos e políticos.

Sem deixar de considerar novos dados e elementos conceptuais e argumentativos, para uma melhor sistematização, exporei os quatro modelos desenvolvidos a respeito do comportamento ‘passivo’ e esquivo do campesinato no Noroeste de Portugal: o ontológico-moral e cultural funcionalista, o sociopsicológico, particularmente da corrente behaviorista, o modelo de poder e o modelo materialista histórico (Silva 1998). Por fim, a partir de um balanço crítico dos referidos modelos, tento esboçar uma abordagem pró-teórica plural, combinando e articulando de modo crítico a chamada economia moral com as perspetivas weberiana e marxista.

2.1 O modelo ontológico-moral de cariz culturalista

A explicação dos comportamentos de contenção e a relativa passividade explicar-se-iam através de determinado modelo ontológico-moral, destilando a este respeito certos *ethos*, arquétipos ou personalidades-base de teor

moralizante e culturalista, essencialista ou mesmo de raiz metafísica³. Aplicados à realidade social, enquanto os atores políticos recatados ou conformados com o *statu quo* traduziriam personalidades-base prudentes ou, noutra variante, individualistas e calculistas, os situados em contexto comunitário tradicional e/ou disponíveis para a luta na esfera pública em contexto sindical ou associativo apresentariam uma personalidade-base respetivamente comunitarista, solidária ou socializante. Este olhar sobre o comportamento sociopolítico dos atores sociais assenta nos pressupostos sustentados pela corrente funcionalista, cujos representantes tendem a sublinhar a consciência coletiva, a supremacia da cultura, a interdependência de diferenciados mas complementares estatutos e papéis, a totalidade harmónica, integrada e relativamente coesa de indivíduos impregnados de solidariedade mecânica nas comunidades tradicionais ou de solidariedade orgânica nas sociedades modernas⁴.

Neste modelo cultural-normativista é de sublinhar, para além da posição durkheimiana e de um considerável elenco de autores de orientação culturalista⁵, a posição estrutural-funcionalista de Smelser (1962: 12 ss) e sobretudo de Parsons (1967 e 1988: 494 ss), cujas componentes básicas da ação social organizada seriam analiticamente, por ordem hierárquica, os valores, as normas, a mobilização da motivação individual dos atores sociais e os obstáculos ou facilidades situacionais tais como qualificações ou

³ Esta tese foi partilhada, em relação às comunidades camponesas, pelo antropólogo Jorge Dias em diversos dos seus escritos (2004, 1984: 15-16, 315, 542-547 ss), aliás na esteira de autores funcionalistas e conservadores como Le Play (1982) e adeptos de estudos comunitários pelo chamado método de natureza psicocultural e configuracionista, tais como Linton (1952: 21ss), Kardiner (1961: 9 ss, 76 ss) e Benedict (1934: 58, 247 ss).

⁴ Enquanto a solidariedade orgânica, própria das sociedades modernas, resultaria de funções diferenciadas e interdependentes na moderna divisão do trabalho, os moradores em comunidade, manifestando uma solidariedade mecânica ou por similitude, partilhariam de uma identidade e de uma consciência coletivas, caracterizadas por um conjunto relativamente coeso de sentimentos e crenças, de signos e símbolos, cuja ofensa ou transgressão acarretaria, na consciência coletiva, estados fortes e emotivos tendentes a dirigir e a conformar com ela as forças e as energias individuais e, eventualmente, a penalizar as condutas desviantes (cf. Durkheim 1977 I: 87 ss, 131 ss). A dicotomia comunidade-sociedade tinha já sido assinalada por vários autores no século XIX e inícios do século XX, os quais procuravam explicar a transição das comunidades tradicionais para a sociedade moderna, nomeadamente em Tonnies (1953), o binómio *status*-contrato em Maine (1988), a relação campo-cidade em Marx e Engels (1998), bem como, embora de modo menos dicotómico, o tradicional *vs* o moderno em Weber (1978) e o rural *vs* o urbano segundo Simmel (1987), este último influenciando autores da Escola de Chicago como Park (1987) e Wirth (1987).

⁵ São de referir, entre outros, Redfield (1961) e Kroeber (1963: 92 ss), bem como, situados neste ou em semelhante parâmetro teórico, Le Play (1982), Linton (1952: 21 ss) e, de certo modo, Pitt-Rivers (1961: xii, 76 ss), os quais foram objeto de críticas respetivamente por Steward (1955) e Silverman (1983: 20), Jollivet (1974 II: 160-184), Sève (1975: 108-114) e Gilmore (1980: 2 ss). Em Portugal, refira-se Dias (1984 e 1964: 81-83), o qual seria igualmente objeto de análise crítica por Ruivo e Leitão (1982: 48 ss).

equipamento. O sistema deve ser estável e, para tal, importa que os papéis e as respetivas ações dos atores sociais se subordinem a um sistema de valores culturais comuns: “o ‘foco’ da estrutura de um sistema de ação radica na dimensão dos padrões de valor comuns da sua cultura” (Parsons 1967: 339). Na perspetiva estruturo-funcional e culturalista, é dado particular destaque ao conjunto de normas e valores convergentes com a preservação da ordem estabelecida, cujas prescrições tendem a premiar comportamentos conformistas e estabelecem formas de dissuasão e ameaça, sancionando negativamente ou mesmo aplicando medidas repressivas perante posicionamentos e ações de dissidência, resistência ativa e sobretudo ação coletiva.

2.2 O modelo sociopsicológico e a teoria da privação relativa

Antes de mais, convém ter presente que, no que concerne a ação social designadamente coletiva, há no campo psicológico diversos modelos. Uma das explicações correntes mais tradicionais da ação coletiva residiria no facto de os indivíduos, em contextos de manifestações maciças, gregárias e anónimas, tenderem a comportar-se, por contágio, de modo explosivo e ‘irracional’, em contraste com outros contextos em que os indivíduos, quando individualmente considerados ou confrontados, seriam mais retraídos e racionais (Tarde, 1903).

Uma outra interpretação de cariz psicanalítico na modalidade ora freudiana ora junguiana viria a ter certa influência em fundadores e seguidores da Escola de Francoforte, tais como Horkheimer e Adorno (1979: 37 ss, 55 ss), e, sobretudo posteriormente, em Reich (1972) e Marcuse (1963), para quem determinados comportamentos, designadamente autoritários, assentariam em determinado tipo de personalidade, o qual se traduziria em preconceitos, na pseudocultura, na burocracia e na tecnocracia.

Em contraponto a teorias introspeccionistas provindas do século XIX, modernas teorias psicológicas, em particular a behaviorista (Watson 1913), procuraram ultrapassar tais visões e tipologias clássicas por as considerarem rígidas, fixistas, senão mesmo metafísicas, e avançar modelos baseados na relação estímulo-resposta. Outros cientistas sociais como Davies (1962: 6 ss) e Gurr (1970: 13 ss), reconhecendo uma maior variabilidade do comportamento humano, procuraram estabelecer uma relação causal entre expectativas e gratificações ou entre maior ou menor grau de privação relativa e (in)capacidade de realizar determinadas necessidades, desejos e/ou objetivos. O raciocínio subjacente era o de que o lugar de cada ator social no sistema de estratificação estaria na base da medida de satisfação-insatisfação, apatia-rebeldia, frustração-agressividade, posicionamento este resultante de determinada motivação, (pre)disposição psíquica, ‘estado mental’ e/ou

tipo de orientação social (ou não) para a ação coletiva. Nesta ótica, quanto mais baixos os estatutos detidos pelos indivíduos, maior a probabilidade de haver descontentamento, insatisfação ou raiva e, portanto, mais predispostos à indignação e ao protesto, à revolta ou mesmo revolução, remetendo esta espécie de comportamento sociopolítico para um modelo de tipo vulcânico na explicação da ação coletiva. Estas manifestações ou atitudes, ainda segundo Davies (1962: 8), poderiam ocorrer igualmente como efeito da perda abrupta do bem-estar adquirido ou ainda da não-realização de emergentes expectativas de melhoria ou mobilidade social. É nesta linha que se situam não só psicólogos de orientação ora freudiana ora behaviorista, como também alguns antropólogos, sociólogos ou filósofos que tendem a psicologizar o comportamento dos atores sociais na base de determinados síndromas, *ethos* ou protótipos psicossociais ou culturais tais como o “amoral-familista” (Banfield 1958: 83) ou o “invejoso” (Foster 1972: 162).

2.3 O modelo de poder: virtualidades e limites

Um dos modelos mais sustentados e com longa tradição na sociologia e na ciência política é aquele que, para além das diversas variantes e combinações, considera o poder como o fator explicativo da ação sociopolítica das classes sociais, assim como das diferentes configurações políticas a nível local, regional ou nacional. Ainda que não sejam ignorados os interesses dos diversos grupos sociais implicados e/ou afetados, os comportamentos sociais são resultantes dos jogos políticos em presença e das relações de poder. À ação, ora contestatária, revoltosa ou revolucionária, ora resignada, passiva e conformista de determinados grupos/classes, subjaz na arena política uma estratégia de poder consciente, cuja realização estaria dependente dos recursos de poder ou, mais precisamente, do grau do próprio “poder tático” (recursos económicos, organizacionais e outros) de cada classe ou bloco social em relação a outras classes/grupos sociais, eventualmente cada um deles coligado com outros e/ou articulado com fatores externos⁶. Ou seja, o diversificado comportamento sociopolítico dos atores, ora individuais ora coletivos, só poderá ser compreensível e explicável a partir duma análise da correlação de forças sociopolíticas internas e externas.

⁶ Cf. Dahrendorf (1959: 165 ss); Wolf (1974); Blok (1974: 6 ss); Aya (1979: 30 ss); Skocpol (1979: 11 ss). Tendo em conta o maior poder e a mobilidade dos médios camponeses, Wolf desenvolveu o conceito de “poder tático” (1974: 301). Moore (1966: 453 ss), embora não assuma uma explicação monocausal, atribui à relação de poder entre as classes sociais uma notável força explicativa das diversas configurações sociopolíticas. A um nível micro-sociológico, Berger (1972: 273 ss, 1975: 25 ss), no seu estudo de duas aldeias na Bretanha, considera o modo e o tipo de organização aldeã os fatores responsáveis por diferentes resultados e efeitos políticos em cada uma delas.

Diversos autores relevam a importância decisiva do modelo de poder no que concerne, por exemplo, o fenómeno do patrocínio ou clientelismo⁷. Este, enquanto expressão de poder e de controlo sobre recursos, constitui uma base nuclear que propicia aos seus detentores não só dispor das fontes de riqueza, nomeadamente a força de trabalho, mas também organizar a distribuição de lugares e benesses, dividendos e bens de consumo, reforçando assim a sua própria posição económica e sobretudo o seu lugar político na comunidade ou sociedade. Porém, esta dimensão não está apenas presente nos processos clientelares mas é copresente nos processos sociais e políticos, manifestando-se de diversas maneiras.

2.4 A abordagem materialista histórica

Segundo a abordagem materialista histórica, as ações das classes e dos grupos sociais são explicadas a partir do(s) respetivo(s) modo(s) de produção⁸ e dos conceitos e categorias daí derivados. No fundo, seria um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas que permitiria ou limitaria determinadas relações de produção e explicaria as formas e conteúdos das instâncias político-ideológicas, ou seja, seria determinado tipo de economia, eventualmente em articulação com outro(s) modo(s) de produção, que estaria na base da explicação dos vários comportamentos sociais, embora a este respeito haja diversas formas de entender esta estruturação⁹.

⁷ Sobre o conceito de poder, cf. Weber (1978: 53). Acerca do patrocínio, enquanto mecanismo de mediação e poder, cf. Bailey (1970: 41 ss, 167 ss), Weingrod (1977: 41-51), Boissevain (1966: 18-33, 1977: 89-90) e, em Portugal, Silva (1984, 1994, 1998). Sobre o poder enquanto uma das fontes de desigualdade social, tendo por base o conceito de controlo sobre recursos sobretudo indiretos, cf. Bader e Benschop (1988: 149 ss).

⁸ Para alguns autores marxistas, sobretudo franceses, o modo de produção é a articulação complexa das instâncias económica, política e ideológica. Contrariamente a esta conceção demasiado lata, outros autores como Cohen (1978: 28-36) e Bader *et al.* (1980: 40 ss) entendem o modo de produção como uma totalidade específica estruturada ou uma unidade coerente de determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

⁹ Algumas passagens de obras de Marx (1974:521) e de Marx e Engels (1976 I: 21ss) dão aso a esta interpretação. Há que referir contudo que nesta interpretação cabem não só posições de autores como Tepicht (1973: 17), Jollivet (1974: 209-211), Meillassoux (1977: 10, 24), como também interpretações rebuscadas de marxistas estruturalistas como Althusser (1972), Godelier (1973). A este respeito, convém entretanto referir que, sem entrar agora em linha de conta com a caricaturização do marxismo por bastantes adversários e vulgarizadores do mesmo, não há unanimidade entre os próprios marxistas. Enquanto a tendência tradicionalmente dominante, codificada e ossificada pelo estalinismo, tem acentuado a determinância do económico, pelo menos em última instância, para outros autores desde Lukacs (1976) a Llobera (1979: 252), o fator económico, na conceção marxista da história, seria, entre outros, um fator prevalecte, devendo o determinismo tecno-económico ser mais justamente imputado à tendência revisionista do marxismo presente designadamente em Bernstein (*in* Vergoupolos 1978).

Não obstante Marx (1974) não ter apresentado e sistematizado uma teoria das classes, não ignorou a diversidade de classes nas formações sociais do seu tempo e forneceu o quadro analítico e relacional das principais classes no modo de produção capitalista, centrando a sua análise nas contradições estruturais do capitalismo, assim como na necessidade de cada uma das classes exploradas e/ou dominadas passar de “classe em si” para “classe para si” e, assim, criar condições de tomada de poder e revolucionar a economia, a sociedade e o Estado. Tomando o campesinato como exemplo ilustrativo de desfasamento entre a “classe em si” e a “classe para si”, Marx (1975: 143 ss) dissecou e explica a ação sociopolítica do campesinato francês sob a dominação napoleônica com base no funcionamento atomístico das economias domésticas camponesas e em fatores político-ideológicos propícios à restauração da burguesia mais conservadora e retrógrada, impedindo assim estes dois fatores a conversão de uma “classe em si” numa “classe para si”, consciente, distinta e organizada¹⁰. De modo geral, segundo a abordagem marxista, desenvolvida por Lenine (1977), quanto mais pobres, explorados ou deserdados os atores, mais coerentemente contestatários e revolucionários serão e maior será a probabilidade de aderirem ou mesmo liderarem processos revolucionários.

3. Balanço crítico

Toda e qualquer sociedade comporta uma dimensão cultural e simbólica, a qual se vai diferenciando e especificando em consonância com os diversos grupos de atores sociais. Nesta ótica, sustentar a centralidade da componente cultural e simbólica nas sociedades e nas ações sociais não representa, de modo algum, assumir uma posição culturalista ou resvalar para um posicionamento subjetivista ou idealista, tal como o demonstraram Weber (1978: 4 ss), Geertz (1973: 10 ss) e, em contexto português, A. Silva (1994: 20 ss) em torno da análise e interpretação da cultura popular, da importância das vivências simbólico-culturais nos processos de formação e organização de classe (Thompson 1978, Pereira 2005, Aguiar 2010) ou das reflexões diversas de historiadores, antropólogos e sociólogos em torno da identidade nacional desde O. Ribeiro (s/d), Mattoso (1985), Godinho (2004), Sobral (2006, 2012) e Ribeiro (2011).

¹⁰ O campesinato, na perspectiva marxista (Marx 1975) e leninista (Lenine 1977), não é definido pela positiva mas pela negativa. Trata-se, quando muito, de uma classe diferenciada e em transição, com segmentos a caminhar e a aliar-se à pequena burguesia e outros – a maioria – a deslizar para o proletariado; torna-se assim uma classe periférica ao modo de produção capitalista, tese contestada pelos populistas russos, a começar por Chayanov (1966), primeiro e principal teórico da economia camponesa e suas estratégias de sobrevivência e resistência.

A pertinente objeção ao modelo funcional-culturalista reside mais na sua pretensa perspectiva integradora de carácter cultural-mental com leve ou mesmo nula referência a constrangimentos económicos ou à polarização de grupos e classes sociais ou da sua relação com o Estado. Sem perder de vista a heterogeneidade social, conseqüentemente, a diferenciação de mundividências na emergência, consolidação e eventual declínio das diversas classes sociais, a cultura entendida como feixe de significados não pode ser aprioristicamente postulada sob forma de protótipos ou arquétipos, na medida em que tais significados são socialmente construídos e seus códigos (re)interpretados. E mesmo quando se assiste a certa convergência cultural, ou a aparentes formas de aceitação das diferenças socioeconómicas e de ‘assentimento’ sociopolítico, tal não significa nem uma convergência de percepções, nem um assentimento cordial, nem sequer uma homogeneização cultural, tal como respetivamente o demonstraram Black (1972: 624 ss), Scott (1985: 284 ss) e Silva (1998), em espaços rurais, e Burawoy (1979) e Estanque (1999) no espaço industrial-urbano. Por conseguinte, contrariamente aos pressupostos apriorísticos de Parsons (1988 e 1966: 240 ss) em torno do sistema de valores comuns e do “poder consensual”, os atores mais desprovidos e dependentes amiúde “consentem” a contragosto e por impotência, mas de modo algum partilham dos mesmos valores e nem sempre aceitam no seu interior forças, grupos ou indivíduos poderosos, sobretudo quando discricionários, arrogantes e abusivos. Tal não retira força ao argumento – igualmente desenvolvido por Burawoy (1979) na estruturação do consentimento – de os dominados interiorizarem determinadas narrativas justificativas de formas de dominação e mesmo de exploração.

Relativamente aos modelos centrados nas síndromas ou protótipos sociopsicológicos, os acérrimos defensores da monocausalidade sociopsicológica, assumindo, amiúde implicitamente, premissas do modelo liberal e cognitivista e tendo muitas vezes como pano de fundo a análise da transição em torno dos modos de orientação do tradicional para o moderno¹¹, tendem a explicar as condutas dos atores sociais a partir da representação ou imagem (*emic*) que estes possuem acerca da escassez ou finitude de bens valiosos. Tais modelos, embora não apresentem um carácter essencialista e metafísico como no modelo ontológico-moral, conduzem a elaborar certos protótipos psicossociais ou psicoculturais sobre os comportamentos dos atores sociais, sem atender à sociogénese desses protótipos e conceções simbólicas,

¹¹ As próprias teorias do crescimento e da modernização na perspectiva liberal apresentam enviesamentos psicomorais quando tentam caracterizar os modos de orientação e o carácter de atores em comunidade tradicional nomeadamente rural *versus* atores em contexto moderno, urbano.

bem como aos processos de diferenciação e (re)classificação social e à luta sociopolítica pelo controlo de recursos e recompensas. Tomando tais perfis psicológicos ou traços socioculturais como entidades empiricamente dadas e “objetivas”, são esbatidas as bases materiais ou relegadas para segundo plano as causas estruturais da ação social cristalizada em síndromas ou protótipos sociopsicológicos¹². Em suma, a natureza psicomoral e/ou cultural é apresentada como o fator explicativo (*explanans*) dos comportamentos sociais (*explanandum*), quando tais alegados protótipos carecem eles próprios de explicação a partir de processos reais, mecanismos ou fatores de vária ordem, nomeadamente económica, organizacional e política.

Com efeito, poder-se-á dizer que fatores de ordem subjetiva, nomeadamente sociopsicológica, contribuem, como referem Bourdieu (1979: 122 ss), Bader (1991: 69, 166 ss) e Benschop (1993: 382 ss), para explicar a diversidade de hábitos, representações e estilos de vida entre atores originários ou situados em igual ou similar condição social, do mesmo modo que os condicionamentos objetivos se repercutem na experiência vivenciada, tal como o sublinham Thompson (1982: 9 ss) e Scott (1990: 113 ss) acerca da formação, da consciencialização e da ação de classe. Com efeito, embora a situação de privação relativa e a eventual (pre)disposição ou motivação para a ação coletiva seja um fator relevante, do ponto de vista analítico e estruturante da ação social torna-se necessário priorizar os níveis societal e organizacional. Doutro modo, não é compreensível nem explicável por que é que situações social e economicamente semelhantes ou composições sociais similares geram movimentos e reações divergentes ou até contrárias em diferentes países, regiões, comunidades locais. Mais ainda, como é que em situações de extrema desigualdade e injustiça, elevadas taxas de desemprego e pobreza e carências sociais, há fortes descontentamentos e sentimentos de indignação, mas não há ou nem sempre há levantamentos sociais e políticos, sendo pelo contrário de relevar frequentes sentimentos de resignação fatalista ou atitudes defensivas por receio de perder posições, direitos ou pequenas conquistas sociais. Não há uma relação direta de causa-efeito entre pobreza ou privação relativa e revolta ou revolução, nem esta é resultante da soma de indivíduos insatisfeitos, descontentes e ressentidos. Tal como Scott (1976: 4)

¹² A título ilustrativo, além dos referidos, podemos referir alguns protótipos entre alguns estudiosos sobre o camponês como o de “encolhido” (Erasmus 1968: 69 ss), “modesto-invejoso” (Tolosana 1973: 833) ou, em Portugal, como veremos, o protótipo sociocultural do camponês minhoto (Cabral 1989: 59 ss) em contraste com o cultural burguês; ou, ainda mais recentemente, a caracterização do português como “não inscrito” ou “invejoso” (Gil 2004). Para uma crítica da generalização destes protótipos e tentativa de explicar o dito “mal de inveja”, cf. Silva (2002).

anotou, se o descontentamento ou a raiva fossem suficientes, todo o chamado Terceiro Mundo estaria ardendo em chamas.

Contrariamente aos pressupostos, quer do racionalismo da economia liberal etnocêntrica, quer do modelo sociopsicológico, tanto as manifestações sociopolíticas de explosão “vulcânica” ou até violenta como as de inércia ou relativa passividade não são resultantes de traços irracionais ou patológicos de determinados atores sociais, como tradicionalmente se assumia sobretudo em relação aos camponeses em contexto tradicional. Todavia, a tradicional racionalidade liberal, pretensamente universal, refinou-se a partir dos anos 70 e 80 do século XX, ao ponto de certos autores como Popkin (1979) assumirem uma nova variante teórico-ideológica das premissas liberais, atribuindo a todos os atores sociais dos mais diversos tipos de economia e sociedade uma racionalidade idêntica ou similar à dos agentes do sistema de mercado capitalista, de resto convergente com a teoria dos jogos de Neuman e Morgenstern (1964: 15ss) e a fórmula utilitarista exposta por Friedman e Savage¹³. Se Popkin sustenta com aparente pertinência que perspectivas e normas não podem diretamente determinar ações, torna-se intrigante constatar que o próprio Popkin vise explicar as ações dos camponeses não a partir de uma racionalidade camponesa específica mas a partir de normas e valores assentes no modelo formal da teoria dos “investimentos e dos jogos”. Esta teoria parte do pressuposto liberal hipotético de que cada jogador seria um ator informado e racional, consciente e livre, convergindo assim com as falaciosas premissas da teoria da “escolha racional”, o que de modo algum ocorre na realidade.

Comparativamente aos modelos ontológico-moral e psicossocial, o modelo de poder apresenta uma base mais realista na medida em que, analisando processos históricos e atuais, se constata que o maior ou menor grau de recursos de poder é decisivo para compreender e explicar a ação social, assim como os diferenciados resultados e reconfigurações políticas. Porém, tais relações de força não são independentes dos lugares “impessoais”, como refere Almeida (1984: 585 ss), ocupados na estrutura económica. Por outro lado, o modelo de poder, como salienta Bader (1991: 32 ss), na sua perspectiva antieconomicista, não só subestima a vertente cultural e identitária dos grupos sociais como substancializa o poder e circunscreve ou reduz o conflito em torno do conflito político, descurando outros tipos de conflito e outros fatores relevantes para explicar os resultados e comportamentos

¹³ Cf. Popkin (1979: 21). Em última instância, Popkin, tal como os formalistas, rejeitando as premissas da economia moral fundadas nomeadamente em Chayanov (1976: 478 ss) e Scott (1976), assume que a economia camponesa se distingue não por ser basicamente uma economia de subsistência, mas porque proporciona rendimento em vez de salário.

sociopolíticos dos atores sociais. Além disso, estes teóricos tendem a reduzir as orientações dos atores sociais a lógicas estratégico-utilitaristas, descurando outros tipos de orientação, motivações e interesses, nomeadamente tradicionais e afetivos, salientados por Weber (1978: 24-30) e desenvolvidos por Bader (1991: 65 ss) e Benschop (1993: 382). Por outras palavras, este modelo enfatiza em demasia as intenções ou estratégias dos atores sociais, partindo do pressuposto – aliás também presente na visão (neo)liberal, na teoria da escolha racional ou no modelo de jogos – de que os atores sabem bem, do ponto de vista tático e estratégico, quais os seus interesses e como mobilizar recursos para alcançar os seus objetivos; tal contudo nem sempre acontece, podendo os atores, por insuficiente conhecimento ou bloqueio de fatores de ordem ideológica e normativa, equivocar-se sobre a natureza dos movimentos que apoiam ou dos partidos que legitimam com o seu voto.

No que concerne a abordagem marxista, esta refere e com justeza a relevância das condições sociais, nomeadamente económicas, as quais constituem um fator necessário mas, em regra, insuficiente para explicar os comportamentos sociopolíticos. São conhecidos na história exemplos de que, quanto mais pobres, desprovidos e dependentes forem os membros de classes sociais exploradas e/ou dominadas, mais urgentes e constrangentes são as suas prioridades face à subsistência e também maior a sua aversão ao risco em termos políticos e, portanto, maior a probabilidade de apoiarem e mesmo votarem em favor dos seus “protetores” locais e “salvadores” nacionais conservadores e de direita: por exemplo, os jornaleiros e/ou camponeses no Norte do país (Lipton 1968: 327-351, Bennema 1992: 112 ss, Silva 1998). Do mesmo modo, em determinadas situações históricas, tal como sustenta Wolf (1974: 71ss), são os atores de classes sociais com alguns recursos que em melhor situação se encontram para liderar processos sociais de mudança, revolta ou revolução, tese esta contrária à já referida tese tradicional marxista leninista (Lenine 1977).

Não obstante os esforços de marxistas para entender a discrepância entre “classe em si” e “classe para si” relativamente às classes intermédias, o problema que hoje se coloca com premência é que este desajustamento ocorre também em setores das classes trabalhadoras, inclusive no seio do próprio operariado e, com particular incidência, entre os mais desprovidos e vulnerabilizados da sociedade. A resposta marxista dominante é a de que se trata de “falsa consciência” de sujeitos alienados, mas tal “explicação” traduz uma fórmula circular e expedita, porque, “falsa” consciência ou não, ela tem obviamente consequências políticas e necessita ela própria de explicação, a não ser que, a este respeito, se pretenda suspender a argumentação dialética e de base materialista e histórica.

Na esteira de Bourdieu (1989: 133 ss) e de marxistas críticos como Bader (1991: 22 ss, 108 ss) e Benschop (1993: 115 ss), há que reconhecer, tal como referi noutra lugar (Silva 1998: 52 ss, 2009), que o pressuposto estrutural e economicista na análise tradicional marxista em torno das classes sociais não só ontologiza a dimensão estrutural-económica, como ignora ou subestima as vertentes organizacional-política e interativa e menospreza a dimensão cultural-normativa nos processos identitários. Por outro lado, ignora, minoriza ou reduz indevidamente outras linhas de oposição ou rutura na base étnica, de género, idade, nacionalidade, entre outras, ao conflito de classes. Por fim, para além da necessidade de ter presente o modelo dos pré-requisitos de ação coletiva avançados por Bader (1991), tal como veremos em seguida, torna-se intrigante constatar como, perante a não-coincidência entre o fator de ordem económica e o comportamento político, se aliam na tradicional perspetiva marxista um economicismo apriorístico e a remissão para o campo ideológico como fator explicativo sob a expressão “falsa consciência”.

4. Portugal numa encruzilhada identitária: da perspetiva metafísica ao projeto utópico

O conceito de identidade tem sido largamente utilizado desde a metafísica aristotélica, passando pela escolástica medieval, designadamente de Tomás de Aquino, até às diversas formas modernas reificadas como propriedades gerais das ‘coisas’, como essências ocultas ou subjacentes aos fenómenos da natureza e da sociedade. A perspetiva escolástica em torno das ‘essências’ transcendentais (deus, alma, cosmos) sofreu um primeiro embate face às objeções ou dúvidas cartesianas e um mais forte abalo perante as desmontagens das ‘essências’ aristotélico-tomistas por parte da epistemologia crítica kantiana. Foi, porém, sobretudo com a desconstrução levada a cabo pelo existencialismo, designadamente por Sartre (2003) e, por fim, pelo materialismo histórico e dialético (Marx e Engels 1976), que se operou uma transformação do sentido do conceito de identidade. Não obstante este conceito ter cristalizado e permanecido com alguns dos seus resquícios nas ciências sociais, poder-se-á hoje sustentar, com base em diversas correntes e reflexões providas de autores provenientes de diversos quadrantes teóricos¹⁴, que as identidades individuais e coletivas não são entidades fixas e imutáveis, mas processuais, dinâmicas e relacionais, significativas, incorporadas e localizadas no tempo e no espaço (reais, imaginadas ou retroprojectadas). Numas e noutras a

¹⁴ Tais como as defendidas por Berger e Luckman (1976), Bourdieu (1979, 1980), Giddens (1984), Bader (1991), Pinto (1991), H. Martins (1998), M. Martins (1991) e Jenkins (1996).

identidade social não é algo naturalmente dado mas historicamente definido e demarcado (face ao outro/outros), flexível e construído nas próprias experiências individuais e coletivas; como tal, é também mutável na própria percepção e definição. Na sua construção relevam não apenas interesses individuais e coletivos, mas também dimensões afetivas, históricas e normativas. Por outro lado e contrariamente ao propalado no senso comum e em certos círculos culturalistas, nem a identidade social se reduz à cultura nem a cultura, por certo destrinchável de outras componentes da realidade social, pode ser compreendida e explicada sem a estruturação de múltiplos fatores e diversos níveis de análise, a saber, socioestrutural, organizacional e interativo. Ou seja, as diferenças culturais surgem e desenvolvem-se em contextos sociais e organizacionais – que, em regra, pressupõem diversas formas de desigualdade social preexistentes – e são simultaneamente resultado de estratégias de inclusão/exclusão, fusão/demarcação. Por outro lado, se as identidades, individuais ou coletivas, não são conceptual e empiricamente realidades estáticas e imutáveis e, como tal, são resultado de processos de definição e construção, identificação e demarcação sociais, elas tão-pouco são, por regra, fluidas e líquidas ou resultantes de colorações camaleónicas de cada momento ao ponto de se perder de vista que elas se arraigam em condições objetivas de vida, impregnadas de interesses, revelando tensões e conflitos em torno de recursos e recompensas. Mais, mediadas por hábitos e estilos de vida que se vão cristalizando, comportam classificações, distinções e representações sociais, integrando dimensões históricas, afetivas e normativas nas suas trajetórias espaço-temporais que ligam e (retro)projetam passado, presente e futuro.

Voltando à situação portuguesa, uma grande parte dos analistas e comentadores sobre o comportamento sociopolítico dos portugueses oscila entre perspectivas de cariz filosófico-metafísico e narrativas reificadas em torno de um povo ‘brando’, resignado e (quase) fatalista. Com efeito, já alguns mentores e responsáveis principais do regime ditatorial em Portugal (cf. Preto 1945: 48-51; Salazar 1937 II: 137-138 ss; T. Pereira 1937: 48, 142) assumiam o comportamento dos portugueses como o protótipo de um povo “pacífico”, “brando” e de “bons costumes”, chegando mesmo o deputado Moura Relvas a referir num discurso na Assembleia Nacional em 25 de março de 1938 o protótipo naturalmente “conservador” do povo português (*in* Mónica 1978: 326).

Também no campo literário e noutras leituras social-culturais são frequentes construções mítico-ideológicas passadistas em torno da identidade nacional primordial, as quais, segundo Pinto (1991), Santos (1994), Ribeiro (2011) e Sobral (2006, 2012), tendem a apresentar uma reificação essencialista

da identidade. De resto, tal conceção está presente na caracterização dos traços fundamentais da cultura portuguesa e da personalidade-base do povo português levada a cabo por Jorge Dias (2004), baseando-se para tal no espírito saudosista derivado das gestas gloriosas – primeiro, da reconquista e, depois, dos descobrimentos – e de traços de homogeneidade cultural e psicossocial, na relativa fusão étnica pela presença sucessiva e influência diversa de povos ao longo dos séculos (romanos, celtas, suevos, visigodos, árabes), nos quadros mentais de ostentação, bem como no esbanjamento e luxo em claro contraste com o espírito frugal dos povos nórdicos de ética protestante.

Este olhar sobre a identidade portuguesa resume-se a uma conceção idealizada e reificada do modo de ser português. Afirmar que determinada comunidade ou sociedade possui ou manifesta determinada orientação cultural e/ou certo tipo de mentalidade, sem especificar as condicionantes contextuais e processuais, os significados e as motivações diferenciadas dos atores sociais, seus grupos de pertença e identidade, assim como as relações de poder com a especificação das suas raízes materiais, torna-se um exercício especulativo, contraditório, estéril. No caso vertente, tal representaria ontologizar determinadas tipologias de carácter funcional ou reduzir a ação de determinadas classes a certas personalidades-base ou modais de tipo ‘natural’ ou ainda a certos lugares-comuns, tais como o ‘espírito do povo’, a ‘cultura do povo’.

Embora declarando-se num registo não metafísico, outros autores, como José Gil (2004), a partir de certos traços da vida social corrente, salientam certos protótipos aplicáveis de modo generalizado ao povo português tais como o de um ser social ‘não inscrito’, ‘invejoso’. Por sua vez, Pina-Cabral (1989: 59 ss), considerando certos comportamentos regulares de certos grupos sociais no Minho, destila o protótipo sociocultural do camponês minhoto contraposto ao cultural burguês, como se qualquer um deles estivesse impregnado de homogeneizantes e idiossincráticos traços. Estes protótipos universalizados são avançados de modo impressivo, sem levar em linha de conta os processos de (des)apropriação do excedente e de alienação de recursos ou a competição pelo seu controlo, o que representa, como refere Faris (1972: 190), uma forma de desviar a atenção do local de exploração e/ou opressão, descurando as relações sociais entre grupos sociais e o Estado nos processos históricos.

Cabe também destacar o pensamento de Eduardo Lourenço (2000), para quem a por ele designada hiperidentidade portuguesa assenta numa representação e/ou construção em torno da língua, de uma memória e de uma projeção e quebra da singular grandeza passada, delimitando-se em relação à de outros povos e culturas e recuperando elementos étnicos pré-modernos, tal como sublinham Hall (1996) e Smith (1999), convergindo de certo modo

com a perspectiva interaccionista simbólica à boa maneira goffmaniana ou a perspectiva transaccionalista, na linha barthiana, em torno da delimitação de fronteiras (cf. respetivamente Goffman 1974; Barth 1969; Jenkins 1996). A identidade nacional surge, como referem Luís Cunha (2001) e Rita Ribeiro (2011: 63 ss), como uma armadilha de ideologias e utopias, um binómio que em Mannheim (1976) reflete o *enjeu* de luta entre a leitura ideológica das classes dominantes voltadas para o passado ou presente e uma visão prospetiva das classes dominadas orientadas para o horizonte da emancipação.

A predominante atitude ‘espartana’ e até a capacidade de sofrimento de uma porção considerável de portugueses têm-se manifestado, ao longo de vários períodos históricos, em inúmeras ocasiões, em sinais de resignação, tais como a crença no destino, o atentismo escatológico, a recorrente expressão ouvida, sobretudo nos meios rurais, como resposta a uma saudação: “Cá vamos, gemendo e chorando, como a salve-rainha.” Mais recentemente, entre os anos 2010 e 2012, a atitude de resiliência prende-se com o facto de, segundo certa narrativa política dominante e de cariz religioso, se tratar de uma etapa de expiação e sofrimento, a superar em próximo futuro.

Subjacente a estas atitudes persiste, porém, a perceção de posse de reservas mínimas para aguentar o impacto da crise, desde que seja mantido o mínimo de condições de sobrevivência, nomeadamente a manutenção do posto de trabalho, mesmo que diminuído no seu valor salarial. Trata-se, como sustentam Moore (1966: 498 ss), Wolf (1974: 288 ss) e Scott (1976:7 ss), do modo, do grau e do limite em que as extorsões do sobretrabalho através de cortes salariais, aumento de impostos e outras medidas de austeridade são consideradas suportáveis ou não, ou seja, põem ou não em causa, em termos reais e mentais, para uns a sua sobrevivência, para outros o alegado lugar estatutário na sociedade. No caso português, tudo indica que o modelo de privação relativa de uma parte considerável da população portuguesa não se aplica, na medida em que, se reparássemos no crescente grau de privação económica e social, já deveria ter ocorrido um levantamento nacional ou popular; ou seja, existem condições objetivas do ponto de vista económico para que tal tivesse lugar, quer por razões de sobrevivência, quer por bloqueamento de expectativas. Tal não significa que um levantamento popular não possa verificar-se a curto-médio prazo, se os poderes económicos e político-institucionais ultrapassarem o que possam ser considerados e percebidos como limites da extorsão fiscal e confisco de recursos salariais, ou de pensões, bem como a perda ou ameaça de fontes de subsistência e proteção mínima, sobretudo se se verificarem plataformas organizacionais capazes de canalizar o descontentamento, a indignação, a raiva e/ou revolta para uma alternativa e estratégia de mudança.

Em vez do velho esquema sociopsicológico relacionando revolta com frustração, são mais plausíveis e relevantes os conceitos de economistas morais como Thompson (1978, 1979) e Scott (1976: 188 ss) para explicar seja a capacidade de resiliência (*endurance*), seja a indignação moral ou mesmo a revolta pela situação de queda social mediada pela percepção de (in) justiça e (i)legitimidade.

5. Esboço de um quadro teórico pluricausal

A ação política concreta se, por um lado, não deve ser interpretada a partir de um modelo monocausal, designadamente quando impregnado de uma conotação ontológico-metafísica, tão-pouco pode sê-lo a partir de uma simples soma eclética de diversos fatores. Tal como foi referido, a ação factual depende e é determinada pela acumulação e a articulação dos diversos níveis de estruturação: socioestrutural ou societal, organizacional e interaccional. Por outro lado, o apelo a um enfoque pluridimensional não exclui certamente a necessidade de situar prioridades nos níveis e fatores em análise, reconstruí-los, validá-los teoricamente e testá-los empiricamente. Aos diferentes posicionamentos sociopolíticos dos membros das classes exploradas e/ou dominadas (resignação, retraimento defensivo, repulsa, contestação ou revolta) subjaz, numa linha weberiana, a ausência ou presença dum determinado grau de efetivo poder de disposição (*Verfügungsgewalt* ou *tactical power*)¹⁵, quer quanto aos recursos diretos, nomeadamente as condições de produção e seus resultados, quer quanto aos recursos indiretos, nomeadamente os relacionados com as oportunidades de prestígio e poder. Tal constitui um requisito fundamental e indispensável para a segurança e a sobrevivência dos atores sociais, assim como, eventualmente, para a melhoria da sua posição social e/ou alteração do *statu quo*.

Nesta ótica, tendo em conta os contributos de Abercrombie e Turner (1978: 149 ss) e, em particular, as incisivas e pertinentes análises de Thompson (1978) e Scott (1985: 29, 241 ss) no quadro da economia moral, importa que nos demarquemos não só dos arquétipos culturais ou síndromas psicossociais como das teorias homogeneizantes e ideologizantes que remetem a explicação

¹⁵ Respetivamente Weber (1978: 71 ss) e Wolf (1974: 299). Os atores sociais dependentes tendem a assumir estratégias e táticas na busca de segurança e equilíbrio, evitando posicionamentos aventureiros ou reduzindo riscos em contextos de constrangimento ou poder das classes dominantes envolventes. As interpelações ou críticas aos detentores do poder ocorrem, segundo Scott (1990: 114 ss) em “formas quotidianas de resistência” e sobretudo em “registos ocultos”, ressentimentos, manifestações de agravo ou protestos silenciosos na esfera doméstica ou em círculos restritos de familiares e amigos. Cf. também Scott (1976: 5-6), Bader e Benschop (1988: 130 ss) e Silva (1998).

dos comportamentos passivos e resignados para processos de alienação ou impactos das ideologias dominantes sobre classes dominadas. Com efeito, Thompson (1978, 1979) apresenta uma abordagem pioneira na análise do comportamento social e político das classes mais dependentes e vulneráveis a partir das premissas da economia moral. Esta tese foi avançada pelo autor na sua crítica ao estruturalismo francês, nomeadamente althusseriano, relevando a centralidade das motivações, experiências e expectativas dos atores sociais no quadro da moral partilhada, da designada “economia moral”, a qual, contrariamente a uma leitura simplista, se encontra vinculada a processos de ordem material:

“Isto não é, precisamente, para argumentar que a ‘moral’ é como que uma região autónoma da escolha e vontade humana, emergindo independentemente do processo histórico. Uma tal visão da moral nunca foi suficientemente materialista e amiúde reduziu aquela formidável inércia – e, por vezes, aquela formidável força revolucionária – a uma ficção totalmente idealista. Pelo contrário, isto é para dizer que toda a contradição é um conflito de valores, assim como um conflito de interesses; que no seio de cada necessidade há um afeto, ou vontade, que no seu percurso se foi tornando um ‘dever ser’ (e vice-versa); que toda a luta de classes é ao mesmo tempo uma luta por valores” (Thompson 1978:12)

Quando as classes dominantes, além de gorar expectativas de certas classes sociais intermédias, são incapazes de repartir e assegurar o mínimo de condições de subsistência aos atores mais vulneráveis, não os reconhecem na sua dignidade e com um mínimo sentido de justiça e/ou violam determinados pactos ou acordos morais em prejuízo dos seus direitos e/ou da sua sobrevivência, entra em crise a legitimidade das respetivas elites. Trata-se de saber de que modo e até quando as classes dominantes conseguem manter a hegemonia no sistema governativo e veicular a ‘bondade’ ou ‘justeza’ das suas propostas e medidas económicas e políticas. Ou seja, as elites económicas ou políticas, designadamente em sociedades tradicionais, não podem deixar de garantir, ainda que no quadro patrocinal e de redistribuição em contexto de dependência, o mínimo de segurança e sobrevivência. Entre a estrutura designadamente de classes e a ação coletiva, as experiências, tal como referem Thompson (1978: 98 ss) e Scott (1985: 41 ss), são mediadoras entre o(s) modo(s) de produção e as relações de classe, as quais interseccionam com outras variáveis tais como etnia, género, parentesco, vizinhança, crença ou nacionalidade, entre outras. Determinados processos de exploração e dominação são mais ou menos consentidos, desde que não firam aquilo que Scott (1976: 2) denomina “ética de subsistência”, conceito assumido por

este autor como central na explicação dos comportamentos sociomoraís e políticos dos atores sociais mais desprovidos. Este conceito, a par do de reciprocidade, sendo aparentemente de cariz normativo, enraíza-se nas ações económicas e sociais e, tal como o desenvolve Scott (1976: 3 ss), remete para o limite de tolerância ou intolerância perante determinadas situações, indicativas respetivamente de processos de resiliência ou de rutura¹⁶. Neste sentido, sem contestar a validade do conceito marxista de exploração enquanto processo sistemático de apropriação de sobretrabalho por parte de determinada(s) classe(s) em detrimento da(s) classe(s) explorada(s), Scott (1976: 157 ss) avança outras componentes sociomoraís, tais como a dimensão relacional e respetivo grau de eventual dependência ou qualidade da troca, as expectativas derivadas das necessidades humanas partilhadas, a prevalência do valor da dignidade; ou seja, trata-se de considerar o tipo e o *quantum* dos níveis de exploração, os padrões de vida, a natureza e graus de reciprocidade, o sentimento de (in)justiça, a perceção da (i) legitimidade do processo na (re)distribuição desigual e da relação entre os atores em causa. A verificação (ou não) de posicionamento de contestação ou revolta na arena pública terá de ter em conta o preenchimento (ou não) das referidas condições, devendo ainda levar-se em linha de conta as diversas estratégias ou formas de adaptação, tal como Scott (1976: 203-204) refere, nomeadamente a confiança nas formas de entreatajuda e em diversos setores, nas formas de apoio estatal e das organizações religiosas¹⁷. Ou seja, em vez do velho esquema sociopsicológico relacionando revolta com frustração, Scott (1976: 188 ss) prefere avançar com o conceito de indignação moral,

¹⁶ É o próprio Scott (1976: 44 ss) quem aduz evidência empírica e argumentativa de que os camponeses rendeiros no Sudeste asiático, tendo presente a incerteza das colheitas por razões climatéricas ou outras, são adversos ao risco e preferem pagar uma renda variável e proporcional em conformidade com a colheita do que uma renda fixa, a qual, se em colheitas abundantes poderia ser vantajosa, em anos de más colheitas tornar-se-ia um desastre e poria em risco a sua sobrevivência, nomeadamente quando se diluem ou desaparecem os padrões de proteção paternalista inerentes ao sistema de patrocinato. Ora, este processo vem intensificando-se, na medida em que a liberalização dos preços comportou uma maior instabilidade nos mercados, tornando assim o camponês mais vulnerável às flutuações dos preços dos produtos. Acrescendo a esta situação de queda abrupta de preços agrícolas as excessivas exações tributárias do Estado, Scott (1976: 132 ss) analisou como tais situações provocaram nesses mesmos países (neo)colonizados situações extremas de fome e crise de subsistência, criando as condições para desesperadas pilhagens e assaltos a celeiros de bens dos mais providos, marchas e levantamentos junto de repartições do Estado, onde foram queimados documentos tributários na presunção de assim se abaterem impostos e o próprio Estado colonial.

¹⁷ Da análise de várias revoltas no Sudeste asiático, Scott (1976: 187 ss) infere que o modelo de privação relativa não se aplica à maior parte das revoltas camponesas, as quais ocorrem não por razão de expectativas de mobilidade ascendente bloqueadas, mas antes enquanto respostas defensivas para a manutenção das fontes ou meios de subsistência e proteção mínima em perda ou sob ameaça.

mais relevante para explicar a revolta, nomeadamente quando se infringem as normas de reciprocidade e se viola o primado ou imperativo ético-económico da subsistência.

6. Classe, ação coletiva e mudança emancipatória: que (pre)condições?

As classes sociais formam conjuntos de agentes que, ocupando posições relativamente homogêneas, interesses e objetivos semelhantes, incorporando tendencialmente hábitos e estilos de vida afins e estando dependentes de condições político-organizacionais e simbólico-culturais similares, apresentam provavelmente atitudes e práticas também semelhantes. Porém, nem sempre tal ocorre ou, se se verifica, não ocorre de modo direto e mecânico, na medida em que a classe em ação não resulta automaticamente da posição objetiva de classe¹⁸.

As posições objetivas limitam ou possibilitam as oportunidades dos atores e, nesse sentido, elas condicionam ou favorecem estratégias suscetíveis de confirmar ou reforçar processos de reprodução social na desigualdade de classes. No entanto, as posições dos atores no xadrez societal não são fixas nem fixadas de uma vez por todas, mas podem alterar-se através de processos organizacionais e de profissionalização, de operações ininterruptas de categorização e reclassificação, por parte dos atores sociais, já a título individual, já a título coletivo, podendo assim verificar-se algumas deslocamentos, ora em sentido ascendente, ora em sentido descendente¹⁹.

¹⁸ A este respeito Weber distingue ação/relação comunal (*Vergemeinschaftung*) e ação/relação associativa (*Vergesellschaftung*): enquanto a primeira se orienta para o sentimento de pertença dos atores em causa, a ação associativa pressupõe e orienta-se para um ajustamento de interesses racionalmente motivados (cf. Weber 1978:40-41), sendo exemplo da primeira a ação de base étnica e da segunda a ação de classe, designadamente sindical. Com esta tese, Weber não ignora como determinadas transformações de cariz tecnológico e económico podem propiciar a emergência de ações resultantes de situações de classe (cf. também Bendix 1972: 15 ss).

¹⁹ Este é um fenómeno que, embora pouco tratado por marxistas tradicionais, a não ser no âmbito do recrutamento, por parte das elites, de lumpenproletários e outros membros de classes menos providas, foi reconhecido num segundo momento por autores críticos próximos do marxismo e do weberianismo como Bourdieu (1979, 1989), Bader e Benschop (1988), Bader (1991), Benschop (1993) e, em Portugal, Estanque (2012), e Costa (2012). A mobilidade é contudo sublinhada por (neo)weberianos como Dahrendorf (1959), Giddens (1975) e Bendix e Lipset (1972) e estruturo-funcionalistas moderados como Merton e Rossi (1972). Para estes autores, a mobilidade, sendo um fenómeno relacionado com a forte emergência de trabalhadores não manuais (“colarinhos brancos”), funciona como um mecanismo respiratório para o sistema social com nítidas vantagens na sua ótica (*u.g.*, melhor distribuição de talentos, diminuição de conflitos sociais) e é explicado por fatores não só económicos (“mercado interno”) mas também políticos e culturais. Por exemplo, Merton e Rossi (1972: 510 ss), a partir de estudos empíricos como a identificação dos soldados americanos com os valores dos oficiais, debruçaram-se sobre

É aliás nesta linha criativa e imaginativa que, para definir e classificar as classes sociais, bem como para explicar as suas práticas e representações, Bader e Benschop (1988) e Bader (1991), inspirando-se nos parâmetros marxista e weberiano, têm destacado uma pluralidade de critérios, nomeadamente os tipos e graus de recursos – tal como o fizera Bourdieu (1979), embora este tenha banalizado de modo algo circular o conceito de “capitais” –, a propriedade de meios de produção, as qualificações-credenciais escolares²⁰, as posições de autoridade ou poder, implicando nestas posições certas variáveis relacionadas com a organização, a liderança e os discursos, e as formas de ação. Paralelamente, numa conceção menos fatorial e mais neo-sistémica, mas conjugada com os níveis organizacional e interativo, importa também sublinhar que, contrariamente à tese eclética de Giddens (1984) no sentido da rejeição do primado ora da estrutura ora da ação social, os diversos níveis de estruturação das classes e da própria ação social (sócio-estrutural, organizacional e interaccional) não ocorrem, como referem Bader e Benschop (1988), na base de uma homologia de equivalência analítica, pois tal redundaria num ecletismo vago, redundante e estéril, perdendo assim qualquer validade heurística e representando uma rutura radical com o próprio conceito tradicional de classe. Assim, tal como advogam Bader e Benschop (1988) e, posteriormente, Benschop (1993) e Silva (2009), as relações e as desigualdades de classe exigem a articulação de diversos níveis de análise desde o mais abstrato a nível societal ou sócio-estrutural, passando pelo nível organizacional, até ao nível interativo. Sendo fundamental para a estratégia de mudança social e política, não basta obviamente o debate teórico sobre modelos explicativos do comportamento sociopolítico das classes sociais. Importará equacionar o binómio classe e classe em ação, para o que continuarei a socorrer-me dos contributos de

a mobilidade social com base na teoria do grupo de referência, em que as deslocações, por parte de trânsfugas de uma classe, sendo disfuncionais para a sua classe de origem ou pertença, são todavia, apesar da “inconsistência de *status*”, funcionais para os próprios e reforçam o sistema social.

²⁰ Este critério é também assumido pelos teóricos da estratificação. Embora com sentidos, objetivos e força explicativa diferenciados, é cada vez mais consensual, quer entre os defensores da teoria da estratificação (Parsons 1967, Davis e Moore 1976), quer entre teóricos não só neoweberianos (Dahrendorf 1959) como (neo)marxistas (Wright 1985) sobre classes sociais, que os recursos escolares constituem hoje, além de um dos critérios definidores do estrato ou do lugar de classe dos indivíduos, uma forma de poder geradora de ganhos de tipo económico, político e simbólico. O mesmo relevo é dado por Estanque e Mendes (1997) em relação às desigualdades de classe em Portugal pela via das credenciais escolares, embora nem sempre eles clarifiquem que a forma de desigualdade básica, também para Wright (1985), é a económica, tese de resto sustentada pelo próprio Weber: “Propriedade e ausência de propriedade são, portanto, as categorias básicas de todas as situações de classe” (Weber 1972: 64).

Bader (1991). Segundo este autor, para explicar a ação coletiva (ou a ausência dela), importa assumir uma perspectiva pluridimensional e pluricausal, ou seja, considerar os diversos patamares de análise e as precondições e fatores explicativos da emergência e sustentabilidade (ou não) da ação coletiva.

Partindo da análise de classe ao nível mais abstrato de modo de produção, a posição tradicional ortodoxa e alegadamente marxista assume que as classes exploradas e dominadas tenderão a ter uma predisposição para a luta e ação coletiva, o que, como vimos, nem sempre se verifica. Perante esta dificuldade teórico-prática, Bader (1991) elaborou, aliás de modo mais sistemático que Bourdieu, a necessidade de analisar e avaliar os fatores que influenciam ou favorecem a emergência e a consolidação das identidades grupais ou coletivas e correspondente ação coletiva, a seguir apenas sinteticamente enunciados sob forma de precondições a verificar²¹:

- (i) que haja uma relativa homogeneidade de posições objetivas de vida de determinado grupo/comunidade; ou seja, que os respetivos atores da(s) classe(s) dominada(s) sejam, de facto, vítimas de processos de exploração e/ou dominação por parte de instituições (inter)estatais e classes/grupos dominantes em contextos específicos;
- (ii) que se verifiquem assimetrias, desequilíbrios e injustiças no acesso e no grau de controlo de recursos e recompensas e que as classes/grupos dominantes e o poder estatal nomeadamente governamental sejam percebidos como “usurpadores” de direitos sociais adquiridos, provoquem descida social e empobrecimento, ameacem direitos básicos de subsistência, pondo em causa a segurança mínima de uma vida decente;
- (iii) que determinadas estruturas sociais em determinadas situações históricas concretas proporcionem o aparecimento e/ou reforço de determinadas classes e/ou categorias sociais, as quais, formando um potencial e abrangente ator coletivo, possam gizar estratégias que, ultrapassando diferenças e heterocategorizações internas, consigam convergir em plataformas de ação comum;
- (iv) que a formação de grupos/classes sociais, assente em identidades e interesses específicos (*v.g.* como operário, como trabalhador qualificado) mas com algumas experiências comuns vividas pelos próprios atores sociais com uma relativa homogeneidade de hábitos (*habitus*)²²,

²¹ A breve enunciação dos tópicos sem maior especificação em torno das precondições da ação coletiva – que são longamente desenvolvidas por Bader (1991) – prende-se com os constrangimentos de espaço deste texto.

²² Este conceito, nuclear na definição da identidade (étnica, de classe, de género ou outra), é tributário do contributo de Bourdieu (1972, 1979, 1980) no sentido da mediação da dicotomia

- costumes e estilos de vida, torne possível a emergência e o confronto de classes sociais em ação, para o que contribuem discursos políticos e retóricos por parte, quer dos dominantes, quer dos dominados;
- (v) que as classes/grupos sociais em confronto não sejam apenas potenciais entidades em conflito mas reais grupos de conflito, em que determinadas classes/grupos (ou bloco de classes), não obstante as diferenças internas de interesses ou narrativas discursivas, assumem e partilham identidades, culturas e linguagens comuns, enquanto veículos coestruturantes de identificação e expressões de consciência de classe, seja por parte dos dominantes, seja por parte dos dominados;
 - (vi) que a(s) classe(s) social(is), enquanto tal, detenha(m) interesses objetivos (materiais, legais e simbólicos) próprios, percebidos pelos próprios e perceptíveis aos demais através de hábitos e estilos de vida, aspetos culturais, símbolos, rituais e valores;
 - (vii) que as respetivas classes sociais dominadas, no referido processo de formação da sua cultura e identidade, articulem objetivos, estratégias e táticas para a ação, não só libertando-se das normas cognitivas e narrativas ideológicas de naturalização das formas de exploração ou dominação por parte dos grupos dominantes, como concebendo utopias específicas na aceção de Mannheim (1976) no sentido da polarização de conflitos e da luta pela emancipação social;
 - (viii) que as classes dominadas consigam alcançar um grau assinalável de organização social e política, o que pressupõe não só a associação de cada uma delas, como a superação de eventuais diferenças internas, concertação entre líderes e organizações, numa linha ampla e com base nos interesses comuns;
 - (ix) que nos conflitos, nas negociações e na ação coletiva sejam mobilizados recursos de poder disponíveis, quer internos (cultura, *habitus*, identidade, organização, liderança) quer externos (aliados, instituições e órgãos estatais, princípios jurídicos e políticos);
 - (x) que sejam tidas em conta na estratégia as oportunidades de ação externa, de modo a atrair potenciais aliados, neutralizar terceiros indecisos e

estrutura-ação, tal como atrás foi definido. O conceito de *habitus* constituiu um esforço notável no sentido de superação das teorias estruturalista e interaccionista, do nível macro e micro, sem que, como foi salientado, haja completa homologia entre macro-micro e estrutural-interativo, dado que no nível micro opera também o estrutural e vice-versa (cf. Giddens 1984). Também Almeida (1981: 239) vem a convergir no mesmo sentido, quando refere que “por força dos específicos condicionamentos objetivos que, para além duma infinita variedade de modulações, produziram determinados e importantes elementos comuns de socialização e de experiência, os membros de uma mesma classe que os incorporam e cristalizaram em *habitus* têm entre si maior probabilidade de pensar e agir de forma semelhante do que em relação a membros de outras classes”.

responder a contramobilizações dos adversários, seja pela negociação e conciliação, seja pela polarização e confronto.

Estes dez pontos constituem um relevante contributo para compreender e explicar a ação coletiva, nomeadamente de classe, a par de outras como as étnicas ou de género. Estas (pre)condições, suscetíveis de permitir compreender e explicar a emergência, a polarização ou a diminuição do conflito social, devem levar em linha de conta o curso do processo e outras consequências intencionais e não intencionais, podendo ser vistas não apenas como efeitos mas também como causas que afetam, alteram ou transformam as estruturas sociais e políticas existentes, nomeadamente estatais.

7. Notas finais

Iniciei este texto constatando o empobrecimento e agravamento das condições de vida objetivas da maior parte dos portugueses, desde os idosos aos jovens e crianças, trabalhadores precários, desempregados e outras camadas vulneráveis, passando pelos trabalhadores não qualificados e com baixos salários, até aos trabalhadores qualificados, crescente mas indevidamente classificados como classes médias²³. As condições objetivas de vida têm sido de uma tal dureza e privação relativa, que seria de esperar à partida um correspondente e permanente comportamento de descontentamento e raiva, de contestação ou mesmo de revolta. Todavia, salvo o afloramento de algumas ações coletivas, ora organizadas, ora mais espontâneas ou alegadamente inorgânicas, não se verificaram ações continuadas de modo a tornar inviável este caminho político e operar uma mudança no poder estabelecido.

O comportamento diferenciado mas predominantemente reservado e relativamente passivo e esquivo pode e deve ser compreendido a partir de uma perspetiva plurinível e multidimensional. O modelo ontológico-moral-culturalista e o modelo sociopsicológico foram rebatidos pela sua unilateralidade conceptual e/ou generalização não empiricamente comprovada, embora bastante menos o segundo que o primeiro. Por seu turno, o modelo de poder e o modelo marxista, apresentando fatores explicativos relevantes, foram objeto de crítica pela sua monocausalidade e, por isso, devem ser articulados com a perspetiva da ‘economia moral’. Com efeito, sem deixar de aproveitar elementos das criticadas teorias, o mais relevante neste ensaio é a tentativa de

²³ Ainda que concordando com as conclusões da análise histórico-empírica de Elísio Estanque (2012) no que concerne as condições de desclassificação e degradação crescente das ditas classes médias, creio que a aplicação do conceito carece de algum rigor conceptual, pelo menos se adota o modelo marxista desenvolvido por Wright (1985) que o autor afirma subscrever.

‘casar’ a teoria marxista com a perspectiva weberiana e a ‘economia moral’, as quais, apesar das suas limitações, apresentam virtualidades no que respeita ao comportamento relativamente passivo, defensivo ou mesmo resignado por parte de diversas classes e grupos sociais em relativa privação e precariedade, designadamente no contexto da atual crise global com repercussões e especificidades a nível nacional e local.

Tendo em conta alguns dados e reflexões sobre o país, as constantes prevaletentes do comportamento sociopolítico das classes sociais mais desprovidas e afetadas pela crise, as questões colocadas e os modelos expostos, impor-se-ia a necessidade de analisar a componente histórica, bem como o número e sobretudo o relativo peso político de cada classe ou grupo social, a natureza e o grau de dominação e, eventualmente, exploração, assim como os eventuais movimentos sociais de contestação, oposição e luta, que são, antes de mais, produtos sociais das estruturas, mudanças e contextos específicos das sociedades. Não sendo tal possível neste texto e por ser necessário convocar outras competências, e sobretudo mais pesquisa empírica, limitar-me-ei a fazer uma reflexão final e elencar algumas precondições presentes e outras ausentes para compreender e explicar por que é que, não obstante algumas movimentações e manifestações, não se têm verificado ações coletivas consistentes que ponham em causa, confrontem e derrubem o poder atual, já deslegitimado pela sua própria ação política contrária ao programa, às promessas e pela crescente diminuição de apoio sociopolítico.

As atitudes de ora relativa passividade e resignação, ora alheamento, são compreensíveis, não só tendo em conta as posições objetivas de vidas precárias e frágeis mas também em função da correlação de forças desfavoráveis e relações de poder local desigual, designadamente sob a forma de relações de dependência perante os mediadores e patronos locais. Situados em posições de exploração, desprovidos de organização coletiva adequada, os atores sociais, salvo algumas periódicas expressões de contestação coletiva, pautam-se, em regra, por formas de resistência predominantemente evasivas e passivas e por estratégias alternativas de tipo familista. Mesmo quando os atores têm a perceção das formas de exploração ou extorsão a que estão submetidos, vêm mais à superfície as dimensões sociomorais, as exigências de tratamento com dignidade, os sentimentos e queixas em torno da discrepância entre as exigências de sacrifícios de austeridade e as perceções em processos de redistribuição injusta de rendimentos, salários, impostos. As estratégias têm-se orientado, antes de mais e predominantemente, para minimizar riscos, preservar o posto de trabalho e, não obstante os cortes salariais, garantir o mínimo de segurança existencial.

Considerando as precondições relativas às condições de vida objetivas, as desigualdades e injustiças sociais, as estruturas sociais e as estratégias, as identidades e os interesses dos diversos grupos/classes sociais em conflito e confronto, os hábitos e estilos de vida, a interferência gravosa de entidades externas da Troika, poder-se-á concluir que em Portugal as condições ditas objetivas parecem estar presentes, e são hoje agravadas na atual situação por um duríssimo processo de austeridade que abrange várias classes no quadro de um processo de neocolonialização interna no quadro europeu. Falta todavia a conjugação de recursos de poder, designadamente ao nível sindical, dos velhos e novos movimentos sociais e sobretudo das organizações e lideranças dos partidos políticos de esquerda, procurando no exterior os necessários aliados.

A análise crítica dos modelos correntes avançados e o esboço de um quadro teórico pluridimensional ajudam a compreender os diferenciados comportamentos sociopolíticos das classes exploradas, nomeadamente o seu alheamento, descrença ou ação evasiva, não permitindo remeter de modo expedito o problema ora para arquétipos metafísicos, ora para síndromas psicossociais, ora para uma ontologização do poder, ora ainda para um álibi alegadamente marxista em torno da ‘falsa consciência’. A ação concreta de atores sociais e sobretudo as atitudes de passividade e resignação são compreensíveis e explicáveis, tendo em conta não só certas condições objetivas de vidas precárias, os processos identitários, as relações de poder desigual concretas (e/ou constrangimentos no espaço laboral, residencial e na esfera pública e correlativas relações de dependência para com os mediadores e patronos locais), as formas ideológicas ou utópicas e sobretudo as formas organizativas e respetivas lideranças.

Neste quadro é pungente a ausência, por parte das forças sociais e políticas de esquerda, da unidade necessária e da correspondente organização e liderança. Concretizando, a nível sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e os seus sindicatos filiados, salvo uma ou outra ação esporádica, não tem alinhado com a estratégia e as ações coletivas da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical (CGTP-IN) e os sindicatos filiados nesta. Os movimentos ditos inorgânicos, em regra, não se revêem nas centrais sindicais, assim como estas tendem a distanciar-se dos movimentos ‘inorgânicos’. As categorias de trabalhadores precários e jovens desempregados não se sentem defendidas e representadas pelas estruturas sindicais, as quais, apesar de alguns esforços no sentido de reivindicar direitos daqueles, ainda não encontraram a fórmula e a estratégia adequadas.

Neste quadro uma das condições favoráveis a uma estratégia emancipatória residirá certamente numa proposta de superar as divisões ou clivagens

organizacionais das classes trabalhadoras nomeadamente da UGT e da CGTP-IN, uma matéria que mereceria a atenção e o esforço de ambas, senão de fusão, pelo menos de articulação constante e convergência nas ações coletivas. Porém, o principal obstáculo para uma alternativa de esquerda reside, no entanto, nas incapacidades e/ou dificuldades dos próprios partidos de esquerda ou como tal designados. Estamos perante a urgência de políticas de esquerda, tornando-se cada vez mais incompreensível que partidos como o Bloco de Esquerda (BE) e, muito em particular, o Partido Comunista Português (PCP), dadas as proximidades e afinidades político-ideológicas, não tenham querido e/ou não conseguido concretizar processos de aproximação e efetiva coligação ou aliança. Por outro lado, estes dois partidos, uma vez obtido um acordo político, poderiam e deveriam, sob pena de manutenção do *statu quo*, alcançar um pacto mínimo com o Partido Socialista (PS), a fim de, num outro registo, de imperativo patriótico, não obstante a maior dificuldade de convergência político-ideológica, se poder esboçar e concretizar uma alternativa política a fim de superar os impasses e bloqueios da atual situação.

De facto, enquanto as forças políticas de direita no governo, não obstante a incessante deslegitimação pela via das políticas cegas de austeridade, se mantêm unidas, as forças de esquerda, a começar pelo PCP e não obstante alguns esforços do BE e sobretudo de grupos políticos como ‘Convergência e Alternativa’ e movimentos como o Congresso das Alternativas, têm-se mostrado incapazes de encontrar uma plataforma que se traduza em ações concretas nas eleições autárquicas e nas mais diversas ações políticas, para além de esporádicas colaborações conjuntas em sede parlamentar. Esta plataforma impõe-se mais ainda quando qualquer saída para uma alternativa política viável terá de contar com o Partido Socialista, implicando um processo negocial em torno de denominadores comuns de um programa de governo com base parlamentar, no caso de não ser possível a desejável formação de governo tripartido PS-BE-PCP ou bipartido PS-BE. Se o BE tem, de facto, evidenciado alguma abertura à formação de uma plataforma de listas conjuntas às autárquicas e, inclusive, a um governo de esquerda, não pode ficar enredado a uma qualquer moção vinculativa que pressuponha como condição necessária um entendimento tripartido PCP-BE-PS. Não manifestando o PCP, até recente data, qualquer flexibilidade de negociação com o PS e, mais incompreensivelmente, com o BE, a política de esquerda encontra-se em circuito fechado, num impasse e sem capacidade de entendimento mínimo e construção de alternativa credível. Em termos da tradicional linguagem marxista, não obstante a retórica crítica à situação, o posicionamento hermético e não propositivo por parte

do PCP representa objetivamente mais um elemento à manutenção do *statu quo*, com consequências gravíssimas para as classes trabalhadoras e outras camadas mais desprotegidas e fragilizadas – paradoxalmente as classes-alvo da estratégia política do PCP. Por seu turno, o PS, sem fazer um balanço (auto)crítico, por razões táticas, da política seguida no passado sobretudo recente, apela e espera, talvez imaginariamente, uma maioria absoluta, sem clarificar o eleitorado sobre quais as eventuais coligações (em governo ou no Parlamento), talvez para deixar a porta entreaberta a um partido de direita como eventual aliado de governo: o Centro Democrático e Social (CDS). Por outro lado, além da necessidade premente de forjar uma unidade entre as várias classes exploradas e oprimidas e do imperativo de compromissos históricos e de superação de diferenças internas em cada fase política, as associações de classe, os sindicatos e outros movimentos sociais com base na pertença de classe não poderão desligar-se de outros movimentos emancipatórios – feministas, ecológicos, entre outros –, dado que, no contexto da globalização em curso, só uma estratégia concertada e global permite pensar e avançar numa nova etapa tendo no horizonte a realização da utopia de um outro mundo social. Ora, esta estratégia não se compadece com uma visão dogmática e sectária de organização que se assume como a única e lúdica representante da classe operária e demais classes exploradas e oprimidas. Donde, todas as formas de resistência, convergências de velhos e novos movimentos sociais e alternativas sociopolíticas que ponham em causa o *statu quo* representam graduais melhorias que não devem *a priori* ser consideradas como formas de reprodução e estabilização do sistema, mas fases necessárias para outros objetivos emancipatórios.

Bibliografia

- ABERCROMBIE, Nicholas e TURNER, Bryan S. (1978), “The Dominant Ideology Thesis” in *British Journal of Sociology*, vol. 29, 2: 149-170.
- AGUIAR, João Valente (2010), *Classes, Valor e Acção Social*. Lisboa: Página a página.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1981), “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, in *Análise Social*, vol. XVII, 66: 231-251.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1984), “Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês”, in *Análise Social*, vol. XX, 84: 583-620.
- ALTHUSSER, Louis [1972 (1965)], *Pour Marx*, Paris: Maspero.
- AYA, Rod (1979), “Theories of Revolution Reconsidered. Contrasting Models of Collective Violence”, in *Theory and Society*, 8: 39-99.
- BADER, Veit Michael (1991), *Collectief Handelen*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.

- BADER, Veit Michael *et al.* [1980 (1976)], *Einführung in die Gesellschaftstheorie: Gesellschaft, Wirtschaft und Staat bei Marx und Weber*, Frankfurt/Main, Nova Iorque: Campus.
- BAILEY, F. G. (1970), *Stratagems and Spoils. A Social Anthropology of Politics*, Oxford: Basil Blackwell.
- BANFIELD, Edward C. (1958), *The Moral Basis of a Backward Society*, Nova Iorque: The Free Press.
- BARTH, Frederic (1969), *Ethnic Groups and Boundaries*, Londres: Allen & Unwin.
- BENDIX, Reinhard [1972(1953)], “La estratificación social y la comunidad política”, in R. Bendix e S. Lipset (orgs.), *Clase, Status y Poder*, Madrid: Euroamerica, 226-257.
- BENDIX, R. e LIPSET, S. [1972(1953)], “Theory of Social Classes” in R. Bendix e S. Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, Nova Iorque e Londres: The Free Press, Collier-MacMillan Limited, 7-11.
- BENEDICT, Ruth [s/d (1934)], *Padrões de cultura*, Rio de Janeiro: Livros do Brasil.
- BENNEMA, Jan Willem (1992), *Port, kerk en arbeidsvrede. Economische en politieke verboudingen in Alto Douro, Portugal*, Nijmegen: Katholieke Universiteit Nijmegen.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen*, Amesterdão: Het Spinhuis.
- BERGER, Suzanne (1972), “Corporatisme et politique des partis: Finisterre et Côtes du Nord, 1928-1968”, in Tavernier *et al.* (org.), *L’Univers politique des paysans*, Paris: Collin, 273-290.
- BERGER, Peter e LUCKMAN, Thomas [1976 (1966)], *Construção social da realidade*, Petrópolis: Vozes.
- BLACK, Jacob (1972), “Tyranny as a Strategy for Survival in a ‘Egalitarian’ Society: Luri Facts versus an Anthropological Mystique”, in *Man*, vol. 7, 4: 614-634.
- BLOK, Anton (1974), *The Mafia of a Sicilian Village*, Nova Iorque: Harper and Row e Londres: Basil Blackwell, pp. xiii-xviii e 5-16.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1966), “Patronage in Sicily” in *Man*, vol. 1,1: 18-33.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1972), *Esquisse d’une theorie de la pratique. Precedé de trois études d’ethnologie Kabyle*, Genebra: Droz.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le Sens pratique*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- BURAWOY, Michael (1979), *Manufacturing Consent*, Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- CABRAL, João Pina (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa: D. Quixote.
- CHAYANOV, Alexander [1966 (1925)], *The Theory of Peasant Economy*, organizado por D. Thorner, B. Kerblay e R. E. Smith com introdução de T. Shanin, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- CHAYANOV, Alexander [1976 (1924)], “Teoria dos sistemas económicos não capitalistas”, in *Análise Social* vol. XII, 46: 478-502.
- COHEN, G. A. (1978), *Karl Marx’s Theory of History. A Defense*, Nova Jersey: Princeton University Press.
- COSTA, António Firmino (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa: Mundos Sociais.
- CUNHA, Luís (2001), *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*, Porto: Afrontamento.
- DAHL, R. A. (1989), *Democracy and its Critics*, New Haven e Londres: Yale University Press.

- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- DAVIES, James C. (1962), "Toward a Theory of Revolution", in *American Sociological Review*, vol. XXVII, 1: 5-19.
- DAVIS, Kingley e MOORE, Wilbert E. [1976 (1945)], "Alguns princípios de estratificação", in O. Velho et al. (orgs.) *Estrutura de classes e estratificação social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 115-132.
- DIAS, Jorge [2004 (1950)], *Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- DIAS, Jorge (1964), "Community Studies in Portugal", in *Portuguese Contribution to Cultural Anthropology*, Joanesburgo: Witwaterstrand University Press, pp. 63-93.
- DIAS, Jorge [1984 (1953)], *Rio de Onor: Comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa: Presença.
- DURKHEIM, Emile [1977(1893)], *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa: Presença
- ERASMUS, Charles (1968), "Community development and the 'encogido' syndrome", in *Human Organisation*, 27, 1: 65-74.
- ESTANQUE, Elísio (1999), *Entre a Fábrica e a Comunidade*, Porto: Afrontamento.
- ESTANQUE, Elísio (2012), *A Classe Média: Ascensão e declínio*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.
- FARIS, James (1972), "Comment" to G. Foster's "The Anatomy of Envy: a Study in Symbolic Behaviour", in *Current Anthropology*, vol 13, 2: 189-190.
- FOSTER, George (1972), "The Anatomy of Envy: a Study in Symbolic Behavior", in *Current Anthropology*, vol. 13, 2: 165-186.
- FRIEDMAN, Milton e SAVAGE, L. G. (1948), "The Utility Analysis of Choices Involving Risk", in *The Journal of Political Economy*, 56: 279-304.
- GEERTZ, Clifford (1973), *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque: Basic Books, Inc.
- GIL, José (2004), *Portugal, Hoje: O medo de existir*, Lisboa: Relógio d'Água.
- GIDDENS, Anthony (1975), *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge: Polity Press.
- GILMORE, David (1980), *The People of the Plain. Class and Community in Lower Andalusia*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- GODELIER, Maurice (1973), "Préface", in *Sur les sociétés pré-capitalistes: textes choisis de Marx, Engels et Lenin*, Paris: Éditions Sociales, pp. 13-142.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (2004), *Portugal, a emergência de uma Nação*, Lisboa: Colibri.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les Rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- GURR, Ted Robert (1970), *Why Men Rebel*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- HALL, Stuart (1996), "Introduction: Who needs Identity?", in S. Hall, P. du Gay (eds.), *Questions of Cultural Identity*, Londres: Sage.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor [1979 (1962)], *Sociologica*, Madrid: Taurus Ediciones.
- JENKINS, Richard (1996), *Social Identity*, Londres: Routledge.
- JOLLIVET, Marcel (1974), "Sociétés rurales et capitalisme", in M. Jollivet (org.) *Sociétés paysannes ou lutte de classes au village?*, tomo II de *Les Collectivités rurales françaises*, Paris: Collin, pp.230-269.

- KARDINER, Abram [1961 (1939)], *The Individual and His Society. The Psychodynamics of Primitive Social Organization*, Nova Iorque e Londres: Columbia University Press.
- KROEBER, A. L. [1963 (1948)], *Anthropology: Culture, Patterns and Processes*, Nova Iorque & Burlingame: Harcourt, Brace & World, Inc.
- LE PLAY, Frédéric [1982 (1864)], “La Réforme Sociale en France, déduite de l’observation comparée des peuples européens”, Tours: Mame in C. B. Silver (org.) *Frédéric Le Play: On Family, Work and Social Change*, Chicago, Londres: The University of Chicago Press, pp. 259-266.
- LENINE, Vladimir [1977 (1899)], *The Development of Capitalism in Russia*, Collected Works III, Moscovo: Progress Publishers.
- LENINE, Vladimir I (1975), *Sobre a Aliança Operário-camponesa* (textos entre 1899-1921), Barreiro: 17 de Outubro Editora.
- LINTON, Ralph [1952 (1947)], *The Cultural Background of Personality*, Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- LIPTON, Michael (1968), “The Theory of the Optimising Peasant”, in *The Journal of Development Studies*, 4: 327-351.
- LLOBERA, Josep R. (1979), “Techno-Economic Determinism and the Work of Marx on Pre-Capitalist Societies”, in *Man*, vol. 14, 2: 249-270.
- LOURENÇO, Eduardo [2000 (1988)], *O Labirinto da Saudade*, Lisboa: Gradiva.
- LUKACS, George (1976 [1945]), “A consciência de classe”, in O. Velho et al. (orgs.) *Estrutura de classes e estratificação social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 11-59.
- MAINE, Henri Sumner [1888 (1861)], *Ancient Law*, Londres: John Murray.
- MANNHEIM, Karl [1976 (1929)], *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARCUSE, Herbert [1963 (1955)], *Eros et Civilisation*, Paris: Éditions du Minuit.
- MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- MARTINS, Moisés de Lemos (1991), “O discurso da identidade e o modo de enunciar a periferia”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33: 203-215.
- MARX, Karl (1974[1859]), *Critique de l’économie politique*, Paris: Gallimard.
- MARX, Karl [1974a (1867)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.
- MARX, Karl [1975 (1869)], *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, Coimbra: Centelha.
- MARX, Karl [1991 (1847)], *Miséria da Filosofia. Resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*, Lisboa: Avante.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederic [1976 (1846)], *A Ideologia Alemã, I*, Lisboa: Presença.
- MATTOSO, José (1985), *Identificação de um País*, Lisboa: Estampa.
- MEILLASSOUX, Claude (1977), *Terrains et théories*, Paris: Anthropos.
- MERTON, Robert e ROSSI, Alice Kitt (1972), “Reference Group Theory and Social Mobility”, in R. Bendix e S. Lipset (orgs.), *Classe, Status y Poder*, vol. II, Madrid: Euramérica, pp. 510-515.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa: Presença.
- MOORE, Barrington, Jr. (1966), *Social Origins of Dictatorship and Democracy. Lord and Peasant in the Making of the Modern World*, Boston: Beacon Press, pp. 453-483.
- NEUMAN J. von e MORGENSTERN, Oskar (1944), *Theory of Games and Economic Behavior*, Princeton, N.J.
- PARK, Robert (1987), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, 26-27.

- PARSONS, Talcott (1966), “On the Concept of Political Power”, in R. Bendix e S. Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, Nova Iorque: The Free Press, pp. 240- 265.
- PARSONS, Talcott [1967 (1953)], “Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social”, in *Ensayos de Teoría Sociológica*, Buenos Aires: Paidós, pp. 333-378.
- PARSONS, Talcott [1988 (1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
- PEREIRA, Teotónio (1937), *A Batalha do Futuro*, Lisboa: Clássica Editora.
- PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses. Classes Sociais e ‘Modalidades de Estilização da Vida’ na cidade do Porto*, Porto: Afrontamento.
- PINTO, José Madureira (1991), “Considerações sobre a produção social de Identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32: 217-231.
- PITT-RIVERS, Julian A. [1961 (1954)], *The People of the Sierra*, Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- POPKIN, Samuel (1979), *The Rational Peasant. The Political Economy of Rural Society in Vietnam*, Berkeley, Los Angeles, Londres, California: University of California Press.
- POULANTZAS, Nicos (1975), *Classes in Contemporary Capitalism*, Londres: NLB.
- PRETO, Rolão (1945), *A Traição Burguesa*, Lisboa: Tipografia Renascença.
- REDFIELD, Robert [1961 (1956)], *Peasant Society and Culture*, Chicago: Chicago University Press.
- REICH, William [1972 (1942)], *La Psychologie de masses du fascisme*, Paris: Payot.
- RIBEIRO, Rita (2011), *A Europa na Identidade Nacional*, Porto: Afrontamento.
- RUIVO, Fernando e MARQUES, Manuela M. Leitão (1982), “Comunidade e antropologia jurídica em Jorge Dias: Vilarinho das Furnas e Rio de Onor”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10: 41-87.
- SALAZAR, António Oliveira (1937/56), *Discursos I, II*, Coimbra: Coimbra Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na periferia: o caso português”, in B. S. Santos (org.), *Portugal, um retrato singular*, Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Afrontamento.
- SCOTT, James (1976), *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- SCOTT, James (1985), *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, Londres: Yale University Press.
- SCOTT, James (1990), *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- SEVE, Lucien (1975), *Marxisme et théorie de la personnalité*, Paris: Editions Sociales.
- SILVA, Augusto Santos (1994), *Tempos Cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos e Marga van TOOR (1984), *Sobreviver e Resistir como Camponeses*, Amesterdão: Universidade de Amesterdão.
- SILVA, Manuel Carlos (1989), “Economia, campesinato e ‘Estado Novo’”, in *Ler História*, 15: 111-155.
- SILVA, Manuel Carlos (1994), “Peasants, Patrons and the State in Northern Portugal”, in L. Roniger e A. Gunes Ayata (orgs.), *Democracy, Clientelism and Civil Society*: 29-47, Boulder, Londres: Lynne Rienner.
- SILVA, Manuel Carlos [1998 (1994)], *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.

- SILVA, Manuel Carlos (2002), “Conflitos interfamiliares e ‘mal de inveja’”, in *Análise Social*, vol. XXXVII, 162: 209-241.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*, V. N. Famalicão: Húmus.
- SILVERMAN, Sydel F. (1983), “The Concept of Peasant and the Concept of Culture”, in J. P. Menscher (org.), *Social Anthropology of Peasantry*, Bombay, Nova Deli: Somaya Publications, pp. 7-31.
- SIMMEL, Georg [1987 (1903)], “A metrópole e a vida mental”, in O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 11-25.
- SKOCPOL, Theda (1979), “State and Revolution. Old Regimes and Revolutionary Crises in France, Russia and China”, in *Theory and Society*, vol 7: 7-95.
- SMELSER, Neil J. (1962), *Theory of Collective Behavior*, Londres: Routledge e Kegan Paul Ltd.
- SMITH, Anthony (1999), *Nações e Nacionalismo numa Era Global*, Oeiras: Celta.
- SOBRAL, José Manuel (2006), “Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português”, in M. C. Silva (org.) *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*, Porto: Afrontamento, pp.27-49.
- SOBRAL, José Manuel (2012), *Portugal, Portugueses: uma Identidade Nacional*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- STEWART, Julián (1955), *Theory of Cultural Change: The Methodology of Multilinear Evolution*, Urbana: University of Illinois Press.
- TARDE, Gabriel [1903 (1897)], *Las Leyes Sociales*. Barcelona: Casa Editorial Sopena.
- TEPICHT, Jerzy (1973), *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*, Paris: Collin.
- THOMPSON, E. P. (1978), *The Poverty of Theory and Other Essays*, Nova Iorque: Monthly Review.
- THOMPSON, E. P. (1979), “La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”, in E. P. Thompson (org.), *Tradicón, Revuelta y Conciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad industrial*, Barcelona: Crítica.
- THOMPSON, E. P. [1982 (1963)], *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Middlesex: Penguin.
- TOLOSANA, Carmelo Lisón (1973), “Some Aspects of Moral Structure in Galician Hamlets”, in *American Anthropologist*, 75, 3: 823-834.
- TONNIES, Ferdinand [1953 (1887)], “Estates and Classes” in R. Bendix e S. Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, Nova Iorque: Free Press, Londres: Collier Macmillan, pp.49-63.
- VERGOUPOLOS, Kostas (1978), “O capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo”, in S. Amin e K. Vergoupolos (orgs.), *A Questão Camponesa e o Capitalismo*, Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 57-233.
- WATSON, J. B. (1913), “Psychology as the behaviorist views it”, in *Psychological Review*, 20: 158-177.
- WEBER, Max (1972), “Clase, ‘status’, partido”, in O. Velho et al. (orgs.), *Estrutura de classes e estratificação social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 61-83.
- WEBER, Max (1978 [1920]), *Economy and Society I*, editado por G. Roth e C. Wittich, California: University of California Press.
- WEINGROD, Alex (1977), “Patronage and Power”, in E. Gellner e J. Waterbury (orgs.) *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, Londres: Duckworth, 41-51.
- WIRTH, Louis [1987 (1938)], “O urbanismo como modo de vida”, in O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 90-113.
- WOLF, Eric (1974), *Les Guerres paysannes du vingtième siècle*, Paris: Maspero.

WRIGHT, Eric Olin (1985), *Classes*, Londres, Nova Iorque: Verso.

2. Empregabilidade e identidade na era do capitalismo cognitivo

José Nuno Matos

1. Introdução

A indeterminação sempre constituiu parte da relação entre trabalho e capital, desenvolvendo no trabalhador e na empresa expectativas mútuas frequentemente goradas. A organização científica do trabalho, concebida por Frederick Taylor e aplicada em massa por Henry Ford, representou a tentativa de abolição desta incerteza. De um lado, subordinava-se o trabalho vivo à forma e ritmo da linha de montagem, garantindo-se desta maneira um preciso cálculo da sua *performance*. De outro, separava-se a propriedade da gestão da mesma, impedindo-se o tradicional capitão de indústria de sabotar os seus próprios objetivos. Em ambos os casos, o sucesso dependia do surgimento de um terceiro lado, protagonizado por uma classe de gestores, responsável pela condução técnica do sistema produtivo e, mais importante do que tudo, de corporificar a intermediação entre as duas principais classes. Para os operários, tal estratégia implicaria, certamente, o aumento dos salários e o reconhecimento do direito de associação (se bem que, recorrendo ao exemplo paradigmático da *Ford Motor Company*, tal tenha resultado de duras lutas iniciadas na década de quarenta do século XX¹), sem que, contudo, a reprodução da lógica fabril fosse travada. Porém, a homogeneização de uma conduta operária baseou-se essencialmente na standardização dos seus corpos, mas não dos seus espíritos, tendo-se então constatado “que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de liberdade completa. Só o gesto físico se mecanizou inteiramente; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos em ritmo intenso, ‘aninou-se’ nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre para outras ocupações” (Gramsci 1968: 404).

O que esperar, então, de um regime de produção que toma como objeto o que, outrora, havia sido deixado livre para outras ocupações?

¹ Um dos problemas da teoria da regulação é, justamente, concentrar as suas atenções no papel do Estado, enquanto ator central do processo de conciliação social, e não tanto nas formas de conflito industrial (Gambino 1996).

2. O «capital humano»

O capitalismo cognitivo, ao depender da diligência de elementos imateriais no processo de produção, como o conhecimento, a imaginação e até a emoção, parece perpetuar a indeterminação de que falávamos no início, pois, se é possível a quase exata previsão da produção de um operário na linha de montagem, o mesmo tipo de precisão será dificilmente conseguido na avaliação de um profissional de marketing ou de um agente comercial, condições laborais em que o fator tempo perde a qualidade aritmética que antes possuía. Conscientes deste desafio, as empresas desenvolvem uma série de medidas destinadas a reduzir os níveis de incerteza inerentes ao próprio processo de produção, procurando novas estratégias de registo, avaliação e determinação da conduta humana.

O pré-estabelecimento de objetivos de produção compensados por prémios, as avaliações periódicas ou os criteriosos processos de recrutamento e seleção podem, deste ponto de vista, ser analisados segundo o conceito de *governamentalidade*, proposto por Michel Foucault, o qual nos permite ultrapassar a noção clássica e jurídica de poder, passando-o a encarar, por um lado, como multiplicidade, exercida por uma panóplia de agentes e instituições (escolas, universidades, empresas, centros de formação, entre outros), por outro, como algo dotado da capacidade de se fazer obedecer pela disposição e não pela repressão. Este conceito “opera na esfera da potencialidade onde vem inscrever o comportamento dos sujeitos atuantes: provoca, induz, desvia, facilita, torna mais ou menos possível; no limite, constringe ou previne em absoluto; contudo, é sempre um modo de agir sobre sujeitos atuantes” (Foucault 1984: 313).

Entre os dispositivos que operam nesta esfera, o discurso desempenha um papel relevante. Segundo Foucault, o discurso deve ser pensado enquanto prática definida por uma ordem, a qual condiciona a função enunciativa. Mais do que no não-dito, tal ordem define-se na positividade do discurso, ou seja, no estabelecimento de um modo de ser dito e na atribuição de um valor específico, pressionados por critérios de racionalidade e utilidade de uma *economia política da verdade*.

Quando as categorias discursivas – que fazem do sujeito objeto de estudo e de intervenção – passam a ser encaradas como a verdade, e nada mais que a verdade, é o próprio sujeito que se parece “render” ao que é apresentado como óbvio e irrefutável. O *assujetissement* é precisamente “este tipo de poder exercido sobre a vida quotidiana, que agrupa os indivíduos em categorias, nomeia-os pela sua individualidade, vincula-os à sua própria identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que têm de reconhecer e que outros têm de neles reconhecer” (*idem*: 302).

O conceito de *capital humano*, partilhado tanto pelo jargão dos recursos humanos como pelo mais elaborado discurso académico, constitui um exemplo desta estratégia. A definição do trabalhador enquanto capital traduz mais do que um mero olhar sobre a sociedade: o que está em causa é o interesse na mudança da mesma, nomeadamente no seu núcleo base – o indivíduo –, ao qual é fornecido “um modelo da sua própria existência, um modo de relação entre o indivíduo e si próprio, no tempo, entre os seus pares, o seu futuro, o seu grupo, a sua família” (Foucault 2004: 247).

Por via de anúncios de emprego, cursos de formação e manuais de autoajuda, o indivíduo fica sujeito às concepções que dele fazem, sobretudo, quando as mesmas são apresentadas como fazendo parte de uma cultura e identidade de empresa, traduzidas “em valores, decisões e julgamentos relativamente às capacidades profissionais e pessoais”, os quais funcionam como “mecanismos de ‘autodireção’ dos indivíduos” (Rose, Miller 2009: 42). Não nos referimos, necessariamente, a uma crença nessas ideias, mas sim a um jogo que se tem de jogar, independentemente das considerações nutridas sobre o mesmo, e cuja aquiescência às regras tende a ser facilitada pela crescente debilidade dos sindicatos e pela consequente ausência de uma contracultura organizada.

3. A empregabilidade na fábrica social

O perpassar das fronteiras que continham a relação laboral surge enquanto sintoma do alargamento do processo de produção às demais esferas da sociedade. No entanto, parafraseando Mario Tronti, não é a fábrica que se vê ultrapassada pela sociedade, mas sim a própria sociedade que passa a constituir um espaço de produção de valor:

O capital vê o processo de trabalho unicamente como processo de valorização, vê a força-trabalho unicamente como capital; altera a relação entre trabalho vivo e trabalho morto; entre força criadora de valor: consegue-o tanto mais na medida em que conseguir recuperar todo o processo de trabalho social dentro do processo de valorização do capital, na medida em que conseguir integrar a força-trabalho dentro do capital (Tronti 1976: 38).

Ao contrário dos valores profetizados na modernidade passada, a nova identidade do trabalhador cognitivo caracteriza-se por uma suposta relação de expressividade com o trabalho, isto é, pela ideia de que este, em todos os seus momentos, deve espelhar o que de mais profundo jaz na pessoa que o executa. O atual regime, segundo Paul Heelas, corresponde a um tipo

de *capitalismo soft*, por se basear tanto nas *hard skills* (correspondentes às qualificações técnicas) como nas *soft skills*, referentes à potencialização de certas qualidades pessoais dos trabalhadores:

Aumentar o compromisso e motivação, identificar e desobstruir ‘barreiras’ ao sucesso, procurar uma identidade (o que é se tornar-se/ser um bom gerente ou operador de *call center*, por exemplo); trabalhar como uma equipa ou como uma empresa; exercer responsabilidade ou iniciativa; engajar-se em trabalho emocional; ‘fechar a venda’, acreditar no seu produto e assim por diante. (Heelas 2002: 81, 82)

A palavra de ordem é “desprender o trabalhador”: de um conjunto de saberes formalizados, permitindo-lhe fazer uso das habilidades pessoais; de um espaço fechado, podendo o trabalho ser realizado a partir de casa, em viagem ou em qualquer sítio a partir do qual seja possível estar contactável e contactar; de um horário, devendo o tempo de trabalho passar a ser organizado a partir de prazos correspondentes aos objetivos a serem cumpridos e não com base em horários uniformes; de um salário fixo, devendo a remuneração ser determinada pela qualidade do trabalho realizado (Bologna 2006). A suposta concessão desta oportunidade de expressão individual acarreta, contudo, consequências.

O nível de integração do trabalhador no capital, assinalado por Tronti, conduz a que aquilo que, aparentemente, parece assinalar uma lógica expressiva acabe por adquirir um cariz obrigatório, pois o outro lado da moeda da concessão de autonomia no trabalho – seja na empresa, seja no mercado – é a responsabilização pelos resultados do exercício dessa mesma autonomia, consubstanciada por um “despreendimento” do trabalhador igualmente manifesto na diminuição qualitativa dos vínculos laborais entre empregadores e empregados.

A noção de que, tanto a manutenção, como a ascensão no local de trabalho dependem da permanente superação de objetivos reforça um sentimento de incerteza e, com ela, uma automobilização constante. A empregabilidade, qualidade que move todas as outras qualidades, será assim tanto mais “dinâmica” quanto mais precário for o trabalho, obrigando a pessoa a enveredar pela incessante rentabilização do seu “capital humano”: uma produção de si próprio por si próprio, mas não segundo si próprio e não necessariamente para si próprio. Uma estratégia que, nas palavras de André Gorz, traduz uma deslocação da “dominação direta da atividade de trabalho para a dominação sobre a autoprodução, isto é, sobre a extensão e divisão das capacidades e dos saberes que os indivíduos devem adquirir” (Gorz

2003: 72-73) e que poderá, na nossa opinião, ser interpretada como um aprofundamento do processo de produção de mais-valia relativa. Esta é, segundo Tronti, uma “produção especificamente capitalista, onde temos ao mesmo tempo o desenvolvimento das forças produtivas sociais e a sua transferência direta do trabalho para o capital” (Tronti 1976: 43)²; em suma, uma produção em que as subjetividades se vêem induzidas a apresentarem-se como “forças produtivas *objetivas* do capital” (*idem*, 43-44).

A retórica da empregabilidade procura, no entanto, furtar-se à consideração de quaisquer condições estruturais. Pelo contrário, a questão do sucesso ou insucesso deverá sempre ser analisada sob um prisma biográfico, constituindo o fruto de escolhas meramente individuais. Em última análise, a responsabilidade será sempre a das pessoas, isoladas umas das outras:

Se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriais para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçam o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agonizam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da auto-expressão e da impressão que causam. (Bauman 2001: 43)

O discurso de incentivo aos que permanecem na condição de desempregáveis revela-se incapaz de disfarçar uma certa aproximação a um *darwinismo social* que, justamente, vem traçar uma divisão entre capazes e incapazes. Deste ponto de vista, conceitos como “empregabilidade” e “capital humano” vêm despir o indivíduo da sua relação com a sociedade, enveredando por uma quase naturalização e essencialização das suas *skills*, ou seja, sem conceber a relação entre estruturas sociais como o género, a nacionalidade ou a classe social, por um lado, e oportunidades de emprego, por outro (Morley 2011: 132).

² Atendemos à explicação de Karl Marx: “enquanto na produção de mais-valia na forma até aqui considerada o modo de produção estava suposto como dado, para a produção de mais-valia por transformação de trabalho necessário em sobretalho não basta de modo algum que o capital se apodere do processo de trabalho na sua figura existente ou historicamente transmitida e apenas prolongue a sua duração. Tem de se revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, para elevar a força produtiva do trabalho; para, pela elevação da força produtiva do trabalho, abater o valor da força de trabalho e, assim, encurtar a parte do dia de trabalho necessária para a reprodução deste valor” (Marx 1992: 362).

Ao nível da nacionalidade, por exemplo, é visível como tal traço identitário poderá compor uma vantagem e/ou desvantagem estrutural. Ao estudar a população brasileira residente na cidade do Porto, Igor Machado constatou como a concentração de empregos nos serviços (hotelaria, atendimento ao público, prostituição ou indústria imobiliária) resulta do reconhecimento de qualidades que fazem parte de um “ser-se brasileiro”: “afinal, eles têm fama de festivos, simpáticos e, ainda por cima, falam português” (Machado 2009: 42), características às quais se adicionam os baixos custos de produção. A partir do momento em que a identidade é perpetuada pelo mercado de trabalho, não resta ao cidadão brasileiro à procura de emprego outra solução senão aderir às representações da sua nacionalidade, mesmo que tal implique uma apresentação adulterada do seu “eu”.

A componente emocional, em particular o fator simpatia, parece igualmente contemplar o rol de *soft skills* atribuídas ao género feminino. Ao estudar a relação entre *hard* e *soft skills* numa empresa, Grugulis e Vincent puderam constatar como os processos de avaliação das mulheres trabalhadoras tendiam a sobrevalorizar a ligação à sua “natureza” de género, levando a que algumas fossem destacadas para os balcões de receção. Afinal, enquanto mulheres, seriam menos suscetíveis de “reagir agressivamente a clientes agressivos” (Grugulis, Vincent 2009: 604). Uma medida que, no caso descrito, alterou os seus percursos profissionais.

Finalmente, importa recordar que se, por um lado, as *soft skills* não descuram o imperativo de uma qualificação que se quer permanente, com todos os custos financeiros implicados, por outro, a própria aquisição de competências sócio-individuais depende diretamente da posição social de classe que é ocupada. Por conseguinte, e a título de exemplo, a apreciação de uma “boa capacidade de comunicação”, critério frequentemente presente em alguns anúncios de emprego, será determinada pela dicotomia entre uma prática legítima e uma prática ilegítima da linguagem, a qual, por sua vez, reflete uma hierarquia em que “todas as práticas linguísticas são comparadas às práticas legítimas, as dos dominantes”, a partir dos quais “se define o valor provável objetivamente prometido às produções linguísticas dos diferentes locutores e, assim, a relação que cada um deles pode estabelecer com a língua e, simultaneamente, a sua própria produção” (Bourdieu 1998: 37).

O que é apresentado como refletindo a aplicação de técnicas, seja de recrutamento e de seleção, seja de avaliação, parece, ao invés, resultar de uma interpretação arbitrária, enquadrada pelos interesses da entidade empregadora. Neste sentido, a recusa do não cumprimento de horas extraordinárias ou da compensação por falta motivada por doença, bem como a adesão a uma greve poderão sempre ser interpretadas como índices

de desmotivação por parte do trabalhador, sinais de aproximação à categoria do “desempregável”. Longe de constituir um espaço onde a cooperação surge de uma forma puramente espontânea, ao ponto de a condição do produtor se identificar mais com a de rendeiro do que com a de assalariado, o alargamento do modelo de empresa à sociedade vem perpetuar a “guerra sobre o valor”, no âmbito do qual, segundo Harvie e De Angelis, o trabalho imaterial se vê enquadrado por meios de seleção e apuramento que, não obstante a aparência “distante e evasiva”, traduzem a “constituição de normas e modos de produção, o *como?*, o *quanto?*, o *durante quanto?* ou o *quantos são?* que delimitam o nosso fazer social” (Harvie e De Angelis 2008: 3).

4. Conclusão

Os recentes tumultos ocorridos em Londres ou a revolta das *banlieues* francesas, em 2005, veio colocar a nu “a nova figura deste neoproletariado flexível e precarizado”, composto por “pura e simplesmente desempregados-para-a-vida, [...] os proletários dos quais o capital nem sequer tem necessidade” (Dell’Umbria 2006: 134). Expressão paradigmática da condição de “desempregável”, as inúmeras categorizações a que são sujeitos – “chavs”, no Reino Unido; “chusma”, em Espanha; “racaille”, na França; “mitra”, em Portugal – apontam todas elas para um *outro*, o qual se deve evitar ser. A um efeito material, enformado pela existência de um exército de reserva pronto a ser motivado e recuperado, associa-se um efeito simbólico, fruto dos mais diversos dispositivos de estigmatização social.

Porém, o medo da queda para um estrato inferior não parece, por si só, funcionar como pedra basilar da identidade do “empregável”. Um dos problemas colocados pela exigência de “capital humano” é a incapacidade de se proceder à sua exata delimitação, um fator que permite às empresas exigir sempre um pouco mais: por demasiados que sejam os cursos de formação frequentados ou a atenção dedicada ao trabalho, a impossibilidade da sua mensuração poderá levar a que a produção de *mais-valia cognitiva* possa sempre ser considerada insuficiente. Se o sentimento de incerteza inerente à situação de precariedade continua, no seu seio, alguma esperança num futuro mais estável, num emprego ou noutra – algo que legitimava os baixos salários, o *stress*, o regime de trabalhador-estudante, em suma, o esforço que será recompensado –, as atuais políticas de austeridade parecem representar o fim da crença nos amanhãs que cantam. A incerteza dá assim lugar à certeza da precariedade, independentemente dos investimentos que se possam vir a fazer. O distanciamento entre os pressupostos definidores da identidade do trabalhador e as suas reais condições laborais vem, por conseguinte,

inviabilizar o processo de produção de subjetividades por parte do capitalismo cognitivo, comprovando a inoperância (ou seja, a não identificação) dos modelos identitários, quer do cidadão trabalhador fordista, quer do empreendedor autónomo. Algo que, longe de assinalar um vazio, abre um enorme espaço de possibilidades.

Na Primavera de 2006, várias cidades francesas viram nascer protestos estudantis contra a proposta governamental do *Contrato Primeiro Emprego* (CPE), os quais fizeram tremer o edifício governamental então chefiado por Dominique Villepin, confrontado com ocupações de universidades, manifestações e bloqueio de transportes. Num contexto de aumento do número de trabalhadores-estudantes nas universidades francófonas, a tentativa de legalização do despedimento sem justa causa de menores de 26 anos sem formação profissional vinha, por um lado, negar todas as expectativas numa mobilidade social garantida pela educação e, por outro, confirmar o processo de precarização juvenil, já desenhado pelo próprio ensino universitário. A expansão do modelo da *universidade de empresa*, consagrado pelas reformas descritas na Declaração de Bolonha, acarreta consigo um novo conceito de estudante. Fator central no novo capitalismo cognitivo, o conhecimento torna-se num dos principais atributos do “capital humano”, um investimento que, por um lado, obtém o seu valor no mercado e, por outro, à semelhança dos demais investimentos, exige um custo, visível no aumento das propinas universitárias, no não financiamento público dos cursos de pós-graduação, na diminuição da ação social e na introdução de um sistema de empréstimos bancários. Contudo, mesmo os que conseguem sobreviver aos mecanismos de exclusão dos menos favorecidos, acumulando as condições de trabalhador e de endividado, não deixam de estar integrados num mercado de “futuros prováveis”, baseado na oferta acrescida do emprego no *call center* ou noutra qualquer *McJob*, ficando deste modo prisioneiros num horizonte de precariedade e incerteza, muitas vezes incapazes de construir um caminho independente, longe da família, entre os pais (Vercellone 2011: 89).

O que de mais notório há a destacar neste movimento social reside, não na centralidade da questão à qual se responde, mas na estratégia da resposta adotada. O seu crescimento, fruto do alargamento aos estudantes do Secundário e aos jovens das periferias, marcou igualmente a mudança do espaço de luta. A expansão operada, da ocupação das universidades para as ruas, obedeceu a mais do que uma sequência lógica, motivado pela maior diversidade dos protagonistas, constituindo antes a resposta a um dilema central: como é possível fazer greve sem se ser sindicalizado, ou sequer, trabalhador?

A ocupação de estações e linhas de comboio e de até de autoestradas exprime, neste sentido, o reconhecimento da transformação da sociedade numa fábrica, em particular do papel que as vias de transporte e comunicação desempenham na dinâmica do capitalismo cognitivo. No fundo, o seu efeito é semelhante ao do piquete de greve que bloqueia o abastecimento de matéria-prima.

Na Argentina, táticas semelhantes são usadas pelos *piqueteros*, grupos de trabalhadores desocupados que, impossibilitados de recorrer às formas de protesto tradicional, recorrem ao bloqueio de estradas e, conseqüentemente, do fluxo de distribuição de pessoas e produtos. Um dos aspetos que mais ressaltam deste movimento reside, contudo, no cariz dos seus objetivos, para lá da reivindicação de trabalho. A exigência de uma gestão *piquetera* dos *planes trabajar* (subsídios em troca da prestação de biscates ocasionais por conta de outrem) é parte de um conjunto de planos mais alargados, capaz de edificar uma economia alternativa ao mercado. Como refere Graciela Hopstein, “Os membros desta organização ‘não procuram trabalho’: os esforços são dirigidos com vista à construção de uma comunidade e de uma economia autogerida, caracterizada pela presença de diversas microatividades. Para o movimento, a luta não implica apenas a invasão e bloqueamento das estradas e a luta contra a polícia, com o fim de obter mais subsídios do Estado. Trata-se igualmente de incorporar novas formas de ação a partir da criação de relações de produção e de associação solidárias, coletivas e comunitárias” (Hopstein 2007: 3).

Ambos os exemplos analisados assinalam situações de rutura com discursos e práticas identitárias que, no passado e no presente, se inserem no controlo da indeterminação inerente à relação entre trabalho e capital. Não se trata aqui de as eleger como modelos a importar, mas de as evocar, justamente, pelo facto de corporificarem experiências:

Nesta base, experimentando e voltando a experimentar, trata-se de propor de novo o problema de como fazer corresponder de maneira permanente uma nova organização a estas novas lutas. Talvez então descubramos que já se verificaram ‘milagres de organização’, que se voltarão a verificar, no seio destas lutas miraculosas da classe operária que ninguém conhece, que ninguém quer conhecer, mas que no entanto fizeram e fazem sozinhas, mais história revolucionária do que todas as revoluções de todos os povos coloniais juntos (Tronti 1976: 99).³

³ É importante mencionar que, na nossa opinião, o apontamento final desta citação dirige-se não tanto aos movimentos de libertação nacional e anti-imperialistas, mas a uma tendência de fascínio por batalhas distantes, em detrimento de batalhas mais próximas que, assim, ficam por travar.

Bibliografia

- AGUIAR, João Valente (2010), *Classes, Valor e Acção Social*. Lisboa: Página a página.
- BAUMAN, Zygmunt (2001), *A Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOLOGNA, Sergio (2006), *Crisis de la clase media y posfordismo*. Madrid: Akal.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *O que Falar Quer Dizer*. Lisboa: Difel.
- DELL'UMBRIA, Alèssi (2006), *Chusma ?*. Madrid: Pepitas de Calabaza.
- FOUCAULT, Michel, «Deux essais sur le sujet et le pouvoir», in P. Rabinow e H. Dreyfus, (1984), *Michel Foucault: Un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 297-321.
- FOUCAULT, Michel (2004), *Naissance de la biopolitique*. Paris: Éditions Gallimard.
- GAMBINO, Ferrugio (1996), “A critique of the Fordism of the Regulation School”, *In Common Sense*, no. 19: 42-64.
- GORZ, André (2003), *L'immatériel*, Paris: Galilée.
- GRAMSCI, Antonio (1968), “Americanismo e fordismo”, in A. GRAMSCI, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 375-413.
- GRUGULIS, Irena e VINCENT, Steven (2009), “Whose skill is it anyway? ‘Soft’ skills and polarization”, in *Work Employment & Society*, vol. 23, no. 4: 597-615.
- HARVIE, David e DE ANGELIS, Massimo (2009), “‘Cognitive Capitalism’ and the rat race: how capital measures immaterial labour in British universities”, in *Historical Materialism*, Volume 17, no. 3: 3-30.
- HEELAS, Paul (2002), “Work ethics, soft capitalism and the turn to life”, in P. Du Gay e M. Pryke, *Cultural Economy: Cultural analysis and commercial life*. Londres: Sage, 78-96.
- HOPSTEIN, Graciela (2007), «Piqueteros: limites et potentialités». [Online], disponível em: <http://nmultitudes.samizdat.net> [consultado em: 2007-11-13].
- MACHADO, Igor (2009), *Cárcere Público*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- MARX, Karl (1992), *O Capital – Livro Primeiro*, Tomo II. Lisboa: Edições Avante!.
- MORLEY, Louise (2011), “Producing New Workers: Quality, equality and employability in higher education”, in *Quality in Higher Education*, 7/2: 131-138.
- ROSE, Nikolas e MILLER, Peter (2009), *Governing the Present: Administering economic, social and personal life*. London: Polity.
- TRONTI, Mario (1976), *Operários e Capital*, Porto: Afrontamento.
- VERCELLONE, Carlo (2011), “Capitalismo cognitivo y modelos de regulación de la relación salarial. Algunas enseñanzas del movimiento anti-CPE”, in *Edu-Factory e Universidad Nómada* (org.), *La Universidad en conflicto*. Madrid: Traficante de Sueños, 83-90.

3. Classes, valor e cultura.

Uma digressão sobre os processos de desajustamento das esferas cultural e económica na recomposição da classe trabalhadora

João Valente Aguiar

1. Introdução

Desde finais da década de 70, a situação da generalidade das classes trabalhadoras ocidentais tem sido pautada por uma fragmentação orgânica e por persistentes dificuldades de mobilização coletiva. Equaciona-se aqui, não o desaparecimento absoluto da classe trabalhadora, mas o retroceder histórico do seu protagonismo como voz identitária coletiva e como agente mobilizador. Com efeito, trataremos do estudo do desfasamento entre a realidade estrutural da classe trabalhadora (nas relações de produção) e a sua relativa invisibilidade política e social nas últimas décadas. Pelo menos comparativamente ao que vinha sucedendo até meados da década de 70 do século XX. Do nosso ponto de vista, um dos fenómenos que mais têm contribuído para a invisibilidade da chamada *condição proletária* nas últimas décadas advém da inserção de inúmeras atividades assalariadas (em termos da teoria do valor) no que se convencionou denominar de classes médias. Ora, como se procurará evidenciar neste texto, a recomposição da classe trabalhadora com o toyotismo não tem ocorrido apenas ao nível económico-organizacional mas tem assumido particular (e paralela) visibilidade na modulação representacional da classe trabalhadora na cena política e cultural. Por outras palavras, à reorganização interna da classe trabalhadora no local de trabalho, somou-se uma subsunção das suas redes de sociabilidade, das suas (auto e hetero) representações e das suas práticas. Com o advento do toyotismo (e do neoliberalismo no plano político), grande parte da classe trabalhadora inserida em novas posições profissionais tem sido considerada (tanto no plano das elucubrações sociológicas correntes como no plano quotidiano dos agentes sociais) em sede de uma vasta classe média. Assim, a contradição fundamental do capitalismo seria uma obsolescência do fordismo, dando origem a uma classe média travejada por um conjunto de disposições culturais e ideológicas muito próprias e, em larga medida, divergentes dos laços identitários comunitários que tinham caracterizado grande parte das sociabilidades culturais operárias durante mais de cem anos.

Com efeito, este texto divide-se em três partes fundamentais. Na primeira abordaremos a dinâmica das classes a partir da sua dinâmica social e organizacional fundamental, portanto, dos conflitos entre as classes como dínamo social. Nesse sentido, os conceitos correlatos de auto e de hetero-organização ocuparão um papel preponderante. Seguidamente, empreenderemos uma breve abordagem às funções socioeconómicas fundamentais no capitalismo, concluindo pela exiguidade socioeconómica de uma eventual classe média no quadro das relações de produção: a supervisão da força de trabalho. Mesmo aqui, ficará detalhada a oscilação dessa camada de supervisores a uma condição assalariada e a sua manutenção num papel relativamente secundário no plano geral das funções socioeconómicas das sociedades contemporâneas. Finalmente, iremos demonstrar como os dados empíricos de diversas origens constroem a classe média fundamentalmente em termos simbólico-ideológicos, já que, do ponto de vista estrutural e objetivo, não existe matéria para considerar a classe média como uma classe social estruturante do capitalismo toyotista. De facto, a classe média é, acima de tudo, uma realidade simbólico-ideológica que tem agregado setores relevantes (e recentemente recompostos) da classe trabalhadora num novo mapa signifi-cacional e de práticas e que tem obstaculizado, por um lado, alianças políticas e sociais com o operariado industrial de tipo fordista que ainda tem subsistido e, por outro lado, a autonomização da classe trabalhadora (no seu conjunto) relativamente a práticas culturais, sociabilitárias e identitárias introduzidas no seu seio por influência de um conjunto variado de ideologias dominantes.

2. O dinamismo societal e os princípios da auto e da hetero-organização das classes sociais

Como já se teve oportunidade de evidenciar noutro lugar (Aguiar 2010: 111-126, 145-156), o fenómeno social comum a períodos distintos do capitalismo pré-toyotista consistiu numa continuidade histórica em que o universo cultural da(s) (várias) classe(s) trabalhadora(s) não era intervencionado diretamente pelo capitalismo, constituindo, dessa maneira, um espaço relativamente independente e autónomo por parte da classe trabalhadora. Com a transformação operada nos anos 70 e 80 ao nível económico (toyotismo), político (neoliberalismo) e cultural (pós-modernismo), foi possível ao capitalismo passar, por um lado, a organizar *por dentro* as sociabilidades dos trabalhadores e, por outro lado, a retirar daí novas oportunidades de negócio (indústrias criativas, design para todos os produtos, etc.).

No capitalismo desenvolvido, as despesas efetuadas fora das horas de trabalho revertem diretamente em benefício dos capitalistas. Os ócios tornaram-se um colossal mercado. Mas, sob o ponto de vista econômico, é ainda mais importante o outro aspecto. Nos nossos dias os objetos recreativos alugados ou postos à venda constituem eles próprios, não só uma oportunidade de lazer, mas igualmente um meio de formação profissional. O capitalismo contemporâneo obteve um sucesso sem precedentes ao introduzir generalizadamente uma tecnologia nova (os computadores e suas aplicações) num prazo muitíssimo rápido e sem suscitar inicialmente a hostilidade dos trabalhadores. Conseguiu-o porque difundiu maciçamente computadores, de maneira gratuita em muitas escolas, e divulgou jogos eletrônicos, com baixos preços de aluguel, nas casas de diversões. Não se trata já de lazer, mas de produção planejada de força de trabalho. Aquilo a que se chama ócio é, nestas circunstâncias, um elemento tão integrante do capitalismo como o é a jornada formal de trabalho. (...) A aparente diminuição do horário formal de trabalho resultou, afinal, no seu contrário, na diluição das fronteiras que anteriormente separavam o lazer e a jornada de trabalho. (Bernardo 1995: 131)

Defronte deste multidimensional contexto sócio-histórico o autor considera que as razões mais prementes que explicariam a não mobilização da classe trabalhadora se relacionariam com

o crescimento das modalidades econômicas extra-oficiais, um dos traços mais significativos da sociedade contemporânea, e é para essa esfera que são relegados os que não encontram um lugar duradouro na economia oficial. (...) O capitalismo, quando progride para estágios superiores da mais-valia relativa, destaca camadas de trabalhadores e forma com eles setores anexos de mais-valia absoluta. São os subcontratados e os que laboram na economia paralela as vítimas preferenciais da deterioração das condições de trabalho e da sua precaridade, do emprego a tempo parcial e, finalmente, do desemprego verdadeiro. E esta situação tem pressionado a classe trabalhadora a aceitar a grande reestruturação em curso. *A ameaça de ficar excluído da estabilidade profissional, sem aposentadoria e tantas vezes sem acesso à segurança social, constitui uma das chantagens mais eficazes. A precarização do trabalho, apresentada como desemprego, é um fator que ajuda o capitalismo a ampliar até uma dimensão sem precedentes o âmbito da classe explorada e a apropriar-se das vinte e quatro horas da vida de cada trabalhador.* (*idem*: 133) [itálicos nossos, doravante IN]

A explicação principal apresentada por João Bernardo nesta passagem (nomeadamente, o sublinhado da mesma em itálico) representa, sem dúvida, um relevante fator para a desmobilização da classe trabalhadora. Na

verdade, o receio da perda de um emprego continua a ser um condicionador fundamental para a maior inação política da classe trabalhadora nas últimas décadas. Classificámo-lo como fundamental precisamente porque ele está imanente e constitutivamente incluso ao próprio trabalho assalariado. Por outras palavras, é pelo facto de o único recurso económico à disposição do trabalhador ser a sua força de trabalho, que deriva, no plano simbólico, o sentimento de insegurança e vulnerabilidade que a pertença objetiva à classe trabalhadora acarreta.

Porém, se este fenómeno permanece relativamente inalterado nas suas linhas fundamentais e, ao mesmo tempo, se se tomar como heurística a linha argumentativa atrás apresentada de que a classe trabalhadora permaneceu, até meados da década de 70 no mundo ocidental, com o mundo cultural próprio e relativamente independente da ação da burguesia, então teremos de concluir que a explicação adiantada por João Bernardo é, a este título, insuficiente. Em simultâneo, apesar de este fenómeno ter surtido efeitos relevantes na barragem de mobilizações operárias e de trabalhadores de todos os tipos até à emergência do complexo toyotismo/neoliberalismo/pós-modernismo, também não deixa de ser igualmente relevante recordar que, mesmo perante o referido condicionalismo, a classe trabalhadora nunca deixou de se mobilizar política e socialmente e mesmo de concretizar movimentos massivos de contestação e de tentativa de romper com a lógica capitalista. Ora, com o advento do capitalismo toyotista, a mobilização da classe trabalhadora, muito especialmente nas suas camadas mais jovens e inserida em setores de atividade mais recentes, deixou de ter o mesmo impacto político e social. Por conseguinte, é alhures que devem ser procurados outros fatores explicativos complementares, nomeadamente de ordem simbólico-ideológicos.

Para sermos mais exatos e para retornar ao autor que temos vindo a acompanhar nesta secção, a obra de João Bernardo que fornece instrumentais analíticos pertinentes para auxiliar na explicação do novel e recente estado de desorganização e desidentificação política e social da classe trabalhadora encontra-se no monumental *Labirintos do fascismo* e não neste artigo de síntese que temos vindo a acompanhar. Nessa obra dedicada ao estudo exaustivo do fenómeno fascista, o autor avança com enunciados analíticos que podemos relacionar com o nosso objeto de estudo.

O ponto de partida encontra-se, assim, na relação que se estabelece entre Estado, auto e hetero-organização das classes.

No capitalismo a classe explorada não se limita a sustentar o peso dos exploradores, mas recebe deles o quadro e as modalidades em que se organiza. O Estado capitalista não é apenas uma plataforma que as classes dominantes usam para se

constituírem internamente nem um simples instrumento de opressão dos explorados. Na sociedade atual *uma classe domina na medida em que dita a organização interna da classe dominada. Princípio de auto-organização das classes capitalistas, o Estado é ao mesmo tempo o princípio da hetero-organização da classe trabalhadora.* (Bernardo 2003: 26) [IN]

Desta passagem de João Bernardo duas teses devem ser retidas. Por um lado, fora dos curtos períodos revolucionários de auto-organização da classe é a classe dominante que dita a (*des*)organização interna da classe trabalhadora. Por outro lado, os princípios de *organização* da classe dominante resultam na *desorganização* (ou hetero-organização) da classe trabalhadora. Destas teses mais abrangentes, operam-se desdobramentos no espaço económico da produção e da circulação da mais-valia, no plano político da reprodução da hegemonia e no plano simbólico-ideológico. Por conseguinte, uma cabal compreensão da dinâmica das classes sociais implica tudo menos um reducionismo, na exata medida em que a multidimensionalidade de instâncias e de periodizações em jogo é a única via teórica possível.

Além de ser uma entidade económica, cada classe começa a assumir também uma realidade sociológica quando os seus membros tomam consciência da posição social que ocupam, adotando então algumas formas e vida comum e ostentando certos traços culturais que se destinam a proclamar a sua inserção nesse classe e, ao mesmo tempo, a sua distinção relativamente às demais classes. Os conceitos [da classe] *em si* e da [da classe] *para si* esclarecem tal transformação. O reforço da sua posição prática nas lutas sociais permite que uma classe definida em si, no plano económico da produção e da apropriação da mais-valia, adquira identidade cultural e política e assuma uma realidade sociológica para si, convertendo-se numa classe perante os seus próprios membros e os membros das outras classes. A longo prazo, nos movimentos amplos e mais profundos, a luta de classes consiste na oscilação da classe trabalhadora entre as fases da dissolução da sua existência para si e as fases em que, depois de uma reorganização interna mais ou menos demorada, ela apresenta novos tipos de existência para si. Nas rupturas revolucionárias a classe trabalhadora surge com uma enorme coesão política interna e uma consciência fortíssima da sua identidade sociológica e cultural, enquanto a burguesia e os gestores se mostram internamente repartidos e inseguros quanto aos padrões culturais e políticos que devem seguir. Reciprocamente, *durante os seus longos períodos de apatia a classe trabalhadora limita-se a uma existência económica e, deixando de ter referências políticas e culturais próprias, os seus membros procuram – em vão – imitar formas de comportamento dos membros das classes dominantes.*

Nesta dialética ininterrupta os trabalhadores não levam uma vida única, mas duas vidas. Isto explica a diferença fundamental entre a cultura proletária, com todas as ambiguidades históricas que nela se têm encerrado, e a cultura dos capitalistas, que por comparação quase parece desprovida de equívocos. Ao mesmo tempo que se inserem no capital e o fazem funcionar, os trabalhadores entram em choque com ele, e esta dualidade é tão sistemática que os administradores de empresa, situados no cerne dos antagonismos sociais, sabem que gerir a atividade produtiva consiste acima de tudo em administrar conflitos. (*idem*: 27) [IN]

Desta longa passagem retenha-se a transcrição em itálico “*durante os seus longos períodos de apatia a classe trabalhadora limita-se a uma existência económica e, deixando de ter referências políticas e culturais próprias, os seus membros procuram – em vão – imitar formas de comportamento dos membros das classes dominantes*”. Isto é, a organização interna da classe trabalhadora, em momentos históricos de inferior envolvimento e na mobilização política e social, depende, em grande medida, do impacto de discursos, de ideologias e de práticas inscritas pelas classes dominantes no seu seio. Entretanto, retomemos a análise de João Bernardo acerca da relação entre os resultados dos confrontos de classes e a reconfiguração subsequente do capitalismo.

*Nas épocas em que os trabalhadores detêm a iniciativa, o crescimento das formas de organização colectivas e ativas implica uma crise do capital, que vê comprometidas as suas possibilidades de reprodução. Em última análise, são os critérios de organização a decidir o destino destes confrontos. Triunfa a classe que atinge um grau superior de coerência interna e apesar dos interesses contraditórios que os dividem e da concorrência em que se defrontam, os capitalistas têm-se revelado cada vez mais estreitamente unidos pela concentração económica, desenvolvida hoje no plano transnacional. Por seu lado, os proletários, embora com frequência tenham conseguido pôr de parte a concorrência que os separa no mercado de trabalho, só muito raramente deram mostras de ultrapassar as distinções de nacionalidade, de língua, de religião, de tradições culturais, a própria cor de pele. A incapacidade de atingir uma dimensão internacional tem sido a causa última a comprometer o progresso da esfera de auto-organização dos trabalhadores e a assegurar o restabelecimento da hetero-organização em modalidades sempre mais avassaladoras. (*idem*: 30) [IN]*

Assim, neste livro, *Labirintos do fascismo*, Bernardo complementa a sua análise da década anterior nomeadamente ao sublinhar de modo mais explícito as razões para o sucesso ou insucesso das contendidas políticas de classe:

“*triumfa a classe que atinge um grau superior de coerência interna*” (*idem*). Evidentemente, coerência organizativa e organizacional.

Em simultâneo, a análise deste autor também avançou ao nível da caracterização da substância estética dos processos de recuperação institucional do capitalismo em relação às lutas populares.

O processo de recuperação institucional que tem assegurado ao capitalismo não só a sobrevivência mas uma colossal expansão opera-se dentro dos quadros lógicos da atividade artística. Ao abandonar a esfera da auto-organização e ao assumir nova realidade na esfera da hetero-organização, uma instituição mantém o seu nome, e é esta persistência formal que, ocultando a degenerescência sob um véu de continuidade, lhe assegura a eficácia prática. (idem: 31) [IN]

Por conseguinte, a recomposição da classe trabalhadora e a reorganização das suas instituições e práticas dentro da acumulação de capital seriam, assim, um conjunto de processos sociais e políticos, no qual a estética forneceria o procedimento formal. Vejamos como se opera tal procedimento estético¹ mais vasto no fascismo.

necessidade de recuperar os temas e os métodos da revolução e de usá-los para fins opostos. A passagem contínua de pessoas do campo da revolução para o campo conservador explica-se porque as palavras não existem descarnadamente e têm de ser proferidas. Os saltimbancos da política são só emissores de discursos, e a isto se reduz o seu interesse. *Denominar da mesma maneira instituições que possuem uma realidade social antagónica e atribuir a uma instituição uma função contrária àquela que originariamente a gerara são operações que apenas se podem entender e definir com os utensílios conceptuais da linguística. No seu processo histórico, a luta de classes, enquanto tensão permanente entre a esfera da hetero-organização e a esfera da auto-organização, constitui a suprema atividade artística e sustenta todas as modalidades específicas da arte. (idem: 32) [IN]*

Correspondentemente,

o fascismo define-se como a mais ambígua das formas políticas, e portanto a mais artística de todas elas. O fascismo não se limitou a desnaturar instituições criadas pelas lutas colectivas e ativas e a transferi-las para a esfera do Estado, mas transportou para o quadro genérico da opressão o próprio tema da revolução. A

¹ “Se na estética a forma é o verdadeiro conteúdo, então o fascismo anulava a contrariedade dos conteúdos do discurso quando a convertia em jogo de formas” (Bernardo 2003: 735).

revolta no interior da coesão social pressupunha que se tivesse levado a um ponto extremo a dissolução de quaisquer formas de auto-organização, para em seguida hetero-organizar os trabalhadores, obrigando-os a subordinarem-se sem falhas à hierarquia do capital. Se os meios clássicos da política burguesa se revelavam incapazes de levar a cabo a recuperação das instituições que os trabalhadores haviam criado no seu âmbito próprio, então surgiam os fascistas. (*idem*)

Das passagens anteriores atente-se na aparelhagem substantiva alavancada. Por conseguinte, de um lado, está a apropriação de linguagens e práticas anteriormente enunciadas pela classe trabalhadora num quadro estruturalmente antagónico correspondente a um primeiro momento do procedimento formal estético de reconversão institucional das classes. Muito sucintamente, repare-se na quantidade de produtos ou de anúncios publicitários que retraduzem *slogans* revolucionários ou de origem nos movimentos revolucionários da classe trabalhadora. Ou, dito de outro modo, pense-se em termos mais contemporâneos na forma como o empreendedorismo operacionaliza a conversão de uma terminologia amplamente partilhada de um modo positivo e consensual (“criatividade”, “inovação”, “liberdade”, “autonomia”, “trabalho de equipa”, etc.) numa plataforma cultural tendente ao incremento da empresarialização da vida profissional e da inserção de amplas camadas de trabalhadores num quadro de precariedade laboral.

Porém, se o princípio de reconversão institucional da classe trabalhadora é fortemente marcado pela estética, na atualidade os contornos modulares desse procedimento sócio-estético diferenciam-se do fascismo. Assim, o toyotismo desorganiza grande parte dos quadros laborais, técnico-organizacionais e contratuais típicos do fordismo e, numa basculação subsequente mas paralela, organiza-os em instituições que não têm uma origem ou nomenclatura proletária (os círculos de controlo de qualidade – vulgarmente designados como CCQ –, por exemplo, são apropriações de algumas dinâmicas coletivas das comissões de fábrica, não novos comités de fábrica assumidos como tal, muito menos sentidos como tal). Diferentemente, o fascismo² promovia a hetero-organização em instituições que não só partiam da luta operária, mas também mantinham esse nome (sindicatos).

² Ao mesmo tempo, no fascismo a ação é uma arte (a política é estetizada), enquanto no pós-modernismo a arte é a ação por excelência (o ato estético é igualmente político e cultural dentro da estética e de uma estética assente no primado da imagem, no efeito da desmaterialização e na autorreferencialidade). A ação estética apenas se aplica ao espaço especificamente artístico da produção de uma imagem estética sobre o próprio conceito de arte. A maior penetração de elementos da vida quotidiana na própria arte contemporânea deriva disso mesmo: da consideração do mundo como uma extensão estética, um apêndice estético.

Por seu turno, no plano das múltiplas esferas do consumo, no capitalismo toyotista/neoliberal/pós-modernista a hetero-organização ocorre em instituições ditas universais e atomísticas (o mercado de consumidores ou o *shopping center*) com o propósito de reinserir a classe trabalhadora em instituições sem um vínculo pretérito de classe (no sentido identitário e até organizacional) e assumidamente não classistas ou transclassistas, ao passo que no fascismo a persistência institucional, vocabular e linguística de classe se mantinha³.

Obviamente, no fascismo, de estruturas sindicais os sindicatos apenas mantinham a nomenclatura e a composição social. Em termos de funcionamento, de organização interna e de correlativa ação coletiva a alteração era total. Todavia, no fascismo, as classes mantiveram-se no seu vocabulário político. Já não mais numa perspetiva disruptiva, conflitual e social mas quase bio-organicista. Explicitando, as classes tomadas em linha de conta na discursividade desses regimes políticos mas no sentido em que, por exemplo, a classe trabalhadora desempenhava um papel funcional duplo. Por um lado, como uma parte funcional para o todo económico se reproduzir e, por outro lado, como uma parte da “Nação”. Portanto, a dominação política e social de classe no fascismo implicava a reorganização (e desorganização) da classe trabalhadora numa perspetiva organicista e funcional.

Pelo contrário, no toyotismo, a desorganização da classe trabalhadora efetua-se nos vários campos do espaço social, onde todo o vocabulário (verbal e prático) de classe é quase inexistente. No máximo, ou as classes são agrupamentos de rendimentos (classe A, B ou C; classe alta, baixa e média, etc.) ou então o trabalhador é reduzido, na teoria neoclássica e nos seus subprodutos de consumo (revistas de gestão, jornalismo económico, comentário televisivo), a um portador do fator produtivo trabalho. Na esmagadora maioria dos casos, inclusive nas empresas, a classe trabalhadora é vista como um conjunto de colaboradores ou de consumidores. Nesse sentido, o triângulo neoliberalismo/toyotismo/pós-modernismo tem sido mais eficaz, até hoje, do ponto de vista simbólico-ideológico (e, conseqüentemente, político⁴), na medida em que a hetero-organização que tem inscrito à e *na* classe trabalhadora não necessitou de linguagens de classe (ao nível facial dos discursos) e

³ Foi isto que permitiu a formação da Intersindical Nacional em 1970, portanto, em pleno Estado Novo, por intermédio da congregação de vários Sindicatos Nacionais, cujas lideranças sindicais foram desalojadas pela participação dos trabalhadores em diversos atos eleitorais nos respetivos sindicatos.

⁴ Na medida em que o fascismo se baseava no uso da violência e numa cultura da força, à queda dos regimes fascistas sucederam-se fortes mobilizações operárias: 1974 no caso português, ou o pós-guerra na Itália e França.

as práticas que tem instilado têm passado por um duplo processo de unificação simbólico-ideológica em comunidades ilusórias (Debord 2010) e de fragmentação/individualização dos comportamentos sociais. Ao mesmo tempo, a desidentificação discursiva e prática operada no toyotismo resultou, até à recente crise económica mundial, num incremento dos mecanismos da mais-valia relativa e, por conseguinte, do volume de valor económico produzido. Neste aspeto, parece-nos teoricamente relevante assinalar que, em cerca de trinta anos, o crescimento do Produto Bruto mundial passou de um valor aproximado de quinze triliões de dólares para quase setenta; e que, ainda hoje, apesar das dificuldades sentidas, continua a crescer nos países emergentes, com particular ênfase no Brasil, na Índia e na China. Inversamente, o fascismo surgiu sobretudo em contextos de dificuldades ou de desacelerações no progresso dos mecanismos da mais-valia relativa.

Em suma, o toyotismo tem sido extremamente bem-sucedido nos seus dois planos de atuação; do ponto de vista económico, na superação da rigidez inerente ao pretérito fordismo e no alavancamento da atividade produtiva; e do ponto de vista organizacional e simbólico-ideológico, no redesenhar das condições de identificação e de inserção simbólica de novas categorias profissionais (e geracionais) da classe trabalhadora. Dentro deste último, o “sucesso” tem sido tal, que o que mais de recente e inovador tem perpassado a classe trabalhadora no toyotismo foi percecionado como uma pretensa explosão da(s) classe(s) média(s). Mas de que classe média têm vindo a falar os sociólogos, os jornalistas ou o público comum?

3. As funções socioeconómicas do trabalho e do capital

Em termos de ponto de partida, comecemos por lembrar que as classes sociais constroem-se a partir das *funções socioeconómicas* que desempenham no processo de valorização. Não pretendendo esgotar o assunto, torna-se, no entanto, relevante dar conta do poder central da divisão social do trabalho na constituição económica das classes sociais. Nesse sentido, há que descrever o que se entende por funções do trabalho e do capital e respetivas subfunções ou subdivisões internas. No modo de produção capitalista, as funções do trabalho e do capital são o eixo estruturante na identificação e classificação das classes sociais. De maneira que no

capitalismo monopolista, a função do trabalho é levada a cabo pelo *trabalhador coletivo* enquanto a função do capital (aqui definida como a atividade de *controlo e vigilância da força de trabalho*) é desempenhada pelo que poderemos chamar de capitalista global, isto é, por uma estrutura burocrática e hierárquica

que substitui o capitalista individual na sua performance de *controle e vigilância*. (Carchedi 1977: 6)

em ordem a produzir valor através da exploração da força de trabalho. A função do trabalho – executada pelo trabalhador coletivo – “significa tomar parte no complexo e cientificamente organizado *processo de trabalho* como parte da força de trabalho coletiva, de forma a produzir coletivamente valores de uso e, por sua vez, em ordem a produzir mais-valia”. Por seu turno, no que respeita ao capital, “ser um não trabalhador significa tomar parte no *processo de produção capitalista* exclusivamente do ponto de vista do *controle e da vigilância da força de trabalho*, tomar parte no processo capitalista de produção exclusivamente do ponto de vista do *processo de produção de mais-valia* (extração de mais-valia)” (*idem*: 66) [IN], portanto, apenas atuando no quadro do *processo de valorização*.

Dentro da função do trabalho, assomam duas formas de relacionamento do trabalhador coletivo com o processo de valorização: 1) o trabalho produtivo; 2) o trabalho improdutivo⁵. No que toca ao primeiro – cerne das relações de produção capitalistas –, não nos alongaremos muito, lembrando apenas o seguinte: “só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou que serve para a autovalorização do capital” (Marx 1992: 578). No que diz respeito ao trabalho improdutivo, o que está em causa é o conceito de opressão económica e não o de exploração *tout court*. Tecnicamente, o trabalhador do setor do comércio ou que é empregado numa agência de publicidade não é (economicamente) explorado. É certo que o seu salário é inferior à quantidade de trabalho que efetivou na sua atividade laboral. Todavia, a substância do seu trabalho é de uma natureza diferente.

Como sustenta Carchedi, numa transcrição longa mas muito pertinente para uma compreensão adequada da forma de trabalho improdutivo:

apesar de, num sentido estrito, não podermos falar de exploração dos trabalhadores improdutivos porque estes trabalhadores não produzem mais-valia, logo, não podem ser expropriados da mesma, podemos, por seu lado, falar em opressão económica. O valor da sua força de trabalho é determinado da mesma forma dos trabalhadores produtivos, isto é, pelo valor dos bens e serviços que estão na base de um valor mínimo de subsistência, culturalmente determinado. A

⁵ Os trabalhadores produtivos concentram-se na fase “M” , ou seja, no processo de trabalho capitalista, onde se combinam meios de produção e força de trabalho em ordem a produzir mercadorias portadoras de valor. Pelo seu lado, os trabalhadores improdutivos ora se situam na fase M-D’ do circuito da metamorfose do capital (fase de venda das mercadorias e realização do valor: a esfera comercial), ora na fase D-M (por exemplo, os trabalhadores dos bancos).

aplicação desta força de trabalho, mesmo que não crie valor, não é, tal como no caso dos trabalhadores produtivos, de modo nenhum, limitada ao valor da força de trabalho. Tome-se o exemplo do trabalhador comercial, o típico trabalhador improdutivo. Suponha-se que o valor da sua força de trabalho é o equivalente a cinco das sete horas. Durante as restantes duas horas do dia de trabalho, ele não produz valor mas proporciona trabalho não pago ao capitalista. Quer dizer, enquanto o trabalhador produtivo é expropriado do seu trabalho sob a forma de valor, o trabalhador improdutivo é sujeito a uma expropriação direta de trabalho. Nenhuma mais-valia é criada na esfera comercial. O capitalista comercial apenas participa na partilha da mais-valia produzida nas esferas industrial e produtiva. O trabalhador comercial não cria diretamente nenhuma mais-valia, mas adiciona valor ao rendimento do capitalista comercial proveniente da produção, reduzindo-lhe os custos para a realização da mais-valia. Quanto mais trabalho não pago o trabalhador desempenhar, mais ele é o agente através do qual o capitalista comercial realiza a mais-valia produzida nas empresas produtivas. (Carchedi 1977: 57-58)

Consequentemente é a conexão trabalho/lei do valor que permite captar o nó que está na *gênese estrutural* das classes sociais.

Inversamente, para alguma teoria social – exatamente porque omite e despreza o fundamento e origem do valor –, todos os trabalhadores dos chamados serviços são insistentemente carimbados como membros do que convencionam chamar de “novas classes médias”. No lugar de tentar entrever a complexidade analítica que o emaranhado de novas camadas de trabalhadores traz à teoria das classes sociais, alguns importantes autores (Giddens 1973; Beck 1992; Lash e Urry 1987; Lyotard 1984) parecem preferir colocar todas as novas atividades assalariadas no mesmo grupo onde se encontra todo o pessoal de enquadramento do processo produtivo. O mesmo se passa com os novos trabalhadores produtivos que formam a força de trabalho em inúmeros locais de trabalho menos canónicos como sejam laboratórios, gabinetes de arquitetura ou de telecomunicações. Projetando uma visão centrada em critérios secundários como as qualificações académicas ou até mesmo baseando-se em variáveis de carácter científico muito duvidoso (ter casa, carro, duas televisões, não usar “fato-macaco”, etc.), a forma como algumas correntes sociológicas têm concebido o conceito de classe(s) média(s) obscurece mais do que aclara recentes dinâmicas sociais.

Não obstante as alterações registadas no arranjo relacional do trabalho objetivo, a função do capital também se complexificou. A sua subfunção dominante até há algumas décadas consubstancia-se na figura do proprietário capitalista. De acordo com Marx,

sem dúvida o capitalista pode imediatamente meter mãos à obra no processo de produção, tal como o seu operário, mas então é apenas uma coisa intermédia entre capitalista e operário, um ‘pequeno mestre’. Um certo nível da produção capitalista determina que o capitalista possa empregar todo o tempo durante o qual funciona como capitalista – isto é, como *capital personificado* – na apropriação e, portanto, no controlo de trabalho alheio e na venda dos produtos deste trabalho. (Marx 1990: 353)

Daí que o propósito mor do capitalismo, a produção de valor e sua realização no mercado, surja perante os trabalhadores – produtivos e improdutivos – “como poder de uma vontade alheia que submete o agir deles à sua finalidade” (Marx 1992: 381). Na prática, esse poder de uma vontade alheia de que nos falava Marx não é linear e implica a mediação de duas vertentes. Por outras palavras, a necessidade de se separar a função do capital em duas subfunções: a da propriedade formal e jurídica da empresa; e a subfunção da *direção* do processo de produção. Com o desenvolvimento do capitalismo e a correlativa transnacionalização e complexificação da economia, o capitalista proprietário é, acima de tudo, um *shareholder*, um apropriador dos dividendos de uma qualquer empresa. Inversamente, os gestores (por vezes, acionistas das empresas, mas quase sempre claramente minoritários) constituem-se como uma classe social dominante vocacionada para coordenar e dirigir a política financeira da empresa e todo um conjunto de aspetos concretos do processo de trabalho: contratar ou despedir força de trabalho empregue, decisões de aplicação de novas tecnologias, reorganização dos sistemas de trabalho, etc. Este poder material de controlo do processo produtivo é, sob o nosso ângulo de análise, *executado pelos gestores*. A isto soma-se a atividade dos gestores na administração de instituições transnacionais de maior ou menor regulação das relações e das trocas económicas à escala planetária: Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Banco de Pagamentos Internacionais.

Por conseguinte, ao que unilateralmente se considerou durante décadas a anarquia do mercado, a *subfunção de gestão e de direção* do processo de produção responde com a necessidade de introduzir um grau mínimo de coordenação e de regulação institucional dentro de cada empresa e à escala transnacional. Do ponto de vista da transnacionalização da economia, importa referir que não se trata aqui da formulação relativa à intervenção do Estado keynesiano na economia (como as nacionalizações ou a construção de um setor empresarial do Estado) mas da ampliação da importância da subfunção da gestão e da direção nas tentativas de *regular os riscos* inerentes

a uma economia que vive da expansão dos negócios e dos eventuais prejuízos nos investimentos. E no plano da empresa, o papel dos gestores continua a ser essencial na remodelação dos sistemas de trabalho.

Importa referir ainda que a subfunção de *gestão* não se desliga da produção de valor e que se consubstanciaria apenas no plano da regulação. De facto, é pelos esforços de regulação e de controlo do processo de trabalho e da mais eficiente alocação de recursos a uma escala inimaginável ainda há três décadas que o papel dos gestores aprofunda as possibilidades de expansão das oportunidades de negócio típicas do capitalismo. Por conseguinte, o tipo de *gestão* do processo de produção e as ações que esta subfunção comporta – subcontratações/terceirizações, deslocalizações, despedimentos, determinação das tarefas laborais, etc. – interligam-se intimamente com o princípio de incremento da expansão da acumulação de capital.

Um tanto ou quanto agregada a estas mas com propriedades ligeiramente distintas, temos ainda a subfunção de *supervisão*. Isto é, o conjunto de tarefas de enquadramento da força de trabalho no processo de produção. Contrariamente aos gestores, o pessoal de enquadramento (contramestres, capatazes, supervisores, encarregados) não controla a força de trabalho. Ou seja, os supervisores vigiam as tarefas da classe trabalhadora no processo de trabalho, mas não têm poder económico para ditar as regras regulamentares que estabelecem como os trabalhadores devem atuar nas suas funções de trabalhador coletivo. A camada social de enquadramento da força de trabalho é desprovida dos meios de produção, mas é igualmente destituída da subfunção de *coordenação* e *organização* do processo de trabalho, bem como da introdução e aplicação tecnológica para elevar a produtividade daquele (tarefas imputadas à subfunção de *gestão*). Por tudo isto pode ser considerada como a classe média propriamente dita, até pela sua condição contraditória de classe como iremos discutir mais abaixo. A subfunção de *supervisão*, se bem que seja parte integrante da função mais geral do capital, não habilita esta classe a ser parte integrante das classes dominantes (capitalistas proprietários e gestores), pois ela é apenas o braço executor dos objetivos de canalizar a mais-valia para a esfera financeira (capitalistas) e das diretivas para o processo de trabalho decididas pelos gestores.

Em simultâneo, esta é uma classe social que sofre ciclicamente um processo de proletarização em determinadas conjunturas económicas. Esse processo de proletarização dos supervisores e do pessoal de enquadramento – que se inicia quando há uma crescente partilha de tarefas de supervisão da força de trabalho com tarefas típicas das funções do trabalho – pode ser observado na própria ascensão dos círculos de controlo de qualidade em muitas indústrias de tipo toyotista. De igual modo, o registo eletrónico – por intermédio da

digitalização tecnológica da produção – dos movimentos, tarefas, tempos, entradas e saídas dos trabalhadores, reduz o campo de ação dessa camada de agentes que supervisionam os comportamentos e tarefas dos trabalhadores no processo de trabalho. Por vezes, esta camada de supervisores não é simplesmente reconvertida em novos trabalhadores por alterações diretas na organização do processo produtivo. De facto, o pessoal de enquadramento da força de trabalho muitas das vezes objetiva uma condição próxima de semiproletários: isto é, com um desempenho laboral simultaneamente de supervisão da força de trabalho e de função do trabalho. Os encarregados da cadeia de restaurantes de *fast food* que também atendem clientes ou os supervisores de grandes superfícies comerciais que também fazem de caixas de supermercado são dois exemplos entre dezenas de outros possíveis.

Nestes casos, esta camada de supervisores têm mais em comum, do ponto de vista económico, com a classe trabalhadora do que com a subfunção de supervisão da força de trabalho. A digitalização dos mecanismos de controlo dos horários, do número de operações desenvolvidas durante o dia de trabalho, dos comportamentos e linguagem utilizada ou da duração específica dos telefonemas desenvolvidos por operadores de *call centers* têm conseguido fazer com que largas camadas de jovens trabalhadores interiorizem uma consciência de autocontrolo e autovigilância do seu comportamento laboral. Uma autovigilância que é quase como que uma autossupervisão, atitude que, muitas vezes, dispensa a existência de múltiplos supervisores diretos.

Perante o mapa classista composto pela classe trabalhadora propriamente dita, pelos capitalistas proprietários e pelos gestores, se existisse uma classe média, ela só poderia ser esta camada minoritária de supervisores que oscilam entre a condição assalariada clássica e os procedimentos de vigilância e de supervisão da força de trabalho. Apenas no plano simbólico-ideológico a classe média poderá almejar uma posição maioritária. Ou, se se preferir, a classe média só é realmente uma classe enquanto comunidade simbólica agregadora de diferentes classes sociais.

4. Uma abordagem empírica à recomposição da classe trabalhadora. A classe média como realidade simbólico-ideológica

As transformações económicas e profissionais nos processos de trabalho das décadas mais recentes (Antunes 2008, 2000; Moody 1997) trouxeram uma nova paisagem para a generalidade das classes trabalhadoras ocidentais. Apesar das rápidas mudanças, os trabalhadores assalariados continuam a representar uma proporção substancial e maioritária das populações ocidentais. Numa perspetiva mais alargada, a Organização Internacional do

Trabalho (OIT) considera existir uma população assalariada mundial de 3,246 bilhões de pessoas (OIT 2009: 18), das quais pelo menos cerca de 190 milhões estão desempregadas (*idem*: 18-19). Num país como o Reino Unido a força de trabalho empregada passa por pouco a fasquia dos 29 milhões (OIT 2007).

Surge, assim, o que o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes cunha de nova morfologia do trabalho no capitalismo toyotista.

A nova morfologia, cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo do capital nas últimas décadas. *Nova morfologia* que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em relativo processo de encolhimento (que é desigual quando se comparam os casos do Norte e do Sul), até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. *Nova morfologia* que pode presenciar, simultaneamente, a retracção do operariado industrial estável de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade toyotizada, das novas modalidades precarizadas de trabalho, de que são exemplos as trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, os *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas, os digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, os assalariados do *fast food*, os trabalhadores jovens dos hipermercados, etc. (Antunes 2008: 31)

Em suma, essa nova morfologia do trabalho implica que a classe trabalhadora se amplifique por intermédio de uma crescente heterogeneidade extra-económica, ao mesmo tempo que mantém um mesmo posicionamento nas relações económicas (se bem que, como já afirmamos, com expressões jurídicas e laborais concretas específicas da atual conjuntura histórica toyotista-neoliberal).

Perante este cenário, não deixa de ser bizarra a atitude de alguns comentadores ao remeterem a classe trabalhadora para um gueto classificatório (associando-a quase sempre ao operariado industrial fordista ou apenas situado em unidades fabris, modernas ou não), enquanto clamam contra a sangria económica que a classe média estaria a sofrer com a mais recente crise económica e financeira (Estanque 2012). Assim se oblitera o vetor estrutural de que a classe trabalhadora nunca se definiu – nem se define – pelo seu lado fenoménico mas a partir do desempenho do trabalhador coletivo no processo de produção.

A este propósito, o *Labour Force Survey* (Inquérito à Força de Trabalho regido pelo Eurostat) contempla dados empíricos de grande interesse analítico (citados em Almeida Alves 2011). Em relação ao caso português, verifica-se que, em

2000, 37,3%⁶ dos trabalhadores correspondiam à parte da classe trabalhadora não diretamente vinculada a atividades industriais e agrícolas. A nível da União Europeia, esse contingente correspondia a um valor muito superior: 48,0%.

Tabela 1. Dados da composição de classe a nível europeu e português (2000-2010)

ISCO888	2000									2005									2010								
	TOTAL			ISCED 0-2			ISCED 3-4			ISCED 5-6			TOTAL			ISCED 0-2			ISCED 3-4			ISCED 5-6					
	PT	UEZ		PT	UEZ		PT	UEZ		PT	UEZ		PT	UEZ		PT	UEZ		PT	UEZ		PT	UEZ				
GRUPO 0	0.6	0.6		0.5	0.4		1.5	0.7		0.6	0.6	0.7	0.44	0.6	1.1	0.8		0.6	0.5	0.6	0.3	0.5	1.3	0.7		0.6	
GRUPO 1	6.9	8.4		6.8	6.1		7.7	7.9		7.0	12.5	9.1	8.5	9.00	6.7	8.8	7.3	10.3	12.6	6.0	8.4	4.9	6.2	5.8	6.8	10.3	12.7
GRUPO 2	6.8	12.8		0.5	0.9		4.8	4.5	60.8	44.7	8.6	13.6	0.30	1.0	3.8	4.2	58.2	44.0	9.9	14.6	0.4	1.0	3.2	3.8	54.4	43.2	
GRUPO 3	7.7	14.9		3.6	5.8		23.5	18.6	21.5	21.1	8.6	16.2	3.96	6.1	22.2	18.6	18.7	21.8	9.6	16.5	3.8	5.6	20.1	18.0	21.0	22.2	
GRUPO 4	9.8	13.2		7.1	10.2	30.3	18.2	5.8	8.3	9.9	11.3	6.71	8.6	28.3	14.6	7.1	7.9	9.1	10.6	6.0	7.9	21.8	13.4	7.0	7.8		
GRUPO 5	13.0	13.6	13.8	16.9	16.7	16.0	2.3	4.4	13.6	13.4	14.82	15.9	17.5	16.4	2.6	5.2	15.9	14.1	17.1	16.8	22.7	17.7	4.0	5.9			
GRUPO 6	11.1	3.4	14.0	6.8		2.4		0.8	10.9	3.9	14.94	7.2		3.7		0.9	10.5	4.3	15.6	9.3	1.5	4.0		0.9			
GRUPO 7	21.7	15.0	26.8	20.6	5.6	16.8		4.5	18.7	14.0	24.33	19.6	6.9	16.5		3.8	18.0	12.9	24.8	18.0	9.5	16.3		3.2			
GRUPO 8	8.6	8.6	10.3	14.1	4.5	8.2		1.4	8.0	8.5	10.23	13.6	4.0	9.6		1.4	8.1	8.0	10.7	12.4	5.6	10.0		1.4			
GRUPO 9	13.8	8.9	16.8	17.7	4.6	6.1		1.4	12.1	9.5	15.27	20.3	6.6	7.9		1.7	12.5	9.7	16.5	21.8	8.6	8.9	1.1	1.8			

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Nota 1: grandes grupos da classificação portuguesa de profissões: grupo 0, profissões das Forças Armadas; grupo 1, representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; grupo 2, especialistas das atividades intelectuais e científicas; grupo 3, técnicos e profissões de nível intermédio; grupo 4, pessoal administrativo; grupo 5, trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; grupo 6, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; grupo 7, trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; grupo 8, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; grupo 9, trabalhadores não qualificados.

Nota 2: classificação internacional de níveis de educação (ISCED): nível 0-2, até ao 9.º ano de escolaridade completo; nível 3-4, até ao 12.º ano de escolaridade completo; nível 3-5, ensino superior e pós-graduado.

⁶ Soma dos grupos 2, 3, 4 e 5. O conjunto da classe trabalhadora inclui ainda os trabalhadores do setor industrial e agrícola (6 a 9). O grupo 9 relativo aos “trabalhadores não qualificados” nada diz acerca da inserção produtiva desses trabalhadores. Por precaução decidimos não incluir esse grupo na soma dos trabalhadores dos serviços, embora seja difícil crer que não existam trabalhadores dos serviços nesse grupo. Outro problema colocado por esta tipologia relaciona-se com a ausência de qualquer referência ao pessoal de enquadramento da força de trabalho. Geralmente encontram-se dentro dos grupos 2 e 3, mas, na medida em que nada é dito, não iremos contemplar a classe média propriamente dita – os supervisores – na nossa análise.

Do ano 2000 em diante, regista-se uma evolução na força de trabalho dos serviços portugueses e europeus. Na viragem da primeira metade da década, Portugal contava com 40,7% de força de trabalho no setor dos serviços, o que correspondia a um aumento de 9,11% face aos valores de apenas cinco anos antes. Para este aumento muito contribuiu o crescimento nos grupos 2 e 3, respetivamente, os especialistas de atividades intelectuais e científicas e os técnicos e profissionais de nível intermédio. Em cada um destes grupos o aumento foi, para o grupo 2, na ordem dos 26,4% e, para o grupo 3, na casa dos 11,7%. Em contrapartida, na União Europeia, em 2005, a barreira dos 50% foi ultrapassada pela primeira vez, com cerca de 54,5% da população ativa inserida nos trabalhadores de classe média. Também aqui o aumento nos grupos 2 e 3 atuou como o motor propulsor de recomposição da classe trabalhadora e, no caso europeu a 27 países, foi superior às pequenas perdas nos grupos 4 e 5, portanto, no pessoal administrativo e no pessoal de vendas, de serviços pessoais e de segurança.

Finalmente, de acordo com os dados disponíveis de 2010, verifica-se que Portugal contava com uma força de trabalho nos serviços de 44,5%: o grupo dos especialistas científicos e intelectuais chegou quase aos 10% (um novo aumento de 15,1% neste grupo), enquanto o grupo dos profissionais intermédios chegou aos 9,6% (um aumento de 11,6%). Por seu turno, o grupo dos trabalhadores administrativos sofreu um ligeiro recuo dos 9,9% para os 9,1% (uma queda de cerca de 8%), ao passo que o grupo dos empregados executantes não administrativos sofreu um considerável aumento chegando quase aos 16% da totalidade da força de trabalho portuguesa (o aumento dentro desta categoria foi na casa dos 17%). A nível europeu o cômputo geral da força de trabalho nos serviços iria chegar aos 55,8%. Neste conjunto, os grupos 2 e 3 mostraram ser os mais dinâmicos, na medida em que aumentaram, respetivamente, 6,8% (chegando aos 14,6%) e 1,8% (atingindo os 16,5%). Os trabalhadores executantes do setor dos serviços (14,1% da força de trabalho) também registaram um aumento interessante, superando mesmo os 5%. Ao invés, a tendência da década na União Europeia a 27, inclusive em Portugal, como se viu, parece corresponder a um ligeiro recuo nos grupos do pessoal administrativo (10,6% do conjunto da força de trabalho europeia) na ordem dos 6,2%.

Entretanto, o operariado industrial (grupos 7 e 8) passou de uma percentagem da população ativa de 31,3% em 2000 para 26,1%, uma redução de 16,6% no seu efetivo. Inversamente, os trabalhadores de serviços passaram dos 37,3% para uns 44,5%, representando um aumento significativo na ordem dos 19% do conjunto da população ativa. No conjunto da União Europeia, o operariado industrial diminuiu dos 23,6% para os 20,9%, uma

redução de mais de 11%. Por seu lado, a classe trabalhadora dos serviços passou dos 48,0% para os 55,8%. Portanto, uma subida do contingente deste setor da classe trabalhadora em mais de 16%. Como se advertiu na nota 6, estes números nem sequer contabilizam a categoria dos trabalhadores não qualificados. o que certamente aumentaria um pouco mais o contingente de trabalhadores do setor dos serviços.

Todos estes dados demonstram uma nítida recomposição da classe trabalhadora ao nível ocupacional e no próprio manejo dos objetos de trabalho. Com efeito, a classe trabalhadora não é simplesmente substituída por maquinaria, nem desaparece de cena porque um seu setor entrou num processo de recuo do seu contingente demográfico. De facto, o aumento da produtividade na indústria e o fenecimento do paradigma fordista resultaram numa recomposição organizacional, técnica e profissional da classe trabalhadora.

Assim, na maioria dos países economicamente desenvolvidos, boa parte do trabalho assalariado penetrou o setor de serviços, para designar tal faixa heterogénea de atividades. Embora o conjunto de transformações económicas estruturais tenha sido profundo, parece-nos desavisado e imprudente concluir que o surgimento de novas tarefas ocupacionais e profissionais tenha significado qualquer tipo de desaparecimento do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, não se deve confundir o surgimento de novos ramos económicos (e, conseqüentemente, de novos estratos de trabalhadores) com uma espécie de fim da ideologia, tal como o “fim da História” (Fukuyama 1991) ou o “fim do trabalho” (Rifkin 1996). Por outras palavras, a (até agora) mais reduzida capacidade de mobilização coletiva das classes trabalhadoras um pouco por todo o mundo não é equivalente à fórmula de Pakulski e Waters acerca do fim das classes sociais (Pakulski e Waters 1993).

Repensando o papel da estetização da vida quotidiana (doravante, EVQ) nas chamadas classes médias, parece-nos relevante questionar até que ponto algumas das localizações das classes médias realmente pertencem a essa classe social, ou se, de facto, não pertencem inversamente à classe trabalhadora. De modo sucinto, o conceito de classe média pode surgir mais como um problema do que uma solução. Com efeito, muitas tarefas profissionais relacionadas, por um lado, com o trabalho intelectual altamente qualificado, como a programação informática ou a monitorização de robôs e outra maquinaria complexa, e, por outro lado, com o trabalho não manual, como os operadores de *call centers*, não podem ser consideradas fora da essência central do trabalho assalariado: portanto, da ausência de controlo sobre as condições sociais da produção económica e sobre as prerrogativas, os princípios e os resultados específicos de um processo de produção específico.

Desta forma, a redefinição de algumas categorias teóricas e variáveis inscritas nestas dinâmicas é uma tarefa analítica cada vez mais necessária, apesar de ser uma tarefa que extravasa o escopo deste trabalho.

Para precisarmos (e recentrarmos) a nossa linha de argumentação, uma classe social é, como a sua própria terminologia revela, social. Por outras palavras, as classes sociais estão enraizadas no campo económico, o que não impede a inscrição de dimensões políticas e ideológico-culturais nas suas propriedades fundamentais. Por conseguinte, a existência de descontinuidades entre estes diferentes campos é uma possibilidade real nas classes trabalhadoras.

Estas descontinuidades são, com efeito, o resultado de um hiato entre a pertença económica e a pertença cultural em novos estratos da classe trabalhadora, especialmente entre trabalhadores dos serviços (empregados nos ramos comerciais, administrativos, científicos e financeiros da economia) e que podem ser definidos grosseiramente como trabalhadores de classe média. Onde no caso da classe trabalhadora fordista ocorria uma certa sobreposição entre a sua pertença económica objetiva e a percepção subjetiva dessa pertença, na generalidade dos trabalhadores de novos setores produtivos das últimas décadas existe um hiato entre a localização de classe e a percepção cultural de pertença, geralmente uma percepção atribuída à classe média. Na formulação de Mike Savage, estes agentes sociais “em vez de *evocarem* um sentido de *pertença* a um grupo”, na verdade “*invocam* um sentido de *diferenciação* dos outros” (Savage 2000: 115). Como mencionaremos abaixo, os dispositivos individualistas de estetização contribuem para a formação de um *ethos* (naturalmente, simbólico-ideológico) de classe média, em larga medida distinguível do *habitus* da classe operária fordista e mesmo pré-fordista.

Por conseguinte, temos como um dos objetivos analisar a relação entre aspetos estéticos contemporâneos e a formação de dinâmicas culturais; mais especificamente nesta secção, o papel e os aspetos simbólicos e ideológicos da EVQ na formação de variáveis simbólicas particulares dentre as jovens gerações de trabalhadores, especialmente nos setores de atividade que surgiram e/ou mais cresceram nas últimas décadas. Em suma, defendemos que a EVQ contribui decisivamente para um amplo processo de des-classificação simbólica das representações e práticas coletivas da classe trabalhadora.

De acordo com a equipa de Savage, “muita da pesquisa (na maior parte dos casos qualitativa) relacionada com as identidades e a consciência de classe insiste na desidentificação, isto é, as pessoas não se identificam imediatamente como membros de uma classe social ou conscientemente adotam atividades ‘especificamente de classe’” (Savage *et al.* 2008: 1050). Os mesmos autores afirmam ainda que “as intenções, desejos e práticas declaradas são marcadas pelas suas esperanças e fantasias, mas estas” são percebidas

“desconectadas em vez de ser o reflexo de localizações de classe” (*idem*). No estudo *Cultural Capital and Social Exclusion* a que este artigo se reporta, os seus coordenadores – Mike Savage, Alan Warde, Brigitte Leroux e Henry Rouanet – fornecem alguns dados empíricos que ajudam a sustentar a nossa hipótese de que a descontinuidade social entre processos objetivos de classe e as percepções individuais e coletivas da vida social se relaciona com o papel da EVQ na des-classificação da classe trabalhadora mais recentemente forjada sob os auspícios do toyotismo e da acumulação flexível.

Este estudo franco-britânico tentou compreender e clarificar as relações “entre a pertença a uma classe social e a participação cultural” (Savage *et al.* 2008: 1049). Nos seus resultados sobre a população britânica os investigadores chegaram a um modelo com três classes sociais principais. A classe mais alta [*upper class*] era constituída por 24% da população, ao passo que 32% da população consistiam numa “classe intermédia de baixos gestores, supervisores, trabalhadores por conta própria, técnicos superiores e trabalhadores de colarinho branco” (*idem*). A classe trabalhadora consistia nos restantes 44%, o que “incluía supervisores de baixa patente [capatazes e encarregados da indústria] e técnicos” (*idem*). De particular relevância para o nosso trabalho é o facto de, segundo este estudo, a classe média constituir cerca de um terço da população. Internamente, esta classe compreende uma amálgama de diferentes estratos sociais. Dentre estas classes médias identificadas no estudo de Savage, encontram-se muitos trabalhadores assalariados, isto é, agentes sociais sem poder social e organizacional sobre outros empregados – independentemente das suas qualificações, natureza técnica ou área de atividade (seja no setor financeiro, em serviços administrativos, no comércio ou na indústria).

Por conseguinte, a questão é que não é uma particular qualificação, um aspeto técnico ou a área laboral que inclui alguém na classe média. Do ponto de vista de Savage, tal inclusão ocorre ao nível simbólico e cultural: os seus consumos e práticas culturais quotidianos. Neste sentido, os agentes sociais inseridos em empregos mais ou menos qualificados no setor dos serviços estão incluídos nas classes médias em virtude das suas práticas culturais (*idem*: 1052-1066). (Do nosso ponto de vista, o primeiro critério para a classificação classista deve partir da teoria do valor, o que justificaria a circunscrição da classe média aos indivíduos envolvidos em tarefas de supervisão da força de trabalho – *vd.* secção anterior). No modelo desenvolvido por Savage, a classe média tanto incorpora supervisores e gestores como incorpora trabalhadores do setor de serviços, excluindo desta última categoria apenas uma minoria de trabalhadores comerciais menos qualificados e concomitantemente menos propensos a adotarem consumos culturais relativamente omnívoros.

Adicionalmente, o estudo de Savage fornece evidência empírica acerca do fascínio cultural e simbólico por uma “comunidade ilusória” (Debord 2010) de classe média por parte de novas camadas de trabalhadores. Por outras palavras, o estudo fornece evidência empírica sobre a apropriação das práticas culturais inscritas na classe média realmente existente por parte de novos estratos de trabalhadores – especialmente junto de trabalhadores qualificados e semiqualificados do setor de serviços. Ao mesmo tempo, o estudo de Savage conclui pela existência de uma cultura e de um *habitus* típicos de uma classe média, portanto, de valores e de exteriorizações práticas não propriamente coincidentes com a distinção – a cultura de classe específica da burguesia (Bourdieu 2004: 260-317).

Nesse aspeto a equipa de Savage distingue o seu estudo do de Evans e Mills (1998), por exemplo, que afiançava a semelhança cultural profunda entre as práticas, consumos e representações burguesas e de classe média. De facto, o estudo de Savage enuncia a “necessidade de reconhecer um papel específico de uma classe profissional com gestores/quadros intermédios muito próxima de outras categorias ocupacionais dentro da classe intermédia” (Savage *et al.* 2008: 1067). Por conseguinte, a classe dominante compreende proprietários e altos quadros de gestão e administração, deixando para a classe média – no plano ocupacional e profissional – os quadros de gestão com menores responsabilidades e os supervisores. No plano cultural, segundo os dados do estudo que temos vindo a acompanhar, a esta amálgama de gestores intermédios e de supervisores somam-se os trabalhadores qualificados e semiqualificados do setor dos serviços. Neste plano pivotal no estudo de Savage percebe-se como novas (ou reconvertidas) categorias da classe trabalhadora criam mais afinidades simbólicas e prático-culturais com a classe média dos supervisores do que com aqueles que ocupam uma localização de classe similar na esfera do processo económico de produção e circulação de valor económico (a mais-valia). Por conseguinte, o estudo de Savage confirma o hiato entre a localização estrutural dos vários segmentos da classe trabalhadora e os processos de subjetivação cultural heterogéneos e disruptivos de uma potencial coesão do conjunto dessa classe social.

Num registo muito aproximado, encontramos o estudo que a equipa portuguesa liderada por António Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida tem levado a cabo no projeto internacional European Social Survey (ESS). Neste quadro, o estudo concreto que vamos apresentar e debater dirige-se para a análise das conexões entre a composição social de classe das populações europeias e os valores culturais diferenciados aí presentes.

Debruçando-se mais diretamente sobre “a relação entre as estruturas de classes e os padrões de valores a nível nacional e transnacional” (Costa 2006:

96) e explorando mais intensivamente o potencial do ESS, os autores recorreram a um “modelo de análise que relaciona dimensões sociais (no caso, as classes sociais) com dimensões culturais (os valores)” (*idem*). Neste estudo, a equipa de investigadores chegou a uma “versão mais simplificada com 5 classes, onde se cruzam a ocupação com o estatuto de emprego [situação perante a profissão]” (*idem*: 103). As cinco classes sociais são as seguintes:

- Empresários e executivos (CS1);
- Profissionais e gestores [intermédios] (CS2);
- Empregados por conta própria (CS3);
- Empregados executantes (CS4);
- Trabalhadores industriais (CS5).

Realizando o mesmo exercício empreendido relativamente ao pretérito estudo desta equipa, chegamos a resultados bastante aproximados para os trabalhadores de classe média (CS3 e CS4). Na União Europeia (com quinze estados-membros) a percentagem destas duas categorias cifra-se nos 37,8% (6,2% para a CS3 e 31,6% para a CS4). No Reino Unido a percentagem alarga-se para os 41,9% (4,2% da CS3 e 37,7% da CS4), em França situa-se nos 38,9% (4,1% da CS3 e 34,8% da CS4) e a Alemanha conta com 37,7% (7,0% para a CS3 e 30,7% da CS4).

Neste estudo os autores procuram interligar a classe social com a escala de valores do psicólogo social Schwartz, e os resultados apontam para a existência de um magnetismo cultural e simbólico *de* classe média (classe média como comunidade ilusória) sobre os trabalhadores inseridos nos setores de atividade de serviços. A escala de valores de Schwartz (1992) divide-se em três eixos fundamentais: a) o eixo do *autocrescimento*, onde poder, prestígio e aquisição se interrelacionam⁷; b) o eixo da *conservação*, que combina conformismo, desejo de segurança e tradição (um eixo fortemente correlacionado com as populações do operariado industrial); c) o eixo da *abertura à mudança*, que compreende a autodireção, o estímulo e o hedonismo. Este último eixo relaciona-se mais de perto com a cultura das classes médias. De facto, o estudo de Costa apresenta uma similitude aproximativa entre, por exemplo, CS2 e CS4 no respeitante a este eixo da abertura à mudança (Costa 2006: 113-114). Utilizando a análise de correspondências, os autores encontram uma “identificação próxima” (*idem*) entre, por um lado, as categorias

⁷ Para Schwartz o poder relaciona-se com a “obtenção de estatuto social, prestígio e domínio/dominância/chefia sobre (os) outros”, ao passo que a aquisição aponta para “a busca de sucesso pessoal através da demonstração de sucessos, ambições e concretizações pessoais” (Schwartz 1992: 18).

CS2 e CS4 e, por outro, entre estas e o referido eixo da autodireção⁸ e do estímulo. Este conjunto de disposições e de valores ilustram que “uma nova forma de fazer-se-a-si-próprio [Do it yourself – DIY]” se exerce no sentido de “atingir objetivos pragmáticos” e que, por seu turno, estes mesmos objetivos pragmáticos lidam perfeitamente bem com a noção de que “os cidadãos são certamente capazes de refletir mais e mais nas circunstâncias da vida e que se focam, mais do que no passado, na satisfação pessoal” (*idem*: 114). Portanto, o cálculo coabita com a busca de prazer. Para a equipa do ESS, se é verdade que “se torna claro que os mais regulares e virtuosos praticantes deste ofício DIY e da flexibilidade que este implica se encontram entre os profissionais e os gestores”, é igualmente verdade que, de acordo com os dados recolhidos, esta é a única classe social com as “mais elevadas capacidades para difundir os seus valores e atitudes, os seus gostos e opiniões numa escala alargada” (*idem*), mais própria e proeminentemente no seio dos trabalhadores rotineiros (empregados executantes) do setor dos serviços.

Os três estudos aqui brevemente retratados mostram que, tanto à escala nacional como à escala internacional, os trabalhadores de classe média (quer os empregados executantes, quer os profissionais técnicos) tendem a agregar-se cultural e ideologicamente em torno dos gestores intermédios e dos supervisores. Portanto, são fatores de ordem cultural e simbólico-ideológica que unificam – no plano da subjetividade e das práticas sociais extraeconómicas – agentes sociais com tarefas e funções socioeconómicas distintas. Enquanto os supervisores e os gestores de média e baixa patente estão fortemente ligados ao comando (e vigilância) do trabalhador coletivo, os trabalhadores de setores associados a modalidades de organização toyotista representam precisamente uma porção considerável da força de trabalho das economias capitalistas desenvolvidas. Uma visão não economicista é a única possível para lidar de maneira flexível com as formas distintas pelas quais a economia e a cultura se relacionam entre si no espaço social global. É no plano simbólico-ideológico que alguns dos mais recentes e mais estruturantes processos de hetero-organização da classe trabalhadora se têm desenvolvido de uma maneira intensa. Por conseguinte, é da interceção entre o estudo das classes no espaço socioeconómico e o estudo das dinâmicas culturais a estas associadas, que mais proficuamente se poderão desenvolver exercícios analíticos mais robustos sobre o atual estado de retração política e identitária da generalidade da classe trabalhadora.

⁸ A autodireção “aplica-se à geração de ideias e de projectos com relativa facilidade, disponibilidade e prontidão” e em torno “da busca da independência e da auto-suficiência”. Por outro lado, o estímulo relaciona-se mais proximamente com “o entusiasmo e a necessidade de excitação, de novidade e de risco” (Schwartz 1992: 19).

5. Conclusão

Se é inquestionável que os estudos coordenados por Nuno Almeida Alves, Mike Savage e António Firmino da Costa fornecem dados muito frutíferos sobre a unificação cultural *por cima* dos trabalhadores de classe média, supervisores e gestores intermédios, ainda falta muito trabalho empírico a fazer para captar mais afinada e pormenorizadamente os processos culturais específicos e substantivos que permitem que esta unificação ocorra. É igualmente inquestionável que estes estudos empíricos devem começar por tentar identificar teoricamente quais as disposições sociais e simbólico-ideológicas que moldam as práticas culturais específicas de classe. Naturalmente, a construção de possíveis investidas empíricas no terreno frisado necessitam de um trabalho teórico prévio que auxilie a orientação dessas mesmas pesquisas, bem como esse trabalho teórico prévio é essencial para sinalizar algumas teses analíticas gerais. Inevitavelmente, estas teses teóricas terão de ser empiricamente validadas e melhoradas (ou, num caso extremo, rejeitadas). Como sugestão finalizadora, parece-nos que os estudos que operam em torno do eixo da cultura, da economia e dos comportamentos coletivos das classes sociais deverão compatibilizar estudos empíricos sólidos e teses teóricas sobre o papel da esfera simbólico-ideológica e de dinâmicas estéticas na configuração dos fenómenos culturais e ideológicos que atuam na desmobilização e desorganização das classes trabalhadoras ocidentais.

Dentro desse espectro de análise, este texto procurou avançar com algumas pistas relativas ao atual estado de desorganização coletiva da classe trabalhadora, nomeadamente nos países e nos setores mais desenvolvidos no capitalismo toyotista. De facto, se é verdade que o mito da mobilidade social ascendente contribuiu decisivamente, ao longo de toda a modernidade, para a desmobilização da classe trabalhadora, não é menos verdade que as desmobilizações e as desorganizações operadas pelas classes dominantes só com o toyotismo e com o neoliberalismo conseguiram interiorizar e penetrar as práticas mais anódinas da classe explorada. Dentro de um quadro muito vasto, a inserção das jovens gerações de trabalhadores em práticas e sociabilidades culturais provenientes (e até então quase exclusivas) de gestores e, acessoriamente, de supervisores permitiu a sua desarticulação identitária fundamental. Por aqui se verifica como um conjunto de dispositivos simbólico-ideológicos de classe conseguiu desmontar internamente iniciativas autónomas desenvolvidas pela classe trabalhadora nos anos 60 e 70 (Aguiar 2013) e, complementarmente, apresentar-se como um conjunto de dinâmicas, apenas na sua aparência, despidas de qualquer travejamento classista. A organização das classes dominantes implica a desorganização da classe trabalhadora e a sua correlativa desidentificação subjetiva.

Bibliografia

- AGUIAR, João Valente (2013), “Comunismo”, in Rosas, João Cardoso; Ferreira, Ana Rita (orgs.) *Ideologias políticas contemporâneas*. Lisboa: Almedina.
- AGUIAR, João Valente (2010), *Classes, valor e acção social*. Lisboa: Página a Página.
- ALMEIDA, Nuno Almeida Alves; Cantante, Frederico; Baptista, Inês; Carmo, Renato Miguel do (2011), *Jovens em transições precárias: Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.
- ANTUNES, Ricardo (2008), “Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83: 19-34.
- ANTUNES, Ricardo (2000), *Sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- BERNARDO, João (2003), *Labirintos do fascismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- BERNARDO, João (1995), “Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?”, *Crítica Marxista* 5: 123-139.
- BOURDIEU, Pierre (2004), *Distinction: a social critique of judgement of taste*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- CARCHEDI, Guglielmo (1977), *On the Economic Identification of Social Classes*. Londres: Routledge.
- COSTA, António Firmino *et al.* (2006), “Social classes and values in Europe”. *Portuguese Journal of Social Science*, 5(2): 95-117.
- ESTANQUE, Elísio (2012), *A classe média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: FFMS.
- EVANS, G. e MILLS C. (1998), “A latent class analysis of the criterion-related and construct validity of the Goldthorpe class schema”. *European Sociological Review* 14(1): 87-106.
- FUKUYAMA, Francis (1992), *The End of History and the Last Man*. Londres: Hamish Hamilton.
- LASH, Scott e URRY, John (1987), *The End of Organised Capitalism*, Oxford: Polity Press.
- MARX, Karl (1992), *O Capital, Livro I: O processo de produção do capital, tomo II*. Lisboa: Edições Avante!.
- MARX, Karl (1990), *O Capital, Livro I: O processo de produção do capital, tomo I*. Lisboa: Edições Avante!.
- MOODY, Kim (1997), *Workers in a Lean World: Unions in the international economy*. Londres: Verso.
- OIT (2009), *Global Employment Trends: January 2009*. Geneva: International Labour Organization.
- OIT (2007), *LABORSTA: International Labour Office Database*. Genebra: International Labour Organization.
- PAKULSKI, Jan e WATERS, Michael (1993), *The Death of Class*. Thousand Oaks: Sage.
- RIFKIN, Jeremy (1996), *The End of Work*. Nova Iorque: Tarcher Books.
- SAVAGE, Mike; LEROUX, Brigitte; ROUANET, Henry; WARDE, Alan (2008), “Class and cultural division in the UK”, *Sociology*, 42: 1049-1072.
- SAVAGE, Mike (2000), *Class Analysis and Social Transformation*. Milton Keynes: Open University Press.
- SCHWARTZ, S. H. (1992), “Universals in the content and structure of values: Theory and empirical tests in 20 countries”, in M. Zanna, (org.), *Advances in Experimental Social Psychology*. Nova Iorque: Academic Press, 1-65.

4. Classes sociais, valores e ação coletiva na Europa

Nuno Nunes

A ação coletiva constitui um desafio e um problema sociológico central para a compreensão das sociedades contemporâneas. Até que ponto é possível compreender a complexidade dos fenómenos sociais da ação coletiva e dos movimentos sociais a partir da problemática das desigualdades sociais, nomeadamente das desigualdades de classes?

Ancorando sobretudo na consolidada abordagem teórica e analítica da sociologia das classes sociais e da estratificação, que cumulativamente se amplia no estudo das desigualdades sociais contemporâneas, procura-se avaliar a relevância da classe social e dos valores na constituição da ação coletiva. Investigam-se as consequências das classes sociais na esfera cultural e o modo como elas incorporam valores suscetíveis de produzir dinâmicas de ação coletiva na Europa.

Este é um contributo que se inscreve numa agenda das desigualdades sociais preocupada com as relações entre as classes sociais e a cidadania, com as interseções das classes com os seus contextos estruturais e culturais, e atenta ao desenvolvimento de uma abordagem das desigualdades às escalas nacional e transnacional, propondo novos indicadores que procurem explicar a complexidade das sociedades modernas.

Ao nível metateórico, procuram-se compreender as relações entre a estrutura, a cultura e a ação coletiva, quando, num primeiro momento, são atualizadas as teorias das classes sociais quanto à sua capacidade de recobrir o problema da ação coletiva; de seguida, apresentam-se os fundamentos problemáticos e operatórios para a acuidade da análise de classes no estudo da ação coletiva; para, finalmente, no plano substantivo-empírico, entendermos de que modo os contextos culturais e os valores das classes se imbricam profusamente nas regularidades estruturais e culturais da ação coletiva no que diz respeito ao contexto europeu.

Para uma adequada compreensão das relações entre a classe social, os valores e a ação coletiva na Europa, consideram-se as classes como lugares na estrutura social (lugares de classe) – categorias sociais em relação

interdependente com os valores produzidos nos contextos estrutural e cultural –, e as classes como agregados significativos de dinâmicas sociais (classes de agentes), enquanto portadoras de valores (ou perfis culturais) mobilizáveis na ação coletiva.

A partir da utilização de inquéritos internacionais como o *European Social Survey* – que constitui atualmente uma importante ferramenta sociológica e de conhecimento da própria Europa –, a análise que aqui se ensaia desdobra-se, fundamentalmente, em dois níveis principais: o das *classes de agentes* e o dos *contextos culturais*, que se convocam para analisar a variação do *indicador de práticas de ação coletiva* (IPAC), medida que poderá enriquecer a análise de classes nas sociedades contemporâneas.

1. Teoria das classes e ação coletiva

As teorias das classes sociais e da estratificação social, bastante longe de estarem confinadas a fronteiras rigidamente delimitadas, têm enriquecido o seu *corpus* científico com um conjunto de autores que trabalharam o problema da ação coletiva. Nelas convocam-se as teorias marxista, weberiana, estrutural-funcionalista, do conflito e dos novos movimentos sociais – transparadigmaticamente sintetizadas pelo “novo movimento teórico” –, e nomeadamente em autores como Marx (ver Marx e Engels 2008), Weber (1978), Rex (1981), Coser (1956), Parkin (1979), Dahrendorf (1982), Offe (1985), Eder (1993), Wright (1997), Crompton (1998), Scott (2001), Almeida (1986, 1995) Costa (1999), Crossley (2002), Bader (2008) e Silva (2009).

Em Karl Marx, discutir as relações entre as desigualdades, as classes sociais e a ação coletiva, significa colocar o problema teórico da “classe em si”/“classe para si”. Na conceção weberiana, é na relação entre *classes, status e partido* que se entende a formação da ação coletiva. Marx mantém a vigilância teórica de conferir centralidade à esfera das relações de produção, enriquecida com a perspetiva weberiana da existência de uma estrutura relacional cultural e construtora de relações de propriedade social, económica e política.

Um importante teórico das classes sociais no estudo da ação coletiva é Ralph Dahrendorf (1982). A localização estrutural da formação da ação coletiva significa, segundo este autor, que as relações de autoridade constituem a base para a formação dos grupos de conflito, ou o mesmo é dizer das classes sociais que, partilhando interesses comuns latentes, serão quase grupos e poderão formar grupos de interesse organizados. Os conflitos entre os grupos sociais correspondem a conflitos entre as classes quando as posições de dominação e sujeição são caracterizadas pela formação de interesses conflituais nas estruturas e sistemas sociais.

Para Frank Parkin (1979), as estratégias pela distribuição dos recursos e formas de propriedade, nas modalidades de usurpação ou fechamento social, constituem o principal fator de identificação das classes. A exclusão e a usurpação estão na base dos sistemas distributivos dos recursos e são os fundamentos da estratificação social. Tal significa então que a exclusão ou a usurpação serão as estratégias de ação coletiva dos atores, conforme a posição detida na estrutura social pelas respectivas classes sociais em presença nos conflitos.

Nas propostas teóricas de Erik Olin Wright, o conflito e a ação coletiva desenvolvem-se nas relações entre as estruturas de classe, a formação das classes e as lutas de classes, sendo nestas que se articulam as capacidades estruturais para a formação dos interesses de classe.

Klaus Eder (1993) procura construir uma teoria da agência coletiva que reconheça a mediação das relações de classes a partir de um conjunto de determinantes estruturais e culturais que dão origem a uma diversidade de “movimentos sociais”, propondo a teoria do “radicalismo das classes médias”. Para Nick Crossley (1999, 2002), autor praticamente desconhecido por parte da sociologia portuguesa, as insuficiências das teorias “especializadas” da ação coletiva podem ser suplantadas pela assunção teórica (prevalente) da teoria da prática de Pierre Bourdieu (2002, 2001, 1979). No entender de Crossley, esta é uma teoria geral das práticas sociais capaz de compreender as dinâmicas dos movimentos sociais e os múltiplos e diferenciados contextos onde os conflitos ocorrem. Os movimentos sociais constituem práticas sociais, logo poderão ser estudados sob tal abordagem.

A teoria da prática é forte na relação entre a estrutura e a ação, ao contrário do que sucede com as teorias (dominantes) dos movimentos sociais e ela, “sem perder de vista a natureza intencional da ação, combina as opções, as interpretações e a localização estrutural dos atores. Bourdieu contribui para a construção de uma teoria cultural da agência, quando relaciona a cultura com as estruturas sociais das desigualdades, particularmente as desigualdades de classe” (Crossley 1999: 651).

Uma teoria da ação coletiva, defende igualmente Crossley, poderá ter muito a ganhar a partir do *habitus* de Pierre Bourdieu. Inscrito no seu corpo teórico, Crossley sugere o conceito de “*habitus* militante” (Crossley 2003) que, associado à biografia individual inscrita na estrutura social, incorpora, objetivamente, os processos históricos e as formas de ação coletiva, e subjetivamente os eventos vividos.

Nick Crossley refere-se ao “*habitus* militante”, não apenas para demonstrar a influência dos constrangimentos estruturais, da posição social e das socializações primárias na adesão à ação coletiva, mas procurando igualmente explicar os efeitos socializadores que a própria ação coletiva

poderá ter sobre os agentes, como ela poderá incrustar-se nos padrões culturais e modos de vida destes, exercendo assim influência sobre os seus esquemas de apreciação, representação e ação social.

O “*habitus* militante”, idiossincrático em cada biografia pessoal, manifesta as características dos seus grupos de referência e pertença. Uma vez que a história do indivíduo compreende igualmente a história coletiva da sua classe e grupos sociais, cada sistema de disposições individual constitui uma variante estrutural de todos os possíveis grupos sociais e *habitus* de classe, expressando as diferenças de trajetória e de posição social (Crossley 2001). A partir do conceito de *habitus* é igualmente possível ir mais longe na aceção de reportórios de ação coletiva de Tilly (2008). Através do *habitus*, construído dinamicamente na articulação entre a trajetória biográfica e as pertenças de classe, é possível conferir sentido aos padrões de apropriação dos reportórios disponíveis por parte dos atores envolvidos. A assunção de determinados reportórios de ação coletiva reflete as opções (valorativas) dos atores num conjunto alargado de estratégias de ação coletiva, ao mesmo tempo que exprime as trajetórias biográficas específicas dos atores em causa.

2. Análise de classes e da ação coletiva

Nos planos conceptual e analítico vislumbra-se a utilidade de distinguir, no que diz respeito ao estudo da ação coletiva, duas dimensões fundamentais da formação das relações de classe: a constituição de “lugares de classe”, estruturados predominantemente por processos económicos e ligados às dinâmicas estruturantes do tecido económico-organizacional; e a constituição de “classes de agentes”, formadas fundamentalmente através dos processos de socialização, crescentemente associados, em contexto da sociedade do conhecimento, aos sistemas de educação (Costa, Machado e Almeida 2007: 15; Costa e outros 2000: 41).

Torna-se necessário focalizar o olhar no modo como os recursos e os poderes distribuídos nas sociedades atuais são elementos constitutivos dos processos de ação coletiva (Costa e outros 2000). Do ponto de vista dos “lugares de classe”, as estruturas de oportunidades são diferenciadas entre as várias classes sociais, com impactos igualmente diferenciados nas condições, possibilidades e modos de constituição da ação coletiva. Mas, se os contextos estruturais exercem influência sobre as oportunidades sociais das classes, de igual modo os padrões socioculturais, as configurações institucionais e os percursos históricos condicionam/potenciam a ação coletiva por parte das “classes de agentes”. Nos processos de ação coletiva intervêm os “lugares

de classe” e as “classes de agentes”, assumam eles mais a forma de ação institucional ou de movimento social.

Procurando integrar os quadros teóricos mais importantes da sociologia das classes sociais e da estratificação, a tipologia de lugares de classe de Almeida, Costa e Machado (Costa, Machado e Almeida 2007; Almeida, Machado e Costa 2006; Machado e outros 2003; Costa 1999) revela-se extremamente heurística no estudo da ação coletiva. Nos pressupostos de constituição teórica, elaboração analítica e operacionalização empírica da tipologia de classe de Almeida, Costa e Machado (ACM), o estudo da ação coletiva encontra plasmados os domínios inter-relacionados do económico/profissional e do cultural/simbólico para a análise de classes das sociedades atuais (Machado e outros 2003: 46). A transposição e a aplicação do *indicador socioprofissional* em inquéritos internacionais, nomeadamente o *European Social Survey*, alargaram o campo das possibilidades de pesquisa e dos objetos de estudo integráveis numa análise de classes e, entre eles, o estudo da ação coletiva nas sociedades europeias.

A compreensão de muitos fenómenos sociais contemporâneos, como é o caso da ação coletiva, é favorecida por uma análise sociológica que articula as escalas de análise nacional e transnacional. Não só as comparações internacionais (entre países) mantêm a sua validade analítica, como a constituição da sociedade dá-se também, em larga medida, diretamente a escalas transnacionais (Costa, Machado e Almeida 2007: 8). Ora, o estudo da ação coletiva tem muito a ganhar com esta dupla assunção estratégico-metodológica. Este é um desafio metodológico que, precisamente, vai ao encontro do que Klandermans e Roggeband (2007) afirmam quanto à necessidade de superar um certo “nacionalismo metodológico” que impera igualmente no estudo dos movimentos sociais.

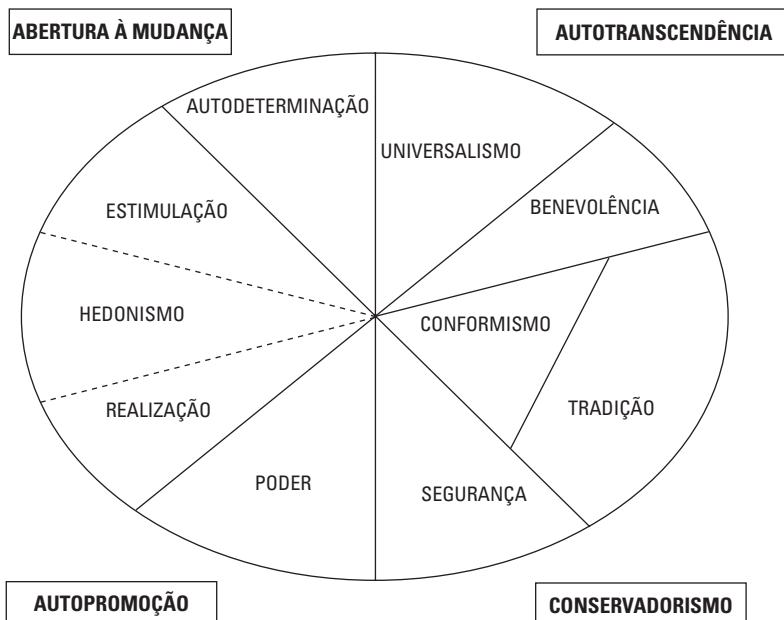
Em contexto de globalização, há tendências de estruturação das relações de classe que se configuram de maneira largamente transnacional, sobretudo visível nas reconfigurações estruturais dos “lugares de classe”, enquanto as “classes de agentes” estão mais dependentes dos quadros nacionais-estatais, principalmente em relação às configurações institucionais, aos modos de regulação estatal e aos padrões socioculturais (Costa e outros 2000: 4142). Os estudos de autores portugueses sobre o contexto europeu (Costa e outros 2000; Almeida, Machado e Costa 2006; Costa, Machado e Almeida 2007), articulando simultaneamente as escalas nacional e transnacional, ilustram um novo patamar da análise de classes. De igual modo, a estratégia metodológica de observação das relações entre as classes sociais, os valores e a ação coletiva radica na articulação entre uma escala transnacional, abrangendo o universo dos cidadãos no espaço social europeu, e uma escala

nacional comparativa de 26 países da Europa, a partir da análise de dados do *European Social Survey* do ano de 2008.

A partir do modelo teórico e problemático de Almeida, Machado e Costa (2006) para as relações entre as classes sociais e os valores, procura-se compreender de que modo a inter-relação destes dois vetores analíticos poderá explicar a ação coletiva na Europa. Através do *European Social Survey*, são aplicadas a teoria e a correspondente tipologia dos valores humanos de Shalom Schwartz (2007) à constituição de ação coletiva, procurando assim apurar que regularidades estruturais e culturais são incorporadas pelos protagonistas de ação coletiva no contexto europeu.

Na aplicação da teoria dos valores humanos de Shalom Schwartz (Figura 1), observam-se as relações entre os dez tipos de valores humanos propostos e o *indicador de práticas de ação coletiva* (IPAC). Seguindo o seu modelo teórico, os valores são articuláveis numa estrutura bidimensional, composta por quatro tipos de valores centrais que formam duas dimensões conceptuais: uma primeira, que opõe valores de autotranscendência a valores de autopromoção; e uma segunda, que opõe valores de abertura à mudança a valores de conservadorismo.

Figura 1. Modelo teórico das relações entre os dez tipos de valores motivacionais (Schwartz)



É a partir do *indicador de práticas de ação coletiva* que são construídos os horizontes e as fronteiras dos resultados empíricos que se apresentam. A ação coletiva naturalmente que não se esgota neste indicador, mas a sua consubstanciação empírica poderá possibilitar novos acréscimos de conhecimento que contribuam para o desenvolvimento científico das desigualdades sociais contemporâneas (Costa 2012).

O *indicador de práticas de ação coletiva* (IPAC), construído a partir do questionário do *European Social Survey*, abrange as seguintes práticas sociais de implicação coletiva:

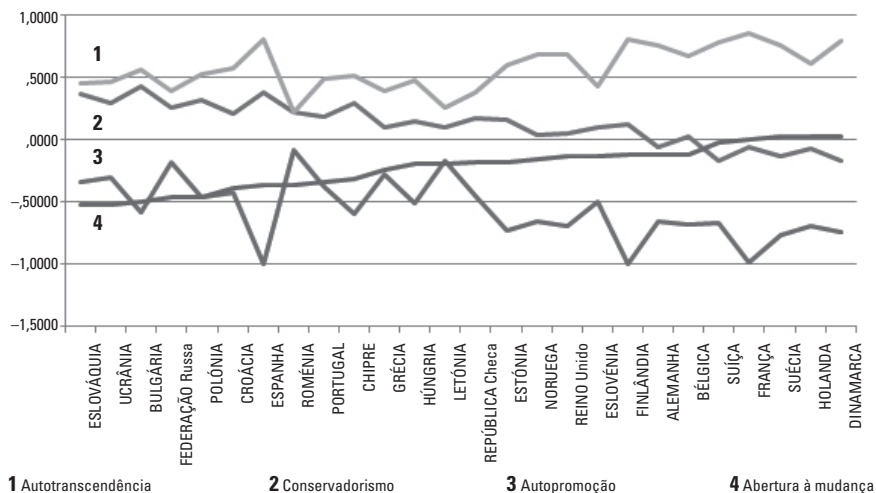
- o contacto com um político, um representante do governo central ou um representante do poder local;
- o trabalho para um partido político ou movimento cívico;
- o trabalho numa organização ou associação de outro tipo;
- o uso de emblema autocolante de campanha/movimento;
- a assinatura de uma petição;
- a participação numa manifestação;
- o boicote de determinados produtos.

O dispositivo analítico-metodológico mobilizado possui condições aproximativas para medir o conceito de *habitus* proposto por Pierre Bourdieu e enquadrá-lo no que Crossley define como “*habitus* militante”. Através dele, é possível a construção de patamares mediadores entre as estruturas, a cultura e as práticas sociais – nomeadamente as práticas de ação coletiva –, enquanto sistema de disposições cognitivas, valorativas e praxiológicas que agentes e classes de agentes vão acionando nos processos de ação coletiva, de modo mais ou menos influente.

3. Contextos culturais e valores das classes no contexto europeu

Nas sociedades modernas os valores contêm uma lógica própria de desenvolvimento, por vezes estreita e longamente articulada com lógicas globais, regionais e locais. Os valores são tributários de um conjunto vasto e diversificado de constrangimentos, de natureza simbólica e extrassimbólica, de proveniência predominantemente nacional ou internacional. Tais condições e constrangimentos geram efeitos em tendências, mas também em contratendências que podem sempre, a benefício de alguma alteração significativa nos contextos, assumir o papel principal (Almeida 1995: 70). Mas as configurações culturais não são homogêneas, urgindo desmitificar o mito da integração cultural (Archer 1996; Costa 1999) e abandonar a

Figura 2. Valores humanos nos países europeus (médias centradas)



Fonte: European Social Survey (2008)

suposição de que a ordem cultural é essencialmente uniforme, ou que a ação social se desenvolve num quadro valorativo coerente e partilhado por todos os agentes. Os valores são diferenciados e diferenciam as práticas sociais. É num quadro estrutural e cultural multidimensional societário que devem ser entendidos os respetivos posicionamentos das classes sociais perante as possibilidades de adesão às dinâmicas da ação coletiva.

Entender as relações entre estrutura, cultura e ação coletiva implica rejeitar uma visão funcionalista dos valores, como a que propõe Parsons (1999 [1951]), que estreitamente “abstratiza” o conceito de valores e o “unidireciona” dos sistemas sociais para os atores. Alternativamente, Mouzelis (2008) propõe que analisemos quem contribui(u) mais para a construção dos valores centrais, ou que interesses tais valores serviram predominantemente.

O apuramento de regularidades estruturais e culturais permite a definição de padrões de valores, distinguindo regiões, países ou categorias de classes. Os padrões de valores são produzidos no entrosamento de condições históricas, sociais, institucionais e políticas. Eles são o resultado de contextos estruturais e culturais, nos quais as trajetórias coletivas e individuais dos atores são, elas, próprias, um fator de estruturação social, visível no plano das representações e valores que os atores transportam consigo (Machado, Costa e Almeida 1989: 194).

No conjunto dos países europeus, observa-se que a “autotranscendência” apresenta os valores mais elevados de identificação em todos os países analisados (Figura 2). Segue-se-lhe o conservadorismo em quase todos os países, com exceção da Suíça, França, Suécia, Holanda e Dinamarca, onde a abertura à mudança é mais importante. A autopromoção é o valor menos presente na generalidade dos países europeus, com exceção da Roménia, Federação Russa, Ucrânia e Eslováquia, com níveis de identificação inferiores de abertura à mudança.

Foi possível identificar, através da realização de uma análise de *clusters*, quatro tipos de padrões de valores no conjunto dos países europeus (Tabela 1). Os países da Europa do Norte encontram-se no *cluster 1*. Os países da Europa Ocidental encontram-se no *cluster 3*, com exceção da França que se posiciona no *cluster 1*. Os países da Europa do Sul estão agrupados no *cluster 4*, com exceção de Portugal que se situa no *cluster 2*. É neste *cluster 2* que estão a generalidade dos países da Europa de Leste, com exceção da Estónia, inscrita no *cluster 1*, e da Hungria, Letónia e Eslovénia, presentes no *cluster 4*.

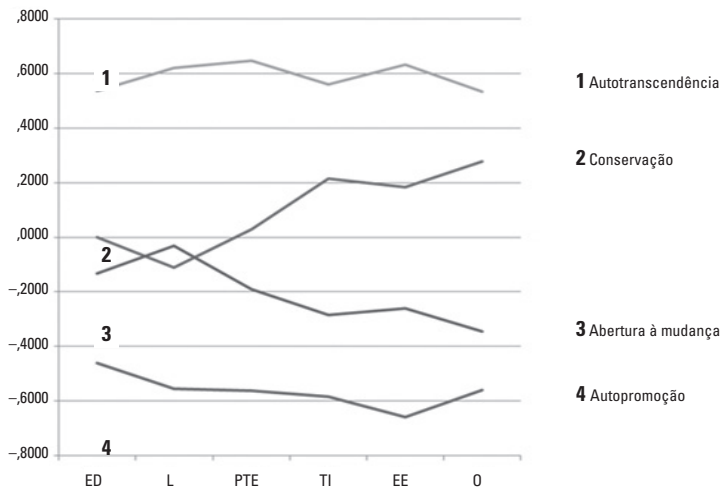
**Tabela 1. Padrões de valores nos países europeus
(Análise de *clusters*)**

<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	<i>Cluster 4</i>
Estónia	Bulgária	Bélgica	Chipre
Finlândia	República Checa	Suíça	Espanha
França	Croácia	Alemanha	Grécia
Noruega	Polónia	Dinamarca	Hungria
Suécia	Portugal	Reino Unido	Letónia
	Roménia	Holanda	Eslovénia
	Federação Russa		
	Eslováquia		
	Ucrânia		

Fonte: European Social Survey (2008)

Observando o comportamento de cada *cluster* em relação aos valores humanos, verifica-se que os *clusters 1* e *3* são os que revelam maior abertura à mudança, respetivamente os países da Europa do Norte, Ocidental e Estónia. Ao invés, o conservadorismo marca maior presença nos *clusters 2* e *4*, ou seja, nos países da Europa do Sul e de Leste. Os *clusters 1* e *3* são mais autotranscendentes que os *clusters 2* e *4*. A autopromoção é o valor que

Figura 3. Valores humanos das classes sociais na Europa (médias centradas)



Fonte: European Social Survey (2008)

distancia mais os quatro *clusters*. O *cluster 2* é aquele que mais valoriza a autopromoção e no *cluster 1* ela é menos vinculada (Nunes, 2011).

Os valores das classes sociais não são imutáveis, não refletem uma essência de classe imanente, intrínseca, reprodutora de códigos e condutas morais rigidamente definidas. Pelo contrário, a transituacionalidade dos valores da conservação, autopromoção, autotranscendência e abertura à mudança é visível no modo como os referidos valores coexistem variadamente, e não de modo demarcado, no espaço social das classes (Almeida, Costa e Machado 2006; Nunes 2011).

Tendências de sentido transversal parecem caracterizar os padrões de valores europeus com penetrações em todas as classes sociais. A autotranscendência é o valor com que todas as classes sociais mais se identificam e a autopromoção o valor em que menos se reveem (Figura 3).

Um olhar analítico mais circunspecto a cada classe social em relação a cada um dos valores permite que se retirem algumas constatações: as classes sociais afastam-se ou aproximam-se entre si constituindo vários subgrupos homogêneos (Tabela 2).

**Tabela 2. Classe social e valores humanos
(Anovas e subgrupos homogêneos)**

Anova	Teste	Subgrupos homogêneos				
Classe social – conservação	F (5)=1314,71; p=0,000	ED, PTE	L	TI, EE	O	
Classe social – autopromoção	F (5)=289,27; p=0,000	ED	L, PTE, TI, O	EE		
Classe social – autotranscendência	F (5, 42437)=75,52; p=0,000	ED, TI, O	L, PTE, EE			
Classe social – abertura à mudança	F (5)= 618,03; p=0,000	ED	L	PTE	TI, EE	O

No binómio “classe social/conservação”, as classes subdividem-se em quatro subgrupos homogêneos, com os operários a serem os mais conservadores, seguindo-se-lhes os trabalhadores independentes e os empregados executantes; formando um outro subgrupo homogêneo, encontramos os empresários e dirigentes e os profissionais técnicos e de enquadramento. Os profissionais liberais são a classe social menos conservadora.

No binómio “classe social/autopromoção” são formados três subgrupos homogêneos: os empresários e dirigentes são a classe social com maior autopromoção, depois os profissionais liberais, os profissionais técnicos e de enquadramento, os trabalhadores independentes e os operários (num segundo subgrupo homogêneo); diferenciadamente, apresentando os valores médios mais baixos, encontramos os empregados executantes.

No binómio “classe social/autotranscendência” – sendo a autotranscendência o valor mais presente em todas as classes sociais e também o que mais homogeneiza culturalmente as classes na Europa –, é possível falarmos da existência de dois subgrupos homogêneos: profissionais técnicos e de enquadramento, profissionais liberais e empregados executantes são os mais autotranscendentes; seguem-se-lhes, num segundo subgrupo homogêneo, os empresários e dirigentes, os trabalhadores independentes e os operários.

É no valor de “abertura à mudança” que se revela uma maior heterogeneidade de orientações valorativas por parte das classes sociais, formando cinco subgrupos homogêneos. Os profissionais liberais são a classe social com maior abertura à mudança, seguindo-se-lhes sucessivamente os empresários e dirigentes, depois os profissionais técnicos e de enquadramento, os trabalhadores independentes e os empregados executantes; finalmente, os operários revelam uma menor abertura à mudança.

4. Regularidades estruturais e culturais da ação coletiva

É a partir das estruturas sociais e culturais hierarquizadas igualmente no plano simbólico-ideológico, nas quais participam os valores das classes, que podem ser compreendidos os posicionamentos sociais dos agentes perante as possibilidades de ação coletiva.

A partir da tipologia de lugares de classe de Almeida, Costa e Machado, verifica-se que na estrutura social europeia (Tabela 3) os empregados executantes constituem a classe social mais numerosa (29,4%). Seguem-se os operários, que perfazem 26,5%, e logo de seguida os profissionais técnicos e de enquadramento, que representam 26,4% da amostra. Os empresários e dirigentes constituem 9,9% dos europeus, os trabalhadores independentes 4,8% dos indivíduos e os profissionais liberais representam 3% da população europeia.

A utilização do *indicador de práticas de ação coletiva* (IPAC) permitiu observar que 62,9% dos europeus não revelaram ter qualquer prática de ação coletiva, 18,1% tiveram uma adesão mínima¹, 9,7% uma adesão moderada² e 9,3% participaram em grau elevado³ em tais práticas (Tabela 3).

Tabela 3. Classe social e práticas de ação coletiva na Europa (%)

Classe social (% na amostra)	Ausência de ação coletiva	Adesão mínima a práticas de ação coletiva	Adesão moderada a práticas de ação coletiva	Adesão elevada a práticas de ação coletiva	Total
	(62,9%)	(18,1%)	(9,7%)	(9,3%)	(100%)
Empresários e Dirigentes (9,9%)	50,1%	22%	13,8%	14,1%	100%
Profissionais Liberais (3%)	45,7%	23,3%	15,1%	15,9%	100%
Pr. Técnicos e de Enquadramento (26,4%)	49,5%	21,1%	13,8%	15,6%	100%
Trabalhadores Independentes (4,8%)	66,9%	18,3%	7,2%	7,6%	100%
Empregados Executantes (29,4%)	64,2%	18,6%	9,2%	8%	100%
Operários (26,5%)	74%	14,8%	6,6%	4,6%	100%

Fonte: *European Social Survey* (2008)

Os empresários e dirigentes, os profissionais liberais e os profissionais técnicos e de enquadramento são as classes com maiores níveis de envolvimento no conjunto das práticas de ação coletiva. A estas classes pertencem as maiores percentagens dos agentes com maior intensidade de práticas de ação coletiva.

¹ Adesão a uma das sete práticas de ação coletiva do indicador construído.

² Adesão a duas práticas de ação coletiva.

³ Adesão a três ou mais práticas de ação coletiva.

Em situação contrária encontramos os trabalhadores independentes, os empregados executantes e os operários. Nestas classes sociais a grande maioria (entre 64,2% e 74%) não realizou práticas de ação coletiva e somente 7,6% dos trabalhadores independentes, 8% dos empregados executantes e 4,6% dos operários aderiram intensamente a essas práticas.

A intensidade das práticas de ação coletiva aumenta à medida que se sobe na estrutura de classes e da estratificação social do espaço social europeu (Nunes 2011). As condições de classe, observadas nas suas dimensões posicional e relacional, condicionam/potenciam vincadamente as possibilidades de ação coletiva das classes sociais na Europa (Nunes e Carmo 2010). As relações entre as desigualdades de classes e as desigualdades de participação em práticas de ação coletiva lançam novos e complexos desafios à análise sociológica das desigualdades sociais contemporâneas (Costa 2012).

Através de uma análise de regressão logística, foi testado um modelo no sentido de aferir que valores humanos serão explicativos das práticas de ação coletiva (Tabela 4). Com exceção da “estimulação”, todos os outros valores têm impacto significativo, explicando 12,1% da variação das práticas da ação coletiva. Os valores universalistas, de benevolência e de autodeterminação são os que têm maior impacto nas práticas de ação coletiva.

Quanto mais os indivíduos detêm valores de autodeterminação, hedonismo, benevolência e universalismo, maior é a possibilidade de aumentarem as práticas de ação coletiva. Em sentido inverso, se os indivíduos perseguirem motivações valorativas de realização, poder, segurança, conformismo e tradição, provavelmente menos práticas de ação coletiva ocorrerão.

Tabela 4. Valores humanos explicativos das práticas de ação coletiva (Regressão logística)

Variáveis Independentes	Práticas de ação coletiva	
	Odds ratio	B
Autodeterminação	1,302***	+
Estimulação	1,010	+
Hedonismo	1,086***	+
Benevolência	1,350***	+
Universalismo	1,367***	+
Realização	0,899***	-
Poder	0,880***	-

Segurança	0,696***	-
Conformismo	0,933***	-
Tradição	0,803***	-
X ² (10) =	4434,752	
Nagelkerke R ²	0,121***	

*** p<0,001

Identificaram-se determinados perfis culturais transnacionais europeus, avaliando-se o comportamento destes em relação à adesão às práticas de ação coletiva (Nunes, 2011). Um primeiro perfil cultural caracteriza-se pela sua elevada autotranscendência e conservadorismo (perfil “autotranscendente-conservador”); um segundo perfil revela a saliência dos valores de abertura à mudança e autotranscendência (perfil “abertura à mudança e autotranscendência”); um terceiro perfil diferencia-se pelo seu conservadorismo (perfil “conservador”); o quarto constitui o perfil mais indiferenciado, com ligeira tendência para a autopromoção (o único dos quatro perfis) e abertura à mudança – perfil “autopromoção com abertura à mudança” (Nunes 2011).

No conjunto da amostra europeia, 14% são autotranscendentes-conservadores, 26,9% possuem um perfil de abertura à mudança e autotranscendência, 22,6% são conservadores, e 36,4% revelam valores de autopromoção com abertura à mudança (Tabela 5).

Tabela 5. Perfis culturais e adesão a práticas de ação coletiva (%)

Perfis culturais (% na amostra)	Ausência de ação coletiva	Adesão mínima a práticas de ação coletiva	Adesão moderada a práticas de ação coletiva	Adesão elevada a práticas de ação coletiva	Total
Autotranscendente-conservador (14%)	71,6%	16,2%	6,4%	5,8%	100%
Abertura à mudança e autotranscendência (26,9%)	46,9%	22,5%	14,3%	16,2%	100%
Conservador (22,6%)	72,2%	15,7%	6,9%	5,2%	100%
Autopromoção com abertura à mudança (36,4%)	66,5%	16,7%	9%	7,8%	100%

Fonte: European Social Survey (2008)

O perfil de “abertura à mudança e autotranscendência” é claramente aquele que denota uma maior adesão a práticas de ação coletiva. Observa-se que 53% dos indivíduos com este perfil cultural revelam ação coletiva: respetivamente, 22,5% com adesão mínima, 14,3% com adesão moderada e 16,2% com adesão elevada.

O conservadorismo é visivelmente um obstáculo à ação coletiva, como se observa nos perfis culturais “autotranscendente-conservador” e “conservador”, com mais de 70% dos seus indivíduos a não terem práticas de ação coletiva.

A autotranscendência apenas combinada com a abertura à mudança é que é propensa a uma cidadania mais ativa, o mesmo já não acontecendo perante um perfil cultural “autotranscendente-conservador”.

O perfil de “autopromoção com abertura à mudança” revela igualmente um fraco pendor cívico (66,5% com ausência de ação coletiva), apesar de superior ao dos perfis “autotranscendente-conservador” e “conservador”.

5. Conclusão

Quer a análise sociológica incida sobre os “lugares de classe”, quer, ao invés, incida sobre as “classes de agentes”, ambas as componentes do conceito de classe social revelaram-se fundamentais para compreender as dinâmicas da ação coletiva. A sua heurística conceptual permitiu desocultar algumas das regularidades estruturais e culturais que se refletem sobre as práticas de ação coletiva dos cidadãos europeus.

Os padrões de valores dos países europeus e a transituacionalidade dos valores humanos no espaço social das classes reforçam a acuidade dos contextos culturais enquanto patamar problemático no estudo da ação coletiva.

As classes sociais europeias mais desfavorecidas aderem em menor intensidade aos reportórios de ação coletiva disponibilizados pelas democracias europeias.

O perfil cultural europeu interclassista de “abertura à mudança/ autotranscendência” é claramente o que denota uma maior adesão às práticas de ação coletiva. Quando, com maior saliência, as “classes de agentes” profissionais técnicos e de enquadramento, profissionais liberais e empresários e dirigentes internalizam valores universalistas, benevolentes (autotranscendência) e de autodeterminação (abertura à mudança), é mais provável a constituição de práticas de ação coletiva.

A constituição de ação coletiva ocorre, mediante o *habitus*, na imbricação complexa, plural e dinâmica entre as condições de vida dos “lugares de classe” e as condições de ação das “classes de agentes”, intersetas com

determinados contextos e perfis culturais. A estrutura e a cultura fornecem os recursos, os poderes e os valores com os quais os atores interpretam os seus mundos sociais e constroem as suas estratégias de ação coletiva, potenciando *habitus* militantes que participam na (re)produção da atual modernidade europeia.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1995), “Evoluções recentes e valores na sociedade”, in AA.VV., *Portugal Hoje*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 55-70.
- ALMEIDA, João Ferreira de, MACHADO, Fernando Luís e COSTA, António Firmino da (2006), “Classes sociais e valores em contexto europeu”, in Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 69-96.
- ARCHER, Margaret S. (1996), “Addressing the cultural system”, in Margaret Archer, Roy Bhaskar, Andrew Collier, Tony Lawson e Alan Norrie (orgs.), *Critical Realism. Essential Readings*. Londres: Routledge, 503-543.
- BADER, Veit-Michael (2008), *Racismo, Etnicidade, Cidadania. Reflexões sociológicas e filosóficas*. Porto : Edições Afrontamento.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris : Les Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Oeiras : Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de três estudos de etnologia cabila*. Oeiras: Celta Editora.
- COSER, Lewis (1956), *The Functions of Social Conflict*. Glencoe, IL, e Londres, Routledge and Kegan Paul.
- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora.
- COSTA, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosário; MARTINS, Suzana da Cruz; MACHADO, Fernando Luís e ALMEIDA, João Ferreira de (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34: 943.
- COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís e ALMEIDA, João Ferreira de (2007), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional”, em A. F. Costa, F. L. Machado e P. Ávila (orgs.), *Portugal no Contexto Europeu*, vol. II: *Sociedade e Conhecimento*. Oeiras: Celta Editora, 520.
- CROMPTON, Rosemary (1998), *Class and Stratification. An Introduction to Current Debates*. Cambridge: Polity Press.
- CROSSLEY, Nick (1999), “Fish, field, habitus and madness: the first wave mental health users movement in Great Britain”, *British Journal of Sociology*, 50 (4): 647-670.
- CROSSLEY, Nick (2001), “The phenomenological habitus and its construction”, *Theory and Society*, 30: 81-120.

- CROSSLEY, Nick (2002), *Making Sense of Social Movements*. Buckingham: Open University Press.
- CROSSLEY, Nick (2003), "From reproduction to transformation: social movement fields and the radical habitus", *Theory, Culture & Society*, 20 (6): 43-68.
- DAHRENDORF, Ralph (1982), *As Classes Sociais e os seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- EDER, Klaus (1993), *The New Politics of Class. Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Society*. Londres: Sage Publications.
- KLANDERMANS, Bert e ROGGE BAND, Conny (orgs.) (2007), *Handbook of Social Movements across Disciplines*. Nova Iorque e Amesterdão: Springer.
- MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da e ALMEIDA, João Ferreira de (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2728: 189-209.
- MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosário; MARTINS, Suzana da Cruz; CASANOVA, José Luís e ALMEIDA, João Ferreira de (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66: 45-80.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2008), *Marx e Engels. Obras Escolhidas*, tomo I. Lisboa: Edições Avante!.
- MOUZELIS, Nicos P. (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NUNES, Nuno (2011), *Desigualdades Sociais e Acção Coletiva na Europa*, Lisboa. ISCTE-IUL, tese de doutoramento.
- NUNES, Nuno e CARMO, Renato Miguel do (2010), "Condições de classe e acção colectiva na Europa", in CARMO, Renato Miguel do (org.), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 119-126.
- OFFE, Claus (1985), "New social movements: challenging the boundaries of institucional politics", *Social Research*, 52 (4): 817-868.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*. Londres : Tavistock Publications.
- PARSONS, Talcott (1999 [1951]), *El Sistema Social*. Madrid: Alianza Editorial.
- REX, John (1981), *Social Conflict. A Theoretical and Conceptual Analysis*. Londres e Nova Iorque: Longman.
- SCHWARTZ, Shalom (2007), "Value orientations: measurement, antecedents and consequences across nations", in R. Jowell, C. Roberts, R. Fitzgerald e E. Gillian (orgs.), *Measuring Cross-Nationally. Lessons from the European Social Survey*. Londres: Sage Publications, 169-203.
- SCOTT, John (2001), *Power*. Cambridge: Polity Press.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova Famalicão: Edições Húmus.
- TILLY, Charles (2008), *Contentious Performances*. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- WEBER, Max (1978), *Economy and Society. An Outline of Interpretive Sociology*, 2 vols., org. Guenther Roth e Claus Wittich. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.
- WRIGHT, Erik Olin (1997), *Class Counts. Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

5. Da classe de serviço à (nova) luta de classes*

Elísio Estanque

1. Introdução

O presente capítulo centra-se na questão da classe média, procurando discutir algumas das principais linhas teóricas e contribuir para responder a problemas da análise sociológica em torno do tema. Se a temática mais geral da teoria das classes é desde sempre controversa, os aspetos mais ligados ao fenómeno da classe média e da mobilidade social, em particular, têm alimentado debates de grande vivacidade no seio das ciências sociais e entre os principais paradigmas da sociologia. Entre o marxismo e o weberianismo, a polémica permanece viva desde os fundadores de cada uma destas correntes de pensamento. É justamente a essa luz que aqui se ensaia uma breve reflexão que parte desse legado teórico para discorrer em torno da relação – sempre marcada pela tensão – entre estabilidade e oportunidades de mobilidade, por um lado, e a conflitualidade da luta de classes, por outro. Em suma, o que está em causa é a relação complexa entre a ordem socioeconómica capitalista e a transformação social de que, sob essa mesma ordem, o mundo ocidental e as sociedades industriais foram palco ao longo do século XX, essencialmente. Não se trata de qualquer esboço de reconstituição histórica, mas antes de pensar o presente e os desafios que hoje enfrentamos, perante uma “classe média” portuguesa (e dos países europeus em crise) em risco de implosão e empobrecimento. É sobretudo necessária uma reflexão sobre as tendências recentes de reconstituição das estruturas sociais, tendo como pano de fundo a atual situação de crise que se vive em Portugal e na Europa, com a profunda recomposição do mundo laboral das últimas décadas e os seus fortíssimos impactos no campo das desigualdades, da luta de classes, dos serviços públicos e da coesão social. Tendo em conta a estagnação da economia, as políticas de austeridade e correspondentes cortes salariais, os números assustadores do desemprego, da pobreza e do endividamento das

* O presente texto desenvolve um conjunto de reflexões teóricas, reproduzindo algumas passagens já publicadas no livro do autor: *A Classe Média. Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

famílias, bem como o cenário dramático que se desenha para os próximos anos no âmbito do Estado social (administração pública, saúde, educação, segurança social, etc.), a discussão sobre o significado da classe média ganha, sem dúvida, uma nova centralidade. Embora não se trate de um estudo empírico, a reflexão que se segue não deixa de ter presente a situação de encruzilhada em que nos encontramos e o cenário de inquietação e de indignação que atinge a classe trabalhadora portuguesa e em especial a classe média assalariada.

Numa definição muito simplista e superficial, pode dizer-se que a “classe média” é constituída por um conjunto de segmentos e camadas sociais que, na base de diversos critérios (entre eles o rendimento e a propriedade, os recursos educacionais e culturais, e o estatuto profissional), se posicionam acima da base da pirâmide estratificacional e abaixo dos seus estratos superiores. São, como se diz na gíria do senso comum, as “classes remediadas”. No entanto, dito isto, é bem sabido que o assunto é muito mais complexo do que parece. E é por essa razão que, ao refletir sobre ele, é necessário retomar algumas das velhas premissas teóricas e análises que marcaram o conhecimento sociológico e suas contradições ao longo dos últimos dois séculos. Precursores e clássicos da sociologia analisaram a grande transformação nas sociedades industriais perante a emergência e consolidação do capitalismo moderno. Embora as referências à chamada “classe média” sejam mais antigas, a reflexão que aqui pretendo desenvolver a partir desse conceito dirige-se a um período mais recente e às sociedades ocidentais em particular. Alexis de Tocqueville – em especial na sua obra mais célebre, *Da Democracia na América*, de 1832 –, interessado em compreender a nova pátria da democracia, olhou para essas categorias intermédias da estratificação como um elemento decisivo para o reforço da ordem democrática. Naquele tempo, as referências à classe média cingiam-se principalmente ao problema do acesso à propriedade e à riqueza, num contexto em que se observava a ascensão social de novos segmentos da população, principalmente no mundo anglo-saxónico.

Remonta aos tempos de J.-J. Rousseau o princípio de que as desigualdades entre os homens são produto e criação da própria sociedade (em boa parte devido à instituição da propriedade privada). Desde a Revolução Francesa que a nova lógica económica, estimulada pela burguesia – em aliança com frações das velhas classes aristocráticas – e apoiada no controlo do aparelho de Estado, viu expandir a acumulação de riqueza a partir da relação capital-trabalho, dando lugar ao nascimento de uma nova estrutura social, assente em novas relações de classe e em novas desigualdades. Mas foi com o triunfo da Revolução Industrial em Inglaterra que o trabalho passou a ser merecedor de reconhecimento social, visto que é essencialmente na esfera

económica que se decide a batalha do progresso e, portanto, o triunfo da modernidade. O trabalho, e nomeadamente o trabalho assalariado, ganhou centralidade e tornou-se o principal garante da coesão e do equilíbrio social, mas paradoxalmente também o centro do principal conflito social.

A ideologia liberal e burguesa assumia-se como o lubrificante ideal para levar por diante a promessa de um crescimento económico e de uma distribuição de riqueza ilimitados, disponibilizando oportunidades e recompensas segundo as aptidões e a dedicação individual. Como seria de esperar, a vitalidade da economia foi acompanhada da consolidação do princípio liberal. No plano subjetivo, o trabalhador obteria satisfação a partir não tanto do próprio ato de trabalhar ou sentido de “criação”, mas acima de tudo da retribuição salarial e do reconhecimento social, ou *status*, construídos a partir da atividade produtiva. Segundo os valores do liberalismo dominante, as recompensas obtidas através do trabalho assegurariam a integração do indivíduo, ou seja, a dedicação, o talento, a iniciativa e o aperfeiçoamento profissional seriam reconhecidos e recompensados pela sociedade. Estas premissas sempre foram muito questionáveis, e em particular a sua generalização a realidades sociais distintas sempre foi objeto de contestação, quer no plano académico, quer na esfera política. Porém, vale a pena recuar brevemente aos tempos eufóricos do empreendedorismo empresarial americano do século XIX para melhor compreender a perspetiva liberal e, posteriormente, a visão funcionalista sobre a classe média.

2. Liberalismo e funcionalismo

A elaboração de Thorstein Veblen sobre a *classe de lazer* pressupunha que as velhas aristocracias ou a nova burguesia se deveriam resguardar de exhibir a sua sumptuosidade para evitar a inveja dos povos, o que denuncia a convicção de que haveria uma relação direta entre a ostentação da riqueza e a ocorrência de revoluções. Nesta perspetiva, a capacidade integradora do sistema traduz-se, não apenas nos estímulos materiais e salariais, mas também nas diversas formas de reconhecimento e respeito, estimulando a motivação e o sentido de realização pessoal. Se nada mais existisse a prová-lo, lá estava a nova classe média, boa parte dela descendente de famílias de trabalhadores manuais, a ilustrar esse glorioso mundo de oportunidades.

O esforço e a dedicação recompensam os mais talentosos e, acima de tudo, os que se revêem no *statu quo* vigente. É a ideia do possível enriquecimento, a promessa do *Eldorado*, com particular significado nos EUA, que dá expressão aos processos de mobilidade social e de certo modo contribui para estimular o individualismo. Alexis de Tocqueville, considerando que

as revoluções se destinam em geral a consagrar ou a destruir a desigualdade, sustentava que “ou os pobres tentam tomar os bens dos ricos ou os ricos tentam agrilhoar os pobres”, considerando que numa sociedade em que cada um tenha algo a guardar e pouco a tomar, será difícil a ocorrência de revoluções violentas. Daí resulta que nas sociedades democráticas, em comparação com o Antigo Regime, os pobres seriam em pequeno número e, além disso, não estariam ligados por laços de uma miséria irremediável e hereditária, enquanto os ricos, além de pouco numerosos, não permitiriam que os seus privilégios atraíssem os olhares, como acontecia antigamente com a riqueza fundiária. Isto é, os ricos não constituiriam uma classe à parte, que facilmente pudesse ser despojada pelos pobres. Entre estes dois extremos, adianta Tocqueville, “acha-se uma multidão inumerável de homens quase idênticos que, sem serem precisamente ricos ou pobres, possuem bens suficientes para desejar a ordem, mas não os têm em demasia para suscitar a inveja”.

O espírito empreendedor atribuído à pequena burguesia proprietária do século XIX, sobretudo no contexto dos países anglo-saxónicos, foi descrito pelo autor nos seguintes termos: “Sem dúvida que não vivem satisfeitos, mas mantêm com ardor inigualável o desejo de enriquecer, embora esse desejo tenda a permanecer dentro dos limites necessários, porque o facto de viverem numa situação de relativo conforto, que é tão afastada da opulência como da miséria, leva-os a atribuir aos seus bens um preço imenso (...). Como estão ainda muito próximos da pobreza, vêm de perto os seus rigores, e tememos; entre ela e estes mais não há que um pequeno património sobre o qual fixam imediatamente os seus temores e as suas esperanças. A cada instante, interessam-se primeiro pelos cuidados constantes que ele lhes dá e ligam-se-lhes cada vez mais pelos esforços diários que fazem para o aumentar. A ideia de ceder a menor parte dele é-lhes insuportável e consideram a sua perda como a última das infelicidades” (Tocqueville 1988: 272).

Incorporando influências do liberalismo e em especial de Max Weber, a escola estrutural-funcionalista, fortemente devedora do pensamento de Talcott Parsons (1967), entende o trabalho e a própria ética profissional como os principais meios para suscitar a adesão dos indivíduos aos valores do sistema social geral, consolidando um modelo de sociedade integrada e dinâmica, na qual as desigualdades acabariam por funcionar como fatores de estímulo e de disputa pelas posições mais aliciantes. De acordo com esta conceção, a classe média assalariada – e o seu esperado crescimento – seria a consequência natural de uma sociedade que, justamente por causa do papel crescente do mercado e da racionalidade, caminhava para um sistema meritocrático, capaz de garantir a harmonia – porventura imperfeita,

porque os “desvios” à norma dominante sempre foram reconhecidos – entre duas dimensões justapostas: de um lado, o carácter integrado do sistema sociocultural em busca de um aperfeiçoamento permanente; e do outro, o conjunto dos indivíduos agindo livremente e concorrendo uns com os outros no âmbito do mesmo “sistema integrado de valores e normas” em busca de reconhecimento e prestígio social¹.

Uma vez conquistado um certo posto profissional, as recompensas obtidas dependeriam da conjugação entre a importância funcional (para o sistema) do cargo e a escassez de pessoal em condições de o preencher. Dependendo do nível de congruência entre o mérito e as exigências requeridas, o *papel-status* associado à respetiva função seria merecedor de respeito, dignidade e remuneração compatíveis. Assim, as oportunidades derivam do mérito demonstrado e os indivíduos serão estimulados a competir pelas posições desejáveis, de acordo com as suas qualificações e talento. Ora, uma larga parte das posições sociais disponibilizadas pelo sistema, que sejam, ao mesmo tempo, acessíveis e socialmente desejáveis, é constituída pelas posições de classe média. Porém, estamos agora na primeira metade do século XX, e já não no tempo das classes médias proprietárias do século anterior. São as novas categorias profissionais arrastadas pelo progresso técnico e pelo aumento da burocracia administrativa, os *colarinhos brancos* (*white collars* ou *black coated workers*)² que vão integrar esta classe ou, melhor, este conjunto de estratos sociais cujo significado político maior resulta da sua tradicional apatia coletiva. Constituída por camadas socioprofissionais muito diversas, como empregados de escritório, funcionários, burocratas e tecnocratas dos sectores público e privado, professores, médicos, profissões técnicas, quadros intermédios, trabalhadores qualificados, etc., trata-se, não de uma classe em sentido rigoroso, mas tão-só de uma mancha, algo nebulosa e indefinida, que se situa algures entre as elites e o povo ou, se preferirmos, entre a classe dominante e os trabalhadores manuais.

Embora desde sempre contestada, a noção de classe média acabou por se impor e se expandir, tanto no campo académico como na própria linguagem do senso comum e dos *mass media*. Mesmo os que negaram a sua existência enquanto classe, foram forçados a reconhecer este tema de reflexão sociológica como um importante contributo para o conhecimento das sociedades industriais e sua transformação. Alguns estudos empíricos inseridos na corrente da estratificação social tentaram até analisar sociedades

¹ Perspetivas desenvolvidas, entre outros, por Talcott Parsons (1967) e Davies & Moore (1976).

² Os *colarinhos azuis* referem-se aos trabalhadores manuais, enquanto os *colarinhos brancos* (por vezes também identificados como os *fatos escuros*) se referem aos empregados administrativos e dos escritórios.

e sistemas sociais que procuraram organizar-se segundo modelos económicos alternativos ao capitalismo. Por exemplo, a análise dos *kibutz* israelitas ou do modelo soviético foi no século passado um interessante tema de pesquisa, designadamente do ponto de vista da abordagem funcionalista (Moore 1954). Se, como muitos críticos consideraram, as teorias da estratificação se ajustaram melhor a modalidades não capitalistas de organização social, faz sentido uma breve nota a este respeito.

Por exemplo, em Israel, foram desenvolvidas experiências de cooperativismo onde se pretendia reduzir ao mínimo a desigualdade, tentando demonstrar que a rotatividade de posições no trabalho seria um meio eficaz nesse sentido, através da prática de horários reduzidos ou do estímulo à emigração parcial dos membros que ocupavam categorias profissionais mais baixas, de modo a que, noutros enquadramentos, pudessem ocupar posições mais elevadas. É claro que o grau de eficácia de um dado sistema social, seja ele muito ou pouco inigualitário, depende sempre da sua conjugação com a ideologia dominante nessa sociedade³, pelo que os modelos de estratificação se conjugam sempre com discursos de exortação, explicações prosaicas e narrativas mistificadoras.

Na antiga URSS, por seu lado, onde a ideologia do regime exaltava o princípio marxista “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”, assumia-se que todas as funções sociais possuíam um idêntico valor e por isso todos os papéis eram igualmente importantes, em coerência com a retórica de exaltação da sociedade sem classes. Todavia, embora se pudesse dizer que todas as funções tinham a mesma importância para “a sociedade no seu conjunto”, o mesmo não era válido para os cidadãos em concreto da sociedade soviética. Ainda que se pudesse admitir que um varredor de lixo e um médico-cirurgião, por exemplo, desempenhassem papéis igualmente necessários do ponto de vista funcional, já seria pouco provável que os membros individuais da respetiva sociedade valorizassem de igual modo a destreza (e portanto o estatuto) do varredor e do cirurgião. Barrington Moore Jr. (1954) refere que, segundo as designações oficiais do regime soviético, as categorias sociais mais comuns como os operários, os camponeses e a *intelligentsia*,

³ A noção de “ideologia” é aqui entendida enquanto um olhar parcial e distorcido sobre o mundo real, uma perspectiva que realça o lado mais conveniente (do ponto de vista de um interesse particular) da realidade ou do problema em causa; normalmente favorece o grupo hegemónico na medida em que constrói uma leitura que serve os seus interesses e que os “justifica”, tornando-os aceites como “naturais”. De realçar, portanto, que a ideologia só o é na medida em que é incorporada por sectores sociais exteriores ao grupo ou classe privilegiada, funcionando assim como um poderoso mecanismo de consentimento e de aceitação (Therborn 1999).

nos textos mais técnicos surgiam como funcionários (ou *sluzhashchie*), que correspondiam aos *colarinhos brancos* ou “empregados”. Mas as demarcações de *status* e a imposição de privilégios no seio do Estado soviético deram lugar, como se sabe, a autênticas “castas” de *apparatchiks*, que durante décadas monopolizaram recursos públicos e beneficiaram do estatuto de uma verdadeira *classe de serviço* zelosamente defensora do sistema totalitário, sobretudo durante o estalinismo.

É claro que as diferenças de estatuto e de riqueza entre estratos sociais não podem deixar de ser equacionadas com a visibilidade pública e os estilos de vida correspondentes a cada grupo social. A própria atitude de cada camada ou fração de classe pode assumir-se como elemento distintivo, isto é, a opção por um maior exibicionismo ou a preferência pela sobriedade funcionam como orientações reveladoras do respetivo estatuto e do tipo de vantagens que um dado grupo controla. É costume pensar-se que a verdadeira elite é sóbria e que prefere passar despercebida porque nada tem a provar – daí que as suas moradias, vivendas e palácios, fiquem longe dos olhares públicos –, enquanto os sectores que anseiam por esse estatuto exibem – por exemplo, na forma das suas “mansões” ou na cilindrada do carro – a sofreguidão causada por uma pobreza latente noutros domínios: o défice de formação escolar, de elã cultural ou, como se diz, de *pedigree*... Enquanto as elites, com elevados volumes de capitais económicos, culturais e sociais, se mostram, em geral, displicentes em relação às suas posses económicas, aos recém-promovidos ou que enriqueceram rapidamente (os *novos-ricos*) falta-lhes ainda o correspondente nível educacional e a familiaridade com a cultura e a erudição, pelo que tendem a revelar-se ansiosos para mostrar o que possuem. Só que a ostentação é apenas uma forma de reivindicar a atenção, o reconhecimento e a honorabilidade que o dinheiro não consegue comprar, pelo menos no imediato. É nessa luta simbólica, em geral silenciosa, quotidianamente alimentada por diferentes segmentos e redes sociais, que se joga a monopolização do prestígio na disputa entre grupos ou famílias rivais. Ostentação ou sobriedade refletem estilos de vida padronizados ou “distintivos”, nos quais se inscreve o maior ou menor grau de consistência ou *inconsistência de status*⁴.

⁴ Trata-se de uma situação em que se possuem elevados volumes de um tipo de bem (por exemplo, uma cultura ou título académico superior, ou ainda um nome de família nobre) e ao mesmo tempo fracos recursos de um outro tipo de bem (por exemplo, a ausência de propriedade ou a escassez de bens materiais). Ainda outro exemplo, de sentido diferente, seria o do novo-rico: aquele que possui grande riqueza e pouco ou nenhum capital cultural ou educacional.

3. Divergências e controvérsias: marxismo e weberianismo

Como é sabido, Marx, de um lado, e Weber, de outro, foram os clássicos da sociologia que abriram o debate a respeito das classes sociais. Marx, especialmente atento ao problema da exploração e da dominação, dedicou pouca atenção aos estratos intermédios, mas revelou alguma ambiguidade na importância atribuída à classe média. Nos escritos mais políticos do marxismo clássico – por exemplo, *O Manifesto do Partido Comunista* (Marx e Engels) ou *O Estado e a Revolução* (Lenine) –, a preocupação maior é com a tese da *bipolarização* das classes e da *pauperização* desses estratos, considerados em transição do período manufatureiro para o capitalismo industrial e destinados a integrar o proletariado, como é referido na obra *A Luta de Classes em França de 1848 a 1850*. Em suma, as classes médias eram vistas como principal suporte dos interesses da classe dominante, dispostas a procurar o conforto, tentando abastecer-se no mesmo “balcão” (leia-se, o Estado capitalista) onde a burguesia tratava dos seus negócios.

Já na visão weberiana, a classe média surge em larga medida como o resultado de um sistema que permite a mobilidade e concede oportunidades individuais. De facto, Weber depositava mais esperanças na ação positiva do *grupo de status* do que no coletivismo da “luta de classes”. Apesar disso, e ao contrário do estrutural-funcionalismo americano, este autor nunca perdeu de vista o fenómeno do poder nas relações entre grupos ou estamentos. Importa pois não esquecer o princípio sociológico segundo o qual entre a realidade e a teoria existe uma permanente tensão e complementaridade, não uma divisão rígida. É a realidade que se sobrepõe à teoria, mas é a teoria que constrói o conhecimento sobre a realidade. O discurso classista, quer dizer, a linguagem que, por exemplo, em Portugal na I República ou, mais recentemente, no pós-25 de Abril de 1974, penetrou sectores importantes do operariado e dos movimentos populares de vários tipos deu lugar a formas de ação coletiva de grande alcance (uma espécie de *prática da teoria*); enquanto, por sua vez, no seio desses contextos concretos, surgiram inúmeras polémicas e reflexões teóricas e ideológicas, algumas das quais continuam vivas no plano académico e político (uma espécie de *teoria da prática*)⁵. Nessa medida, talvez a própria dicotomia teoria *versus*

⁵ Estas expressões são usadas por diversos autores da sociologia (nomeadamente P. Bourdieu, A. Giddens ou M. Burawoy) para contrariar o lugar-comum que estabelece divisões demasiado simplistas e superficiais entre a “teoria” e a “prática”, procurando pelo contrário mostrar que a teoria só importa na medida em que revela e dá sentido à prática, enquanto esta só pode ser plenamente apreendida com a teoria. É ainda com base nesta *desconstrução* que se pode questionar a pretensa divisão rígida entre as dimensões objetiva e subjetiva da realidade. Na vida social estes dois elementos são muitas vezes indestrinçáveis (Bourdieu 1996).

prática em torno da análise das desigualdades e a sua persistência no tempo possam considerar-se parte integrante da conflitualidade inerente às divisões classistas. O fenómeno da classe média foi, desde sempre, um dos pontos de maior discórdia entre os dois grandes paradigmas da sociologia das classes – marxismo e weberianismo –, e isto porque essas perspetivas transportavam representações contrárias quanto às virtudes e defeitos do modelo de sociedade em vigor. Se, para Marx, a classe média era a negação mais palpável da sua tese da dicotomia das classes (as duas classes antagónicas), para Weber, as classes médias eram a prova da superioridade racional de um sistema capaz de reconhecer o mérito e oferecer oportunidades aos mais talentosos. E a guerrilha teórica prolongou-se por todo o século XX. Enquanto weberianos e funcionalistas acentuavam o princípio da liberdade, dos direitos individuais e da propriedade privada, colocando o sistema social e o mercado como principais fatores de regulação e de progresso, os marxistas – desde os autores da Escola de Francoforte, passando por A. Gramsci, R. Luxemburgo, G. Lukács, etc. – davam largas à sua crítica radical ao capitalismo, mas omitiram enquanto puderam o significado sociológico da mobilidade social e da nova classe média assalariada.

Para o marxismo estruturalista, o aumento do poder de compra dos trabalhadores e o triunfo do Estado-providência na Europa foram interpretados como fruto de uma massificação consumista promovida pelo mercantilismo e o poder do capital, cujos efeitos perniciosos se traduziam na crescente alienação e conformismo dos trabalhadores, embora na prática – nas sociedades industrializadas do Ocidente – se assistisse a uma tendência de mobilidade social ascendente que negava a visão dicotómica da luta de classes⁶. Essa realidade levou a que, mesmo da parte de muitos académicos ligados ao campo marxista, se comesse a reconhecer a necessidade de recriar novos instrumentos teóricos para compreender o fenómeno da mobilidade. Foi já no pós-II Guerra Mundial, e perante o crescente descrédito do modelo soviético, que começaram a proliferar entre os marxistas novos estudos virados para a análise da estrutura das classes nas sociedades industrializadas, dando lugar a obras de elevada elaboração conceptual apoiadas numa sofisticação técnica e metodológica até então inexistente. Nomes como Louis Althusser (1998; *et al.* 1965), Nicos Poulantzas (1975), Daniel Bertaux (1978), Erik Wright (1989), Balibar e Wallerstein (1991), impulsionaram um conjunto de pesquisas que conjugaram, pela primeira

⁶ Ou seja, o ideal marxista-leninista da luta entre as duas classes “antagónicas” (a burguesia e a classe operária) foi durante décadas uma pedra basilar da teoria marxista do “materialismo histórico”.

vez, o desenvolvimento simultâneo da reflexão teórica e a análise empírica em sociedades concretas.

Mas, apesar da vitalidade do debate, a *classe* permaneceu um conceito essencialmente contestado. Embora no campo do marxismo as preocupações se dirigissem mais para a crítica do papel político da classe média enquanto fator apaziguador dos conflitos de classe, a sua influência também se fez sentir nas abordagens críticas da mobilidade, entre as quais se destacou a chamada *teoria da reprodução*, direcionada para a análise da educação mas com uma óbvia ligação à temática da mobilidade social. De resto, nomes como Bourdieu e Passeron (1978), que inauguraram essa discussão, ainda que inseridos no mesmo campo teórico, acabaram por ser alvo da crítica dos seus pares devido à excessiva ênfase que colocaram na capacidade reprodutiva do sistema educativo e da cultura dominante, sem atender suficientemente à capacidade de resistência e rebeldia dos saberes e culturas populares.

Para além das referidas divergências entre estas correntes, as tentativas de atualização dos legados de Marx e de Weber têm também dado lugar a combinações teóricas que dificilmente se encaixam num ou noutra desses dois paradigmas. Aquilo que os weberianos designaram de “classe média” surge na terminologia marxista com outras designações, tais como “nova pequena burguesia”, “pequena burguesia urbana”, “nova classe operária”. Segundo Nicos Poulantzas, os novos sectores assalariados que se vinham juntando ao reforço do Estado, da modernização técnica e da burocracia nas empresas – a dita “classe média” –, forneceram uma base social extraordinariamente importante para a reprodução do capitalismo. Categorias profissionais em crescimento, tais como professores, técnicos, funcionários, gestores de topo, quadros e profissionais de saúde ou da administração pública, funcionam como uma imensa plataforma de amortecimento da luta de classes ou, dito de outro modo, constituem o principal meio de cooptação ou de *aburguesamento* da classe operária e dos seus descendentes, afastando-os assim dos caminhos da atividade sindical e política. Esta conceção inventariou alguns dos principais atributos apontados às camadas profissionais pertencentes à classe média, nomeadamente a sua proximidade com o poder dos dirigentes, a sua orientação individualista para a carreira, o seu seguidismo em relação às chefias e a sua predisposição consumista. Tais atributos justificam a designação que alguns dos autores atrás referidos tentaram colar à classe média – a *nova pequena-burguesia*.

Vale a pena referir o contributo de Erik Olin Wright, que, apesar de partilhar muitas destas preocupações e conceitos (comuns ao campo marxista), elaborou um modelo analítico que trata as diversas categorias da classe média como movidas não por uma adesão plena ao sistema dominante mas

por contradições de poder, formas de controlo e de qualificação que tentam monopolizar. Wright tinha teorizado inicialmente sobre estas camadas intermédias, classificando-as como *lugares contraditórios nas relações de classe*, evoluindo daí para um modelo que recupera (de Marx) o conceito de *exploração* e o conjuga com o papel do *mercado concorrencial* (de Weber). Com isso contribuiu para mostrar o carácter dinâmico e contraditório das relações sociais entre diferentes categorias socioprofissionais no seio da classe média. Na mesma linha, várias situações de classe podem considerar-se “exploradoras” segundo certos critérios⁷ – por exemplo, o caso de grupos qualificados que beneficiam dos seus diplomas escolares (quando a oferta escasseia) –, mas são “exploradas” segundo outros critérios – por exemplo, naqueles casos em que não possuem qualquer autonomia nem autoridade no exercício da profissão, em comparação com outros que as possuem em abundância (Wright, 1989).

O contributo do campo marxista é, pois, incontornável, dado o enfoque dessa tradição nas relações de dominação entre as classes e na natureza estrutural das contradições inerentes ao “modo de produção capitalista”⁸. Como corolário deste princípio, resulta uma visão específica do próprio fenómeno da classe média, partilhada na presente abordagem, ou seja, uma conceção da estrutura socioeconómica do capitalismo assente em relações de classe que – embora em constante readaptação e sob acelerada complexidade – não alteram a natureza antagónica e conflitual dos interesses e do controle de recursos na sociedade. Dito de outra maneira, a perspetiva adotada neste texto assenta no pressuposto de que a distribuição desigual de recursos (económicos, educacionais e de capital social) dá lugar a barreiras de classe muito poderosas⁹ e com grande potencial de *reprodução*, apesar da sua relativa flexibilidade e da possibilidade de serem transpostas com maior ou menor

⁷ Note-se que a “exploração” é aqui entendida como uma relação social entre dois ou mais indivíduos ou grupos em que um deles está em condições de beneficiar a expensas do esforço ou privação de outros. Em sentido lato, pode falar-se em *exploração de status* quando um indivíduo tira vantagem do facto de possuir um determinado título que é muito raro. Se todos os trabalhadores possuísem um grau de licenciatura, por exemplo, não seria possível alguém beneficiar no mercado de trabalho devido a esse critério, ou seja, se um diploma é escasso e tem muita procura adquire maior valor. Por outras palavras, a escassez, a concorrência e o mercado interferem nos mecanismos da desigualdade e, num certo sentido, da exploração.

⁸ Apesar de esse registo abstrato não ser suficiente para captar diversas dimensões não económicas da formação da classe operária, em especial a experiência partilhada fora da fábrica enquanto ingrediente decisivo da identidade coletiva do operariado, como bem realçou E. P. Thompson (1987).

⁹ No sentido em que existem não só diferenças de riqueza e de estatuto, mas também relações de poder e estruturas largamente antagónicas, pois os privilégios de uns têm como resultado a privação de outros.

dificuldade. Por outro lado, convém realçar que tais divisões não obedecem a um simples determinismo económico, mas sim a uma complexidade de fatores multidimensionais, onde se conjugam elementos objetivos e subjetivos, materiais e simbólicos, interesses particulares, formas de poder, sentido identitário, etc. Se o conceito de “classe” continua a ser fundamental na análise sociológica das desigualdades e da transformação social, é porque entre marxismo e weberianismo houve inegáveis aproximações, desse modo permitindo conjugar a importância dos recursos económicos com os processos de construção da identidade coletiva, em que subjetividades e estilos de vida se tornaram elementos indissociáveis da luta de classes. Acresce que, como assinalou M. Carlos Silva, “as desigualdades de classe exigem a articulação de diversos níveis de análise desde o mais abstracto a nível societal ao socioestrutural, passando pelo nível organizacional até ao nível interactivo” (Silva, 2009: 25).

Alguns dos contributos mais interessantes para a compreensão do fenómeno da classe média nas sociedades industriais são provenientes de pensadores, cujo percurso se orientou para uma articulação entre as duas tradições teóricas atrás referidas (marxismo e weberianismo). Se, como atrás assinalai, Wright *weberianizou* o marxismo, autores como Frank Parkin (1971 e 1979) ou Eriksson e Goldthorpe (1992) *marxianizaram* o weberianismo. Quer isto dizer que as sociedades capitalistas avançadas deixaram de poder ser pensadas exclusivamente na base da dicotomia entre as duas classes opostas (capital-trabalho), pois passou a ser necessário olhar a conflitualidade em novos termos – em termos mais plurais – e prestar maior atenção à dimensão subjetiva e ao papel do mercado, embora sem perder de vista a importância das contradições de poder e o privilégio de uns grupos em relação a outros. Ao longo da segunda metade do século XX, em vez da bipolarização de classes, assistiu-se nas sociedades ocidentais (em especial na Europa) a uma grande variedade de grupos, novas frações de classe, minorias étnicas, associações e estruturas organizadas. A inovação tecnológica, as políticas sociais e a planificação administrativa expandiram o sector terciário, enquanto cresciam os impactos da educação, da ciência e da técnica e se assistia ao permanente investimento nas qualificações, estimulando novas camadas de burocratas e tecnocratas, que foram engrossando a classe média. Para além disso, a profissionalização da gestão, a expansão das sociedades anónimas, a multiplicação de novas profissões, novas formas contratuais e condições de trabalho muito diversificadas deram lugar a transformações de grande impacto na coesão da sociedade no seu todo. A escola, as novas profissões, o negócio familiar ou individual, os novos direitos e as condições de promoção e de carreira, a evolução salarial, deram lugar a

uma profunda alteração na estrutura global do emprego, consolidando a ideia de uma classe média sólida, em crescimento e que se assumia cada vez mais como o núcleo fundamental e decisivo da coesão social. O campo sindical e os mecanismos de diálogo e concertação onde participaram (ao lado de empresários e representantes do Estado) favoreceram enormemente o compromisso de classes e revelaram-se elementos decisivos nesse sentido. Quer o sindicalismo reformista e “de negociação”, quer mesmo as correntes sindicais tradicionalmente ligadas ao operariado industrial animaram essa tendência e deslocaram as suas bases de apoio da indústria para os serviços. Estávamos então no início da década de sessenta, que haveria de trazer mais novidades e surpresas ao mundo ocidental. Esse foi talvez o momento de maior exaltação da “sociedade de consumo” nos últimos cinquenta anos, coincidente, aliás, com o triunfo do Estado de bem-estar. Foi a fase mais eufórica de ascensão da classe média, em especial na Europa. Sem esquecer que a dita classe média passou a ser alimentada, cada vez mais, pelos filhos e netos do velho operariado que entretanto haviam beneficiado das conquistas do *Welfare State*. O aumento rápido do sector dos serviços, o desenvolvimento tecnológico, lado a lado com o novo enquadramento dos aparelhos de regulação social, transformaram profundamente as sociedades avançadas do Ocidente. O *fordismo* emergente afirmava-se, entre outras coisas, através da estabilidade do emprego e da progressão de carreiras, o que, somado à melhoria do poder de compra da força de trabalho no seu conjunto – sobretudo entre os profissionais mais qualificados e os funcionários de *colarinho branco* –, contribuiu para intensificar os fluxos de mobilidade social ascendente. Mesmo quando tais fluxos não eram, de facto, tão substanciais como pareciam, geraram um efeito simbólico que estimulou o entusiasmo de amplos segmentos dos trabalhadores, criando assim grandes expectativas de ascensão social.

4. Fragmentação, estilos de vida e lutas de *status*

Com a crescente fragmentação das classes e a multiplicação das desigualdades e diferenças (étnicas, culturais, raciais, linguísticas, de género, etc.), o movimento sindical ganhou poder institucional e negocial ao mesmo tempo que perdeu capacidade de mobilização junto de um operariado cada vez mais enfraquecido. Os trabalhadores manuais conseguiram mais segurança, mais direitos e mais poder de compra, aproximando-se dos padrões de consumo da classe média. Entretanto, sucessivas gerações de novos técnicos e funcionários, muitos deles filhos da classe trabalhadora manual, acediam a níveis mais elevados de escolaridade e alcançavam posições em empregos

administrativos de diversos tipos. Desta forma, o crescimento da classe média caminhou a par com a sua dispersão interna e com a fragmentação da classe operária, igualmente sujeita às condicionantes derivadas dos vastos investimentos em educação, em ciência e em tecnologia, direta ou indiretamente ligados ao Estado-providência.

Por estas razões, a classe média tem sido considerada como uma “zona de amortecimento dos conflitos”, uma vez que os grandes índices de mobilidade são de curto alcance e os maiores fluxos dirigem-se justamente para essas posições intermédias da pirâmide social. Diversas linhas de análise, onde se destacam autores como P. Bourdieu e F. Parkin, mostraram que a mobilidade social não resulta principalmente de uma igualdade de oportunidades em função do mérito, mas antes deve ser vista na sua ligação aos processos mais vastos de *reprodução social* e mudança estrutural do sistema. Desde finais do século XIX que a disparidade na distribuição da riqueza vinha sendo associada ao fenómeno da ostentação e, portanto, dos estilos de vida. Basta pensar, por exemplo, numa cidade média portuguesa, ou mesmo no ambiente do nosso bairro, no modo com os espaços públicos, os cafés, os bares ou as tabernas atraem públicos com referências culturais distintas ou redes de interconhecimento particulares. A identidade coletiva do grupo – que para este efeito pode considerar-se um *grupo de status* – afirma-se em boa medida através do modo como apropria um espaço de convívio e de sociabilidade que se torna “o seu” espaço, e portanto, aquele lugar onde o “estranho”, ao contrário dos “da casa” (leia-se, os daquele coletivo), não se sente propriamente como peixe na água. Trata-se, portanto, de uma dinâmica de demarcação e de distinção, onde se espelha uma espécie de luta de classes simbólica, que pode ser observada não apenas na esfera profissional e produtiva, mas acima de tudo na esfera do consumo, a comprovar como as desigualdades de classe se projetam e reproduzem em todas as esferas da vida e não apenas na produção.

Nessa medida, as tensões entre as classes média e alta funcionam segundo uma lógica de carrossel, ou, se preferirmos, numa espécie de jogo de “toca e foge”, em que o “gosto distintivo” cria um efeito mimético nos que vêm atrás, impelindo-os à imitação dos seus modos de vida (em geral adulterados), enquanto os que vão à frente se demarcam, reinventando permanentemente o seu próprio estilo. Mas este jogo de sedução pode levar ao desencanto e ganhar efeitos no terreno político. Na sua obra *Sociologia de lo Posible*, José Maria Maravall (1972) sustentava que numa trajetória ascensional as expectativas vão sempre um degrau adiante da posição do indivíduo; mas, se ocorrer uma situação em que, de repente, a escada termine abruptamente e se caia num declive, a intensidade da frustração dispara, porque as

expectativas continuaram em subida em contraste com a situação concreta, que entretanto se degradou. É o caso de quem investe tudo o que tem num curso superior ou numa formação avançada para conseguir uma promoção e, quando está à beira de atingir esse objetivo, se depara com o desemprego. Como é natural, tais circunstâncias favorecem a insatisfação e a ocorrência de conflitos, que podem adquirir um impacto político se isso atingir um volume significativo de pessoas ou uma geração inteira. Quando o sonho mais colorido revela, afinal, não passar de uma miragem, só pode dar lugar à deceção e à revolta. E, como sabemos, é a partir dessa conjugação entre expectativas e desilusões (ou sentimentos de realização) que, das duas uma, ou se reforça a coesão da sociedade ou explode a instabilidade social. Um cenário que, não sendo estranho à classe média, pode voltar a ser reeditado no futuro.

Isto liga-se ao que Pierre Bourdieu designou como a lógica da *distinção*. Pode imaginar-se, por um lado, a elite a exigir o monopólio do gosto distintivo e a anular as tentativas de usurpação levadas a cabo pelos estratos intermédios que sonham chegar ao topo; e, por outro lado, as investidas destes junto dos grupos de *status* superiores, fazendo com que a proximidade, a partilha de um espaço contíguo, passem a ser vividas como assimilação do gosto estético do grupo-alvo, o que é em geral experienciado como um sinal de sucesso. A ânsia de apropriação, porém, dá lugar a representações onde é fácil confundir a imitação com o original. Sendo a cópia sempre imperfeita, o que as classes médias podem usurpar às elites acaba muitas vezes por reforçar o poder simbólico dos grupos dominantes, uma vez que estes, com as suas táticas de fuga à “vulgaridade”, sempre conseguem o exclusivo e, não poucas vezes, gostam de ridicularizar a *plebe* (leia-se a classe média ou a *nova pequena-burguesia*) na sua postura desajeitada e “pequena”, em contraste com a sua ambição desmedida.

A “elite da elite” reserva para si o exclusivo de um espaço, de um estilo, de uma moda, de uma linguagem, etc., que resiste a deixar-se “contaminar” pelos estratos inferiores, obrigando estes a consumir a aparência, a versão superficial, a opereta em vez da ópera, a comédia em vez do teatro clássico, a música ligeira em vez da “grand musique”. Este tipo de comportamento em relação ao consumo de bens culturais exprime uma atitude que P. Bourdieu cunhou de *boa vontade cultural*, típica de categorias sociais em ascensão, as frações “novo-ricas”¹⁰ da classe média, ansiosas por mostrar

¹⁰ O “novo-riquismo” a que me refiro não diz respeito, obviamente, apenas à riqueza económica mas, dependendo do sector em questão, pode traduzir a mesma ansiedade exibicionista mas adaptada a outros meios: os meios académicos ou o campo político, por exemplo, têm sido férteis na promoção de figuras e comportamentos da mesma natureza.

um conhecimento enciclopédico que recompense o seu déficit de erudição. Sem dúvida que as lutas pela diferenciação e apropriação de *status* obedecem a forças que acompanham as práticas das frações mais instáveis da pequena-burguesia urbana.

Estudos empíricos centrados em países europeus e nos Estados Unidos da América mostraram que os processos de mobilidade, além de serem sobretudo intergeracionais e de curto alcance, funcionam segundo movimentos de oscilação para baixo e para cima – as *zonas de amortecimento* – em que os processos de ascensão nunca são lineares. Importa portanto não esquecer que a mobilidade social (falo aqui sobretudo dos fluxos ascendentes) é sempre marcada por obstáculos, mesmo que alternados por “trampolins” que ajudam a transpô-los, e às vezes entra em retrocessos irremediáveis. Como na subida de uma montanha íngreme, quanto mais nos aproximamos do topo mais difícil e doloroso é dar o passo seguinte.

Na verdade, questões correlatas da discussão sobre a mobilidade social e a meritocracia, como sejam a interposição de renovadas barreiras e segmentações de classe, têm vindo a ganhar relevo nas últimas décadas, pois os mecanismos de fechamento têm-se tornado extremamente poderosos, sobrepondo-se de forma clara ao critério do mérito. Lembrando um conhecido título de Erik Olin Wright¹¹, importa ter presente que *a classe conta*. Mas vale a pena reconhecer também que *o mérito conta*. Contudo, é preciso acrescentar, retomando uma ideia de R. Dahrendorf, que afirma que “mesmo aqueles (poucos) que chegam às elites pelo seu mérito e talento, fecham as portas atrás de si logo que tenham alcançado o seu *status*. Os que lá chegaram por ‘mérito’ passam a querer tudo o resto – não apenas poder e dinheiro mas também a oportunidade de decidir quem entra e quem fica de fora”¹². Dito de outra forma, o mérito conta, mas não se pense que as oportunidades de ascensão dependem exclusivamente ou sequer principalmente do mérito.

A classe média pode ser considerada como uma *classe de serviço*, nos seguintes termos: “os empregados prestam um serviço à empresa empregadora em troca de ‘compensações’ que não apenas tomam a forma de uma recompensa salarial, com todos os seus pré-requisitos, mas incluem também importantes elementos prospetivos – por exemplo, aumentos salariais em condições estabelecidas, condições de segurança e assistência, quer no emprego quer através de direitos de proteção na reforma e, acima de tudo, oportunidades de carreira bem definidas” (Erikson e Goldthorpe 1992: 41-42; Goldthorpe

¹¹ *Class Counts: Comparative studies in class analysis*, Cambridge University Press, 1997.

¹² Artigo de opinião de R. Dahrendorf, publicado no jornal *Público* sob o título “Ascensão e queda da meritocracia”, em 02/05/2005: 7.

1995). Em face disto, as condições de estabilidade da classe média têm vindo a alterar-se substancialmente nas últimas décadas. A sua heterogeneidade sempre foi um traço marcante, mas desde a entrada em declínio do Estado-providência e do modelo de produção *fordista*¹³ que se assiste a um acentuar da instabilidade e dos processos de fragmentação interna, quer entre as profissões de classe média, quer no mercado de trabalho no seu conjunto. Assim, o fenómeno da mobilidade social e a tradicional estabilidade da classe média ganham outros contornos em períodos de quebra, quando os segmentos que alcançaram posições confortáveis na estrutura social são confrontados com situações de perda de poder aquisitivo e surgem sinais ameaçadores para a sua segurança e estatuto social. Nos últimos vinte anos, apesar do surgimento de novos sectores de funcionários e trabalhadores qualificados, as tendências mais gerais apontam para uma maior heterogeneidade no seio desses sectores, enquanto nas camadas superiores da classe média parece verificar-se uma crescente homogeneidade (Esping-Anderson 1993).

No clima de instabilidade que hoje se vive, logo abaixo da minoria de gestores e executivos de topo – que gozam de grande poder e salários de luxo –, situa-se toda uma camada de chefias e quadros subalternos, cujas legítimas ambições para chegarem mais longe dão lugar a uma ansiedade crescente, que não parece aliviar, mesmo quando se dá tudo à empresa (ou ao serviço) – desde descartar trabalhadores a grandes parcelas do tempo livre. A relativa instabilidade e tensão entre segmentos profissionais caminha lado a lado com o alargamento do fosso entre os rendimentos mais elevados e os intermédios; isto é, a intensificação das desigualdades salariais sofreu uma nítida aceleração com a globalização dos negócios, acentuando as divisões entre ganhadores e perdedores, entre a nova classe transnacional e as vítimas da globalização, uma questão que alimentou a crítica ao neoliberalismo e recolocou na ordem do dia novas discussões sobre o sentido da justiça social (Santos 2003; Stiglitz e Greenwald 2004; Krugman 2009; Sen 2010).

Importa, portanto, não esquecer que ao longo dos últimos duzentos anos, as convulsões sociais que ocorreram na Europa não foram apenas animadas pela classe operária. Apesar de em geral se tender a pensar que classe média é sinónimo de passividade, individualismo e integração, tais atributos – se bem que em parte verdadeiros – omitem ou secundarizam a ideia de que fenómenos como a mobilidade social, a conflitualidade e a classe média não

¹³ Foi o início de uma viragem no campo laboral que abriu caminho às novas estratégias de gestão orientadas para a “produção magra” (ou “*enxuta*”), para a flexibilidade, a polivalência do trabalhador, novas modalidades contratuais, regimes de subcontratação de serviços, o chamado *outsourcing*, o crescimento dos “recibos verdes” (no caso português) e da precariedade do trabalhador.

só coexistiram como só podem compreender-se na base da sua interligação. Por isso mesmo é oportuno lembrar que a construção e o crescimento da classe média assalariada se deveram em boa medida à sua capacidade organizativa; isto é, ela não se limitou a aplacar os conflitos sociolaborais, mas por vezes serviu-lhes até de rastilho.

Quer isto dizer que os sectores da classe média que conseguiram assegurar junto do Estado e do poder económico condições contratuais e oportunidades profissionais ou de promoção mais estáveis travaram em geral importantes batalhas no campo sindical, daí retirando regalias e benefícios fundamentais¹⁴. Se é verdade que os *profissionais e experts* com posições de responsabilidade na gestão das instituições podem considerar-se tipicamente como a *classe de serviço*, todas as vastas camadas do funcionalismo e de empregados que preencheram as estruturas e repartições dos serviços públicos (mas também os escritórios e a burocracia do sector privado) travaram lutas importantes e em diversas áreas alimentaram o sindicalismo, ao mesmo tempo que contribuíram para reforçar o seu papel de agentes da negociação das políticas públicas. Em suma, a solidez do sistema *fordista* e, com ele, da classe média, deve-se largamente à enorme influência do campo sindical na obtenção de pactos favoráveis aos assalariados e ao modelo económico em vigor. Mas também sabemos como o poder económico sempre esteve mais disponível para fazer concessões perante os sectores dialogantes do que perante o operariado militante; daí que o abrandamento das lutas laborais tenha caminhado a par e passo com o reforço do sindicalismo da classe média e da sua natureza neocorporativa.

5. Subjetividades, movimentos e conflitualidade

A este respeito, vem a propósito equacionar o problema da instabilidade *versus* estabilidade com a questão das atitudes subjetivas. O conceito de *grupo de referência* é oriundo da psicologia social, mas foi muito utilizado pela sociologia, designadamente pela corrente do *interacionismo simbólico*

¹⁴ Vale a pena referir as experiências profissionais da mulher e a *generização* (do inglês *gendering*), isto é, a importância do género na estratificação social. Não cabe aqui abordar a questão da mobilidade social em conjugação com a condição feminina, mas vale a pena lembrar que as dimensões classista e de género revelam conexões interessantes e os estudos nesta área têm ajudado a conhecer novas combinações entre carreiras profissionais e trabalho doméstico, revelando novos traços do modelo patriarcal ainda em vigor. Questões como a relação entre masculinidade e sexismo, o assédio moral, o chamado *tecto de vidro* (processo social de travagem, que barra o investimento da mulher na carreira profissional em dado momento da vida), têm permitido comparar diferenças entre as mulheres operárias e as *executivas e profissionais*, incluídas na classe média (Rothon 2008; Crompton 2009; Hebson 2009).

(G. Mead, E. Goffman), que enfatiza a importância dos *modelos de referência* na formatação das práticas e representações dos indivíduos e grupos. Trata-se de um padrão comparativo, que faz com que um dado segmento de classe pautar os seus comportamentos por referência a um *outro significativo* (através de formas específicas de imitação ou de demarcação). Por exemplo, uma família que sempre viveu num bairro de lata tende a inculcar nos seus filhos uma atitude que procura resguardá-los, evitando construir “castelos no ar”; ou seja, muitas vezes os grupos mais despossuídos tendem a adotar como referência outros grupos em situação idêntica ou ainda mais humilde (os vizinhos ou os familiares, por exemplo), ampliando desse modo o sentimento de *privação relativa* e dando lugar a um efeito ficcionado, produzindo por vezes uma ilusão de proximidade, outras vezes uma sensação de distanciamento na hierarquia subjetiva da estratificação (Parkin 1968, 1971 e 1979; Grusky 2008).

Isto explica a razão da fraca conflitualidade, mesmo em contextos em que as barreiras sociais travam os percursos ascendentes de franjas significativas da classe trabalhadora manual em direção à classe média. Por exemplo, no que toca às atitudes políticas, enquanto em processos de ascensão os indivíduos tendem a adotar as orientações do grupo de chegada, nos casos inversos – de mobilidade descendente –, a tendência é para se manterem as orientações subjetivas do grupo de origem, encarando-se a descida como provisória. O resultado disso é que as gerações que passaram por movimentos descendentes (por exemplo, os que são oriundos da classe média e desceram à condição de trabalhadores manuais) em geral transferem para os seus filhos expectativas positivas de recuperação do *status* perdido anteriormente; como que fazendo jus à memória e empenhamento dos seus ascendentes, normalmente prosseguem os estudos até mais tarde e voltam muitas vezes ao estatuto de membros da classe média dos seus pais ou avós (Parkin 1971). Deste modo, ao centrar a atenção no fenómeno do conflito político, importa não perder de vista que as condições que presidem à “tomada de consciência” de uma dada geração, por exemplo, não se explicam simplesmente nem por simples espontaneidade nem por fatores “conjunturais” ou por determinantes económicos imediatos, por muito importantes que estes sejam.

A chamada Primavera Árabe revelou a um Ocidente surpreendido uma vaga de movimentos nascidos do seio de regimes islâmicos extremamente repressivos, muitos deles dando lugar a revoluções políticas cujo desfecho ainda se desconhece em toda a sua profundidade, mas onde a ambição de liberdade e democracia foi um elemento central, apesar de a situação social e os contornos dos protestos ocorridos na Tunísia, Argélia, Egito, Jordânia, Síria, Iémen ou Líbia terem poucas semelhanças com a situação na Europa e

no mundo ocidental. As causas longínquas ou os fatores estruturais e políticos mais amplos, sendo muitos deles sistêmicos e globais, incidem em todos os cantos do mundo, se bem que à mistura com os ingredientes socioculturais particulares de cada contexto. Fundamental é ainda atentar na dimensão humana e afetiva das inúmeras vivências pessoais e experiências sociais – de conflito e de comunhão com o outro – que respondem a sentimentos acumulados de mal-estar, dada a incapacidade da sociedade em oferecer acolhimento e segurança para todos. Cada nova geração é animada por uma incessante busca de partilha, de descoberta e de reconhecimento, sob influência dos meios de comunicação eletrônicos, que tornaram o mundo mais transparente aos olhos da juventude, e é também essa busca que transparece das atmosferas coletivas partilhadas por milhares de jovens em milhares de praças, como por exemplo na praça Tahrir no Cairo (Coelho 2011). Segmentos particulares, minorias étnicas, culturas periféricas desrespeitadas, jovens que resistem a uma integração assética, a uma ordem por vezes vazia de humanidade, constituem uma diversidade de insatisfações que os empurra para a vivência da rua ocupada e que por períodos curtos exprime a emancipação rebelde que projeta a mudança na sociedade. Jovens e menos jovens vivem estas “experiências coletivas de conflito”, a que se refere Carlos Gadea, que “parecem constituir-se a partir do ingrediente da violência resultado de os seus intervenientes se encontrarem em reduzidos círculos sociais de implicação prática no mundo e sentem que não se podem autoconceber governados a partir do seu interior pela falta de uma ‘socialização’ na ‘estrutura de oportunidades’ que foram criadas” (Gadea 2011: 94).

Enquanto o campo sindical e laboral esteve no passado estreitamente vinculado ao operariado, os movimentos dos *sixties*, apesar de muito heterogêneos, podem mais facilmente ser conotados com a classe média. É claro que a conexão destes movimentos com a classe média não é tão óbvia como foi no passado a base operária do movimento sindical. Com efeito, além de o “determinismo de classe” ser uma premissa falaciosa, a heterogeneidade e fragmentação interna quer das “middle classes” quer da “working class” retira sentido a qualquer relação de causa-efeito a este respeito. O que se passa é que certas frações de classe – ou, se preferirmos, alguns segmentos sociais específicos –, pela forma como se posicionam no quadro mais geral da estrutura social, se encontram em condições tais que, em contextos particulares, podem desencadear subjetividades partilhadas e atitudes coletivas marcadas por preocupações comuns, favorecendo desse modo a ação coletiva. De resto, são sempre as atmosferas culturais e os espaços de sociabilidade convivial que forjam identidades ou pelo menos formas partilhadas de identificação em condições de fazerem surgir movimentos

sociais: a identidade, a oposição face a um adversário identificado e uma ideia comum quanto ao sentido da alternativa constituem três dos princípios apontados por Alain Touraine (1981 e 2006) como critérios decisivos para definirmos um movimento social.

Os movimentos nascidos há quarenta anos foram, sem dúvida, exemplos marcantes do papel ativo de uma camada da classe média, provavelmente mais rica em capital cultural do que em capital económico, onde na verdade os jovens mais escolarizados tiveram um papel decisivo. O facto de o ativismo dos estudantes universitários ter germinado num território então quase exclusivamente dominado pelos descendentes da elite dominante não deve retirar importância ao seu fantástico impacto transformador e progressista. Pode dizer-se que os padrões de gosto induzidos por esses movimentos – no plano estético, no vestuário, na música, nos interesses literários e intelectuais, na expressão da sexualidade, etc. – não só alteraram o quotidiano e os modos de vida das gerações seguintes como dotaram a esfera pública e política de novos contornos. A importância da chamada *crítica artística* inseriu-se na abordagem *culturalista* que esses movimentos imprimiram, propondo novas leituras sobre o sistema capitalista e pressionando a democracia representativa a redefinir os seus procedimentos e modos de exercício do poder. É certo que as respostas institucionais que se seguiram no Ocidente – ou justamente por causa delas – evidenciaram uma enorme capacidade regeneradora do capitalismo, mas não deixaram de abrir espaço a novos valores, de impor novos reportórios, dimensões e modalidades inovadoras de ação coletiva (Eder 2001; Boltanski e Chiapello 2001; Chauvel 2006; Estanque 2012).

A mudança social ao longo do século XX nas sociedades industriais foi geralmente pensada segundo perspectivas rivais herdadas ora do positivismo ora do marxismo. Mas o certo é que na vida social concreta tanto as lutas coletivas e o combate dos movimentos sociais como as oportunidades e a mobilidade social suscitadas por um sistema com fronteiras de classe abertas contribuíram para a recomposição estrutural do sistema e para o crescimento da classe média. A *abordagem culturalista* da classe média, associada ao surgimento dos novos movimentos sociais, permitiu que se olhasse pela primeira vez para esta classe num sentido positivo e não pejorativo. O chamado *radicalismo de classe média*, pensado por referência aos movimentos estudantis dos anos sessenta (Parkin 1968; Barker 2008; Estanque e Bebiano 2007), abriu um novo olhar sobre esta classe e esvaziou os velhos argumentos de alguma vulgata marxista quanto ao “individualismo” e ao “aburguesamento” que ao longo de décadas obscureceram o significado sociológico e político destes segmentos. E hoje, já na segunda década do

século XXI, a realidade europeia veio uma vez mais pôr a nu algumas ideias feitas a respeito desta classe. A tradicional ideia de que a classe média é, acima de tudo, caracterizada pela sua *boa vontade cultural*, que tenta mimetizar os hábitos e modalidades de gosto das elites, mas que apenas consegue aproximar-se de pálidas imitações, e a ideia do gosto em “pequeno” pautado pela ânsia de reequilibrar inconsistências de *status* e de uma obsessiva adesão à ordem vigente, parecem revelar-se, nos tempos que correm, uma imagem no mínimo exagerada que precisa de ser revista.

É importante lembrar, a este propósito, que a sociedade portuguesa não estava evidentemente, como nunca esteve, sintonizada com os problemas dos países mais avançados da Europa. Por isso, enquanto os estudantes da Sorbonne reclamavam mais democracia, direitos e liberdade sexual, num regime democrático consolidado, os portugueses lutavam pelas liberdades políticas mais elementares, pelo fim da guerra colonial e do regime repressivo de Salazar. Nesse período não havia ainda lugar nem para os velhos nem para os novos movimentos em Portugal, muito menos para a questão hoje colocada por muitos da convergência entre “novos” e “velhos” movimentos (Santos 1994; Boltanski e Chiapello 2001; Silva 2009). Para além disso, importa realçar que a classe média assalariada era, na sociedade portuguesa dos anos sessenta, praticamente residual. Mesmo os movimentos estudantis e as lutas académicas dessa década eram animados por estudantes universitários – muitos deles politizados e sensíveis às tendências do ativismo e das correntes culturais e musicais da época –, que eram, no essencial, os filhos das elites privilegiadas (Estanque e Bebiano 2007; Cardina 2008).

Na Europa desenvolvida, a classe média “instalada” de há quarenta anos, a primeira geração beneficiária do *Welfare State*, gerou uma nova geração “rebelde”. Foi esta que, de facto, erigiu a “juventude” em novo ator social, cuja rebeldia cultural conduziu a uma importante viragem política no Ocidente e, com ela, a um novo sentido estético e sociocultural, em rutura com os valores “pequeno-burgueses” e a mentalidade convencional da classe média “bem comportada”. Os novos movimentos sociais semearam uma nova irreverência disseminada a partir dos meios universitários (Barker 2008). Mas, se em 1968 a luta do movimento estudantil de Paris (os porta-vozes da *crítica artística*) se esvaziou no momento em que se quebrou a aliança com os sindicatos e os partidos operários (a chamada *crítica social*), na atualidade os animadores da revolta já não se limitam à defesa de valores *pós-materialistas*, antes se debatem com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ou com a crescente precariedade que lhes nega o acesso a um futuro decente e a um emprego digno. Mais, hoje já não são os estudantes de um lado e os trabalhadores do outro, mas sim todo um

conjunto de segmentos sociais marcados pela incerteza, pela precariedade, pela negação do acesso a um emprego digno e a um futuro estável para o qual confluem estudantes e trabalhadores recém-saídos das universidades e os mais diversos grupos de funcionários descartados, reformados precocemente e as vítimas dos processos de austeridade e de reestruturação do Estado social. É neste quadro que estamos, ou seja, em condições particularmente propícias para criar uma aliança potencialmente “explosiva” entre o campo laboral e o universo estudantil (Boltanski e Chiapello 2001; Estanque 2008). Por isso, no atual contexto de descontentamento social, é importante perceber as linhas de estruturação dos novos sujeitos da rebelião, não com base nos mesmos pressupostos vanguardistas que animaram as gerações do passado, mas sim a partir das suas interconexões com o processo mais geral de mudança nas sociedades contemporâneas. Se os movimentos sociais do passado se mostraram tão inspiradores para incutir novos conteúdos e maior intensidade às democracias ocidentais, os novos movimentos do século XXI colocam na agenda novas formas de ativismo até há pouco desconhecidas. Ao longo da história, a luta de classes sempre presidiu aos principais momentos de rutura e mudança estrutural. Mas a dinâmica social e a capacidade inventiva dos movimentos sociais em cada momento histórico colocam-nos para lá das classificações e ideologias convencionais. As classes mudam e os principais sujeitos da mudança também. É talvez por isso que as novas formas de luta de classes que os atuais movimentos estão a introduzir na agenda política suscitam tanta desconfiança e ceticismo por parte de correntes de pensamento que ainda permanecem enredadas no velho paradigma da sociedade industrial e do modelo fordista. Como vários autores têm advogado, talvez o *precariado* (Standing 2011; Braga 2012) – esse conjunto de novos segmentos da força de trabalho vítimas do novo mercantilismo neoliberal, caracterizados pela relação salarial instável, pela contante mobilidade laboral e pelas elevadas qualificações profissionais e educacionais – se venha a assumir como o novo sujeito da transformação e até da emancipação social. Porém, perante a dissolução das velhas utopias emancipatórias, já ficaram há muito para trás na história as certezas quanto à viabilidade de novos amanhãs que cantam. Resta-nos, pois, a convicção de que a história continua a ser um livro aberto, pelo que, quer a forma da luta de classes, quer a natureza dos futuros atores da mudança, quer ainda os horizontes emancipatórios a que ela possa conduzir, constituem um “outro mundo possível”, mas que está por reinventar.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. P.; Balibar, Étienne; Pierre Macherey, Jacques Rancière, Roger Establet (1965) *Lire le Capital*. Paris: Éditions François Maspero.
- BALIBAR, Étienne; Wallerstein, Immanuel (1991), *Race, Nation, Class: ambiguous identities*. Londres: Verso.
- BARKER, Colin (2008), “Some Reflections on Student Movements of the 1960s and Early 1970s”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 81: 43-91.
- BERTAUX, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*. Lisboa: Moraes.
- BOLTANSKI, Luc; Chiapello, Ève (2001), *Le nouvelle esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (1996), *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*, Campinas: Papirus Editora.
- BOURDIEU, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1978), *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Editorial Vega.
- BRAGA, Ruy (2012), *A Política do Precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- CARDINA, Miguel (2008), *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus.
- CHAUVEL, Louis (2006), *Les classes moyennes à la dérive*. Paris: Seuil/La République des Idées.
- COELHO, Alexandra Lucas (2011), *Tabrir. Os dias da revolução*. Lisboa: Tinta da China.
- CROMPTON, Rosemary (2009), *Class & Stratification*. Cambridge: Polity Press.
- DAVIS, Kingsley e MOORE, Wilbert E. [1976 (1945)], “Alguns princípios de estratificação social” in O. Velho (org.) *Estrutura de classes e estratificação social*: 115-132, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- EDER, Klaus (2001), “A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16 (46): 5-27.
- ERIKSON, Robert; John Goldthorpe (1992), *Constant Flux: A study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon Press.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*. Londres: Sage/ISA.
- ESTANQUE, Elísio (2003), “O efeito classe média – Desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in M.V. Cabral, J. Vala e A. Freire (orgs.), *Percepções e avaliações das desigualdades e da justiça em Portugal numa perspectiva comparada*. Lisboa: ICS, 69-105.
- ESTANQUE, Elísio (2008), “Jovens, estudantes e ‘repúblicas’: Culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81: 9-41. Coimbra: CES.
- ESTANQUE, Elísio (2012), *A Classe Média. Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos/Relógio d'Água.
- ESTANQUE, Elísio; Rui Bebianno (2007), *Do Ativismo à Indiferença – Movimentos estudantis em Coimbra*. Lisboa: ICS.
- GADEA, Carlos (2011), “As experiências coletivas do conflito”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92, março, 2011: 75-98.
- GOLDTHORPE, John (1983), “Women and Class Analysis: in Defence of the conventional view”. *Sociology*, vol. 17, n.º 4: 465-488.
- GOLDTHORPE, John (1995), “The service class revisited”, in T. Butler e M. Savage (eds.), *Social Change and the Middle Classes*. Londres: UCL Press, 313-329.
- GRUSKY, David B. (Ed.) (2008), *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. Boulder: Westview Press.

- HEBSON, Gail (2009) “Renewing Class Analysis in Studies of the Workplace: A Comparison of Working-class and Middle-class Women’s Aspirations and Identities”, *Sociology*, 43: 27-44.
- KRUGMAN, Paul (2009), “The Great Divergence”, in J. Manza e M. Sauder (eds.), *Inequality and Society*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, Inc.
- MARAVALL, José Maria (1972), *La Sociología de lo Posible*. Madrid: Ediciones Siglo Veinteuno de España.
- MOORE, Barrington Jr. (1954), *Terror and Progress, USSR: Some Sources of Change and Stability in the Soviet Dictatorship*. Harvard: Harvard University Press.
- PARKIN, Frank (1968), *Middle Class Radicalism*. Manchester: Manchester University Press.
- PARKIN, Frank (1971), *Class Inequality and Political Order*. Londres: Granada Publications.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: A bourgeois critique*. Londres: Tavistock.
- PARSONS, Talcott [1967 (1940)], “Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social” in *Ensayos de Teoría Sociológica*: 333-378, Buenos Aires: Paidós.
- POULANTZAS, Nicos (1974), *Les Classes Sociales dans le Capitalisme d’Aujourd’hui*. Paris: Seuil.
- ROTHON, Catherine (2008), “Women, Men and Social Class Revisited: An Assessment of the Utility of a Combined Schema in the Context of Minority Ethnic Educational”, *Sociology*, 42: 691-708.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003) (org.), *Democratizar a Democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.
- SEN, Amartya (2010), *A Ideia de Justiça*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais: Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- STIGLITZ, Joseph; e Bruce Greenwald (2004), *Rumo a um Novo Paradigma em Economia Monetária*. São Paulo: Francis.
- STANDING, Guy (2011), *Precariat. The New Dangerous Class*. Londres: Bloomsbury Academic.
- THERBORN, Göran (1999), *The Ideology of Power and the Power of Ideology*, Londres: Verso.
- THOMPSON, E. P. (1987) [1963], *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1988), *De la Democracie en Amérique*, in M. Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. I Vol. – Os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TOURAINE, Alain (1981), *The Voice and the Eye. An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TOURAINE, Alain (2006), “Na fronteira dos movimentos sociais”, *Sociedade e Estado*, 21(1): 17-28.
- WRIGHT, Erik Olin (1989), *Classes*. Londres: Verso.

6. Classe média, bem-estar e valores culturais: mudança e continuidade

Rosário Mauritti e Susana da Cruz Martins

Vivemos hoje um momento de viragem nas condições sociais e institucionais que configuram o bem-estar e a qualidade de vida nas sociedades contemporâneas. Um prenúncio dessa mudança prende-se com o incremento recente de desigualdades sociais no acesso a bens e a recursos económicos, sociais e culturais (alguns dos quais amplamente consagrados como direitos adquiridos, designadamente na esfera do trabalho e da habitação) e na universalização de mecanismos de proteção social, de saúde e de educação, segundo princípios cívicos e políticos fundamentais.

Em Portugal, um dos países mais assimétricos do velho continente, os números de desemprego “galopante”, a flexibilização das leis laborais (com reflexos na precariedade transversal a todos os setores de atividade), a permanência de alguns dos traços de um modelo de competitividade assente na política de baixos salários, o corte de instrumentos sociais de política pública que garantem a salvaguarda de “riscos sociais”, permitindo lidar com a atomização e as contradições da biografia (nomeadamente o desemprego, doença, etc.), entre outros exemplos, são aspetos equacionados num quadro de forte diminuição de investimento público e privado e, sobretudo, de aparente ausência de soluções alternativas, que sugerem ainda uma intensificação dessas desigualdades sociais, no sentido de uma crescente polarização de condições materiais de vida. Suscita-se a este propósito uma multiplicação de análises que apontam para um “bloqueamento” e uma crescente “proletarização” dos posicionamentos sociais intermédios, ditos de “classe média” (Carmo 2011; Estanque 2003 e 2012; Matos e Domingos 2012; Santos 2011).

Importa, pois, conhecer as condições de vida e posicionamentos valorativos no momento recessivo em que vivemos, do ponto de vista nacional, mas também europeu, da classe média, nomeadamente nos seus segmentos mais qualificados e urbanos. A análise procurará identificar a pluralidade de contextos institucionais, sociais e económicos que a enquadram, tendo em vista ainda alguns dos padrões e princípios de coesão social e desenvolvimento sustentado e solidário, que de certa forma têm prevalecido nas sociedades contemporâneas ocidentais (Sen 2009), e algumas das suas práticas e orientações de consumo.

Poder-se-á dizer que a mudança e incerteza que vivenciamos, afetando uma boa parte das condições sociais da nossa existência enquanto cidadãos, não é um fenómeno novo. Há algumas décadas que sociólogos de diversas tradições teóricas o vêm sublinhando, como elementos intrínsecos à (pós-)modernização do “risco global” da individualização (Beck 2004) e da globalização e reflexividade institucionais (Giddens 2000), no âmbito da qual os processos sociais mais centrais são essencialmente fluidos (Bauman 2001) e marcados pela dominância da “cultura de virtualidade real”, onde as tecnologias da informação e comunicação e o funcionamento em rede têm um lugar nuclear (Castells 2002). Curiosamente, algumas destas propostas têm negligenciado o conceito de classe social, tomando-o como inadequado, superficial e com dificuldade na captação da mudança social (cf. Atkinson 2010). Nessas leituras, a classe média é, por vezes, o único segmento de classe social que se assume como referência empírica; ou mais concretamente, os seus protagonismos sociais, apoiados num imbricado complexo de recursos relacionais de autonomia, motivações, práticas e poder, e manifestos em novos estilos de vida, projetados na reflexividade social e na autodescoberta.

Numa perspetiva que contraria algumas das visões dos autores assinalados, sobre a irrelevância de uma conceção das classes sociais, a análise que aqui se desenvolve fundamenta-se no pressuposto de que a problematização, a compreensão e a interpretação global das desigualdades e diferenças sociais requerem uma sociologia das classes sociais, desenvolvida numa ótica analítica abrangente, onde o económico e as relações estruturais que posicionam os indivíduos na esfera produtiva são dimensões decisivas. Como sublinha Erik Olin Wright no seu livro de 1997: *as classes contam*. Nesta visão, não deixamos ainda de ter presente que, lado a lado com as classes sociais, os processos sociais que têm lugar nas sociedades atuais são atravessados por uma multiplicidade de mecanismos, cada um deles sediado em relações específicas de dominação simbólica, identitária ou política (Capucha 2005; Costa e outros 2000; Costa, Machado e Almeida 2007): desde o sexo, a raça, a etnia ou o poder financeiro, até propriamente às clivagens sociais estruturadas na referência às relações de produção e às condições socioprofissionais – no âmbito das quais os atributos propriamente económicos se combinam de forma complexa e variável com dimensões ideológicas, políticas e culturais (cf. Silva 2009, Estanque 2009: 121 e ss.).

Nas reformulações e aproximações ao conceito, num contexto em que a mudança social e os processos globais de recomposição associados são permanentes, torna-se nuclear a identificação dos princípios sociais padronizados de diferenciação estrutural de recursos e oportunidades (Bourdieu 1997: 12-13).

É nesta orientação que se situam algumas das abordagens que se têm afirmado, tanto na evocação teórica e conceptual do conceito como na sua aplicação a pesquisas que tentam, no momento, captar os efeitos do “abatimento” financeiro e económico, com repercussões nas condições de vida e no aprofundamento de desigualdades, nomeadamente em Portugal, onde tais processos tiveram um efeito agravado (Carmo 2012; Costa 2012, Estanque 2009 e 2012). Neste texto, esta linha de análise tem continuidade analítico-substantiva apoiada nos resultados de um inquérito (online) aos rendimentos e consumos das famílias de classe média em Portugal, promovido no CIES-IUL no último trimestre de 2012¹. Concretamente, cerca de um mês após as manifestações de 15 de setembro desse ano, portanto, num contexto de contestação e mobilização cívica, marcado pela implementação de medidas de aprofundamento da austeridade tuteladas pela troika², com efeitos reveladores no crescimento sem precedentes do desemprego e na diminuição significativa de prestações sociais que se davam como garantidas, tudo isto na véspera (ou em parte de forma concomitante) da apresentação do Orçamento de Estado 2013. A “classe média” que aqui referenciamos é delimitada nos seus traços distintivos, em termos de perfis socioeducacionais e socioprofissionais, condições de vida e orientações de consumo, pela localização em agrupamentos sociais que num estudo anterior sobre padrões de vida na sociedade portuguesa (Martins, Mauritti e Costa 2007) se denominou de “instalados” e “qualificados”. Retomando algumas linhas de caracterização do conjunto em análise, avançadas num primeiro artigo de divulgação de resultados:

Os respondentes do inquérito em referência demarcam-se no conjunto da população portuguesa como um todo, pelos seus perfis qualificacionais francamente melhorados (85% têm pelo menos o grau de licenciatura). A larga maioria exerce uma atividade profissional a tempo integral (81%) que se consubstancia de forma muito incidente, tendo por referência o

¹ Desenvolvido no quadro do Projeto “Pensar o futuro e encontrar novas perspetivas para a promoção sustentada do bem-estar e qualidade de vida”, com base em convites nominais “fechados” a, sensivelmente, 2500 indivíduos, via *email*, cujo acesso foi possibilitado através de um processo de “bola de neve” entre colegas, conhecidos e amigos e através de contactos mais indiretos de “passa-palavra” em diversas regiões do país (mas com maior incidência em Lisboa e Porto). Estes indivíduos são, na sua maioria, trabalhadores em organismos da administração pública e no setor privado, inseridos em diferentes áreas de atividade económica, especialmente, dirigentes, profissionais intelectuais e científicos e quadros técnicos e superiores – destes, perto de 40% acederam em participar. Cf. Mauritti 2012.

² Formação constituída pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela monitorização do “programa de ajustamento económico e financeiro” que está a ser implementado em Portugal, como condição para a ajuda financeira solicitada pelo Governo português em 7 de abril de 2011.

indicador socioprofissional utilizado³], numa inserção nos segmentos dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE). Estes, aqui internamente diferenciados nos agrupamentos dos “profissionais, intelectuais e científicos” e dos “quadros técnicos e de enquadramento” (respetivamente com representações que envolvem cerca de 38% e 31% do conjunto), e nos posicionamentos de topo na hierarquia social, dos empresários e dirigentes (11%) e dos profissionais liberais (5%) (Cf. Mauritti, 2012).

Como veremos adiante, em convergência com estes traços de favorecimento material e simbólico, os “instalados” e “qualificados” distinguem-se em relação a outros segmentos de padrões de vida, dominantes na sociedade portuguesa, pelos consumos que protagonizam, com todas as suas implicações e manifestações nas várias esferas da vida social, profissional e familiar. Mais do que qualquer outro segmento social, é nestes conjuntos da população que se materializam, com maior intensidade, quantitativa e qualitativa, consumos lúdicos, culturais, estéticos, desportivos, tecnológicos e educativos. Este denota também possibilidades, muitas vezes consubstanciadas no acesso facilitado ao crédito, de consumos alargados, materializados, por exemplo, na presença de toda a gama de tecnologias domésticas e eletrónicas de uso quotidiano e nas práticas de alimentação e outras.

No entanto, a análise dos valores, orientações e práticas de consumo, como veremos adiante, destes indivíduos e suas famílias dá conta de transformações nos comportamentos, desenhando-se uma reconfiguração nas próprias conceções de bem-estar e qualidade de vida.

Num contexto de contração e instabilidade, estes fazem escolhas na gestão do dinheiro disponível, perspetivando-se um retraimento transversal e a necessária reconfiguração dos limiares entre “consumos básicos ou essenciais”, “consumos alargados” (cf. Martins, Mauritti e Costa 2007) e mesmo os chamados “consumos sustentáveis”, que consubstanciam uma aliança estreita entre boas práticas ambientais, gestão doméstica e qualidade de vida (Cruz 2009; Mauritti e Nunes 2012).

Nos perfis sociais e nos comportamentos e atitudes destas categorias evidenciam-se alguns dos processos de mudança estrutural que atravessaram a sociedade portuguesa no último meio século, seja na componente ligada à modernização e incorporação crescente de tecnicidade, seja no aumento das qualificações, conhecimento e informação pericial no exercício de funções,

³ Categoria referente à tipologia de classes sociais, consagrada pela sigla ACM (iniciais dos nomes dos seus principais proponentes: João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado – cf. Costa 2008 [1999]; Machado e outros 2003).

seja ainda no alargamento de toda uma indústria de serviços lúdicos, culturais e estéticos, desportivos e de educação, entre outros (Martins, Mauritti e Costa 2007).

1. Condições económicas e perfis de rendimento

Segundo os Censos 2011 (INE), atualmente em Portugal pouco mais de um terço da população concluiu pelo menos o ensino secundário. As estimativas do INE indicam que, também nesse ano, o rendimento médio equivalente dos portugueses com ensino superior andava perto dos 19 900 euros, sendo o valor correspondente para os que tinham qualificações no ensino secundário de 11 900 euros⁴. O confronto destas informações genéricas com os elementos apresentados na Tabela 1 permitem, pois, posicionar o conjunto aqui em análise num perfil económico e social de clara distinção.

No total, 14% dos inquiridos obtiveram um grau de doutoramento; cerca de 20% concretizaram o mestrado e pouco mais de 50% têm no máximo a licenciatura. O contraste com o todo nacional dificilmente poderia ser mais acentuado: mesmo no segmento de classe dos trabalhadores assalariados de base dos serviços administrativos, comerciais, pessoais e de segurança (os “empregados executantes”), essa diferenciação é notória, muito embora este seja o segmento – como seria expectável – com um perfil relativo menos definido pelas qualificações de topo, já que mais de metade tem como escolaridade o ensino secundário.

A análise combinada dos indicadores socioeducacionais e socioprofissionais permite mapear de forma mais precisa estratégias e possibilidades diferenciadas no acesso a oportunidades, recursos e recompensas. Na elite económica aqui em presença, onde se posicionam os empresários e dirigentes (ED), a incidência de qualificações situa-se nos níveis de licenciatura e mestrado. Esta distribuição é também característica dos “profissionais liberais”: trabalhadores que exercem atividades periciais por conta própria, por vezes no âmbito de estratégias de autoemprego, em face da carência de oferta de trabalho qualificado no assalariamento. Nas frações de classe que compõem os “profissionais técnicos e de enquadramento” (PTE) – no seio dos quais a escolaridade é um elemento nuclear, refletindo muitas vezes processos de reprodução social e cultural, determinante na caracterização desta categoria –, os especialistas das profissões intelectuais e científicas, como subcategoria destes, destacam-se, notoriamente, nos níveis de pós-graduação, enquanto os quadros técnicos e de enquadramento intermédio incidem, sobretudo, no grau de licenciatura.

⁴ Fonte: PORDATA (atualização: 2012-12-05).

Tabela 1. Classes médias, perfis de qualificação e de rendimentos (%)

Perfis e recursos	Segmentos de classes					Total
	Empresários e dirigentes	Profissionais liberais	Profissionais intelectuais e científicos	Quadros técnicos e de enquadramento	Empregados executantes	
	Grau de escolaridade mais elevado que completou*					
Doutoramento	11,2	4,2	30,5	2,3	0,7	13,9
Mestrado	27,1	31,3	26,5	16,9	5,4	20,7
Licenciatura	51,4	58,3	41,2	66,9	39,5	50,8
Ensino Secundário	10,3	6,3	1,9	13,9	54,4	14,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Rendimentos (líquidos) anuais*					
até 10 000€	2,4	10,0	4,0	1,9	14,3	4,9
10 000€ a 19 000€	12,0	35,0	16,0	14,4	32,8	18,5
19 000€ a 40 000€	33,7	35,0	52,7	51,9	39,5	47,7
40 000€ a 80 000€	39,8	15,0	24,7	28,9	11,8	25,2
80 000€ ou mais	12,0	5,0	2,7	3,0	1,7	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Situação do agregado familiar relativamente aos rendimentos disponíveis*					
Bons	15,9	6,3	5,1	5,3	1,4	5,9
Razoáveis	47,7	37,5	49,9	51,0	33,1	46,9
Suficientes	28,0	50,0	40,1	39,4	54,5	41,2
Insuficientes (Muito)	8,4	6,3	4,9	4,3	11,0	6,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Evolução dos rendimentos disponíveis*					
Melhoraram (muito)	1,9	4,2	2,1	2,3	2,8	2,4
Estão na mesma	16,8	20,8	10,7	10,3	13,1	12,1
Pioraram um pouco	41,1	37,5	42,6	50,7	37,2	43,9
Pioraram muito	40,2	37,5	44,5	36,8	46,9	41,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo $p < 0,000^*$; $N = 992$.

Nota: Para efeitos da análise aqui desenvolvida, considerámos apenas os respondentes que têm como nível de escolaridade adquirido pelo menos o ensino secundário ($N = 992$; num total original de 1001 questionários com respostas válidas).

Fonte: CIES-IUL (2012), IRC – Inquérito aos Rendimentos e Consumos.

A abordagem combinada do indicador socioprofissional com os escalões de rendimentos líquidos anuais (Tabela 1) confere pertinência à orientação analítica de diferenciação do segmento que análises clássicas posicionaram na “velha classe média”, aqui assinalada no conjunto dos “profissionais liberais” (PL). Em contraste com as frações da burguesia empresarial e dirigente, aqueles denotam alguma polarização interna das suas condições – embora no seu todo não configurem, senão de forma muito marginal, situações de privação material. Nos dois segmentos que integram os PTE, os assalariados técnicos e profissionais de nível intermédio das empresas e da administração ganham alguns pontos (ou euros) na comparação com os seus pares que se posicionam nas profissões de elite intelectual e científica. Quanto aos empregados executantes (EE), apresentam um perfil muito próximo do dos PL, ainda que com presença mais discreta nos escalões de rendimentos de topo e mais incidente nos baixos e intermédios.

Nesta conformidade, não é propriamente surpresa que, no todo em análise, sejam quase residuais os que denunciam, na “avaliação da situação do agregado familiar relativamente aos rendimentos disponíveis para fazer face às despesas e encargos mensais”, uma situação de insuficiência de rendimentos (6% do total). As oscilações nestas apreciações são contudo, também, estatística e analiticamente muito significativas.

Os assalariados de base dos serviços, logo seguidos de forma algo paradoxal (mas que na conjuntura atual e dado o perfil do tecido económico do país se torna mais compreensível) pelos empresários e dirigentes, são os que denunciam com mais frequência maiores dificuldades.

Nos itens originais dispostos nas opções de resposta à pergunta sobre a situação de rendimentos, os dois posicionamentos de classe elegeram sensivelmente na mesma proporção (3%) a opção “muito insuficientes, não garantem a subsistência e regularmente recorremos ao apoio de familiares, amigos ou outros para alimentação e outros bens/serviços essenciais”; outros 7% (EE) e 6% (ED e PL) denotam uma insuficiência mais moderada: “a subsistência é assegurada com forte contenção dos gastos mesmo com produtos básicos, e por vezes compramos fiado”. São, apesar de tudo, experiências muito minoritárias neste conjunto, mas que não deixam de abrir um pouco a visão sobre o que poderá ser o quadro de referência alargado na população portuguesa como um todo, especialmente, se tivermos em atenção que este é um conjunto que se destaca nas suas características com um perfil comparativo (muito) melhorado.

Não temos aqui espaço para aprofundar estes dados, como seria desejável. Podemos adiantar brevemente que, nas avaliações sobre a situação de rendimentos, os escalões que mais denotam uma evolução negativa, com

expressão muito significativa, correspondem ao segmento até 10 000 euros e de 10 000 a 19 000 euros (precisamente os patamares de rendimentos onde se localiza a larga maioria dos portugueses); incidem nas idades acima dos 45 anos; nos casais com crianças dependentes e nos divorciados; nos indivíduos que não exercem uma atividade profissional mas já exerceram; no trabalho assalariado.

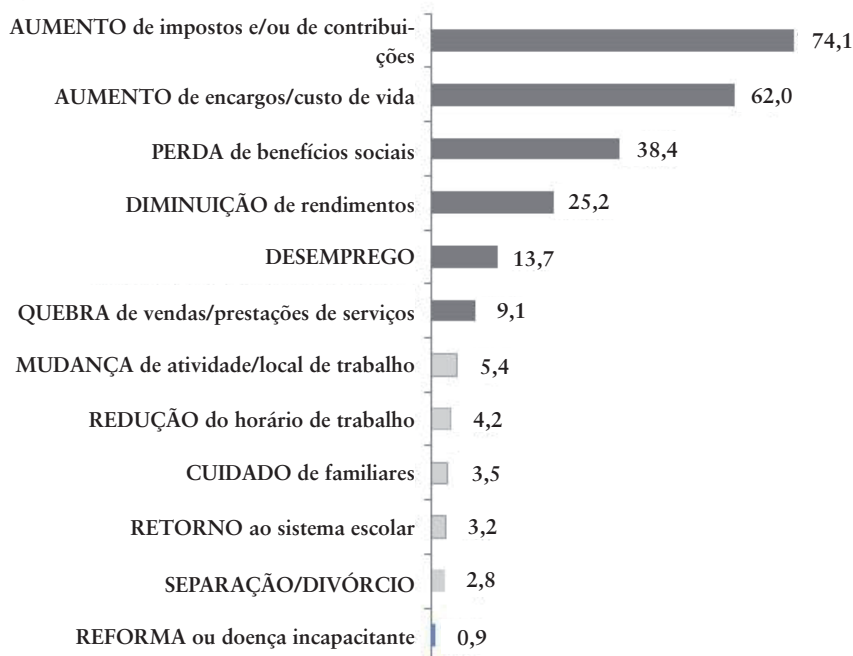
Estas apreciações que denotam o agravamento das condições de vida são ainda reforçadas na avaliação sobre a “evolução de rendimentos (líquidos) disponíveis no agregado para fazer face a despesas pessoais e familiares”, nos últimos doze meses. No total, sensivelmente 85% percecionam um agravamento moderado (44%) ou muito expressivo (42%) das suas condições de rendimento. É de notar também que a experiência de pauperização progressiva é percecionada com maior acuidade pelos segmentos de assalariamento, embora também no lado do “capital” ela seja evidente.

No leque de fatores assinalados na Figura 1, como motivos principais para a contração dos rendimentos disponíveis, emergem categorias que refletem as políticas de combate ao défice, consubstanciadas no aumento de impostos (74%) e no incremento do custo de vida (nomeadamente por via da atualização das taxas de IVA e do conseqüente aumento generalizado dos preços de produtos de alimentação básica e da energia e combustíveis) (62%). A estes juntam-se ainda, embora a alguma distância, “a perda de benefícios sociais” (38%) e a “diminuição do salário ou rendimentos” (25%), muito transversais no setor privado (por via da redução das remunerações, perda do carro de empresa, restrições no telemóvel, internet, prémios anuais, entre outros). O “desemprego do próprio ou de um familiar” (14%) ou a “quebra de vendas/prestações de serviços” (subemprego encapuçado, especialmente no segmento de profissionais liberais) (9%) são experiências que adquirem, igualmente, algum relevo. Todos estes indicadores acentuam, pois, a urgência de repensar intervenções sustentadas que, simultaneamente, permitam inverter a subida do desemprego e do subemprego, bem como prolongar os apoios sociais, sobre a forma de subsídios ou outros, para atenuar os riscos sociais que decorrem da quebra de laços laborais (cf. INE 2011).

2. Acesso ao crédito, poupanças e redes de apoio

Os dados recolhidos indicam que pouco mais de três quartos dos inquiridos contraíram pelo menos um empréstimo que estão atualmente a pagar (Tabela 2). Apesar de manifestar alguma capacidade de poupança, mais de um quarto indica que presentemente deixou de ter condições para o fazer ou que só o faz raramente (não todos os anos) (cf. Mauritti 2012). É ainda

Figura 1. Razões apontadas para a diminuição dos rendimentos disponíveis (%) (resposta múltipla)



Fonte: CIES-IUL (2012), IRC – Inquérito aos Rendimentos e Consumos.

de notar que perto de metade (46%) manifesta ter sentido dificuldades para fazer frente a despesas pelo menos uma vez no último ano.

Os quadros técnicos e de enquadramento correspondem ao segmento de classe que marca maior presença global no endividamento (81%), logo seguidos dos empresários e dirigentes (79%). Estes são igualmente os posicionamentos que, com maior frequência relativa, acumulam mais do que um empréstimo (37% dos ED têm dois e mais empréstimos; estão na mesma situação 35% dos técnicos e profissionais de nível intermédio e dos empregados executantes).

A análise do tipo de empréstimo contraído dá ênfase à orientação transversal, ao longo das últimas décadas, de aquisição de casa própria para residência permanente e, por vezes (especialmente nos agrupamentos aqui em análise), para segunda habitação. Assim, no subconjunto que está a pagar empréstimo(s) ao banco, 91% têm pelo menos um empréstimo de crédito

à habitação. Os profissionais liberais, seja por orientações ideológicas, seja pela sua relativa juventude (maior incidência nos escalões até 34 anos e nos recém-licenciados), seja pela maior volatilidade dos laços laborais e portanto, pela maior dificuldade em apresentar garantias para acesso ao crédito, destacam-se aqui pelo peso relativo mais modesto na hipoteca de habitação. São contudo bastante incidentes nos restantes créditos: automóvel e créditos pessoais nas suas várias valências. Outro segmento que, tal como os PL, recorre com frequência ao crédito automóvel – símbolo de imagem de sucesso e valorização de *status* (Ribeiro 2011) – é o dos empresários e dirigentes. Já os assalariados de base dos serviços, denotando a irracionalidade na gestão de rendimentos mensais e orientações de consumo, disputam sobretudo o acesso ao crédito pessoal, ao cartão de crédito e à facilidade de descoberto.

Questionados se em caso de necessidade teriam a quem solicitar um pequeno empréstimo, em todos os segmentos a resposta modal recai no item “sim, seguramente”; este é particularmente reforçado nos posicionamentos sociais de classe com recursos melhorados na componente de capital económico: os empresários e dirigentes e os profissionais liberais. Os executantes de base de atividades dos serviços são os que evidenciam aqui maior incerteza: 30% assinalam como resposta “talvez, mas seria difícil”, e outros 15% consideram a resposta “não, seguramente”. Não é assim de estranhar que seja igualmente neste posicionamento que identificamos maior expressão de dificuldades perante a eventualidade de fazer face a uma situação imprevista em que teriam de ter disponíveis 1500 euros: pouco mais de um quinto assume que “seguramente” não teria essa disponibilidade.

Entre os que “seguramente” ou “provavelmente” teriam condições para reagir a uma necessidade inesperada de 1500 euros, a maioria resolveria a situação através de poupanças (dois terços dos técnicos e chefias intermédias; cerca de 64% dos profissionais intelectuais e científicos e dos empresários e dirigentes). Os profissionais liberais compensam um menor peso de respostas na disponibilidade de poupanças com a possibilidade de apoios nas redes familiares e de amigos. Este segmento, composto em grande medida por jovens até 34 anos (50%), um terço dos quais ainda a residir com a família de origem, é pois o que mais evidencia, no conjunto em análise, a presença de lógicas de solidariedade informal enquadráveis no conceito proposto por Boaventura S. Santos (2011) de “sociedade providência”. Quanto aos empresários e dirigentes, é de sublinhar que, com maior frequência do que qualquer outro posicionamento, ponderariam recorrer ao crédito bancário (15%).

Tabela 2. Classes médias, endividamento, poupança e redes de apoio (%)

Acesso ao crédito, poupanças e rede de apoios	Segmentos de classe					Total
	Empresários e dirigentes	Profissionais liberais	Profissionais intelectuais e científicos	Quadros técnicos e de enquadramento	Empregados executantes	
	O agregado familiar tem algum empréstimo que está a pagar?****					
Sim	78,5	68,8	71,9	81,1	74,8	75,8
	Número de empréstimos contraídos pelo agregado familiar****					
Nenhum	21,5	31,2	28,1	18,9	25,2	24,2
Um	41,1	37,5	45,5	45,7	39,5	43,8
Dois	23,4	25,0	18,2	19,9	19,7	19,8
Três ou mais	14,0	6,3	8,3	15,6	15,6	12,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Tipo de empréstimo (resposta múltipla)					
Crédito à habitação**	94,0	76,5	92,2	93,1	86,2	91,0
Crédito automóvel (inclui aluguer de longa duração)	26,2	35,3	19,3	22,9	22,4	22,5
Crédito pessoal (CP)****	19,0	23,5	17,5	20,4	31,0	21,0
... para educação/ informática	2,4	5,9	4,5	4,1	4,3	4,1
... para saúde	1,2		1,1		1,7	0,8
... para compra de equipamentos domésticos	2,4	2,9	3,0	4,5	2,6	3,3
... outros créditos pessoais****	14,3	14,7	10,4	13,1	23,3	13,9
Crédito do cartão de crédito	21,4	17,6	14,9	20,8	22,4	18,9
Facilidade de descoberto	10,7	2,9	7,8	16,7	13,8	11,8

	Em caso de necessidade tem a quem pedir pequeno empréstimo?***					
Sim, seguramente	43,5	44,9	39,8	40,1	31,2	39,2
Sim, provavelmente	31,5	34,7	29,1	29,1	22,1	28,6
Talvez, mas seria difícil	9,3	10,2	16,6	18,9	30,5	18,3
Não, seguramente	13,0	4,1	11,5	9,6	14,9	11,2
Não quer ou não sabe responder	2,8	6,1	2,9	2,3	1,3	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Numa situação não prevista, teria disponíveis 1500€?*					
Sim, seguramente	57,4	42,9	43,9	48,3	30,5	44,6
Sim, provavelmente	25,9	24,5	28,1	26,8	22,1	26,3
Talvez, mas seria difícil	11,1	18,4	18,4	17,9	26,0	18,6
Não, seguramente	5,6	12,2	7,5	5,6	20,8	9,0
Não quer ou não sabe responder	-	2,0	2,1	1,3	0,6	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Como faria para obter 1500€ numa situação não prevista? (resposta múltipla)					
Através de poupanças*	64,8	55,1	62,3	65,6	40,9	59,9
Pedia a familiar ou amigo	32,4	36,7	39,3	35,1	42,9	37,7
Por crédito bancário***	13,9	2,0	5,9	7,0	10,4	7,6
	No último ano teve dificuldade em pagar despesas correntes?*					
Sim, várias vezes	9,3	20,4	9,1	8,9	23,5	11,9
Sim, pontualmente	23,1	28,6	25,7	26,8	24,8	25,8
Sim, uma vez	12,0	10,2	5,6	7,6	10,5	7,9
Não, nunca	54,6	40,8	57,5	55,0	37,3	52,4
Não quer ou não sabe responder	0,9	-	2,1	1,7	3,9	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo $p < 0,000^*$ $p < 0,005^{**}$ $p < 0,01^{***}$ $p < 0,05^{****}$
 Fonte: CIES-IUL (2012), IRC – Inquérito aos Rendimentos e Consumos.

Por fim, é de notar, numa convergência com os dados anteriores, a proporção de profissionais liberais e empregados executantes que assumem ter vivido pelo menos uma experiência de dificuldade em pagar despesas correntes no último ano: cerca de 60% de respostas nos dois segmentos. São dados preocupantes, especialmente para o setor de assalariados de base dos serviços, menos abonado nas poupanças e também com acessos dificultados a apoios informais em caso de necessidade.

3. Bem-estar e qualidade de vida

Na Tabela 3, apresentam-se os resultados agregados de um balanço geral que os inquiridos foram convidados a fazer, sobre “a situação do seu agregado familiar em termos de evolução do bem-estar e qualidade de vida”, depois das respostas a uma série de perguntas que remetiam para dimensões diversificadas de comportamentos e práticas de consumo que envolviam: alimentação, equipamentos domésticos e aparelhos eletrónicos, imagem pessoal, despesas com energia e telecomunicações, mobilidade quotidiana, saúde, cultura, lazer e sociabilidades e orientações valorativas (algumas das quais iremos analisar em seguida).

Sensivelmente dois terços dos respondentes indicam que o agregado familiar sofreu “uma degradação geral das condições de vida”, numa proporção, apesar de tudo, bastante mais diminuta do que a apreciação inicial, relativa exclusivamente à “evolução dos rendimentos disponíveis para fazer face a despesas e encargos mensais”. Esta diferenciação indicia que, em alguns dos segmentos mobilizados na resposta ao questionário, essa diminuição real dos rendimentos não teve para já efeitos evidentes nas condições de bem-estar. São cerca de um terço os que experienciam uma manutenção da situação, sendo de assinalar que nos segmentos de empresários e dirigentes há mesmo 9% que registam melhoria, no sentido da “consolidação das condições gerais de vida e da possibilidade de realização de alguns consumos adicionais”.

Os profissionais intelectuais e científicos estão entre os que mais frequentemente assumiram uma degradação geral das condições de vida (71%). De sublinhar que muitos dos que incorporam este agrupamento são trabalhadores do Estado, e portanto, mais do que os assalariados do sector empresarial, foram submetidos a cortes diretos nos seus rendimentos: em especial, os subsídios de férias e de Natal.

Uma análise cuidada da dimensão material dos protagonismos que evidenciam uma degradação das suas condições de vida, confirma que, apesar de tudo, para três quartos dos que fizeram uma avaliação negativa, a adaptação

tem sido concretizada seja com uma diminuição dos consumos de alguns produtos, seja com a orientação para produtos mais económicos. Nos restantes, sensivelmente um quinto (24% dos empresários, dirigentes e profissionais liberais) afirma ter retirado dinheiro de poupanças ou contraído novas dívidas para cobrir despesas do dia-a-dia (Tabela 3).

Tabela 3. Classes médias, bem-estar e qualidade de vida (%)

Bem-estar e qualidade de vida	Segmentos de classe					Total
	Empresários e dirigentes	Profissionais liberais	Profissionais intelectuais e científicos	Quadros técnicos e de enquadramento	Empregados executantes	
	Evolução do bem-estar e qualidade de vida*					
Melhorou (muito): houve uma consolidação das condições gerais de vida e conseguimos fazer alguns consumos adicionais ¹⁾	8,9	1,8	1,9	1,5	2,4	2,1
Está igual: não melhorou mas também não piorou	39,6	26,7	27,4	36,8	34,4	32,6
Está pior: houve uma degradação das condições gerais de vida	56,3	64,4	70,8	61,3	64,1	64,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Situação que descreve melhor as condições de vida nos últimos doze meses* ²⁾					
Piorou um pouco: por vezes temos de abdicar de algumas coisas ou substituí-las por outras mais económicas	70,4	69,0	80,3	74,8	64,3	74,8
Piorou bastante: tivemos de tirar dinheiro de poupanças ou contraímos novas dívidas para cobrir despesas do dia a dia	24,1	24,1	16,7	23,3	22,6	20,6
Piorou muito: não temos capacidade de recorrer ao crédito e estamos a viver com o apoio de familiares/amigos ou instituições de caridade	3,7	6,9	2,1		4,8	2,3

Piorou muitíssimo: já perdemos ou corremos o risco de perder a casa, e não temos perspetivas de melhoria			0,4	1,2	8,3	1,8
Não quer ou não sabe responder	1,9		0,4	0,6		0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo $p < 0,000^*$

Notas: 1) nas opções de resposta originais previa-se uma diferenciação entre as situações de “melhorou muito” e “melhorou”; o carácter residual das frequências na opção mais positiva justificou a agregação numa única categoria. 2) Respostas dos que registaram apreciações de pioria das condições de vida.

Fonte: CIES-IUL (2012), IRC – Inquérito aos Rendimentos e Consumos.

As situações mais preocupantes, confirmando no fundo as análises que fomos desenvolvendo, suportadas nos vários indicadores, envolvem os assalariados de base dos serviços e também o polo mais precário dos profissionais liberais. Estes, uma vez mais, aqui denotando a relevância de redes privadas de solidariedade e providência: 7% dos PL (contra 2% do total) indicam que a sua situação “piorou muito: não temos capacidade de recorrer ao crédito e estamos a viver com o apoio de familiares/amigos ou instituições de caridade”. Os empregados executantes marcam também alguma presença neste tipo de experiências (5%), mas a sua situação é particularmente diferenciada na frequência da avaliação “Piorou muitíssimo: já perdemos ou corremos o risco de perder a casa, e não temos perspetivas de melhoria” (8% dos EE que se posicionam numa tendência de decréscimo do nível das suas condições de bem-estar).

4. Consumos quotidianos e estilos de vida

Os dados até agora apresentados sugerem a intensificação de alguma polarização das condições de vida entre posicionamentos sociais, que acolhem franjas de famílias e indivíduos “ganhadores” – incluindo aqui todos aqueles que indicam que têm conseguido fazer escolhas, no sentido de assegurar a manutenção do bem-estar e qualidade de vida, sem grandes ruturas face ao passado recente –, e um polo crescente de “perdedores”, particularmente incidente nos setores de assalariamento. Esta polarização parece acentuar-se num contexto de degradação das condições gerais de vida, impulsionada pela diminuição dos rendimentos disponíveis e pela quebra de laços identitários construídos nas relações de trabalho.

4.1 Consumos alimentares

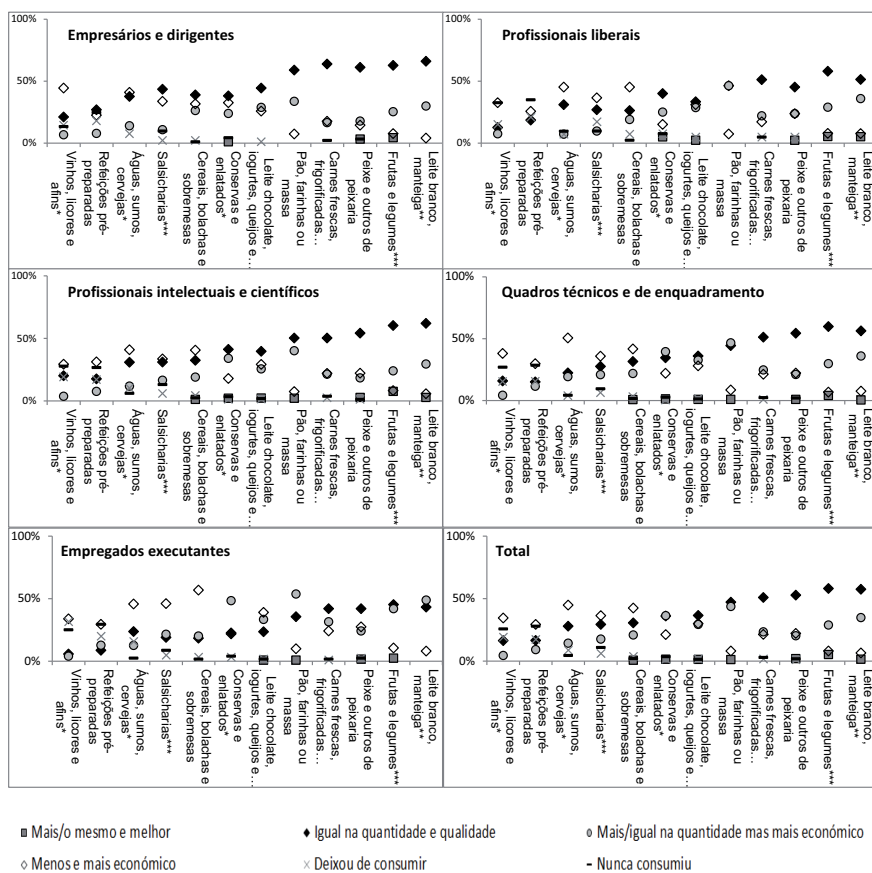
A Figura 2 desenvolve uma primeira abordagem destas questões na referência aos consumos de bens alimentares. Uma leitura dos totais permite hierarquizar, para o conjunto aqui em análise, a priorização dos alimentos numa cisão fundamental entre “básicos ou essenciais” e “suplementares”. No primeiro conjunto incluem-se itens como “leite branco, manteiga e margarinas”, “frutas, hortaliças, legumes e tubérculos”, “pão, farinhas ou massas” (pouco mais de 90% mantêm ou mesmo incrementam o consumo destes itens, embora, com frequência, apoiados na escolha de soluções mais económicas). Seguem na lista de prioridades o “peixe e outros produtos de peixaria”, as “carnes frescas”, as “conservas e enlatados”, assim como o “leite achocolatado, iogurtes, queijos e afins (envolvendo entre dois terços e três quartos de manutenção ou incremento), embora também apoiados, nas escolhas de algumas famílias, na procura de produtos económicos. Numa posição de transição para os consumos de segunda necessidade estão as categorias de “cereais, bolachas, bolos secos e sobremesas” e a “salsicharia, fumados e carnes secas” (com cerca de 50% de manutenção ou crescimento na procura do mais barato); no fim da lista estão os “vinhos, licores, whiskies, aguardentes e afins” (20% de consumos de manutenção), “as refeições pré-confecionadas” (apenas um quarto as mantém), bem como, tendencialmente, as “águas engarrafadas, os refrigerantes e as cervejas” (mas que ainda acolhem pouco mais de 40% dos consumos de manutenção). Se este é o retrato geral, importa agora analisar com pormenor as escolhas e orientações dos vários segmentos, no sentido de identificar eventuais linhas de clivagem estrutural nas relações sociais que se materializam por intermédio das suas práticas de consumo. Numa ressalva prévia, é de notar que uma análise mais atenta dos padrões de consumos destes conjuntos não deve deixar de ter também em atenção a composição e os perfis sociodemográficos dos agregados familiares em presença, nomeadamente tendo em conta a dimensão do agregado e a diferenciação entre famílias que integram crianças/jovens e famílias com apenas um ou dois adultos e, no seio destas, os agregados com pessoas idosas, entre outros (cf. Martins 2004; Cruz 2009: 181).

A estrutura de práticas alimentares é replicada nas famílias de empresários e dirigentes, embora aqui, de forma transversal às várias categorias de produtos, seja evidente uma maior capacidade de satisfação das necessidades básicas, assim como a possibilidade mais alargada para decisões de consumo orientadas prioritariamente pelo gosto. No que concerne aos itens antes referenciados como produtos de primeira opção, neste segmento, o seu consumo mantém-se elevado em dois terços dos casos, sem alteração do

produto/marca; quanto aos artigos considerados de “segunda prioridade”, como os cereais e afins ou o leite com chocolate, iogurtes e outros preparados de laticínios, assinalam também uma manutenção de consumos acima da média. No “cabaz de preferências” destas famílias, as conservas e as salsicharias, embora com menos relevo do que os produtos já mencionados, mantêm igualmente níveis de procura acima da média, embora nestes, tal como também nos cereais, seja notável a escolha de soluções económicas. As refeições pré-confeccionadas permanecem uma escolha para um terço destas famílias, mas desaparecem ou diminuem no cabaz de mais de 40%; são 25% as famílias que não consomem de todo este tipo de artigos. Este é o segmento que com maior frequência mantém ainda alguma intensidade de aquisição de vinhos, licores e afins, embora com uma reorientação para ofertas mais baratas e com consumos em menor volume. Um comportamento idêntico é também registado relativamente à compra de águas, refrigerantes e cervejas. Os profissionais liberais, tal como os dois agrupamentos de assalariamento qualificado das profissões intelectuais e científicas e dos quadros técnicos e intermédios, diferenciam-se nas suas escolhas do agrupamento de burguesia, antes analisado, sobretudo pela maior incidência, na aquisição de alguns artigos, de estratégias orientadas para soluções mais económicas. Leite branco, manteigas e afins; frutas, leguminosas, hortícolas e tubérculos, assim como pão, farináceos e afins, nos casos dos PL, mantêm a prevalência muito na base de estratégias de substituição por artigos mais baratos. Este é também o agrupamento com maior presença de indivíduos e famílias que não consomem carne, peixe e derivados, e sobretudo, refeições pré-preparadas ou vinhos, licores e afins. Nestes não consumos destaca-se reflexivamente uma distinção de carácter valorativo de não adesão a modelos de dieta alimentar mais vastamente difundidos na sociedade portuguesa. Na sua heterogeneidade interna, neste agrupamento, mais do que no seio das famílias de ED, mas de forma convergente com os restantes posicionamento sociais, evidencia-se uma tendência para o acréscimo de consumo de conservas e enlatados. Nos dois agrupamentos que compõem o posicionamento social dos profissionais técnicos e de enquadramento (os profissionais intelectuais e científicos e os quadros técnicos e chefias intermédias), o traço geral mais assinalável prende-se com a diminuição mais acentuada de todos os itens alimentares que não fazem parte do “cabaz de produtos de primeira necessidade”. Em contrapartida, no caso das famílias da elite intelectual, esse decréscimo é compensado pelo reforço dos alimentos que devem marcar maior presença numa alimentação saudável e equilibrada (segundo a roda dos alimentos). É o caso do pão, farinhas e massas, bem como das frutas, hortaliças e leguminosas. Nas práticas alimentares destas famílias, as carnes frescas, embora

mantenham presença clara, têm menor expressão do que os peixes ou menor ainda do que as conservas e enlatados, cujo consumo é incrementado, especialmente, através de soluções mais económicas (como, aliás, de forma mais acentuada, o pão e outros farináceos). Os cereais, bolachas, bolos secos e sobremesas têm neste agrupamento uma diminuição significativa. De resto, apenas cerca de um quarto destas famílias mantêm nas suas escolhas a compra de refeições pré-confeccionadas e bebidas alcoólicas: sensivelmente um quinto diminuiu o consumo destes artigos e cerca de 50% não consomem ou deixaram de consumir.

Figura 2. Práticas e orientações nos consumos alimentares (%)



Qui-quadrado significativo $p < 0,000^*$ $p < 0,001^{**}$ $p < 0,005^{***}$
 Fonte: CIES-IUL (2012), IRC – Inquérito aos Rendimentos e Consumos.

Na comparação com o segmento dos profissionais intelectuais e científicos, os quadros técnicos asseguram com maior frequência a manutenção da hierarquia de prioridades, através do recurso a soluções mais económicas, e no geral são menos propensos à retirada total de artigos do seu cabaz.

A análise das práticas de consumo dos empregados executantes assinala-os, uma vez mais, como o agrupamento, entre os que compõem o conjunto em análise, mais afetado nas suas opções de escolha, sendo aqui que com maior frequência se evidencia a preponderância de estratégias de reconversão por via da procura de opções mais baratas: envolvendo o leite branco e afins, o pão e farináceos e, mais do que em qualquer outro dos conjuntos, a substituição de peixe fresco e outros produtos de peixaria por conservas e enlatados (o mesmo não sucedendo com as carnes frescas). Estes comportamentos e orientações são ainda acentuados nos itens incluídos no conjunto de artigos supletivos.

A alimentação ocupa, sem dúvida, um lugar relevante nos consumos quotidianos, revelando práticas significativas na constituição de identidades e representações de si nos contextos sociais envolventes. Através da análise das preferências alimentares e do investimento colocado pelas famílias na variabilidade de produtos disponíveis em cada componente da “roda alimentar”, de alguma forma podemos problematizar as fronteiras fluidas entre necessidades básicas e consumos de bem-estar, construídas numa reflexividade a que não são alheias preocupações com a saúde, o equilíbrio ecológico e ambiental, etc. Da análise desenvolvida, torna-se notório que a priorização das categorias de alimentos é relativamente consensual, embora se observem algumas diferenças, associadas sobretudo a condicionamentos na gestão de recursos disponíveis ou também, a orientações de não consumo, por vezes fundadas em posicionamentos éticos e conceções alternativas, nomeadamente de tipo ambiental. Nesta orientação, porventura algumas das mudanças observadas – por exemplo, a redução muito significativa do consumo de bebidas engarrafadas – poderão ser uma boa notícia, na medida em que estejam também associadas a escolhas seletivas, fundadas numa maior consciencialização da importância de valorização de desafios ecológicos e de responsabilidade social.

4.2 A tecnologia e os serviços de apoio ao lar

Na exploração de resultados do inquérito aos rendimentos e consumos, incluímos ainda uma análise de indicadores que remetem para as relações destes indivíduos e famílias com as tecnologias, seja no que concerne aos equipamentos domésticos de uso massificado (cf. Martins, Mauritti e Costa, 2007), seja também no que se refere à presença nestas famílias de novas

tecnologias de comunicação, informação e lazer (cf. Tabela 4). A frequência e a variabilidade dos vários itens aqui considerados são perspectivadas como indicadores na análise de modelos de conciliação de papéis e relações no espaço doméstico, dando conta, também, na sua visibilidade, de formas de vivência e utilização desse espaço para o acolhimento de novas sociabilidades (Mauritti 2011). Acresce que nestes indicadores, de forma mais evidente do que nas orientações e preferências alimentares, a cultura e as relações de diferenciação identitária que através dela se constroem assumem um lugar preponderante, face à urgência de assegurar condições materiais de primeira necessidade.

Na Tabela 4, os equipamentos domésticos e as tecnologias do lar estão arrumados segundo a frequência com que foram assinalados na casa dos indivíduos e famílias que responderam ao inquérito. No que respeita aos eletrodomésticos de “linha branca” (máquina de lavar roupa, fogão, frigorífico/congelador/combinação, forno, etc.), o elemento a reter é a sua presença transversal, sem diferenciações expressivas, nos lares destas famílias. Os consumos que denunciam maior variação de uso estão menos presentes, sobretudo nos segmentos de assalariados dos serviços administrativos, comerciais, pessoais e de segurança (famílias de empregados executantes). Para além de poderem ser considerados dispensáveis num enquadramento materialmente mais constrangido, estão muito significativamente relacionados também com as tipologias sociodemográficas que diferenciam as famílias em presença: no conjunto em análise, as variações observadas com as classes sociais são muito significativamente reforçadas nas famílias com/sem crianças, intensificando-se na medida em que aumenta o número de crianças/jovens, no sentido de uma maior presença dos vários artigos referenciados nas tecnologias do lar.

A introdução de algumas destas tecnologias no quotidiano doméstico, em quadros familiares onde ambos os elementos do casal exercem atividade remunerada fora de casa, materializa a procura de racionalização dos tempos dedicados a tarefas que, muitas vezes, são difíceis de assimilar num dia-a-dia já muito preenchido, permitindo também uma coordenação na atribuição de papéis e usos do tempo.

Tabela 4. Tecnologias e serviços de apoio ao lar (%)

Tecnologias do lar	Classe social					Total
	Empresários e dirigentes	Profissionais liberais	Profissionais intelectuais e científicos	Quadros técnicos e de enquadramento	Empregados executantes	
	Equipamentos eletrodomésticos					
Máquina de lavar roupa	99,0	97,7	98,8	97,4	96,9	98,1
Fogão ou placa****	91,7	93,2	93,3	98,1	92,2	94,4
Frigorífico	94,8	93,2	88,9	89,6	89,9	90,1
Forno elétrico ou a gás****	89,6	84,1	89,8	91,5	79,8	88,5
Máquina de lavar loiça	88,5	59,1	78,7	88,9	67,4	80,2
Congelador/combinação****	76,0	54,5	64,3	62,6	57,4	63,6
Máquina de secar roupa	53,1	47,7	39,5	41,9	31,8	41,0
Aquecimento central***	37,5	25,0	21,1	26,3	16,3	24,0
Robô de cozinha multifunções (bimby ou similar)***	26,0	22,7	21,3	25,6	12,4	21,9
Aparelho de ar condicionado	26,0	18,2	21,9	20,4	11,6	20,2
	Aparelhos eletrónicos de uso doméstico disponíveis em casa					
Computador pessoal	99,0	100,0	97,7	97,8	97,7	98,0
Acesso a Internet	96,9	97,7	95,0	93,3	90,7	94,2
Telefone rede móvel	92,7	97,7	93,9	96,3	86,8	93,6
Televisão por assinatura	95,8	90,9	86,8	87,8	85,3	88,1
Telefone rede fixa***	77,1	86,4	82,7	86,7	72,1	82,0
Equipamento fotográfico****	80,2	90,9	78,7	84,1	71,3	80,0
Impressora/scanner*	82,3	81,8	81,0	77,4	60,5	77,1
Aparelhos de som/HiFi	76,0	54,5	64,6	72,2	58,9	66,9
MP3 áudio**	55,2	65,9	49,1	61,1	41,9	53,2
PlayStation/ PS Vita /Wii / Xbox / Nintendo****	49,0	34,1	44,4	52,6	37,2	45,9
Câmara de vídeo****	43,8	29,5	29,5	34,4	27,1	32,2
Ipad / tablet****	31,3	18,2	17,5	19,6	16,3	19,5

	Serviços de apoio doméstico*					
Tem empregada/recorre a serviços de apoio doméstico e mantém ou aumentou esses apoios nas mesmas condições	37,5	22,7	33,1	30,0	10,1	22,8
Não tem empregada nem beneficia de outros serviços de apoio doméstico e não tinha há doze meses	37,5	56,8	45,0	40,0	71,1	47,0
Tem empregada/recorre a serviços de apoio doméstico, mas diminuiu esses apoios	20,8	11,4	18,7	23,3	14,8	19,4
Recorria a serviços de apoio doméstico e deixou de o fazer	4,2	9,1	3,2	6,7	3,9	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo $p < 0,000^*$ $p < 0,001^{**}$ $p < 0,005^{***}$ $p < 0,03^{****}$
 Fonte: CIES-IUL (2012), IRC – Inquérito aos Rendimentos e Consumos.

No segundo bloco de tecnologias de informação e comunicação (TIC), presentes nas casas destas famílias, o elemento informativo que sobressai é a presença esmagadora do computador e da Internet (em quase 100% dos lares), numa preponderância que ultrapassa mesmo a televisão – ainda quase imprescindível na larga maioria dos lares portugueses (cf. Martins, Mauritti e Costa 2007). Nas condições sociotécnicas que encontramos nestes lares impregnados de pontes intangíveis entre espaços e temporalidades sem fronteiras, o primado da escolha individual e a relevância que é dada ao poder de estar sempre, potencialmente, conectado, justifica a individualização dos usos de algumas destas tecnologias (visível, por exemplo, na prevalência do telemóvel face ao telefone fixo, do computador e da Internet face à TV; e no predomínio claro, também, da TV com assinatura). Nas práticas do quotidiano de utilização destes equipamentos (computador/Internet, telemóvel e possibilidades associadas de acesso a redes sociais), os mesmos surgem, frequentemente, em processos híbridos de intermediação e complementaridade de relações face a face e mediação eletrónica, como lugares de sociabilidades: seja para manter a estreiteza de relações significativas, independentemente da distância física, seja como forma de diversificar e aprofundar laços, seja ainda pela construção de novos laços, conhecimentos e encontros entre pares (cf. Mauritti 2011).

O dimensionamento contextual das práticas sociais de consumo, aqui em referência, dá relevo a padrões de estilos de vida concretizados em “campos

de possibilidades” (Velho 2004: 27) e “quadros de interação” (Costa 1999: 296) de configurações complexas e multidimensionais, onde se entrecruzam condições materiais, padrões interacionais de regras de ação social e processos culturais e sociais de âmbitos mais abrangentes.

Nos dados apresentados na Tabela 4, os indivíduos e as famílias onde aquelas práticas e orientações, associadas aos usos de TIC, aparecem intensificadas têm localizações de classe nos profissionais liberais e nos empresários e dirigentes – mas sem diferenciações estatisticamente significativas na sua variação face aos restantes posicionamentos, denotando a abrangência das práticas. Alguns dos equipamentos disponíveis no lar (computador, internet, impressora, etc.) suportam, também, a conciliação no espaço doméstico de projetos ou atividades profissionais, que, em alguns casos extremos, podem inclusive implicar uma inversão de usos. Nomeadamente no âmbito de protagonismos, tipificados no conceito “casa-escritório” (Mauritti 2011: 162-3), para os quais “mais do que garantir um espaço específico no interior do alojamento para o desenvolvimento das atividades laborais, a casa toda ela se apresenta subordinada a esse envolvimento, restringindo-se os usos ‘domésticos’ associados ao espaço e equipamentos do lar a uma periferia absolutamente elementar”.

Outros equipamentos, como por exemplo as consolas de jogos, cujo uso tem variações significativas na correlação com os posicionamentos sociais de classe destas famílias (tendencialmente menos presentes nas famílias de PL e EE), denotam, pelo contrário, uma intensificação de atividades lúdicas e de lazer no interior do espaço doméstico. Nestas frequências ligadas à aquisição diferenciada de artigos eletrónicos de sociabilidade e lazer que marcam a “moda” em algumas gerações (crianças/jovens), as possibilidades mais ou menos alargadas do orçamento familiar configuram-se, muito provavelmente, como um constrangimento material na adequação entre consumos realizados e “necessidades incorporadas” – constrangimento, por vezes, contornado, como analisado atrás, através do acesso facilitado a créditos pessoais e outros instrumentos afins.

Um último indicador incluído na Tabela 4 perspetiva uma comparação entre a situação presente e a de há doze meses, relativamente à contratação de serviços de apoio doméstico. A distribuição modal recai nos itens de manutenção das condições: no geral, quem tinha empregada ou recorria a serviços de apoio doméstico mantém esses serviços (23% do total); quem não beneficiava de qualquer apoio permanece nas mesmas condições (47%). Os restantes (19%) diminuíram ou suspenderam (5%) esses serviços.

Na análise das práticas sociais de classe relativamente a este tipo de serviços, os empregados executantes destacam-se como os que menos utilizam e

utilizavam este tipo de serviços (mais de 70% destas famílias). Os profissionais liberais correspondem aos que com maior frequência suspenderam estes apoios (perto de um décimo). Os quadros técnicos incidem nas orientações de diminuição do apoio sem o suspender (perto de um quarto), embora 7% o tenham feito. Nas orientações que investem na permanência dos apoios, estão os profissionais intelectuais e científicos (PIC) (31%) e, sobretudo, os empresários e dirigentes (ED) (38%), embora também nestes segmentos se registre a presença de famílias que tiveram de reduzir ou suspender o apoio (cerca de um quarto dos ED e 22% dos PIC).

4.3 Práticas de lazer, sociabilidades e orientações culturais

A análise das práticas de consumo destas famílias, balizadas por condições materiais de favorecimento relativo na comparação com a população portuguesa como um todo, sugere uma prevalência de situações de continuidade ou, pelo menos, de “manutenção adaptada” – apoiada por escolhas seletivas e pela procura de soluções económicas – relativamente a alguns vetores nucleares de bem-estar e qualidade de vida (como a alimentação, o acesso a tecnologias e redes de comunicação, informação e lazer, entre outras). Importa agora analisar em que medida a autonomia relativa, face às condições de retraimento económico, das orientações de escolha e preferências, materializadas nesses consumos, é, ou não, extensível a práticas de lazer, sociabilidades e orientações culturais destas famílias.

A Tabela 5 apresenta um conjunto de indicadores que apoiam esta reflexão dando ênfase a duas dimensões temporais de avaliação da adesão a “atividades de tempos livres e lazer”: uma, referenciada ao presente, aborda a frequência com que os indivíduos e as famílias aderem às atividades referenciadas; a outra compara com a situação de há doze meses, procurando aferir eventuais alterações na frequência de realização dessas práticas. A tabela assinala, nos primeiros quatro itens, as atividades que acolhem maior adesão no presente; e no segundo bloco, também de quatro itens, as atividades que, segundo os próprios, eram mais frequentes há um ano.

Numa primeira leitura, o contraste dos itens que referenciam os dois tempos, presente e passado (doze meses atrás), dificilmente seriam mais salientes. Nos contextos e situações atuais que circunscrevem as escolhas e prioridades destes indivíduos e famílias, ganham relevo práticas de consumo/lazer e consumo/necessidade e saúde consonantes com um universo simbólico e cultural que faz apelo à contenção de gastos, tendo em conta o constrangimento económico e financeiro vivido. “Passear por jardins e espaços públicos” (mais de 80% afirmam fazê-lo muitas/algumas vezes); “Fazer desporto ao ar livre (correr/fazer jogging, andar de bicicleta, etc.)” (uma prática assumida por

cerca de dois terços); “Preparar ‘marmita’ para refeição fora de casa” (pouco mais de 50%); “Ir a museus e exposições” (46%), são as atividades que mobilizam, atualmente, com frequência crescente, o conjunto aqui em referência. Em contrapartida, convidados a comparar a situação presente com a de há doze meses, as respostas modais” na categoria “mais frequente” salientam que era mais frequente: “Fazer refeições em restaurante ou similar” (42%); “Comprar livros com objetivos lúdicos” (35%); “Ir ao cinema com alguma regularidade” (30%); “Ir para fora no fim de semana” (28%).

A correlação destes indicadores com os agrupamentos de classe aqui em referência denota uma variação estatisticamente significativa apenas no item “Preparar ‘marmita’ para refeição fora de casa” – comportamento que é hoje realizado por sensivelmente dos terços dos EE e dos PL, e pouco mais de um quarto dos ED; de notar ainda que neste segmento dos empresários e dirigentes mais de 50% nunca o fazem. A convergência de práticas nos restantes itens sugere uma sobredeterminação do contexto político-social de retraimento económico, face às orientações individuais/familiares reguladas pelos atributos específicos de regras, recursos e condições e pelos processos de interação social, que, como vimos, diferenciam, apesar de tudo, os vários segmentos aqui em referência.

Mas as avaliações reportadas à situação “há doze meses” podem ainda ser lidas na referência à frequência das respostas que indiciam uma mudança pela positiva: no que concerne a “fazer refeições em restaurante ou similar”, perto de um quarto dos respondentes (28% dos ED e 21% dos PL) declara que antes o fazia com menos frequência. Comprar livros com objetivos lúdicos era também menos frequente para sensivelmente 19% dos respondentes (28% dos assalariados executantes em atividades de base dos serviços; 16% dos profissionais técnicos e de enquadramento). Da mesma forma, ir ao cinema com alguma regularidade era menos frequente há um ano para 19% dos respondentes (27% nos EE; 15% no caso dos ED); ou no mesmo sentido, ir para fora no fim de semana era menos frequente para 23% do todo (17% dos PL). Nestes protagonismos de práticas de consumo/cultura parecem, afinal, revelar-se algumas orientações que contrariam o sentido da análise antes desenvolvida. Desta forma, existe uma complexidade e diferenciação nas modalidades de adaptação e reação destes indivíduos e famílias face ao contexto envolvente, sugerindo alguma prevalência de decisões, relativamente a práticas de ocupação de tempos livres e lazer que, em grande medida, permanecem determinadas pelo gosto. Estas práticas, curiosamente, são mais evidentes no agrupamento social de classe que, na análise referenciada aos vários indicadores de rendimentos e consumos, apresentou maior dificuldade de adaptação: os empregados executantes.

Tabela 5. Atividades de tempos livres e lazer e orientações culturais (%)

Práticas de lazer e sociabilidades	Classe social					Total
	Empresários e dirigentes	Profissionais liberais	Profissionais intelectuais e científicos	Quadros técnicos e de enquadramento	Empregados executantes	
Atualmente	Passeia por jardins e espaços públicos...					
Muitas vezes	26,0%	31,8%	33,7%	35,4%	36,8%	33,8%
Algumas vezes	46,9%	56,8%	48,2%	44,0%	49,6%	47,4%
Subtotal	72,9%	88,6%	82,0%	79,5%	86,4%	81,2%
Poucas vezes	21,9%	11,4%	14,8%	18,7%	11,2%	16,1%
Nunca	5,2%	-	3,3%	1,9%	2,4%	2,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Faz desporto ao ar livre...					
Muitas vezes	22,9%	22,7%	25,7%	24,6%	23,2%	24,5%
Algumas vezes	42,7%	43,2%	32,7%	38,4%	41,6%	37,4%
Subtotal	65,6%	65,9%	58,4%	63,1%	64,8%	61,9%
Poucas vezes	25,0%	29,5%	29,8%	27,2%	25,6%	27,9%
Nunca	9,4%	4,5%	11,8%	9,7%	9,6%	10,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Prepara "marmita" para refeição fora de casa...*					
Muitas vezes	22,9%	40,9%	27,4%	31,7%	44,4%	31,4%
Algumas vezes	10,4%	27,3%	21,4%	22,4%	16,7%	20,1%
Subtotal	33,3%	68,2%	48,8%	54,1%	61,1%	51,5%
Poucas vezes	14,6%	13,6%	19,6%	16,4%	19,0%	17,7%
Nunca	52,1%	18,2%	31,5%	29,5%	19,8%	30,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Vai a museus e exposições...					
Muitas vezes	7,3%	13,6%	9,1%	5,2%	5,6%	7,5%
Algumas vezes	39,6%	38,6%	41,6%	37,7%	29,6%	38,3%
Subtotal	46,9%	52,3%	50,7%	42,9%	35,2%	45,8%

Poucas vezes	42,7%	36,4%	37,2%	45,5%	43,2%	41,2%
Nunca	10,4%	11,4%	12,1%	11,6%	21,6%	13,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Há doze meses...	Fazer refeições em restaurante ou similar era...					
Mais frequente	36,5%	42,9%	45,6%	43,5%	36,0%	42,4%
Igualmente frequente	35,4%	31,0%	26,4%	30,5%	31,2%	29,6%
Menos frequente	28,1%	21,4%	24,0%	23,8%	24,8%	24,4%
Não se aplica		4,8%	3,9%	2,2%	8,0%	3,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Comprar livros com objetivos lúdicos era...					
Mais frequente	25,0%	33,3%	39,8%	34,9%	32,0%	35,2%
Igualmente frequente	53,1%	45,2%	39,5%	46,1%	30,4%	42,0%
Menos frequente	17,7%	19,0%	17,7%	16,0%	28,0%	18,7%
Não se aplica	4,2%	2,4%	3,0%	3,0%	9,6%	4,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Ir ao cinema com alguma regularidade era...					
Mais frequente	25,0%	38,1%	31,8%	28,3%	29,0%	29,9%
Igualmente frequente	56,3%	38,1%	44,4%	50,2%	37,1%	46,2%
Menos frequente	14,6%	16,7%	18,6%	16,7%	26,6%	18,6%
Não se aplica	4,2%	7,1%	5,1%	4,8%	7,3%	5,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Ir para fora no fim de semana era...					
Mais frequente	25,0%	31,0%	28,4%	26,1%	31,2%	27,9%
Igualmente frequente	43,8%	40,5%	42,8%	43,7%	28,0%	40,9%
Menos frequente	25,0%	16,7%	20,1%	24,6%	24,8%	22,5%
Não se aplica	6,3%	11,9%	8,7%	5,6%	16,0%	8,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Qui-quadrado significativo $p < 0,000^*$

Fonte: CIES-IUL (2012), IRC – Inquérito aos Rendimentos e Consumos.

5. Conclusões

O estudo apresentado utiliza alguns dos principais focos analíticos no âmbito da sociologia das classes, numa perspetiva relativamente abrangente – nomeadamente a sua relação com recursos, práticas quotidianas e estilos de vida (Costa, Machado e Almeida 2007) e, do ponto vista conceptual, o teste e a aplicabilidade da definição de segmentos daquilo que se tem vindo a consagrar como “classe média”.

Os processos de recomposição estrutural aqui brevemente evocados sugerem que, mesmo no segmento com capacidade reflexiva e melhores condições materiais e simbólicas de adaptação às mudanças em curso, a oportunidade de apropriação de uma parte da “mais-valia social” (Wright 1997) se tornou cada vez mais difícil. Isto, quer porque os “subsídios de lealdade”, traduzíveis em oportunidade acrescidas de acesso a promoções e carreira, têm vindo a ser depurados à medida que aumenta a precariedade, mesmo a dos mais qualificados; quer ainda porque as “recompensas salariais” acima dos custos de obtenção e reprodução das qualificações e competências adquiridas também se estão a deteriorar. Assim, tornou-se aqui incontornável discutir algumas das estratégias e capacidades de resiliência à contração das condições de vida. Nesta medida, como é que os segmentos predominantemente de topo, da “classe média” em Portugal, estão a conseguir desenvolver estratégias de adaptação na gestão de rendimentos disponíveis e das despesas realizadas para assegurar de forma sustentada os seus estilos de vida? Será possível definir padrões de comportamento que configuram oportunidades de melhoria em vetores estruturantes para a manutenção do seu bem-estar e qualidade de vida?

Nos dados considerados ficou bem patente que, no seu conjunto, os segmentos em análise correspondem àqueles onde, em geral, convergem traços de favorecimento material e simbólico, distinguindo-se de outros segmentos da sociedade portuguesa, nos consumos protagonizados, com reflexos claros nas várias esferas da vida social, profissional e familiar. É, pois, neste conjunto da população que se materializam com maior incidência consumos lúdicos, culturais, estéticos e educativos. Estes indivíduos e respetivas famílias – com posicionamentos de classe na burguesia e nas frações de topo de uma classe média urbana e com perfis de qualificação e condições de adaptabilidade melhoradas no contexto da sociedade portuguesa atual – correspondem também aos segmentos que, em Portugal, mais beneficiaram no período anterior da grande expansão do crédito aos particulares e da melhoria das condições de vida, através do acesso facilitado à habitação própria e a determinados bens de consumo, e que, como tal, hoje, estão particularmente permeáveis ao risco de insolvência ou sobreendividamento (Leitão Marques e Frade 2004; Banco de Portugal 2011).

De qualquer forma, a situação hoje parece estar em transmutação. Através da informação recolhida, é possível apurar que, para este referente empírico, mais de três quartos contraíram pelo menos um empréstimo que estão atualmente a pagar; apesar de declararem terem alguma prática de poupança, mais de um quarto indica que presentemente deixou de ter condições para o fazer ou que só o faz raramente, e quase metade desta amostra manifesta ter sentido dificuldades para fazer frente a despesas, pelo menos uma vez, no último ano. A análise das práticas de consumo dos empregados executantes, na fronteira conceptual dos lugares de classe média, coloca-os, uma vez mais, como o segmento mais afetado nas suas possibilidades de escolha, sendo preponderantes as estratégias de reconversão por via da procura de opções mais económicas, mesmo em consumos de primeira necessidade como a alimentação.

Os dados apresentados sugerem uma progressiva polarização, ainda que moderada, das condições de vida entre os posicionamentos sociais da “classe média”, mesmo atendendo à dificuldade de traçar os limites e conteúdos desta categoria de forma nítida. Verifica-se que se estão a afirmar distâncias entre aqueles que declaram uma maior capacidade para fazer escolhas, mantendo no essencial a qualidade e estilos de vida, e os outros, em perda dessas possibilidades, com uma maior incidência nos segmentos do assalariamento. Como é que esta nova realidade se tem vindo a materializar nas práticas de consumo e nas estratégias de criação e manutenção de relações sociais de diferenciação de status e consagração de estilos de vida distintivos nos posicionamentos sociais? Será que o capital cultural e simbólico, forte indutor de lógicas de identidade de demarcação diferenciadora (Bourdieu 1979), se mantém, por via das práticas e orientações de consumo, como um recurso de distinção de posições sociais, mesmo nestes agrupamentos que sentiram intensamente os efeitos da contração económica e social? Ou, pelo contrário, a “proletarização” anunciada dos estratos intermédios urbanos, inclusive nos segmentos de elite intelectual e científica e nos técnicos superiores e de enquadramento, é já uma realidade?

Referências bibliográficas

- ATKINSON, Will (2010), “Same formula, different figures: Change and persistence in class inequalities”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63: 11-24.
- BANCO de Portugal (2011), Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa (2010), Lisboa: Banco de Portugal, Eurosistema, disponível em: www.clientebancario.bportugal.pt.
- BAUMAN, Zygmunt (2001), *The Individualized Society*, Cambridge: Polity Press.

- BECK, Ulrich (2004 [1992]), *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage Publications.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões Práticas: Sobre a teoria da acção*, Oeiras. Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: Critique sociale du jugement*, Paris: Éditions de Minuit.
- CARMO, Renato Miguel do (org.) (2011), *Desigualdades em Portugal: Problemas e propostas*, Lisboa: Edições 70 e Le Monde diplomatique.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede, A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura*, Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSTA, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa: Mundos Sociais.
- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras: Celta Editora.
- CRUZ, Isabel (2009), *Entre Estruturas e Agentes: Padrões e práticas de consumo em Portugal continental*, Tese de doutoramento em Sociologia, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ESTANQUE, Elísio (2012), *A Classe Média: Ascensão e declínio*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ESTANQUE, Elísio (2009), “Diferenças sociais de classe e conflitualidade social”, in M. Lages e A. Teodoro Matos (orgs.), *Portugal Intercultural: Razão e projecto*, Lisboa: CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa/ ACID: 123-176.
- ESTANQUE, Elísio (2003), “O ‘efeito classe média’: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in M. Villaverde Cabral, J. Vala e A. Freire (orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS/ISSP): 69-105.
- GIDDENS, Anthony (2000), “Viver numa sociedade pós-tradicional”, in U. Beck, A. Giddens e S. Lash (orgs.), *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras: Celta, 53-104.
- INE (2011), *Rendimentos e Condições de Vida: Destaque à comunicação social*, 11 de Julho de 2011.
- LEITÃO MARQUES, Maria Manuel, FRADE, Catarina (2004), “Regular o sobreendividamento”, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (org.), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra: Coimbra Editora, 79-98.
- MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosário; MARTINS, Susana da Cruz; CASANOVA, José Luís; ALMEIDA, João Ferreira de (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66: 45-80.
- MARTINS, Susana da Cruz (2004), “Padrões de vida familiares em espaço urbano e rural: uma perspectiva das condições e contextos sociais das famílias com crianças”, *X Encontro Internacional da APDR, Demografia e o Desenvolvimento Regional*, Évora.
- MARTINS, Susana da Cruz; MAURITTI, Rosário e COSTA, António Firmino da (2007), “Padrões de vida na sociedade contemporânea”, in M. das Dores, A. Cardoso Torres e L. Capucha (orgs.), *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu*, vol. III), Lisboa: Celta Editora, 263-281.
- MATOS, José Nuno e DOMINGOS, Nuno (orgs.) (2012), *Novos Proletários. A precariedade entre a “classe média” em Portugal*, Lisboa: Edições 70 e Le Monde diplomatique.

- MAURITTI, Rosário (2012), “Processos de reconfiguração de estilos de vida: a classe média em perspetiva”, *Plataforma Barómetro Social*, 5.ª Série, 5/12/2012, in: <http://barometro.com.pt/archives/791>.
- MAURITTI, Rosário (2011), *Viver Só: Mudança social e estilos de vida*, Lisboa: Mundos Sociais.
- RIBEIRO, Raquel Barbosa (2011), *Consumo e Classes Sociais em Portugal: Auto-retratos*, Lisboa: Causa das Regras.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2011), *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*, Coimbra: Edições Almedina.
- SEN, Amartya (2009), *A Ideia de Justiça*, Coimbra: Edições Almedina.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- VELHO, Gilberto (2004 [[1991]], *Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Coleção Antropologia Social, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- WRIGHT, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge: Cambridge University Press.

7. Emergência e queda das novas classes médias: a improvável consolidação das suas práticas de consumo

Alice Duarte

1. Introdução

O presente texto tem por base uma investigação centrada na abordagem do processo de consumo enquanto prática cultural, isto é, em que os bens e serviços consumidos são equacionados em termos da sua ressocialização pelos atores sociais. No universo de pesquisa, os atores sociais considerados foram os membros componentes de 24 agregados domésticos, reunidos em virtude da sua inclusão comum numa categoria pré-definida e convencionalmente dada como “classe média”. Através de um dispositivo metodológico de contornos claramente qualitativos, assente em entrevistas de longa duração e etnografia, e acionado sobre aquelas famílias da classe média, satisfazia-se a imposição auto-imposta de aceder a consumidores concretos, considerando-os nas suas práticas regulares de consumo e localizando-os nos respetivos contextos familiares¹.

Os potenciais sujeitos da pesquisa começaram por ser acidentalmente contactados de entre os visitantes do *Norteshopping*, um amplo centro comercial do Grande Porto. A constituição definitiva do universo de pesquisa implicou uma seleção *a posteriori* de entre os informantes inicialmente contactados, retendo apenas aqueles, cuja posição na estrutura social era classificável como “classe média”, de acordo com a tipologia classificatória de classes de J. F. de Almeida *et al.* (1990)² e que conseguiam satisfazer dois outros critérios pré-estabelecidos: em termos de residência, manterem ligação clara ao meio urbano e, em termos de ocupação profissional, estarem ligados ao setor terciário ou secundário. Tendo em mente a posição de Boaventura

¹ Como produtos maiores resultantes da investigação em questão, devem ser mencionados: Duarte, A. (2009), *Experiências de Consumo. Estudos de Caso no Interior da Classe Média*; e Duarte, A. (2011), *O Consumo para os Outros. Os Presentes como Linguagem de Sociabilidade*.

² A tipologia da estrutura de classes da equipa de J. Ferreira de Almeida *et al.* (1988), para além de considerar outras variáveis secundárias, elege como suas variáveis principais a categoria socioprofissional e a situação na profissão, tudo culminando num modelo com três classes (burguesia, pequena-burguesia e operariado), cada uma delas comportando diversas frações de classe. Nessa tipologia, a classe média ou pequena-burguesia surge composta por oito frações.

S. Santos (1993: 48) quanto ao facto de a ligação à economia agrícola de um terço das famílias portuguesas ter efeitos em termos da sua dupla pertença de classe, a intenção era constituir uma “classe média” que, sendo mais restritiva do que a tipologia adotada permitia, potenciase o acesso a famílias das novas classes médias predominantemente urbanas. Acabei, portanto, por circunscrever a pesquisa a uma “classe média” essencialmente urbana e ligada aos serviços³.

O dispositivo metodológico adotado e a sua operacionalização sobre um universo de pesquisa reunindo agregados domésticos da classe média urbana, que se tornam outras tantas unidades de análise ou estudos de caso, permitiram alcançar dois desenvolvimentos analíticos complementares. Por um lado, foi possível dar conta da multiplicidade de apropriações e usos efetivados sobre idênticos itens de consumo. Dado os sujeitos consumidores em questão serem todos relativamente “próximos” em termos sociais, conseguiu-se produzir uma compreensão extensiva e aprofundada das possibilidades expressivas e comunicativas do consumo e demonstrar o seu carácter de fenómeno diferenciado intraclasse. Perante a relativa proximidade estrutural dos sujeitos da pesquisa, as diferenças detetadas ao nível das suas práticas de consumo resultavam melhor compreendidas se cruzadas com o momento específico do percurso de vida, com a altura do ciclo de vida da família, com opções ideológicas, situações afetivas e adesões morais do que com qualquer ligação demasiado linear entre tipo de bens consumidos e tipo de consumidores segundo a estrutura das posições sociais.

Por outro lado, ao constituir um universo de estudo composto em exclusivo por informantes e famílias enquadráveis no setor médio da estrutura social, delineava um universo de análise cuja consistência e “unidade” o tornavam indicado para ajudar a compreender os recentes movimentos de recomposição social em Portugal. Múltiplos trabalhos (Almeida *et al.* 1994; Barreto 1996; Viegas e Costa 1998; Machado e Costa 1998) têm atestado as transformações intensas e aceleradas da sociedade portuguesa depois de 1960 e 1974, frisando, nomeadamente, o crescimento massivo da classe média; mas o conhecimento sobre esse setor da população, que entretanto se terá tornado maioritário, permanecia bastante desatendido. A opção pela classe média enquanto espaço

³ Uma sistematização de dados relativos aos agregados familiares constituintes do universo de estudo pode ser consultada em Duarte (2009: 102/103). Fazendo uso da terminologia de Almeida *et al.* (1988), é aqui possível especificar que as 24 famílias consideradas se distribuam por cinco frações de classe do seguinte modo: Pequena Burguesia de Execução (3); Pequena Burguesia Independente e Proprietária (4); Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada (6); Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento Intermédio (5); Pequena Burguesia Intelectual e Científica (6).

social de análise, aí abordando o consumo enquanto prática cultural, incluiu a mais-valia de poder contribuir para a sua caracterização enquanto conjunto de grupos. Para lá da heterogeneidade interna que possa existir neste setor da estrutura social (e que também está presente no interior do universo de pesquisa), a sua consideração transversal como um todo permite a identificação de uma certa normatividade capaz de fornecer um retrato qualitativo razoavelmente penetrante, nomeadamente, das novas classes médias.

Como informação complementar, esclareça-se que a análise realizada não recaiu sobre nenhum item exato de consumo pré-definido. O processo de consumo comporta como que uma *práxis*, uma ação efetiva, cujos resultados tendem a manifestar-se na criação de *ambientes* que reúnem, expõem, combinam vários *itens* de consumo, não se verificando, portanto, a tendência do consumo isolado de bens e serviços. Ao mesmo tempo, excetuando razões estritamente processuais da pesquisa, é sempre bastante arbitrária a seleção de alguns itens de consumo, em detrimento de outros, para sobre eles fazer recair a análise. Em virtude destas ponderações, optei antes por definir seis *domínios de consumo*: “casa e seu recheio”, “alimentação”, “descendentes”, “apresentação pessoal”, “lazer e cultura” e “presentes”. Correspondem a outras tantas subdivisões inerentes à organização da vida familiar, sendo, desde logo, entendidos como agregando conjuntos de bens e de serviços.

Socorrendo-me da pesquisa realizada, que entendo merecer ser rotulada como efetivamente intrusiva pelo acesso que permite à realidade vivida destas famílias das novas classes médias, no presente texto procuro explicitar algumas das suas práticas de consumo e correlativas expressões culturais. Entre o período de contacto com os informantes e a escrita deste texto há um desfasamento temporal de pouco mais de meia década, que se torna, contudo, significativo em virtude da deflagração da crise financeira do Estado e da sociedade em que estamos mergulhados (redijo este texto em novembro de 2011). Porém, como se verá, já antes, o que sobressaía era uma evidente precaridade e debilidade deste setor da estrutura social. À sua expansão muito recente, nunca chegaram a ser dadas grandes possibilidades de consolidação⁴.

2. Um segmento social de expansão recente... e periclitante

A abordagem do consumo enquanto prática cultural comporta o significativo mérito de possibilitar o acesso às interpretações e valorizações culturais/morais subjacentes às práticas de consumo dos sujeitos. Estas e todos os

⁴ Ainda assim, chamo a atenção para o facto de algumas afirmações relativas ao “presente etnográfico” poderem surgir “estranhas”, dado o contexto vivido atualmente.

itens de consumo que as integram servem de suporte material à objetificação de ideias, valores e projetos que podemos procurar compreender de forma integrada. Em relação a Portugal, é consensual e pacífico o reconhecimento de que as transformações estruturais da sociedade ocorridas nos últimos 50 anos incluíram a emergência e o alargamento das novas classes médias. Atendendo à “classe média” dos informantes, é possível confirmar, não só a sua expansão recente, como também a sua forte tendência para o simplesmente *remediado*⁵. Essa tendência manifesta-se em múltiplos contextos e rotinas da vida quotidiana das famílias. Como forma de clarificar o sentido da afirmação, atente-se, por exemplo, no facto da generalizada ausência de bens herdados.

Tendo em mente a recorrência generalizada da propriedade da casa de família – cuja tendência é, aliás, transversal a toda a sociedade portuguesa a avaliar pela taxa de proprietários do respetivo alojamento, que ronda (ou terá rondado) os 70% (Barreto 2002) –, poder-se-á tender a enfatizar o movimento geral de saída da miséria material ocorrido a partir dos anos de 1960. Importa fazer notar que é também absolutamente generalizada a recorrência de esta casa de família ter sido adquirida pelos seus atuais proprietários, através de empréstimo bancário, e não herdada das gerações anteriores. É importa também ter presente o esforço financeiro que essa aquisição de casa implica, já que, não raras vezes, a mensalidade da hipoteca leva um terço ou metade do rendimento familiar⁶. Mas, se se atender aos bens móveis, é-se obrigado a notar igualmente a quase total inexistência de bens herdados. No universo de informantes, o conjunto de objetos herdados resumia-se a algumas peças soltas de louça e talheres, alguns relógios e um oratório e ao caso, excecional porque único, de um conjunto de móveis de sala de jantar. Um panorama tão distante do descrito por Le Wita (1985) a propósito das famílias burguesas parisienses, entre as quais a memória familiar é alimentada por um conjunto articulado de narrativas estendidas no tempo e pela transmissão de casas, móveis e objetos diversos através das gerações, não se explica por um menor interesse concedido à memória familiar. É, antes, explicável pela generalizada ausência – até à geração atual – de património material significativo. Entre as novas classes médias, a

⁵ Claro que, atendendo à heterogeneidade interna do universo de pesquisa, é possível apontar diferenças substanciais em termos, quer do rendimento disponível, quer dos tipos dominantes de capital. Mas essas são, sobretudo, diferenças de grau, por cima das quais sobressai uma tonalidade identicamente *débil* que abrange profissionais executantes e profissionais técnicos/científicos.

⁶ Como, aliás, a atual multiplicação de casos relativos a hipotecas e respetivos empréstimos bancários incumpridos comprova exuberantemente.

inexistência geral de bens herdados é uma ilustração indireta da, igualmente generalizada, muito recente possibilidade de alcançar algum bem-estar económico capaz de sustentar a aquisição de bens duráveis e a sua transição entre gerações. A plausibilidade desta interpretação é reforçada pela recorrência também verificada de várias famílias, num passado recente, se terem desfeito com alguma facilidade dos alojamentos antes comprados por si, para concretizarem segundas versões da casa de família, em conformidade com as próprias melhorias materiais alcançadas. Tal facto, ao mesmo tempo que evidencia a perceção de uma mudança em relação às gerações anteriores em termos do que sejam condições de conforto, elucida igualmente sobre o impensável de manter as duas habitações para virem a ser herdadas.

A enunciada tonalidade essencialmente *remediada* das novas classes médias e sua correlativa capacidade de aquisição, só muito recentemente alcançada, de bens duráveis (ou credenciados, para poderem ser entendidos como tal) podem ser ilustradas de um modo quase paradigmático através do novo entusiasmo devotado à aquisição de louça da Vista Alegre, nomeadamente, aos seus serviços de jantar adquiridos gradualmente através de um prolongado esforço⁷. A inexistência desses objetos herdados é sintomática da parcimónia dominante nas gerações anteriores. Em concomitância, há a assinalar este novo interesse e esforço desenvolvidos pelas famílias na sua aquisição, cujo empenho e subjacente valorização permitem prever que tais objetos se virão a constituir como bens herdados por alguém.

Atendendo a outros *domínios de consumo*, a mesma tendência para o simplesmente *remediado* surgia especialmente evidenciada através da consideração do domínio “lazer e cultura”. Aqui, a análise recaía sobre o conjunto de atividades e bens a que as famílias e os indivíduos que as compunham recorriam para organizar e usufruir dos seus “tempos livres”, entendidos estes como os períodos não dedicados, nem às respetivas ocupações profissionais, nem à satisfação das necessidades prosaicas do dia a dia. Começando pelas férias, importa deixar claro que elas não devem ser tomadas como um hábito banalizado, se por tal termo se entender a saída temporária da residência habitual, e não apenas a existência de um período legalmente definido de paragem nas respetivas ocupações profissionais. No universo de estudo, a prática consolidada de férias regulares surgia como o fundamental indicador de charneira que separava os agregados efetivamente

⁷ A marca Vista Alegre atingia, de facto, uma ressonância paradigmática até pela multiplicação das famílias que adotavam o comportamento descrito. Embora sem meios para o comprovar, dado que não voltei a estabelecer contacto com o universo de informantes, esta é, contudo, uma situação sobre a qual é legítimo supor haver já desfasamento significativo entre o “presente etnográfico” relatado e o efetivo comportamento atual.

menos *remediados* dos outros que assim tinham de ser identificados. Para estas últimas famílias, as férias são apenas ocasionais ou gozadas sem sair de casa, pela concretização de pontuais programas lúdicos. Claro que é razoável e legítimo estabelecer ligação entre o tipo de férias realizadas e as variações nos respetivos rendimentos disponíveis, sendo sintomática de, pelo menos algum desafogo financeiro, a concretização efetiva de férias e, mais ainda, se longínquas e repetidas ao longo do ano. Porém, essa linha de leitura não deve escamotear a co-intervenção de outras dimensões, relacionadas com a própria novidade da possibilidade das férias e do seu cruzamento com questões de mentalidade e sensibilidades normativas, radicadas num determinado estilo de vida familiar. Para lá das condicionantes financeiras (cujos efeitos podiam ser determinantes), a não universalidade das férias denunciava também o carácter relativamente recente de introdução desse hábito entre algumas das famílias consideradas. O que pretendo dizer é que algumas famílias só gozavam férias pontualmente, ou até, pura e simplesmente não as gozavam, não apenas por estrita impossibilidade financeira à época, mas porque, sendo uma oportunidade apenas surgida há pouco tempo, ainda não tinha sido interiorizada como um comportamento regular. Sobretudo para algumas pessoas mais velhas, pode-se dizer que a ausência da prática regular de férias acontecia porque estas não faziam parte integrante das suas sensibilidades normativas, do seu estilo de vida. Depois, havia também aqueles agregados para os quais as férias não existiam porque, de uma forma muito linear, a despesa correspondente e, nomeadamente, o respetivo subsídio de férias precisavam de ser canalizados para outros fins definidos como prioritários, desde o equilibrar do orçamento familiar ao arranjo da casa, passando, muitas vezes, por um qualquer investimento a favor dos descendentes.

O mesmo misto de debilidade financeira e recorrente padrão de sensibilidade normativa – e não, em exclusivo, a hipotética pesada carga financeira – fazia-se igualmente sentir a propósito de outras formas de lazer que tendiam a surgir muito sub-representadas entre as famílias consideradas. Das três formas de lazer identificadas, deve ficar assinalada a alargada magnitude daquilo a que chamei o *lazer doméstico*, tipicamente concretizado pela permanência no lar familiar, onde, para além de descansar, se assiste sobretudo ao tradicional serão televisivo, sendo o mesmo programa tendencialmente repetido aos fins de semana. Trata-se de uma forma de lazer essencialmente familiar, que não tem associado ao momento da sua prática a efetivação de nenhum consumo particular, mas que pressupõe, contudo, a dotação dos respetivos lares com as aparelhagens audiovisuais imprescindíveis, bem assim como com os necessários acessos aos canais de televisão codificados e/ou a obtenção de materiais filmicos alternativos.

Pelo contrário, em relação ao que designei como *lazer cultural*, cujas práticas se traduzem quer na assistência a espetáculos vários, quer na aquisição de bens como livros, jornais e discos de origem diversa, a sua incidência surgia genericamente residual. Ao nível do *lazer cultural*, a exposição de recorrências analíticas surge anormalmente dificultada porque, excetuando a afluência às salas de cinema – que se apresentava com um grau de ocorrência quase universal –, a incidência das suas outras manifestações e, nomeadamente, a reivindicação da importância atribuída pelas próprias pessoas a tais práticas surgiam confinadas a um número muito reduzido de informantes e, mais ainda, de agregados. Por exemplo, é verdade que pelo menos algum membro de todos os agregados pontualmente assistiria a um espetáculo de teatro, mas apenas duas ou três famílias o faziam regularmente e subscrevendo a fórmula de uma procura orientada de consumo cultural. Quanto a hábitos de leitura e escutas musicais, embora fosse constatável que os seus consumos atingiam um leque um pouco mais alargado de informantes, tem de se continuar a reconhecer que permaneciam minoritários. Uma interpretação abrangente do material disponível permite compreender que se está em presença de contextos familiares tendencialmente pouco sustentadores de estilos de vida orientados para a valorização de consumos culturais⁸.

Quanto à terceira modalidade de ocupação dos tempos livres identificada – que denominei como *lazer de diversão* ou *cultura de saídas* –, ela assenta numa convivialidade tipicamente moldada em torno de encontros regulares, realizados “fora de casa” e em espaços públicos de restauração e/ou diversão noturna. Neste caso, a recorrência analítica central diz respeito ao facto de esta modalidade de lazer surgir confinada a um conjunto de informantes cuja idade é inferior a 35 anos, estejam eles já inseridos em unidades domésticas autónomas, ou permaneçam ainda não autonomizados dos agregados dos ascendentes. O *lazer de diversão* dos sub35, tipicamente concretizado pela *saída com os amigos* para locais de diversão e convívio (Costa 2003), podendo ou não incluir uma ida ao restaurante igualmente utilizada como meio de materialização de uma identidade grupal fortemente valorizadora das oportunidades de encontro entre pares, é um tópico que tem o mérito de fazer sobressair a crescente distância estabelecida entre as gerações. Traduzindo a

⁸ Importará esclarecer que, em concomitância com aquela reduzida incidência do *lazer cultural*, sobressaía a existência de alguns informantes – sobretudo isolados, e não tanto as próprias famílias no seu conjunto – para os quais bens como livros, suportes musicais e manifestações artísticas eram especialmente valorizados. Nesses casos, a identidade pessoal de cada um surgia, em grande parte, constituída e definida através dos respetivos consumos culturais que emergiam como complementos identitários desses sujeitos, suscitando avaliações distintamente positivas mesmo quando a sua concretização se realizava no espaço do lar. Mas esses casos eram claramente residuais.

adoção de novas práticas de convivialidade e de consumo, este tipo de lazer é igualmente um indicador das significativas diferenças existentes entre os sub35 e os mais velhos, ou seja, a geração dos respetivos pais.

3. Linhas de fratura entre as gerações de pais e filhos

Considerando a “classe média” dos informantes, há um conjunto de variáveis, cuja incidência surge claramente diversa segundo as gerações. A sua consideração permite compreender de forma abrangente algumas das novas linhas normativas caracterizadoras deste setor médio da estrutura social, bem assim como os sentidos valorativos que lhes estão subjacentes. Entre as novas classes médias, um dado factual incontornável é a significativa distância entre os sub35 e a geração mais velha em termos do respetivo nível de escolarização. Enquanto os recursos educacionais formais detidos pelos mais velhos se reduzem, em muitos casos, ao grau do que já foi a escolaridade obrigatória, a quarta classe, pelo contrário, relativamente aos mais novos, a obtenção de formação superior, ou a sua expectativa positiva, é praticamente universal. De certo modo reproduzindo os efeitos da universalização do sistema educativo e da evolução de oportunidades possibilitadas pelas transformações socioeconómicas ocorridas em Portugal depois de 1974, esta tendência é também uma exibição indireta do papel desempenhado pela educação formal enquanto fonte de reconfiguração social. Ao mesmo tempo, contudo, para estes atores sociais não deixa de ser paradoxal (ou caricatural) que a efetivação daquele objetivo de escolarização, dado o contexto atual, seja concomitante com altas taxas de desemprego ou empregos “abaixo” das habilitações detidas. Contra todas as suas expectativas, vivenciam na pele o logro do ideal da meritocracia que é tanto mais efetivo quanto mais reduzidos são os respetivos recursos em capital social. Mas, para lá de todas as incertezas, no essencial, as suas esperanças continuam depositadas na obtenção do grau académico, o que é igualmente sintomático da valorização simbólica subjacente.

Uma outra linha de fratura que separa segundo tendências contrastantes a geração mais velha e a geração dos sub35 é o respetivo modelo de sociabilidade praticado e a correspondente exclusão/inclusão dos *amigos* como categoria sócio-afetiva significante. Importará fazer compreender que, enquanto objetificação da ideia de família, a casa se constitui para todos como fundamental suporte material do “lar”, sendo sobre ela ativadas significativas doses de atenção, trabalho e investimento, financeiro e simbólico. Pode-se afirmar que todas as casas dos informantes apresentam níveis bastante apreciáveis de condições de conforto. Em simultâneo, porém, verifica-se

igualmente que o espaço da casa, mais do que destinado a abrigar contactos sociais de amizade e/ou vizinhança e a concretizar trocas de hospitalidade, serve sobretudo para a fruição de uma sociabilidade familiar, muitas vezes restringida aos próprios membros do grupo doméstico. Apesar de a aquisição e subsequente manutenção da residência de família ter subjacente esforços, inclusive financeiros, bastante significativos e continuados, esses esforços estão longe de terem a suportá-los o hábito de abertura do espaço da casa a pessoas que não os familiares próximos. Surge bastante evidente que a casa é simultaneamente a entidade física e metafórica do agregado familiar que nela vive, constituindo-se enquanto tal como um importante foco de atenção, ao mesmo tempo que os esforços aí consumados têm um carácter muito pouco público e muito pouco publicamente ostentatórios. Em concordância com esse padrão, para além da comensalidade diária e funcional dos membros do agregado, a casa tende a abrigar apenas situações mais ou menos ocasionais de *comensalidade familiar festiva*, cujo âmbito se alarga tão-só à inclusão de alguns parentes mais próximos, reunidos a pretexto da celebração dos aniversários natalícios respetivos⁹. De forma abrangente, é possível afirmar que o ato de “receber amigos em casa” não faz parte integrante das rotinas habituais destas famílias. De forma específica para os informantes com mais de 35 anos, é igualmente notória a tendência para o seu modelo de sociabilidade surgir marcado por uma muito fraca incidência das redes de amizade e/ou vizinhança, que se diluem ainda mais quando o ponto de focagem atende à troca de hospitalidade, de comensalidade e de presentes. Em contraponto, entre os sub35 surge detetável um novo modelo de sociabilidade que, continuando sem abrir a casa à sociabilidade extrafamiliar, tende, contudo, a corporizar a emergência dos amigos como categoria sócio-afetiva significativa, com os quais se concretizam, quer encontros e atividades comuns “fora de casa”, nomeadamente em lugares públicos de restauração e diversão, quer trocas de presentes. Neste caso, para além da adesão ao *lazer de diversão* já referido, torna-se recorrente a prática peculiar – de todo ausente entre os mais velhos – de festejar os aniversários natalícios com os amigos através de uma comensalidade festiva em restaurante “em que cada um paga o seu”. A defesa convicta, e não a mera aceitação, desta modalidade de festa de aniversário entre amigos, cujos convites traduzem o desejo expresso da presença uns dos outros, mas, de modo nenhum, a intenção ou a obrigação de o respetivo aniversariante assegurar a despesa

⁹ O carácter festivo destas reuniões tende a abranger pouco mais do que alguns apontamentos alimentares excepcionais que acompanham o bolo de aniversário e respetivo champanhe, sendo notório que é a própria comensalidade a fornecedora do sentido simbólico e ritual da ocasião.

do jantar conjunto, permite a adoção de uma nova linha normativa em termos de sociabilidade, através da qual é possível satisfazer a vontade da companhia dos amigos, sem que, afinal, os encargos de trabalho ou dinheiro surjam excessivamente aumentados.

O panorama descrito – na sua tripla vertente: o caráter excepcional da inclusão dos amigos na sociabilidade doméstica, a identificada clivagem de comportamentos entre as gerações, e os novos padrões de sociabilidade dos sub35 – tudo isso confirma, quer a muito recente melhoria geral das condições materiais de vida capazes de permitir alguns relacionamentos sociais de cortesia, quer a sua instabilidade e debilidade implícitas e, portanto, a muito improvável consolidação atual dessas novas normatividades recém-estabelecidas.

4. Os descendentes como principal projeto familiar

Uma outra tendência fortemente caracterizadora das novas classes médias é a *glorificação dos descendentes*, pela qual se ultrapassa a comum percepção dos filhos como meio de continuidade futura dos ascendentes, fazendo-os emergir como sustentáculos de valorizações profundamente interiorizadas no seio da família. A economia moral do lar, que tende a reprimir e controlar qualquer fonte de desejo excessivamente pessoal pela sua submissão a projetos familiares mais alargados, surge ela própria muito centrada nos *filhos*, que emergem desempenhando um papel central na objetificação da própria ideia de família. Os descendentes tendem a surgir elevados a principal projeto familiar, capaz de moldar o estilo de vida do agregado, bem assim como as suas opções de consumo.

Embora a categoria *filhos* corporizadora desta tendência abranja descendentes de todas as idades, aqueles que, por excelência, se constituem como os catalisadores dos projetos familiares – enquanto tal justificadamente entendidos como beneficiários legítimos de decisões de despesa e de consumo neles especialmente centrados – são os jovens à medida que se aproximam da maioridade. Conforme caminham para o fim do ensino secundário, e com grande probabilidade durante alguns bons anos, os filhos ganham um incontornável relevo em termos dos desígnios familiares e das suas finalidades últimas.

Ao nível do universo de informantes, a consideração deste tópico permite destacar algumas recorrências analíticas relevantes. Em primeiro lugar, a perspectiva de os descendentes alcançarem o ensino superior e, mais ainda, de concluírem formações escolares universitárias surgem como alvos de um forte investimento emocional, afinal claramente relacionável, quer com o

recente e ainda reduzido aumento do nível de escolarização da sociedade portuguesa, quer com a já referida distância significativa de escolaridade entre pais e filhos. Depois, esse investimento emocional fornece o necessário aval ao próprio investimento financeiro nos filhos, assumido este como indispensável, já que, subjacente aos dois, está o acordo quanto à expectável alteração de vários padrões de comportamento, incluindo o recurso a alguns novos bens e serviços. Tendo plena consciência de que a chegada dos descendentes ao ensino superior implica, ou há de vir a implicar, um acréscimo substancial de despesas para o agregado, tal perspectiva é aceite como um facto que apenas interessa discutir tendo em vista encontrar soluções que sirvam a sua concretização¹⁰.

Para além da adesão indefetível ao projeto de proporcionarem aos filhos uma formação superior, os pais definem ainda como devidos outros apoios igualmente exigentes em termos das opções familiares. Por exemplo, para proporcionarem algumas experiências turísticas diversificadas aos descendentes, ou a concretização da respetiva “viagem de finalista” ao outro lado do mundo, podem auto-impor-se a inexistência de férias enquanto família, ou mesmo a abolição dessa anterior prática familiar¹¹. Esta forma de “contenção familiar”, que, na prática, se traduz, sobretudo, na abdicação dos pais a favor dos filhos, é normalmente vivenciada e cumprida pelos primeiros sem qualquer dramatismo ou lamento mais profundo. Muito pelo contrário. E a mesma lógica pode estender-se a diversas outras áreas, como a ambição de lhes proporcionar uma viatura automóvel ou ajuda financeira significativa a aplicar na compra da respetiva residência. A este nível, importa fazer notar que a substancial dimensão material e utilitária da ajuda dispensada pelas famílias aos seus jovens adultos tende a prolongar-se para além da entrada destes na vida profissional ativa, muito especialmente quando, apesar desse fator de autonomização, permanecem em co-residência com os ascendentes. Nessas situações, de modo absolutamente recorrente, não há qualquer participação dos mais novos nas despesas do agregado e, em termos das atividades de consumo individualmente assumidas, elas tendem a ficar confinadas aos âmbitos da apresentação pessoal – nem sempre, na sua totalidade – e às atividades de lazer.

¹⁰ No universo de estudo, num número considerável de casos, o investimento emocional e financeiro subjacente à valorização da educação formal justificava o recurso ao ensino universitário privado e respetiva propina mensal. É um tópico com alguma pertinência analítica, o estudo da co-participação do ensino superior privado no aumento exponencial dos níveis de escolarização da sociedade portuguesa.

¹¹ O empenho devotado pelos agregados domésticos à concretização de programas efetivos de férias dos seus descendentes reflete uma intuição bastante certa quanto ao papel de charneira que o gozo regular de férias tem nas subdivisões internas das novas classes médias.

Tendo em mente a amplitude das facetas envolvidas nesta *glorificação dos descendentes*, bem assim como a profundidade dos esforços auto-impostos, compreende-se que a própria identidade dos pais e do grupo doméstico esteja intimamente associada ao investimento emocional e financeiro dispensado aos filhos. Os objetivos definidos e os esforços exigidos ao agregado em função dos descendentes tornam-se eles mesmos os meios e os dispositivos da expressão identitária, não só dos ascendentes, mas da própria família globalmente considerada. Nomeadamente quando bem-sucedidos na concretização dos objetivos traçados, os filhos emergem como as personagens em função de quem os desígnios familiares e as suas finalidades últimas são estrategicamente ponderados. Esta centralidade dos descendentes no próprio entendimento do que seja a família e os seus contornos corporiza, por sua vez, uma sensível capacidade de socialização dos filhos sobre os pais. As novas preferências e práticas dos descendentes – sobretudo, destes jovens adultos e, cada vez mais, conforme consolidam com sucesso a sua entrada na vida adulta – apresentam-se como detentoras de uma capacidade de sociabilização assinalável, cujos reflexos se manifestam na adesão a novas normatividades e a novos padrões de consumo em termos familiares. Esse efeito de ricochete surge materializado em tópicos tão prosaicos como a introdução de alguma novidade nos hábitos alimentares da família, ou tão subtis como a indução de novas sensibilidades.

Entre as situações observadas, o desempenho socializador dos descendentes adquire contornos em que a metáfora do ricochete se torna especialmente sugestiva a propósito da mudança de perceção dos “livros”, de categoria sobretudo instrumental a meio mais geral de prazer lúdico e de reflexão. Da parte dos pais, a generalizada ênfase dada à escolarização, e os seus esforços para incentivarem nos filhos o “gosto pelos estudos”, passam normalmente pela valorização dos livros e outros materiais didáticos que são, contudo, equacionados essencialmente enquanto instrumentos pedagógicos. Pela influência socializadora dos descendentes, essa perceção mais instrumental pode surgir alargada, englobando a literatura de ficção e a poesia, através das quais se opera uma redefinição da importância dos livros e da leitura, entretanto olhados também enquanto meios de lazer e veículos de reflexão mais geral.

De modo particular em relação às práticas de consumo da família, a descrita *glorificação dos descendentes* reflete-se na recorrência essencial de as opções de consumo surgirem avaliadas como justificadamente disjuntivas a propósito das duas gerações presentes no agregado. A eleição dos filhos como principal projeto familiar e a correlativa dinâmica identitária centrada neles conduzem ao curioso desenvolvimento da adoção de padrões de avaliação distintos para os consumos de pais e filhos. Tornando manifesto através de atitudes tão

variadas como recorrer, ou não, a lojas especializadas e a produtos de marca, reconhecer, ou não, a necessidade ou pertinência de certo bem ou serviço, ou acionar o já referido mecanismo da “contenção familiar” que, no essencial, se traduz numa abdição a favor dos filhos, esse comportamento é bastante esclarecedor do facto de a distinção entre “luxo” e “bem necessário” nunca resultar da simples avaliação do preço e/ou funcionalidade de um qualquer artigo. Depende, antes e sobretudo, de quem seja o seu destinatário. Ao mesmo tempo, importa reter que este estabelecimento de padrões de exigência diferenciados sobre *itens* de consumo adquiridos, ou mesmo o mero reconhecimento da possibilidade de existência de certas práticas de consumo, são tendências que não se confinam aos consumos mais pessoais, aparecendo igualmente repetidas, como já vimos, por exemplo, a propósito das férias de família, de que se pode abdicar para satisfazer expectativas dos descendentes tidas como prioritárias.

Em termos conclusivos, é, portanto, conveniente fazer notar que o concretizado investimento financeiro nos filhos não custeia apenas todas as despesas inerentes à sua educação e formação em sentido abrangente, mas serve igualmente a sustentação de algumas novas práticas de consumo e suas correlativas exigências disjuntivas, cuja adoção tem subjacente a sua percepção como especialmente adequadas ou condizentes com o estatuto da nova condição educacional dos descendentes. Atendendo ao investimento emocional que estas famílias consagram a todo o processo, não é difícil compreender que o sentimento de terem sido defraudadas em muitas das suas mais íntimas e valorizadas expectativas comporta implicações profundas e avassaladoras que atingem o próprio núcleo da sua construção identitária.

5. Quando os “cortes” chegam à alimentação

Embora, à data da pesquisa, os casos de famílias cujos constrangimentos orçamentais as obrigavam a estender os “cortes” ao *domínio da alimentação* fossem exceção, a sua consideração aqui permite explicitar, quer uma outra vertente, mais radical, da identificada tendência simplesmente *remediada* das novas classes médias, quer os efeitos críticos, produzidos ao nível das questões identitárias, de uma disponibilidade de recursos materiais demasiado débeis e periclitantes¹².

No interior do universo de estudo, para lá da abrangente precaridade financeira que atingia parte significativa das famílias consideradas,

¹² Para além disso, o atual contexto, de cada vez mais acentuada crise financeira, permite pensar como não exagerada a previsão de situações idênticas se terem já propagado a outras famílias.

foi possível identificar três grupos domésticos que se debatiam com condicionalismos orçamentais estranhos aos restantes agregados. As famílias em questão tinham a uni-las o facto de o desemprego, ou o subsequente emprego precário, ter atingido um dos membros do casal, mais exatamente o seu elemento feminino. Em virtude da diminuição que esse acontecimento provocou no rendimento disponível da família, as suas ponderações de despesa e correspondente adoção de estratégias de poupança e de “cortes” surgem expandidas, alcançando também o âmbito da alimentação.

Uma tendência descendente do peso da alimentação nos padrões de consumo familiares é um indicador geral de melhoria das condições económicas, já que revela a existência do aparecimento, ou aumento, de outras despesas que não apenas as da estrita sobrevivência alimentar. Em função disso, nos países desenvolvidos tem sido observável a regular diminuição do peso relativo dos gastos com a alimentação. No caso específico dos três agregados em análise, o contexto de crise financeira em que vivem reflete-se, exatamente, na tendência inversa de as despesas com o sustento da família e demais “compras de supermercado” consumirem uma desmesurada proporção do orçamento total disponível. Para estas famílias, o peso da parcela destinada à alimentação atinge, ou fica perto de, um terço do respetivo rendimento disponível¹³.

Ao nível das suas práticas de consumo, um tal panorama financeiro reflete-se, nomeadamente, no quase nulo índice de utilização de serviços, sejam eles a lavandaria, os profissionais para resolver qualquer conserto em casa ou o cabeleireiro. Em simultâneo, é igualmente observável que a extensão e a constância das rotinas relacionadas com o regular abastecimento alimentar doméstico adquirem um enorme destaque. Como para os restantes agregados, o abastecimento concretiza-se sobretudo nas grandes superfícies, mas, neste caso, diversos hipermercados surgem como locais habituais de compras, sendo essa diversidade justificada pelas vantagens existentes, em cada um deles, a propósito de diferentes bens.

As expedições de compras surgem normalmente condicionadas pelas necessidades de reabastecimento e pela disponibilidade financeira, mas, nestas famílias, a sua periodicidade pode aparecer desdobrada por forma a aproveitar as diversas oportunidades conhecidas de “boas compras”. Por outro lado, enquanto para os restantes agregados considerados, o domínio de consumo da alimentação aparece como inatingível pelas ocasionais

¹³ Nas três famílias, cerca de outro terço do rendimento familiar era despendido no pagamento de mensalidades sobre empréstimos bancários – cujos valores absolutos eram relativamente modestos – que diziam respeito, em dois casos, à aquisição da casa de família e, num outro, à do único veículo automóvel da família.

contingências financeiras adversas, estas famílias estendem os seus esforços de contenção de despesas até à esfera alimentar. A este propósito, deve ficar notado que a pesquisa realizada não confirma as conclusões alcançadas por Bayet *et al.* (1991), quanto ao facto de as variações no rendimento não terem influência significativa no aprovisionamento quotidiano, na alimentação e nas despesas diárias. Nas famílias em questão, os “cortes” no consumo abrangem também as despesas alimentares: são os iogurtes que se reduzem ou desaparecem, é o queijo que muda de marca, são as refeições com carne que se tornam mais escassas.

Paralelamente, nestes grupos domésticos, o entendimento do que seja um “extra”, ou um consumo mais indulgente permitido, tende a eleger como sua área privilegiada de realização a esfera alimentar, aparecendo uma ida ao restaurante, ou a opção por um determinado tipo de carne, ou por uma sobremesa especial para o almoço de domingo em casa, como exemplos elucidativos. Não se está, obviamente, em presença de agregados especialmente glutões ou exigentes, mas antes perante famílias em que, dadas as limitações orçamentais, os outros domínios de consumo se mantêm tendencialmente muito restringidos, pelo que não só os “excessos” têm de ficar pela frugalidade de uma refeição melhorada, como tais “excessos” permanecem os únicos que podem ser suprimidos em ocasiões de mais agravada contenção. No caso concreto de um dos agregados em questão, a sua flagrante e permanente autocontenção tornava a abordagem dos hábitos e padrões de consumo da família um tema doloroso, na medida em que obrigava os seus membros – mais uma vez e, agora, com terceiros – a confrontarem-se com os constrangimentos financeiros existentes.

Em termos analíticos, toda esta situação faz ressaltar como plausível e pertinente a sugestão das dificuldades orçamentais produzirem efeitos críticos ao nível das questões identitárias. Se as relações entre pessoas e *itens* de consumo merecem ser equacionadas enquanto partes significantes dos processos de construção e expressão das identidades pessoais, a impossibilidade de deter determinados bens, ou a perda acentuada dessa possibilidade, não deve ser lida como uma perda ou dificuldade em termos de meros recursos materiais. A incapacidade pessoal e/ou familiar de obter determinados *itens* de consumo pode significar, ao nível da construção identitária, um desastre bem mais profundo. Não ter a capacidade económica para consumir o entendido como o “mínimo” pode querer dizer estar condenado à negação de parte significativa da vida. A impossibilidade de concretizar aspirações entendidas como absolutamente legítimas, entre as quais figuram algumas exigências de consumo tão prosaicas como poder assegurar uma refeição completa e a gosto da família, não pode deixar de desencadear efeitos negativos a nível identitário.

6. Observações finais

A eleição das novas classes médias como espaço social de análise tem inerente a si a pertinência de permitir atender a um setor da estrutura social em relação ao qual há o reconhecimento geral do respetivo crescimento massivo. Em simultâneo, essa opção apresenta-se também como premente porquanto sobre este setor da população recentemente tornado maioritário não se produziu ainda o correspondente conhecimento aprofundado e efetivo. Tendo por base uma investigação centrada na abordagem do consumo enquanto prática cultural, procedeu-se aqui à composição de um retrato sobre as novas classes médias, cujos contornos qualitativos permitiram explicitar alguns dos seus padrões normativos e correspondentes valorações simbólicas. Da sua caracterização enquanto grupo sobressai, não propriamente vestígios do hedonismo ou despesismo tão propalados por alguns na comunicação social, mas, sobretudo, um quadro que confirma a sua expansão muito recente e uma indelével debilidade, nomeadamente financeira. A tonalidade *remediada* emerge como o traço dominante das novas classes médias. Pôde ser demonstrada a tendência de introdução de algumas renovadas normatividades, bem assim como o empenho e os esforços implicados nesse movimento; mas, em simultâneo, ficou também explicitada a grande instabilidade e a precaridade geral de concretização dos projetos delineados. O notório caráter periclitante das condições de vida das famílias consideradas não deixa grandes dúvidas quanto à ameaça real da tonalidade *remediada* rapidamente poder vir a descambar em *pobreza declarada*.

Aceitando como incontestável que o aumento continuado e consistente do setor médio da estrutura social é uma mais-valia para a sociedade que o abriga (pelo que tem implícito de elevação geral das condições de vida das populações e ultrapassagem dos seus estritos níveis de sobrevivência), a plausível iminente inversão dessa tendência em Portugal é uma possibilidade preocupante. Temo, contudo, ser necessário reconhecer a muito improvável consolidação das recentes classes médias massivamente emergentes, apresentando-se, antes, a sua queda como que anunciada. A proposta de contabilização da classe média como cobrindo 47,3% da população ativa em 1991 e a previsão de um seu acréscimo, a cada década, de 10%, apresentada por Machado e Costa (1998), não é um prognóstico a que os desenvolvimentos posteriores forneçam a necessária sustentação. Para isso não parecem apontar, nem as atuais crises de emprego e financeira, nem as políticas de contenção orçamental assumidas pelo Estado. Mais provável é que fique mais uma vez adiada – até quando, será difícil responder – a possibilidade de virmos a afirmar para Portugal o que já há muito tempo era

tido, por exemplo, por Miller (1987), como não demasiado otimista para Inglaterra: determos uma classe média que atinja três quartos da população e as vantagens daí decorrentes. Adiada até quando?

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira; Costa, António Firmino; Machado, Fernando Luís (1988), “Famílias, estudantes e universidade”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 4: 11-44.
- ALMEIDA, João Ferreira, Costa, António Firmino; Machado, Fernando Luís (1990), “Estudantes e amigos: Trajetórias e redes de sociabilidade”. *Análise Social*, n.º 105-106: 193-221.
- ALMEIDA, João Ferreira; Costa, António Firmino; Machado, Fernando Luís (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in A. Reis (org.), *Portugal: 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 307-330.
- BARRETO, António (org.) (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BARRETO, António (2002). *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- BAYET, A., Chambaz, C. ; Guegano, Y. ; Hourriez, J. M. (1991), “Les Choix de consommation des ménages: une question de revenu avant tout”. *Economie & Statistiques*, n.º 248.
- COSTA, António Firmino (2003), “Estilos de sociabilidade”, in G. I. Cordeiro, L. V. Baptista e A. F. Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta Editora, 121-129.
- DUARTE, Alice (2009), *Experiências de Consumo. Estudos de Caso no Interior da Classe Média*. Porto: UP Editorial.
- DUARTE, Alice (2011), *O Consumo para os Outros. Os Presentes como Linguagem de Sociabilidade*. Porto: UP Editorial.
- LE Wita, B. (1985), “Mémoire: l'avenir du présent”. *Terrain* n.º 4: 15-26.
- MACHADO, Fernando Luís; Costa, António Firmino (1998), “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”, in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora, 17-44.
- MILLER, Daniel (1987), *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Basil Blackwell.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1993), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento/Centro de Estudos Sociais.
- VIEGAS, J. M. L. e Costa, A. F. (1998), “Introdução”, in J. M. L. Viegas e A. F. Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora: 1-13.

8. Classes dirigentes e fórmula política: afinidades eletivas entre o liberalismo e o autoritarismo no Brasil

Adriano Codato

O propósito deste capítulo é rever e resumir as formas ideológicas que vestem a ação política das classes dirigentes brasileiras e dão corpo e alma ao seu liberalismo conservador na primeira metade do século XX.

Para tanto, tomo como exemplo alguns instantâneos da consciência social dos porta-vozes da elite política do estado de São Paulo durante a Primeira (1889-1930), a Segunda (1930-1937), a Terceira (1937-1945) e a Quarta Repúblicas (1945-1964). São Paulo foi por muito tempo o estado base da economia nacional e o viveiro da classe dirigente desde a Proclamação da República (1889) até a Revolução Oligárquica (1930), movimento que põe fim à hegemonia paulista sobre as posições políticas nacionais.

Destaco neste ensaio um ponto em especial: o elitismo da concepção democrática dessa elite e sua serventia política, ora contra o *demos*, ora a favor do *krátos*. Esse traço ideológico pôde ser engatado ao ramal autoritário e explica, ao menos em parte, como e porquê parte importante da classe dirigente de São Paulo, tida e havida como amiga do liberalismo ilustrado e inimiga destacada de Getúlio Vargas, do populismo e do trabalhismo varguista, aceitou e engajou-se no regime ditatorial depois de 1937 com a instalação da ditadura do “Estado Novo” brasileiro (1937-1945), comandada pelo próprio Vargas¹.

¹ Em 1889 um pronunciamento militar pôs fim ao regime monárquico (1822-1889) e proclamou a República no Brasil. Seguiu-se um breve período ditatorial-militar (1889-1894), conhecido como a “República da Espada”. A partir do governo Campos Sales (1898-1902) os Partidos Republicanos dos maiores estados (São Paulo, Minas Gerais e em menor medida Rio de Janeiro, então capital federal) controlaram a Presidência alternadamente. Em 1930 um movimento político-militar liderado pelas oligarquias estaduais frustradas com a hegemonia do Partido Republicano Paulista (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, etc.) depôs o Presidente Washington Luís. Seguiu-se então depois da “Revolução de 1930” o longo período de governo de Getúlio Vargas (1930-1945), primeiro como Presidente provisório (1930-1934), depois como Presidente da República eleito pelo Parlamento (1934-1937), depois ainda como ditador (1937-1945). Em 1932, São Paulo liderou um levante armado contra o “governo provisório” de Vargas em nome dos direitos políticos do Estado. Essa guerra vinha enfeitada por palavras de ordem a favor de uma nova Constituição, do liberalismo político e da retomada dos mecanismos de negociação intraelites do pré-1930. Entre 1937 e 1945 Vargas impôs, com apoio militar,

Durante esse período, lideranças influentes do Partido Republicano Paulista (PRP) e figuras salientes do Partido Democrático de São Paulo (PD) não só aceitaram de bom grado os empregos políticos disponíveis no governo ditatorial, mas também se dispuseram a defender *ideologicamente* o sistema político que os acolhia (Codato, 2008: 282-298). Ainda que esse pudesse ser um expediente apenas tático e obedecesse estritamente às regras do mundo político (ocupação de todos os espaços disponíveis, necessidade de manter-se à tona, controle de alguns centros de poder, mesmo marginais), a assimilação das ideias e das práticas do regime autoritário pelos campeões do liberalismo nacional superou em muito os requisitos mínimos exigidos para sua integração burocrática à nova administração do País.

A tese que pretendo ilustrar é a seguinte: a adequação ao autoritarismo das noções que integravam essa formação ideológica complexa, e que foi dominante no Brasil durante os primeiros quarenta anos da República, intitulada “liberalismo oligárquico” (a defesa do princípio federativo, a advocacia da vocação agrária do Brasil, o civilismo, o liberalismo econômico, o orgulho das tradições regionais, a autonomia política e econômica dos estados diante do governo central, o formalismo de sua concepção de representação popular), decorria menos da possibilidade de transcrição automática de cada um desses elementos avulsos para a nova *fórmula política* em gestação, e mais da faculdade de certos *itens* daqueles encontrarem um equivalente no processo de tradução para a *novilíngua* da ditadura estado-novista. Isso porque a ideologia do Estado autoritário, essa forma simbólica gestada nos primeiros anos da República e sistematizada nos anos 1940 no Brasil (Lamounier 1991), era em certos aspectos oposta à ideologia predominante na classe dirigente, em certos aspectos alternativa a ela e em alguns outros análoga à primeira, já que incorporava alguns dos elementos desse peculiar liberalismo para dar-lhes um significado mais de acordo com a gramática gerativa do novo sistema ideológico.

Precisar esse ponto, isto é, as semelhanças entre o liberalismo e o autoritarismo das classes dirigentes brasileiras na primeira metade do século XX, é importante por duas razões. Ainda que não se possam fundir os dois sistemas de ideias num só e que os vários projetos nacionais à disposição das classes dirigentes e das classes dominantes à época (corporativismo, liberalismo, federalismo, integralismo, nacionalismo, comunismo, etc.) fossem a expressão política de grupos políticos bem diferentes, seus respectivos ideários não

uma ditadura que fez questão de ser chamada de “Estado Novo”, a exemplo do seu congêneres portugueses. De 1945 a 1964 o Brasil conheceu um período instável, mas em resumo democrático. Em 1964 os militares deram um golpe de estado e instalaram uma ditadura até 1985.

eram totalmente incompatíveis entre si como se poderia estimar. Em segundo lugar porque, embora o Estado Novo brasileiro – isto é, o regime ditatorial de Vargas – não possa ser simplesmente deduzido da Revolução Oligárquica de outubro de 1930 ou reduzido à realização prática das suas aspirações e dos seus ideais, como pretendiam Francisco Campos e outros intelectuais daquele tempo, ele representa a vitória das concepções autoritárias de boa parte das classes dirigentes “liberais” e a materialização dos projetos sobre como deveriam ser ordenadas as instituições políticas nacionais. Logo, não se deve debitar a um vago clima ideológico da época a crença na autoridade e no poder do Estado autoritário e a descrença, compartilhada praticamente por todos os agentes sociais e políticos, tanto aqui como na Europa, à direita e à esquerda, no regime liberal-democrático.

O ensaio está organizado em quatro partes. Em cada uma delas destaco evidências históricas para exemplificar meu argumento central: as simpatias dessa autoproclamada elite liberal por uma democracia para lá de restrita confirmam a impropriedade de entender seus valores e sua visão de mundo como resultantes da mera imposição da ideologia autoritária aos progressistas de São Paulo. Busco nas décadas de 1920 a 1960 indicações explícitas da predisposição elitista, legalista e antiliberal da classe dirigente paulista que, para todos os efeitos, é bastante representativa da visão das classes dirigentes brasileiras sobre seu país, seu povo e sobre a melhor forma de regime que se deveria adotar. No final do capítulo, tento uma interpretação do significado mais geral desse processo de assimilação ideológica do autoritarismo pela elite. Não é exagerado sustentar que a cultura política brasileira durante o século XX alimentou-se dessas duas fontes ideológicas – o *liberalismo oligárquico* e o *estatismo autoritário* – e tanto valores como atitudes políticas das suas classes dirigentes podem ser creditados à combinação providente dessas duas fórmulas políticas².

1. O liberalismo antiliberal

As ideias e as práticas da classe dirigente brasileira podem ser lidas nos documentos do tenentismo radical, um movimento político que expressava a insatisfação do médio oficialato com o “atraso” político e econômico

² Utilizo a noção de “fórmula política” tanto no sentido consagrado por Mosca – isto é, um princípio moral e legal em que se assenta “o poder” e a justificação desse poder “da classe política em todas as sociedades” (Mosca 1939: 70), ideia essa designada mais frequentemente como “ideologia” – quanto num sentido mais amplo: o autoritarismo e o liberalismo oligárquico são nesse período, além de uma ideologia, uma fórmula, um método (um modo de proceder) de divisão do poder entre os grupos de elite que exige e impõe um dado arranjo institucional.

nacional nos anos 1920. Os juízos de Luís Carlos Prestes, o líder do Partido Comunista do Brasil, a respeito dos propósitos da Aliança Liberal e dos líderes da Revolução de 1930 (“meia dúzia de senhores que, proprietários da terra e dos meios de produção, se julgam a elite capaz de dirigir um povo de analfabetos e desfibrados, na opinião deles, e dos seus sociólogos de encomenda”³), não chegam a valer por uma análise científica da aventura eleitoral que em 1929-1930 contestou a hegemonia paulista e conduziu Vargas ao poder, mas quase. Todavia, é nos documentos e declarações da oligarquia estadual paulista que se irá encontrar mais perfeitamente os modos de justificação dessa concepção política excludente.

Não é supérfluo indicar as estratégias de construção simbólica (Thompson 1985) de que se valeu a retórica liberal, dominante entre a classe dominante brasileira entre 1889 e 1930, para produzir suas crenças e reproduzir seus valores. Ela envolvia a universalização dos interesses dos grandes proprietários rurais através do “agrarismo”, uma ideologia econômica que se opunha à industrialização; a racionalização dessa aversão ao capitalismo industrial através do liberalismo econômico; a deslocação do sentido efetivo da ideia de “representação popular” através do elitismo embutido nas suas concepções da vida política; a naturalização do seu direito exclusivo de participar da esfera pública como um dos seus privilégios de classe; e, derivado daí, a convivência pacífica com a incapacidade de o sistema político promover uma participação eleitoral um pouco menos insignificante da maioria dos cidadãos. Dessa maneira, a introjeção dos valores do regime autoritário de 1937 foi facilitada, em boa medida, por essa predisposição antidemocrática da elite. Vejamos esse caso com algum detalhe.

Love (1982) propôs uma síntese da ideologia política da classe dirigente paulista. Esse resumo contém praticamente todos os elementos que se devem enfatizar a propósito do seu liberalismo formal. Segundo ele, até 1937 a predominância política dos partidos da elite estadual (o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Democrático (PD) e o Partido Constitucionalista (PC)) garantiu a “influente persistência” dos “ideais liberais tradicionais”:

A ideologia partidária tanto do PRP quanto do PD-PC se colocava na tradição do liberalismo do século XIX. Defendiam as liberdades do indivíduo; eram favoráveis à intervenção limitada do Estado na economia e na sociedade [...] e a um papel importante do capital externo em investimentos públicos e privados; preferiam a representação territorial no Congresso, ao invés da funcional

³ *Manifesto de Luís Carlos Prestes* (maio 1930), in Bonavides e Amaral (orgs.), 1996, vol. IV, p. 169.

ou corporativa; [...] não abriam mão de um elevado grau de autonomia para cada membro da federação [os “estados”]. A tensão entre regionalismo e nacionalismo constituía então uma característica correlata da política dominante de São Paulo. No período em estudo [1889-1937], o regionalismo reinou soberano. (Love 1982: 194)

O liberalismo político das oligarquias adaptou, todavia, esses princípios antigos aos seus propósitos de dominação social e deu a eles uma interpretação ultraconservadora. De clássico mesmo, somente a visão “filosófica” de indivíduo, que, aliás, não era um atributo central dessa teogonia, a menos que pudesse ser utilizada taticamente. Por exemplo: quando os ideólogos do autoritarismo brasileiro puseram em circulação, no início dos anos 1930, uma visão “organicista” de política e começaram a defender um regime baseado na autoridade do Chefe e na obediência das Massas, os liberais de São Paulo correram solícitos para defender o individualismo contra os perigos da dissolução do sujeito na “sociedade” ou da sua inaceitável absorção pelo “Estado totalitário” (ver *O Estado de S. Paulo*, 13 dez. 1932; *apud* Capelato 1989: 230).

Um segundo aspecto dessa ideologia, e que consistia numa espécie de radicalização do regionalismo, era o sentimento de superioridade de São Paulo em relação aos demais estados brasileiros (um acentuado “bairrismo”). Esse espírito chegou mesmo a manifestar-se como separatismo, embora essa nunca tenha se tornado a ambição dominante dos paulistas. Ele é diferente da autonomia estadual, essa sim a bandeira principal. A sua ênfase era na “liberdade de ação do governo de São Paulo para servir à economia regional” (Love 1989: 61), isto é, contratar empréstimos externos, garantir apoio federal aos preços do café, influir na política de exportação, etc. Uma das sentenças mais significativas e menos dissimuladas do *Manifesto Republicano* de 1870 não é aquela que afirma “Somos da América e queremos ser americanos” (isto é, cidadãos e não súditos), mas a que diz: “No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo”⁴.

Mas interessam mesmo as demais orientações da ideologia oligárquica. Elas descendem de uns tantos *ismos*: no departamento político, elitismo, civilismo, legalismo, regionalismo; no departamento econômico, liberalismo e agrarismo. O liberalismo econômico é, contudo, uma disposição doutrinária muito seletiva: afirma a “liberdade de mercado” (principalmente nos temas

⁴ *Manifesto republicano* (3 dez. 1870), reproduzido parcialmente em Carone 1976: 272 e 270, conforme a ordem das citações.

de interesse direto do comércio exportador), mas está disposto a aceitar sempre e mesmo brigar pela intervenção do Estado na economia, principalmente por suas políticas de compensação de prejuízos comerciais com o café e financiamento de estoques excedentes. Nega quaisquer princípios econômicos que possam vir a promover as “indústrias artificiais” em nome da crença interessada na “vocação agrária” do Brasil, uma sorte de destino natural da economia nacional.

Do lado político dessa ideologia, o legalismo constitucional pregava o cumprimento estrito dos princípios da Carta de 1891: partidos políticos, elei es, um regime congressual bicameral, um Presidente eleito pelo voto. Isso, como se dizia no Brasil, para inglês ver. A aplica o estrita daqueles princípios copiados da Constitui o dos Estados Unidos nos cinquenta anos seguintes tornou a “ideia democrática” mais natural, com a condi o de não haver, na realidade, democracia alguma. Ou melhor: a democracia permaneceu são como ideia, já que, para as oligarquias dirigentes, ela era impraticável, e para as oposi es, inalcan vel, já que não havia sequer o direito de rodízio no poder. Na prática, o formalismo abstrato da legisla o política dava lugar   manipula o eleitoral das massas rurais e   irrelevância política das camadas médias urbanas.

Nos partidos oligárquicos, vigorava uma concep o profundamente elitista da representa o popular, com a exclusão do voto de trabalhadores estrangeiros e dos analfabetos, fazendo do eleitorado uma espécie de “clube aristocrático” (Saes 1984: 48). Esse monopólio de classe, que reservava os direitos de participa o política aos homens “cultos e letrados”, isto  , aos proprietários, era complementado pelo civilismo, uma rea o ideológica preventiva   autonomia militar e   sua potencial interferência nos processos de negocia o e soluço dos conflitos intraolig rquicos (Saes 1984: 47-62).

Embora as dissidências oligárquicas, surgidas como protesto ao monopólio das posi es políticas pelos Partidos Republicanos, criticassem o modo de funcionamento do regime nacional (combina es secretas, persegui es abertas, designa es políticas ao invés de elei es, fraudes eleitorais, manipula es do sistema a serviço dos mand es do interior, ou seja, dos “coronéis”⁵), a t nica dessas insatisfa es resultava apenas em duas coisas: ou na mera tentativa de recupera o – retórica – dos “verdadeiros princípios liberais” da Carta de 1891 (sendo esse o melhor exemplo de idealismo constitucional brasileiro de que falava o pensador autoritário Oliveira Vianna⁶); ou pura e simplesmente na emancipa o deles. Os movimentos de “regenera o

⁵ Ver, para os defeitos do regime republicano, Serva 1924.

⁶ Ver Vianna 1939 e 1974.

democrática” das décadas de 1910 e 1920 consistiram tão-somente em apelos literários à purificação dos costumes políticos nacionais. Na maior parte das vezes, o propósito era a radicalização dos aspectos mais excludentes da democracia liberal-oligárquica (Saes 1984: 55-57). O exemplo a seguir é especialmente eloquente.

Em sua luta pelo aperfeiçoamento da democracia (desse gênero de democracia), os homens ilustrados do liberalismo paulista tinham a faculdade de tornar quase dispensável qualquer exposição do conteúdo latente de sua ideologia espontânea. Em 1924, alguns deles firmaram um documento remetido como lembrança de aniversário ao Presidente Arthur Bernardes no qual enfileiravam todos os males que contaminavam a classe dirigente estadual: desinteresse da vida institucional do estado, apatia cívica, “espírito de revolta” contra a profissionalização política e contra o corporativismo dos políticos profissionais, cristalização da classe política numa casta impenetrável, e assim por diante. Solução: cassar o direito daqueles que não têm o “direito natural” ao voto (a expressão é deles mesmos) e reservá-lo à “parte nobre do País”, ou seja, “os fazendeiros, os negociantes, os doutores, os letrados”.

Pergunta-se: mas por que a elite não concorre às urnas? [...] Porque considera absoluta inutilidade ela, minoria consciente, lutar com a massa bruta inconsciente, que é maioria. [...] O raciocínio geral é este: se meu voto, estudado, ponderado, calculado, livre, tem de ser anulado pelo voto do meu criado, que é um imbecil, sem discernimento nem cultura, prefiro ficar em casa.

Qual a solução para essa distorção indevida provocada pelas liberalidades da forma de governo democrática e do regime eleitoral de censo baixo? Responde-se: os meios para evitar esse estado de coisas são a adoção do censo alto⁷ e do voto secreto.

[...] Porque o censo alto é o controle da política pela elite da Nação, é o respeito à lei feudal [*sic*] de todos os organismos, é a parte-cérebro desempenhando suas funções de cérebro e a parte-músculo (massa bruta, população, gente rural sem cultura nem capacidade de discernimento) subordinada naturalmente ao cérebro.⁸

⁷ Direito de voto apenas aos eleitores escolarizados e de renda mais alta. Note que a Constituição de 1891 ainda excluía analfabetos, mendigos, mulheres, menores de idade e os membros de ordens religiosas das eleições.

⁸ Manifesto assinado pelos expoentes políticos e literários do estado: Monteiro Lobato, Rangel Moreira, Spencer Vampré, Fernando de Azevedo, Renato Jardim, Plínio Barreto, Mario Pinto Serva, Paulo Nogueira Filho e outros (Carone 1976: 130-132). Essas tendências já haviam sido

O elitismo dessa concepção mal disfarça o “racismo da inteligência” – com todo o jeito de um racismo de classe – presente na utopia de uma democracia sem povo. O racismo da inteligência está fundado num sentimento de superioridade essencial, como todo racismo, só que aqui ele é produto da posse de títulos escolares que deseja garantir, aos dignitários (e aos signatários listados acima), sua circulação livre pelas posições de poder (ver Bourdieu 2002: 264-265). Isso num país em que o colégio eleitoral era, para dizer o mínimo, reduzidíssimo. Conforme os cálculos de Love, o percentual de votantes sobre a população total do Brasil em disputas presidenciais variou entre um mínimo de 1,4%, em 1906, e um máximo de 5,7% em 1930 (Love 1970: 9). Vejamos na sequência três outras maneiras de expressar mais ou menos essa mesma opinião política, só que no pós-1930.

2. A árvore da democracia

Nenhuma clarividência poderia prever o Estado Novo, já que o autoritarismo, ou ao menos o autoritarismo tal como constituído depois de 1937, embora fosse uma ideia popular no campo intelectual nacional, não era exatamente um projeto político assumido conscientemente pelo Governo Provisório (1930-1934) ou pelo Governo Constitucional de Vargas (1934-1937). Também não eram quaisquer alternativas que estavam postas a serviço dos governantes no cardápio ideológico da época (parlamentarismo liberal, corporativismo estatal, ditadura pessoal, etc.), e as oposições entre elas não eram tão abertas e inconciliáveis quanto a avaliação retrospectiva quer fazer crer. De acordo com esses parâmetros, “o exame das fontes históricas produzidas nos anos 1930”, argumenta Cohen, “permite afirmar que os discursos se confundem, os diagnósticos sobre a realidade nacional se cruzam, e as soluções autoritárias, fascistas ou liberais acabam se mesclando em função do momento [internacional] e das contingências políticas” nacionais (Cohen 1997: 3).

Se o Estado Novo (isto é, a ditadura) não estava já inscrito na Revolução de 1930, como propagandearam os funcionários profissionais da ideologia autoritária (Campos 1940: 36; Amaral, 1938: 75), a eventualidade não era tão absoluta assim. Daí que a percepção da possibilidade e do sucesso da mudança institucional em 1937 não é explicável em função da mera desordem do jogo político (como queriam fazer crer os governistas)⁹ ou,

bem identificadas e explicitadas pela literatura (ver Capelato e Prado 1980; Capelato 1989). Não são, portanto, evidências avulsas.

⁹ O preâmbulo da Constituição de 1937 garantia que havia, em função das candidaturas às eleições presidenciais de 1938, sérias ameaças à “paz política e social, profundamente per-

no extremo oposto, das escolhas conscientes dos participantes. A renomada indefinição ideológica dos agentes sociais no Brasil, a incoerência doutrinária dos partidos políticos, as expectativas contraditórias diante da “questão social” (Moreira 1988) e as perspectivas concorrentes em torno da melhor fórmula do reordenamento institucional não devem fazer esquecer que o motor do processo político nos anos 1930 é basicamente a insatisfação com a democracia oligárquica, a idealização da democracia social e o verdadeiro horror à democracia real.

Que entre os dois regimes “discricionários” de Vargas tenha havido um intervalo “liberal” (1934-1937), com a reabertura dos legislativos em todos os níveis (municipal, estadual e federal), a instalação de uma Assembleia Constituinte (em 1933), a reorganização do sistema partidário, a eleição (indireta) do Presidente e dos governadores (em 1934 e 1935) e a atuação aberta de frentes políticas (Ação Integralista Brasileira, Aliança Nacional Libertadora, etc.), não é irrelevante, mas não desmente meu argumento: a carreira que vai da decretação do estado de sítio (em 1935) ao estado de guerra (em 1936) e dele ao golpe de novembro de 1937 assinala a retomada e o aprofundamento da ditadura do Governo Provisório e de algumas de suas manias mais famosas: o centralismo decisório, o horror ao sectarismo ou ao partidarismo da elite política e um improvisado, mas eficiente cesarismo.

Nisso tudo os políticos paulistas não compareceram apenas como plateia ou como contendores pela democracia eleitoral, e não são muito exatas as concepções que enfatizam uma diferença tão grande assim entre as concepções da elite política estadual (“liberal”) e da nova classe dirigente nacional (“autoritária”). Quando se examina com mais cuidado o que os cavalheiros do liberalismo indígena têm a dizer sobre a organização política nos anos 1930, o que se verifica é que o desacordo principal entre esses e os autoritários estava, na realidade, sobre quem deveria afinal mandar, e não sobre a natureza discricionária do mando. Logo, a conjuntura de 1930-1937 não autoriza as visões que contam essa história como a história da imposição da ideologia autoritária aos liberais de São Paulo¹⁰. Sirva de exemplo o seguinte

turbada por conhecidos fatores de desordem resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação [*sic*] de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil”. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm acesso em: 19 nov. 2011.

¹⁰ Como sustentou a nova corrente historiográfica sobre o assunto. Ver, por exemplo, Woodard 2006 e Villa 2008. Para esse último, o “tesouro perdido de 1932 [data da guerra dos paulistas contra o governo federal] foi a defesa da democracia, de uma Constituição democrática, enfim, de um Estado democrático, isto em um ambiente marcado pelo autoritarismo” (Villa 2008: 81).

episódio da política regional, já que a discrepância entre o que se fez depois de 1937 e o que se disse primeiro era bem menor do que se poderia crer.

O celebrado governo estadual do Partido Constitucionalista (o herdeiro do Partido Democrático) em São Paulo entre 1934 e 1937 antecipou em alguns anos o letrado que distinguiria o Estado Novo ao combinar, ele também, uma crítica genérica à “política” –entendida como expressão ilegítima do conflito social e lugar de interesses menores e escusos, cujo paradigma era a politicagem descarada, celebrada e praticada pelo PRP – com o elogio galante à “administração”. Essa era percebida como o princípio da eficiência, da racionalidade e da neutralidade, cujo exemplo acabado seria justamente a gestão dita apolítica do doutor Armando de Salles Oliveira à testa do Executivo paulista.

Essa representação bastante generosa de si que o PC fazia se justificava graças ao progresso econômico do estado (a “locomotiva” do Brasil, afinal), fato esse promovido e garantido pela administração científica dos problemas do estado. Tanto melhor para todos se essa ordem econômica garantia-se ao garantir a ordem política e social. “Democracia” era, para os constitucionalistas, igual a hierarquia e disciplina, e seu fundamento deixava de ser a preservação “dos direitos individuais”, o princípio liberal, e passava a ser a valorização do coletivo, do social, visto como “ameaçado de desagregação” (Cohen 1997: 280) pelo comunismo¹¹. A posição dos constitucionalistas diante das agitações políticas promovidas pelos comunistas em 1935 com a Aliança Nacional Libertadora é um bom caso para testar seu liberalismo.

Antes de lançar-se candidato a Presidente da República nas eleições programadas para 1938, Armando de Salles Oliveira saiu em viagem pelo seu estado natal a fim de divulgar e defender seus “princípios políticos”. Em 18 de outubro de 1936, Armando pronunciou um polêmico discurso em São José do Rio Pardo que, à época, ficaria famoso. Diante de seus conterrâneos o governador louvou, como de praxe, o ideal federativo, as prerrogativas dos estados, as vantagens da autonomia regional, a organização democrática e o poder constitucional. Reprovou a doutrina russa, a contaminação marxista, a “flâmula vermelha” e aqueles que, “instrumentos de uma ação demoníaca”, pretendiam destruir os pilares da pátria, isto é, a família e a religião católica. Em razão desses perigos se consentia um Estado forte, um regime de autoridade e o fim das liberdades individuais. O fascismo era, nesse caso, um modelo inspirador para os liberais brasileiros:

¹¹ Ver também os vários pronunciamentos de Armando em Oliveira 1935.

Para vencer a anarquia e isolar o contágio marxista, grandes nações abraçaram novas doutrinas políticas e alcançaram uma miraculosa energia renovadora [...]. Peçamos à Itália, à Alemanha e a Portugal os poderosos métodos de propaganda por meio dos quais levaremos aos últimos recantos do País a palavra de união e de fé em volta da bandeira da pátria. Imitemos dessas admiráveis nações a exaltação patriótica, o espírito de renúncia, a força de organização, a capacidade renovadora. Conservemos, porém, a nossa roupa, permaneçamos brasileiros. [...] Tenhamos a coragem de enfrentar a realidade e de imolar vetustas ideias, a que nos apegamos mais por hábito do que por convicção [...]. Resguardemos sobretudo o voto, na sua forma atual, na pureza a que o conseguimos elevar em três eleições sucessivas [...]. Acerquemo-nos da velha árvore [a “árvore” da Democracia] [...]. Amputemos corajosamente os galhos secundários, que a velha árvore se salvará. (Oliveira 1937: 3 e 7-9)

Tradução: o sistema político nacional deveria saber copiar, com a originalidade devida, as “novas doutrinas políticas” (isto é, o fascismo e o nazismo). Dessas ideologias, se conservaria a ideia nacional, a ideia de pátria, de um só país. É importante insistir nesse ponto porque o liberalismo paulista não era separatista, como bem destacou Love (1989). Além de tudo, tratava-se de reconquistar o governo do Brasil por inteiro e não de manter São Paulo à parte do Estado nacional. Mas para tanto seria preciso sacrificar antigas ideologias políticas – no caso, o liberalismo e seus direitos – em nome da nova estratégia política. Por isso, só uma instituição mereceria ser mantida: a eleição dos governantes. Esse era, para o candidato a presidente da República, o ponto de apoio da alavanca pós-liberal. Todas as demais instituições políticas (“os galhos secundários”), isto é, o pluralismo partidário, a liberdade de opinião, o direito de contestação, a capacidade de associação e organização dos grupos políticos, precisariam, em nome dessa peculiar Democracia Autoritária, ser derrubadas. A saúde da “velha árvore” democrática dependeria então da habilidade do jardineiro para diferenciar o essencial do acessório. Em nome do bom senso político dos políticos da oligarquia, os governos fortes de Itália, Alemanha e Portugal e, em especial, a fórmula política ditatorial que melhor se afinava a eles deveriam ser assim o novo parâmetro do sistema político.

A aproximação ideológica das classes dirigentes do fascismo não resultava, todavia, de uma inesperada e inusitada empatia dos liberais. Conforme recordou Fausto, o partido rival do Partido Constitucionalista, o Partido Republicano Paulista, já havia, pelo menos dez anos antes, namorado a nova doutrina política europeia:

o PRP – desde os anos vinte – quando na Itália se implantou o fascismo, encontrou uma fórmula racionalizadora para sua prática política divorciada dos princípios da Constituição de 1891. [O Partido] passou a defender um “regime de autoridade” e a referir-se à superação da democracia liberal. No órgão do partido (*Correio Paulistano*), Mussolini recebeu frequentes elogios. (Fausto 1972: 84)

Arrasada a árvore toda da democracia quando veio o golpe de novembro de 1937 e instaurou-se a ditadura “fascista” do Estado Novo brasileiro, a elite política paulista viu-se diante do pior dos mundos possíveis: uma ditadura desejada, mas imprevista, inclusive sobre ela mesma. Todo o seu problema, porém, não era conformar-se com o autoritarismo (a doutrina), mas submeter-se de novo (ou ainda) ao mesmo autoritário ora no poder: Getúlio Vargas. Como fazê-lo e, principalmente, em que língua? É aqui que o *transformismo* ideológico dessa elite faz sentido.

3. O Estado Novo e o estado a que chegamos

A classe política que comandou os aparelhos políticos do Estado Novo pôde, em nome da nova situação nacional e dos seus cálculos táticos, abandonar o velho idioma político liberal. Mas a assimilação eficiente do novo idioma e a sua própria assimilação no novo regime seria tão mais eficaz quanto menos fosse preciso verter conceitos e preconceitos para seu dialeto político original¹². Para evocar uma conhecidíssima metáfora do próprio Marx a respeito: o iniciante “não terá incorporado o espírito da língua recém-aprendida e não poderá criar livremente nesta senão no dia em que souber mover-se aí sem nunca recordar o passado e [assim] esquecerá, mesmo servindo-se dela, sua língua original” (Marx 1994: 438).

A classe dirigente paulista, inclusive e principalmente a sua facção dita liberal que assumiu posições políticas no governo do “Ditador”, tinha uma zelosa afinidade eletiva com o autoritarismo, como se viu. Assim, a sensibilidade política da vanguarda paulista pode ser estimada a partir das formulações das lideranças do PRP em pleno Estado Novo sobre o próprio Estado Novo. A fonte aqui é um documento do Departamento Administrativo do estado de São Paulo, o órgão político que pretendeu fazer às vezes de poder legislativo estadual. Trata-se na realidade do pronunciamento de Gofredo da Silva Telles feito em abril de 1940, numa sessão extraordinária da agência, convocada especialmente para comemorar o segundo aniversário do governo de Ademar de Barros, o Interventor Federal no estado.

¹² Uma discussão muito ilustrativa sobre a função da linguagem na política pode ser lida em Hunt (2007: 41-75).

Um tema onipresente nos discursos era o reconhecimento e a aceitação integral da fórmula política autoritária, precisamente naqueles pontos em que ela negava o princípio da soberania popular aferido pelo “mito da eleição direta” (a democracia representativa). Junto com ele os dirigentes estaduais recusavam “o sofisma gasto desta trilogia dos poderes públicos” (a separação dos ramos Legislativo, Judiciário e Executivo) e “o jogo desabusado dos partidos políticos [...] para a conquista gananciosa dos postos” na administração do Estado. Isso implicava abdicar de tudo o que haviam defendido retoricamente até à véspera: o pluralismo político, a concorrência eleitoral e a alternância no governo¹³.

Como recordou o presidente do negócio, Gofredo da Silva Telles, “A aceitação do cargo [político no Estado] e o empreendimento da obra administrativa [no Departamento do governo] envolve, obrigatoriamente, o pressuposto de uma ideologia política precisa”, a ideologia do Estado autoritário. Assim, não há qualquer hipótese de manter-se apegado ao passado liberal, exemplo das “obsessões ideológicas da época”, às “velhas Constituições pseudodemocráticas”, à “ficção de uma soberania popular” ou alheio ao presente “que se abrija no Brasil” após “o cenário iluminado de 10 de novembro” de 1937, data do golpe que instalou a ditadura de Vargas. A citação é longa e eloquente por si só.

O que interessa à democracia, não é a ficção de uma soberania popular, que se manifeste, simbolicamente, no mito da eleição direta. O que interessa à democracia, não é o sofisma gasto desta trilogia dos poderes públicos, que jamais pôde corresponder a uma realidade; sofisma com que ainda se tenta obliterar [...] que o poder público, tendo embora pluralidade de órgãos e funções é, e sempre foi, um único, dentro da unidade orgânica do Estado. O que interessa à democracia, não é o jogo desabusado dos partidos políticos, que se digladiam, à sombra da lei tolerante, sob o pretexto de programas insinceros, para a conquista gananciosa dos postos. Não, senhores, o que importa à democracia, é o governo que caminha, de fato, em direção ao povo. É o governo que oferece à sociedade garantias reais de defesa contra os elementos de destruição; é o governo que se constitui em sentinela vigilante de todos os interesses justos. É o governo que favorece o trabalho e assegura os direitos de vida, progresso e tranquilidade ao trabalhador. [...] É o governo que, sendo a própria autoridade do povo e a sua própria energia imanente, envolve a Nação em um só programa de esforços harmônicos, para a defesa dos interesses

¹³ Discursos no Departamento Administrativo do estado de São Paulo (27 de abril de 1940) in Departamento Administrativo do estado de São Paulo, *Anais de 1940*, vol. I (Sessões), 1.ª parte: 709-714. Todas as menções entre aspas são a esse documento. Ele está reproduzido integralmente em Codato 1997.

solidários de todos e de cada um. É também, por isso mesmo, o governo que possui força incontestável para estabelecer o império da lei e a soberania da justiça, únicas condições, até hoje encontradas, para aumentar a liberdade dos homens dentro da sociedade. Eis o que importa, fundamentalmente à democracia. Eis o que se tornou praticável, nesse Estado Nacional, substancialmente jurídico e demófilo, que a Constituição de 10 de novembro [de 1937] teve por objetivo definir e estruturar. (Gofredo da Silva Telles, citado a partir de Codato 1997: 122-123)

Esse ideário solidamente antidemocrático está, como se espera, escorado na crítica ao individualismo, ao “internacionalismo” (leia-se, socialismo), e em todas as “obsessões ideológicas da época” que “vinham hipnotizando os povos do mundo ocidental”. O substituto das “superstições demagógicas” e das “promessas e ilusões” típicas do liberalismo político seriam as “realidades concretas”, isto é, os direitos sociais oferecidos pelo governo de Vargas (salário mínimo, jornada máxima de trabalho, aposentadorias e pensões, etc.) em troca da irrealizável utopia democrática. Por isso, Gofredo Telles pergunta: “Em lugar de promessas e ilusões, não será, porventura, mais democrático oferecer ao povo um pouco de realidades concretas?” A legitimidade deixa então de ser procedimental para ser substantiva: não só pelo que o governo provê. Ela é um atributo do governo do Presidente Getúlio Vargas em pessoa, e não da ideia abstrata de governo “constitucional”, pois Ele, e só Ele, é capaz de oferecer trabalho a todos, progresso à Nação, tranquilidade social, paz política e bem-estar econômico. A legislação trabalhista reunida num conjunto de leis em 1943 é, no caso, fruto de um “gesto largo de nobreza” do Presidente Vargas, e vem coroar a obra de construção do Estado Nacional iniciada no mítico 10 de novembro de 1937, conforme afirmou, no mesmo documento, o conselheiro Cirilo Jr. (ver Codato 1997). Não é preciso insistir muito nas declarações dessa recém-nomeada elite estatal para descobrir justificativas e prever racionalizações. O governismo, o adesismo ou a cooptação são aqui menos importantes do que o vocabulário pelo qual eles vêm expressos. Na realidade, a receptividade dos paulistas ao novo ideário foi em boa medida facilitada não só pelo instinto de sobrevivência dos políticos profissionais às novas condições de exercício da profissão política, mas também pelo elitismo de sua concepção “democrática”. Esse processo de identificação ideológica está na base da assimilação dos liberais pelo regime autoritário e, igualmente, do autoritarismo por toda a classe dirigente do país. Esse duplo movimento irá impor uma série de torções e reinvenções de sentidos ao idioma político nacional.

4. A demofobia dos liberais-democratas

É impossível descrever aqui toda a complicação dessa formação mental que ajusta o liberalismo ao autoritarismo, bem como as relações concretas entre as duas ideologias, seus ideólogos profissionais e o processo de transição/transformação de uma em outra nos anos 1950 e 1960. Limito-me então a anotar algumas evidências que exemplificam a natureza conservadora das ideias políticas da classe dirigente brasileira no período posterior ao do Estado Novo. A ideologia prática dos intelectuais orgânicos da oligarquia, embora posasse de teoria política liberal, era, mesmo na Quarta República (1945-1964), uma dublagem para a mesma língua das formulações antidemocráticas do triunvirato autoritário brasileiro (Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral)¹⁴.

Graças aos artifícios próprios do campo ideológico (“reinterpretação, diluição, projeção, inclusão seletiva, exclusão seletiva”; cf. Williams 1977: 123), a nova dinâmica das ideias políticas nacionais relegou o ideário clássico do liberalismo – indivíduo egoísta, liberdade de mercado, democracia representativa, direitos civis – à memória histórica da classe dirigente e à história das ideias universais. De efetivo mesmo, o liberalismo à brasileira conseguiu a proeza de se desvencilhar do Ditador e de sua política populista, que buscava apoio junto às classes populares urbanas e era indiferente a partidos, parlamentos, eleições e direitos políticos em geral, mantendo uma distância prudente dessas instituições, em especial quando elas pudessem, através do seu funcionamento efetivo, significar representação popular, alternância no poder e direito de todos à política.

A incorporação do autoritarismo antidemocrático pelo liberalismo oligárquico e sua superação em nome daquele mesmo *racismo de classe* dos anos 1920, produziu, nesse terreno, uma evidência tão ou mais eloquente do que aquela. Em 1950, Getúlio Vargas se recandidatou a Presidente da República, agora sob o regime de eleições diretas, e venceu o candidato da União Democrática Nacional, o novo partido dos liberais-conservadores. Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo*, a publicação que melhor repercutiu a decepção da agremiação com o povo, o processo e o resultado, descreveu assim o dia da votação:

No dia 3 de outubro [de 1950], no Rio Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente

¹⁴ Para uma visão documentada das formulações políticas dos três autores, ver Medeiros 1978. Para uma análise ampla, ver Silva 2004. Para um estudo de O. Vianna, ver Brandão 2007; para um estudo sobre F. Campos, ver Santos 2007.

ressentidos, indivíduos que se tornaram pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia ber-rada de janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclamava o pai dos pobres, o messias-charlatão... (*apud* Weffort 1980: 22)

O que atrapalhava a democracia nacional era, em essência, seus eleitores miseráveis e analfabetos. Esse ódio à democracia de massas, o nome técnico do “populismo”, apenas atualizava o sentimento oligárquico do direito à política como um privilégio de classe.

Politicamente, o liberalismo oligárquico brasileiro incumbiu-se durante todo o período pós-autoritário de alimentar a ideia de uma “democracia representativa” desde que fossem feitos vários ajustes em suas instituições e concepções. Tome-se como últimos exemplos a visão professada por dois de seus celebrados representantes – Júlio de Mesquita Filho e Vicente Rao – nos anos 1960. Eles devem servir para sacramentar a linha de continuidade ideológica que se postula aqui.

No meio das agitações do ano de 1964, ou por causa delas mesmas, o jornalista Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de S. Paulo*, teorizou o seguinte: “Democracia [...] não é de forma alguma um regime político que uma comunhão humana qualquer possa adotar quando melhor lhe pareça. Democracia é *essencialmente uma determinada fase da evolução social não de todos, mas de certos povos apenas.*” E o Brasil não estava entre eles. Assim como na doutrina do grande juriconsulto do Estado Novo, Oliveira Vianna, a maior falta daqueles políticos que escreveram a Constituição de 1891, privados do conhecimento do “meio brasileiro”, isto é, do contexto nacional, sempre dispostos “a buscar na literatura universal princípios” políticos abstratos, era não atentar que aquela forma de governo não “correspondia ao estado amorfo e indiferenciado que então caracterizava a nacionalidade” (Mesquita Filho 1964: 19, 10 e 11, respectivamente; grifos no original).

Por sua vez, o propósito heróico do ex-ministro da Justiça de Vargas, Vicente Rao, de remover as “montanhas de intoxicação” ideológicas interpostas entre as “massas” e a verdadeira teoria democrática, desdobrava-se num arrazoado formalista que era uma cópia fiel do juridicismo liberal tradicional, só que temperado com as recomendações de política objetiva também de Oliveira Vianna, talvez o mais influente teórico do autoritarismo nativo. Um exemplo da sua preleção: se “o Congresso é inoperante” e se “em seu seio os debates se eternizam”, o remédio está em providenciar “assessorias técnicas” e outros meios políticos modernos para um “melhor entrosamento com os órgãos técnicos da Administração” (Rao 1964: 82 e 89, respectivamente).

Ou por outra: o sistema de governo a ser adotado deveria saber contornar o Poder Legislativo, a representação eleitoral em nome de aparelhos burocráticos fora do controle da cidadania e de onde se poderia exercer o governo sobre “as massas”.

5. Considerações finais

O Estado Novo brasileiro nasceu, como querem seus pensadores profissionais, da crítica às práticas oligárquicas fundadas na autonomia e no poder das classes dirigentes estaduais, em seus mecanismos representativos limitados e em seus esquemas elitistas de negociação e solução de conflitos. Ele nasceu, igualmente, da crítica à ideologia “liberal” que estava na origem dessas práticas. Isso não impediu, em absoluto, que a antiga classe dirigente não só se adaptasse perfeitamente à ordem política autoritária, mas assimilasse e desenvolvesse para os próprios fins um dos seus principais preceitos, o horror à democracia, entendida essa como soberania popular através do sufrágio universal.

O encontro do liberalismo elitista com o autoritarismo varguista, a combinação do democratismo oligárquico com o autocratismo burocrático e a fusão do racismo de classe com o princípio ditatorial que negava a soberania popular foi plenamente possível graças à predisposição autoritária dessa classe dirigente autoproclamada “liberal”. Mas, como esse é um processo complexo e diluído no tempo, e não um evento histórico, e como, ao longo desse processo contraditório, certos vocábulos do tesouro político teimam em permanecer ou simplesmente reaparecer como “resíduos culturais” (Williams 1977), manteve-se o signo, mas mudou-se o referente. É o caso de “democracia”, que permaneceu na retórica de todos os grupos políticos dos anos 1920 aos anos 1960. A peculiaridade aqui foi seu uso político: comunistas atacavam a democracia capitalista em nome da democracia socialista, autoritários avançavam contra a democracia oligárquica em nome de um regime plebiscitário conduzido pelo Chefe Nacional, e oligarcas desprezavam a democracia de massas enquanto idealizavam uma democracia parlamentar sem povo.

Essa constelação ideológica deixou como herança pelo menos três disposições que enformam – até hoje – a cultura política nacional: uma profunda desconfiança quanto à legitimidade dos aparelhos e dos agentes da representação política (políticos, partidos, parlamentos), um pavor atávico diante do conflito social como uma maneira lícita para expressar publicamente desacordos (de ideias, de classes, de grupos) e uma certeza implacável, compartilhada pelas classes dominantes e pelas camadas médias tradicionais, quanto à incompetência popular para escolher seus dirigentes.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Amaral (1938), *Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- BONAVIDES, Paulo; Amaral, Roberto (eds.) (1996), *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas.
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Questions de sociologie*. Paris: Minuit.
- BRANDÃO, Gildo Marçal (2007), *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec.
- CAMPOS, Francisco (1940), “Diretrizes do Estado nacional”, in Francisco Campos, *O Estado nacional: sua estrutura; seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CAPELATO, Maria Helena (1989), *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense.
- CAPELATO, Maria Helena; Prado, Maria Lígia (1980), *O bravo matutino, imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega.
- CARONE, Edgard (1976), *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. 3.ª ed. aum. São Paulo: Difel.
- CODATO, Adriano (1997), “O Departamento Administrativo do Estado de São Paulo na engenharia institucional do Estado Novo”. *Revista de Sociologia e Política*, 9: 115-127.
- CODATO, Adriano (2008), *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Unicamp.
- COHEN, Ilka Stern (1997), “Para onde vamos?” *Alternativas políticas no Brasil (1930-1937)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo (SP).
- FAUSTO, Boris (1972), “Pequenos ensaios da história da República (1889-1945)”. *Cadernos Cebrap*, 10.
- HUNT, Lynn (2007), *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LAMOUNIER, Bolívar (1991), “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”, in B. Fausto (ed.), *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil Republicano*, 2.º vol. *Sociedade e Instituições (1889-1930)*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LOVE, Joseph (1982), *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOVE, Joseph L. (1970), “Political Participation in Brazil, 1881-1969”, *Luso-Brazilian Review*, 7(2): 3-24.
- LOVE, Joseph L. (1989), “Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937”, in B. Fausto (ed.), *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil Republicano*, 1.º vol. *Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MARX, Karl (1994), *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*, in Karl Marx, *Œuvres*. Éd. établie par Maximilien Rubel. Paris: Gallimard.
- MEDEIROS, Jarbas (1978), *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- MESQUITA Filho, Júlio de (1964), “A democracia e o fenômeno brasileiro”, in Fórum Roberto Simonsen, *A doutrina democrática e a realidade nacional*. São Paulo: Serviço de Publicações da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.
- MOREIRA, Sílvia (1988), *São Paulo na Primeira República: as elites e a questão social*. São Paulo: Brasiliense.

- MOSCA, Gaetano (1939), *The Ruling Class (Elementi di Scienza Politica)*. New York/ London: McGraw-Hill.
- OLIVEIRA, Armando de Salles (1935), *Discursos*. São Paulo: Typografia Siqueira.
- OLIVEIRA, Armando de Salles (1937), *Jornada democrática (discursos políticos)*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RAO, Vicente (1964), “Fundamentos jurídicos dos ideais democráticos”, in Fórum Roberto Simonsen, *A doutrina democrática e a realidade nacional*. São Paulo: Serviço de Publicações da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.
- SAES, Décio (1984), *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- SANTOS, Rogério Dutra dos (2007), “Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, 50 (2): 281-323.
- SERVA, Mario Pinto (1924), *O voto secreto ou a organização dos partidos nacionaes*. São Paulo: Imprensa Methodista.
- SILVA, Ricardo (2004), *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos.
- THOMPSON, John B. (1995), *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes.
- VIANNA, Oliveira (1939), *O idealismo da Constituição*. 3.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- VIANNA, Oliveira (1974), *Problemas de política objetiva*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Record.
- VILLA, Marco Antonio (2008), *1932: imagens de uma revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- WEFFORT, Francisco (1980), *O populismo na política brasileira*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLIAMS, Raymond (1977), *Marxism and Literature*. Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press.
- WOODARD, James P. (2006), “All for São Paulo, All for Brazil: Vargas, the Paulistas, and the Historiography of Twentieth-Century Brazil”, in J. R. Hentschke (ed.), *Vargas and Brazil: New Perspectives*. Londres: Palgrave Macmillan.

Sobre os autores

Adriano Codato

Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (Brasil). É editor da Revista de Sociologia e Política (<http://www.scielo.br/rsocp>) e coordenador do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Publicou recentemente *Marxismo como ciência social* (Editora UFPR, 2011).

Alice Duarte

Antropóloga. Professora na Universidade do Porto/Faculdade de Letras; Instituto de Sociologia (UP) e Centro de Estudos Africanos (UP). Áreas mais relevantes de trabalho: consumo e museologia. Livros publicados na temática do consumo: *O Consumo para os Outros: Os presentes como linguagem de sociabilidade*. Porto: U.Porto Editorial, 2011. *Experiências de Consumo. Estudos de caso no interior da classe média*. Porto: U.Porto Editorial, 2009.

Elísio Estanque

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; pesquisador do CES – Centro de Estudos Sociais; professor visitante da UNICAMP, Brasil. Licenciado em Sociologia pelo ISCTE (1985); doutorado pela Universidade de Coimbra (1999). Tem lecionado, investigado e publicado sobre temas como classes e desigualdades sociais, sociologia da empresa e das relações laborais, sindicalismo, juventude e movimentos sociais. Autor de *A Classe Média: Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

João Valente Aguiar

Doutor em Sociologia pela Universidade do Porto, é atualmente bolseiro de pós-doutoramento no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da mesma Universidade. Tem desenvolvido estudos nas áreas da Sociologia das Classes Sociais, do Trabalho e da Cultura, tendo publicado vários artigos da especialidade em revistas científicas nacionais e internacionais.

José Nuno Matos

Doutorando em sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Tem dedicado os seus estudos às questões do trabalho precário, do sindicalismo e dos movimentos sociais. Coordenou recentemente, em conjunto com Nuno Domingos, o livro *Novos Proletários*.

Manuel Carlos Silva

Doutorado pela Universidade de Amesterdão em Ciências Sociais e Políticas. Professor catedrático e Diretor do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) na Universidade do Minho. Distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra *Resistir e Adaptar-se* (1998, Afrontamento) sobre o campesinato, tem publicado sobre o rural-urbano, desenvolvimento e desigualdades sociais (de classe, étnicas e de género). Foi Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (2010-2012).

Nuno Nunes

Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Os seus domínios de investigação atuais são: sociologia, desigualdades sociais, classes sociais, ação coletiva, mudança social.

Rosário Mauritti

Socióloga e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e professora auxiliar no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Ao longo dos anos participou em diversos estudos sobre tendências de mudança social e processos de modernização na sociedade portuguesa e na comparação europeia, do qual resultaram inúmeras autorias de publicações, nacionais e internacionais.

Susana da Cruz Martins

Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e professora auxiliar no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). No âmbito das suas atividades de investigação, tem participado em diversos projetos e publicações, nacionais e internacionais, sobre educação, classes e desigualdades sociais, padrões de vida, mobilidade social e recomposições estruturais.

Índice

Introdução	7
<i>Manuel Carlos Silva e João Valente Aguiar</i>	
1. Classes, crise e ação coletiva: pressupostos, desfasamentos e precondições	15
<i>Manuel Carlos Silva</i>	
2. Empregabilidade e identidade na era do capitalismo cognitivo	53
<i>José Nuno Matos</i>	
3. Classes, valor e cultura. Uma digressão sobre os processos de desajustamento das esferas cultural e económica na recomposição da classe trabalhadora	63
<i>João Valente Aguiar</i>	
4. Classes sociais, valores e ação coletiva na Europa	89
<i>Nuno Nunes</i>	
5. Da classe de serviço à (nova) luta de classes	107
<i>Elísio Estanque</i>	
6. Classe média, bem-estar e valores culturais: mudança e continuidade	133
<i>Rosário Mauritti e Susana da Cruz Martins</i>	
7. Emergência e queda das novas classes médias: a improvável consolidação das suas práticas de consumo	165
<i>Alice Duarte</i>	
8. Classes dirigentes e fórmula política: afinidades eletivas entre o liberalismo e o autoritarismo no Brasil	183
<i>Adriano Codato</i>	

/ Se, durante os anos '90 e primeira década do século XXI, o tema das classes foi-se diluindo por outros de recorte pós-moderno, eis que nos últimos anos ressurgiu o tema das desigualdades, nomeadamente de classe, com várias publicações de cariz teórico e empírico.

Este livro concretiza mais um conjunto de contributos sobre questões de enorme relevância teórica e política actual. Numa primeira parte são relançadas reflexões e debates sobre o desajustamento das condições objectivas de vida e a não correspondente acção colectiva organizada, convocando e discutindo os vários modelos explicativos; as mudanças na era do chamado capitalismo cognitivo em que o capital humano exigido pelo crescente número de empresas se coaduna com a formação de uma força de trabalho adaptável às novas exigências do capitalismo toyotista; o quadro conceptual sobre classes, valor e cultura com uma focalização sobre identidade colectiva, os princípios relacionais da auto e hetero-organização e a recomposição social, económica e cultural em novos sectores da classe trabalhadora; a revisitação teórica das relações entre estrutura social, cultura e acção colectiva empiricamente testada através do indicador das práticas de acção colectiva (IPAC) com base nos dados do inquérito da *European Social Survey*.

Numa segunda parte é feito o resgate da discussão em torno da classe média e, em particular, da classe de serviço e dos processos conducentes a novas formas de luta de classes no plano político e reivindicativo; um rigoroso exercício de enquadramento dos vectores de subjectivação das experiências de acesso ao consumo e dos variáveis índices de bem-estar e qualidade de vida na referida classe média, assim como uma reflexão sobre os impactos da austeridade económica e social nos níveis de consumo da classe média portuguesa e as tensões entre expectativas de mobilidade ascendente e as dificuldades no acesso a certos padrões de consumo; a apresentação de um estudo de caso sobre a subjectivação política das classes dirigentes de São Paulo ao longo das quatro primeiras Repúblicas do Estado brasileiro, evidenciando o trabalho de recomposição dos estratos mais elevados da sociedade paulista.

Manuel Carlos Silva Doutorado pela Universidade de Amesterdão em Ciências Sociais e Políticas. Professor catedrático e Director do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) na Universidade do Minho. Distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra "Resistir e Adaptar-se" (1998, Afrontamento) sobre o campesinato, tem publicado sobre o rural-urbano, desenvolvimento e desigualdades sociais (de classe, étnicas e género). Foi Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (2010-2012).

João Valente Aguiar Doutorado pela Universidade do Porto, é actualmente bolseiro de pós-doutoramento no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem desenvolvido estudos nas áreas da Sociologia das Classes Sociais, do Trabalho e da Cultura, tendo publicado vários artigos da especialidade em revistas científicas nacionais e internacionais.

